



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
SOCIOLOGIA E DIREITO
LINHA DE PESQUISA DIREITOS HUMANOS, GOVERNANÇA E PODER

Carolina Câmara Pires dos Santos

**Elekô: Mulheres Negras na Luta por Direito à
Moradia na Cidade do Rio de Janeiro**

Niterói

2017

Carolina Câmara Pires dos Santos

Elekô: Mulheres Negras na Luta por Direito à Moradia na Cidade do Rio de Janeiro



Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF) como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Luís Antônio Cunha Ribeiro

Co-orientador: Prof. Dr. Eder Fernandes Monica

Niterói

2017

**Universidade Federal Fluminense
Superintendência de Documentação
Biblioteca da Faculdade de Direito**

S237 Santos, Carolina Câmara Pires dos.
Elekô: mulheres negras na luta por direito à moradia na cidade do Rio de Janeiro / Carolina Câmara Pires dos Santos. – Niterói, 2018.
184 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, 2018.

1. Mulher. 2. Negros. 3. Movimento social. 4. Direito à moradia. 5. Direitos humanos. 6. Igualdade de oportunidades. I. Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Direito. II. Título.

CDD 341.2

Carolina Câmara Pires dos Santos

Elekô: Mulheres Negras na Luta por Direito à Moradia na Cidade do Rio de Janeiro

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF) como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais.

Aprovada em 30 de maio de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Antônio Cunha Ribeiro (orientador)
UFF – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Eder Fernandes Monica (co-orientador)
UFF – Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dra. Adriana Rice Geisler
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio

Prof.^a. Dra. Carla Appollinario de Castro
UFF – Universidade Federal Fluminense

Prof.^a. Dra. Thula Rafaela de Oliveira Pires
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio

Niterói
2017

Dedicatória

À ancestralidade que honrou em cada passo da minha caminhada.

Às valentes mulheres da minha família, em especial a minhas avós Antônia Câmara e Izabel Perpétua.

A todas as mulheres negras da diáspora africana, que desenvolveram estratégias de sobrevivência e construíram novos caminhos e novas possibilidades de afirmação e resistência.

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico (...). Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta.

CAROLINA MARIA DE JESUS

É possível transpor barreiras, sejam barreiras visíveis ou invisíveis. Nós, mulheres, determinamos a hora de começar, continuar e parar. Ser mulher negra nesta sociedade, é lutar com unhas e dentes, cavar cada centímetro que pisamos. Mas, o sabor é de vitória, de poder. Mas, não o poder sobre o outro puro e simples, mas o poder de narrar e escrever a própria história. Mas uma história dialética e não a factual em que insistem em nos descer de goela abaixo. Para tanto, companheiras, devemos seguir unidas e fortes, assim como leões na defesa de sua cria, pois somos filhas desta nação e geramos os filhos e filhas desta nação chamada Brasil.

ELAINE MARCELINA

Podemos aprender a trabalhar e a falar apesar do medo, da mesma maneira que aprendemos a trabalhar e a falar apesar de cansadas. Fomos educadas para respeitar mais ao medo do que a nossa necessidade de linguagem e definição, mas se esperamos em silêncio que chegue a coragem, o peso do silêncio vai nos afogar. O fato de estarmos aqui e que eu esteja dizendo essas palavras, já é uma tentativa de quebrar o silêncio e estender uma ponte sobre nossas diferenças, porque não são as diferenças que nos imobilizam, mas o silêncio.

AUDRE LORDE

Quer saber o que me incomoda, sincero. É ver que pra nós a chance nunca sai do zero. Que, se eu me destacar, é pura sorte, jáo. Se eu fugir da pobreza não escapo da depressão, não. Num quadro triste, realista. Numa sociedade machista as oportunidades são racistas. São dois pontos a menos pra mim. É difícil jogar quando as regras servem pra decretar o meu fim. Arrastam minha cara no asfalto, abusam, humilham, tiram a gente de loco. Me matam todo dia mais um pouco. A cada Cláudia morta, a cada Alan morto. Se não bastasse essa injustiça e toda dor, transformam adolescentes em um filho da puta de um malfeitor. É complicado essa anedota, não acha? (...) À margem de tudo a gente marcha pra manter-se vivo, respirando nessa caixa. Eu quero mais. Eu vou no desdobramento. Nem que pra isso eu tenha que formar um movimento. E agora é apertando ou comendo no empoderamento. E eu vindo logo de bando, vai vendo. Com a fral alaranjado, chegando no talento, gritando mãos ao alto e atirando argumento, pow. De zona de conforto pra zona de confronto, valendo. Isso mesmo, me chame de AFRONTamento.

TÁSSIA REIS

Agradecimentos

A Deus e a toda ancestralidade que me conduz nestes caminhos de lutas e vitórias. Kawó Kabiyeṣilé Oba Sàngó! Olomi l'Òsun, Yèyè wò! Aos meus guardiões que com firmeza, carinho e amor me sustentaram em cada passo nesta estrada.

A minha família querida que me apoiou e sustentou em todos os momentos: minha mãe Maria Luzia Câmara, meu pai David Pires e a minha tia Maria Câmara (Lia). Vocês me incentivaram a voar com as asas que ajudaram a constituir e são a minha inspiração para lutar por justiça, sempre com afeto e solidariedade.

A CAPES por ter concedido a bolsa de pesquisa que me permitiu desenvolver este trabalho e possibilitou a minha permanência neste programa de pós-graduação.

Ao meu orientador Luís Antônio Ribeiro e co-orientador Eder Fernandes. Sou grata pela paciência que tiveram nos momentos difíceis da concepção deste trabalho. Agradeço pela orientação atenta e cuidadosa, pela confiança, amizade e solidariedade mútuas que construímos ao longo desses dois anos.

As professoras da banca examinadora: Adriana Geisler, Carla Appollinario e Thula Pires que, para além do notável saber intelectual que auxilia minhas reflexões, sempre contribuíram para ampliar a diversidade dos programas de pós-graduação das universidades onde atuam. Sou grata pela valentia com que empunham suas palavras e lutam nesta arena a favor das ações afirmativas.

Ao Grupo Movimento 205 agradeço pela construção coletiva de afetos, direitos e irmandade. Jade Suavel, Misael Dias, Henrique Daniel, Luana Caetano, Bruna Ribeiro, Yasmim Neves, Deborah Costa, Nataly Alves, aprendo com vocês a cada dia que vale a pena lutar para transformar nossa realidade.

A minha amiga e irmã Caroline Lyrio por sempre embarcar comigo nas aventuras quase impossíveis de realizar, demonstrando confiança, fraternidade e lealdade. Agradeço por sua escuta atenta, solidariedade e por essa bonita amizade que estamos construindo há dez anos.

Ao meu amigo e irmão Murillo Rodrigues... O que dizer para você? Agradeço por me tornar parte da sua vida, há 17 anos, e ensinar de maneira tão linda que nem a distância e muito menos o tempo não alteram a confiança ou mesmo o diálogo entre nós! Gratidão por seu amor, amizade e irmandade!

A todos os meus amigos e familiares que suportaram minhas ausências e distanciamento nesses últimos dois anos, mas que sempre estiveram por perto para me apoiar, seja com visitas relâmpagos ou por meio de telefone e redes sociais, especialmente Alexandre Silva, Maria Victoria, Fabiana Santos e João Guilherme. Vocês são demais!

Aos meninos e meninas do Grupo de Pesquisa Sexualidade, Direito e Democracia (SDD- UFF), coordenado pelo Prof. Eder Fernandes, que me receberam de braços abertos, abrindo um espaço de solidariedade, resistência e afetos dentro da Universidade e ampliando, por meio das vivências coletivas e estudos, meu campo de

visão e conhecimento. Tenho muito carinho por vocês!

Aos membros do Projeto de Pesquisa Anastácia Bantu, minha família preta na UFF. Agradeço pela partilha e pela construção do nosso quilombo dentro da Faculdade de Direito! Meu amor, admiração e orgulho pela trajetória de cada um de vocês: Luciana Fernanda, Mariana Ayodeli, Marianna Lopes, Henrique Rodrigues, Clarissa Félix, Erli Sá e Ana Míria Carinhonha. Vocês são zika! Ubuntu!

A equipe incrível do Projeto de Pesquisa e Extensão “Direitos em Movimento”, coordenado pelos Professores Adriano Pilatti, Mariana Trotta e Adriana Geisler, do Departamento de Direito da PUC-Rio, composto por companheiros e companheiras de luta ex-estagiários do NUTH-DPGE. Muita gente boa e comprometida em um grupo só. Agradeço pela amizade e parceria sempre bem-vinda, repleta de trocas ricas e partilha de vivências.

Ao Gabriel Martire por ser um amigo sempre alerta, cuidadoso e gentil durante esses dois anos! Nossa amizade foi um dos presentes que a pós-graduação me trouxe! A Anna Carolina Pinto e Cristina (Kika) Cardoso, agradeço pelo carinho e partilha nos momentos de tensão e as conversas divertidas nos intervalos das aulas.

Ao Marcelino Conti agradeço pelo carinho e cuidado de mestre griot.

A Bruna Ribeiro pelo apoio na reta final da dissertação. Minha assistente de pesquisa preferida! Ahahahahah! Agradeço a disponibilidade e a dedicação!

Ao Samuel Georgius por me ceder gentilmente as fotografias do seu arquivo pessoal sobre a comunidade do Horto, pela amizade e pelos debates divertidos que me confrontam e instigam a refletir sobre os marcos teóricos deste trabalho.

A Emília de Souza, Edna de Souza, Maria dos Anjos, Neuza Carcerere e Regina Antônia, agradeço por me darem a honra de narrar suas histórias e trajetórias. Vocês são guerreiras, verdadeiras guardiãs do território. Obá Elekô!

Ao Emerson de Souza e toda a comunidade do Horto agradeço pela colaboração e confiança nesta pesquisa.

Por último, e não menos especial, quero agradecer a um grupo de mulheres negras muito especial que cuidou de mim nos momentos mais delicados desse caminho. Direciono às irmãs terapeutas projeto Psicopretas, da Associação de Mulheres de Ação e Reação - AMAR, em especial a Aline Gomes e Célia Regina, todo o meu amor e carinho pelo acolhimento, partilha, irmandade e fortalecimento. Cada abraço de vocês me fez sentir segura, cada sorriso alimentou a minha esperança. Sinto-me grata ao Universo por este encontro e pela oportunidade de fazer parte desta família! Asè!

Carta ao leitor ou leitora

Essa dissertação tem por motivação ecoar as vozes femininas negras que são invisibilizadas no contexto da remoção das favelas. Quando decidi escrever sobre a relação das mulheres negras com a sua moradia e com o seu território, o fiz porque percebi que a discussão em torno das remoções era e continua sendo embranquecida e masculina. Assim, dentre as localidades negras atingidas, optei pelo Horto devido a iminência da remoção e pela história e memória do povo negro que perpassam o território.

Embora estivesse segura sobre os caminhos metodológicos que percorreria durante a pesquisa, confesso que não foi um percurso de fácil acompanhamento. Lidar com a realidade de mulheres negras em situação de vulnerabilidade causada pelo Estado, me fez olhar no espelho e confrontar a mim mesma durante todo o processo de pesquisa e escrita. Ao mesmo tempo em que esta dinâmica reflexiva gerou em mim, mulher negra que sou, um sentimento de solidariedade em relação às caminhadas e realidades de vida das mulheres negras do Horto, produziu também um enfrentamento a dor.

Foram muitas as adversidades pessoais (sistêmicas) que cercaram esta trajetória de pesquisa, como também muitas alegrias e vitórias no decorrer deste mestrado. E faço todo esse relato para informar que esta não será uma escrita neutra. Sou uma pesquisadora ativista e não desejo que o meu trabalho de dois anos de pesquisa adquira um formato pretensamente neutro como o Direito se afirma ser. Aquilo que conhecemos por Direito, em todas as acepções que a palavra evoca, que deveria amparar a todos e todas de forma igualitária, permite o genocídio do povo negro, mata todos os dias na favela e nas periferias, seja pelo fuzil da polícia ou pela remoção, seja nos sistemas de saúde e educação ou nas decisões dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Portanto, em respeito à ampla luta das mulheres negras em diáspora para garantir a efetivação de direitos à comunidade negra, trata-se de uma escrita a partir do olhar de uma pesquisadora negra, que busca através do lugar ocupado na Academia ampliar as vozes comumente desautorizadas das suas semelhantes neste espaço seletivo e excludente. É com a força da resistência feminina negra, que é senhora de si e conta sua própria história, que escrevo esta dissertação. Boa leitura!

“Tanta ofensa, luta intensa nega a minha presença / Chega! Sou voz das nega que integra resistência / Truta rima a conduta, surta, escuta, vai vendo / Tempo das mulher fruta, eu vim menina veneno / Sistema é faia, gasta, arrasta Cláudia que não raia / Basta de Globeleza, firmeza? Mó faia! / Rima pesada basta, eu falo memo, igual Tim Maia” (DriK Barbosa – Mandume)

Resumo

Esta pesquisa se propõe a compreender e analisar a política de remoção das favelas instaurada na cidade do Rio de Janeiro, desde o final do século passado, considerando as perspectivas trazidas pela Teoria Crítica da Raça e da Interseccionalidade. Para tanto, foi realizado um estudo de caso por meio da imersão em campo na Comunidade do Horto, localizada no bairro Jardim Botânico. Além da observação participante, nos moldes da pesquisa ativista, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as mulheres negras moradoras da referida comunidade a fim de evidenciar as diferentes formas de discriminação enfrentadas neste processo. Por conseguinte, a pesquisa demonstra como algumas relações de poder entre a comunidade e o Estado afetam objetiva e subjetivamente a vida dos moradores e, destaca o protagonismo das mulheres negras no processo de resistência face às remoções. Deste modo, este trabalho reflete sobre a remoção das favelas e a sua relação com o racismo institucional e ambiental empreendido pelo Estado, observando as complexas relações de poder e identificando os impactos subjetivos e estruturais gerados ao povo negro. Realizamos, assim, uma reflexão sobre o protagonismo das mulheres negras moradoras do Horto, ressaltando suas estratégias para defender e exercer o direito à moradia. Discute-se, portanto, como as relações de biopoder são instrumentalizadas, em prol de uma governamentalidade racista, nos processos de resistência das mulheres negras e o futuro dos seus direitos.

Palavras-chave: Remoção - Biopoder - Mulheres Negras - Resistência

Abstract

This research aims to understand and analyze the policy of removal of favelas established in the city of Rio de Janeiro, since the end of the last century, considering the perspectives brought by the Critical Theory of Race and Intersectionality. For that, a case study was carried out by immersion in the field of the Horto Community, located in the Jardim Botânico neighborhood. In addition to participant observation, in the form of activist research, semi-structured interviews were conducted with black women living in the community in order to highlight the different forms of discrimination faced in this process. Therefore, research shows how some power relations between the community and the state objectively and subjectively affect the lives of the residents and highlights the role of black women in the process of resistance to removals. Thus, this work reflects on the removal of favelas and their relation with the institutional and environmental racism undertaken by the state, observing the complex power relations and identifying the subjective and structural impacts generated to the black people. We thus reflect on the protagonism of the black women living in Horto, highlighting their strategies for defending and exercising the right to housing. It is discussed, therefore, how the relations of biopower are instrumented, in favor of a racist governmentality, in the processes of resistance of the black women and the future of their rights.

Keywords: Removal - Biopower - Black Women - Resistance

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1 – Histórico das remoções de favelas na cidade do Rio de Janeiro: passado e presente atravessados por uma questão de raça.....	19
1.1 - O surgimento das favelas: da perseguição aos cortiços à nova solução de moradia do início ao fim do século XX.	20
1.2 - Políticas de remoção forçada: a continuidade da higienização racial no século XXI	48
Capítulo 2 – Identificando as opressões interseccionais da política de remoção no contexto da biopolítica	60
2.1 - Racismo institucional, racismo ambiental e interseccionalidade: as faces ocultas da política de remoção	61
2.2 - Biopolítica e mulheres negras: opressão e resistência na iminência da remoção.	79
Capítulo 3 – Invisibilidade x grito: narrativa Elekô do Horto na contramão do posicionamento institucional	94
3.1 - Metodologia da Pesquisa Ativista: colorindo os métodos tradicionais de pesquisa	95
3.2 - Horto: terra de preto em bairro de branco.	105
3.3 - Vozes Elekô: entrevista com as mulheres negras no processo de resistência contra a remoção no Horto.....	121
Capítulo 4 – Biopoder e mulheres negras: uma análise sobre precariedade, controles corporais, linguísticos, subjetividades e identidades.....	145
4.1 - Mulher negra como não ser: identidades forjadas a partir da negação do outro	152
4.2 - Qual o futuro dos direitos da mulher negra?	162
Considerações Finais	173
Referências Bibliográficas	177

Siglas

AMAHOR – Associação de Moradores e Amigos do Horto

AMAJB – Associação de Moradores do Jardim Botânico

APA – Área de Proteção Ambiental

ART. – Artigo

FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

GEO-RIO – Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro

IJBRJ – Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro

IPP – Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos

MNU – Movimento Negro Unificado

NUTH – Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública

ONU – Organização das Nações Unidas

ONU-HABITAT – Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

PDT – Partido Democrático dos Trabalhadores

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

SABREN – Sistema de Assentamentos de Baixa Renda

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SMH – Secretaria Municipal de Habitação

SMU - Secretaria Municipal de Urbanismo

SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

SPU – Secretaria de Patrimônio da União

STF – Supremo Tribunal Federal

TCU – Tribunal de Contas da União

TRF – Tribunal Regional Federal

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Lista de fotos, tabelas e gráficos

Figura 01 - Cortiço no Rio de Janeiro no começo do século XX

Figura 02 - Capa da Revista Ilustrada nº 656

Figura 03 - Demolições para a construção da avenida Central 1904-1905

Figura 04 - Revolta da Vacina em 1904

Figura 05 - Avenida Brasil

Figura 06 - Repressão policial na favela durante a ditadura militar

Figura 07 - Remoção da Favela do Esqueleto e construção da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ.

Figura 08 - Publicação da lista das 119 favelas que seriam removidas até 2012 pela Prefeitura do Rio de Janeiro

Figura 09 - Jequitibá bicentenário em meio ao Horto Florestal

Figura 10 - Caminhada no Horto com o grupo de alunos do Centro de Estudos da Diáspora Africana da Universidade do Texas

Figura 11 - Caminhada com o grupo de alunos do Projeto de Extensão “Direitos em Movimento” da PUC-Rio

Figura 12 - Violência policial na reintegração de posse no Horto

Figura 13 - Lixeiras organizadas no Grotão com placa de incentivo a preservação do meio ambiente.

Figura 14 - Fotografia do antigo Clube Caxingelê em atividade. Figura 15 – Estufa onde funcionava o Clube Caxingelê

Tabela 1 - População dos Aglomerados Subnormais de acordo com o critério Cor ou Raça Mapa 1 – Mapa da Comunidade do Horto

Gráfico 1 – Gráfico da população residente na comunidade do Horto, segundo critério cor ou raça.

Gráfico 2 - Gráfico de população residente na comunidade do bairro Jardim Botânico, segundo critério cor ou raça.

Gráfico 3 - Gráfico de população residente na comunidade do Horto, segundo os critérios de sexo.

Introdução

Diz a tradição oral africana que OBÁ¹, grande orixá guerreira, era a anciã e guardiã da sociedade Elekô. Obá era destemida, enfrentou muitos orixás e divindades masculinas durante as guerras e os derrotou. OBATALÁ, OXÓSSI, ORUNMILÁ, OXUMARÉ, OBALUAÊ e EXU² não puderam subjugar-la. A força feminina habita a existência de OBÁ de forma tão intensa que a deusa se tornou conhecida como a amazona belicosa (MARTINS, 2011), devido a valentia com que enfrentava suas batalhas. Portanto, a deusa converteu-se na líder e protetora da Elekô, uma sociedade secreta de mulheres guerreiras que zelavam pelo seu território, defendendo-o de invasões e preservando a relação entre as mulheres e a terra.

Conta-se que, após vários dias de batalha, estando os orixás liderados por Ogum e Oxalá, fragilizados pela guerra, Obá não se contentando em reunir apenas as mulheres de seu tempo, convocou todas as fêmeas do mundo animal. Ao ver Obá chegar rodeada de animais, aquela guerra foi vencida porque os inimigos fugiram de seus postos. (JUNIOR, 2013, portal Geledés)

Essa conexão com o feminino fez de OBÁ uma grande deusa protetora das mulheres, uma grande mãe ancestral, deusa do ébano, que, diante das injustiças cometidas pelos homens, se levanta com autoridade, empunha sua espada e seu escudo para guerrear a favor das suas filhas espalhadas ao redor do mundo.

Além disso, é preciso mencionar que OBÁ era exímia caçadora. Tal função era importantíssima para sua comunidade, tendo em vista que o domínio da atividade de caça era primordial para prover alimentos e saciar a fome dos povos originários. Na verdade, a figura de OBÁ remete ao tempo em que a sociedade africana era regida por um poder matriarcal, onde as mulheres organizavam suas comunidades, ocupavam espaços importantes e detinham o poder de decisão. Assim, OBÁ e a sociedade Elekô evidenciavam as funções políticas, sociais, culturais e religiosas (JUNIOR, 2013, p.1) das mulheres na construção e defesa do território.

Segundo as lendas africanas, a energia transformadora de OBÁ habita no interior de cada mulher, principalmente daquelas que se posicionam em luta para alcançar dignidade, igualdade em direitos e a preservação da vida das mulheres. E é

¹ OBÁ, rainha guerreira, orixá africana do rio Obá na Nigéria, terceira esposa de Xangô.

² Os nomes dos orixás são escritos em letra maiúscula pelos religiosos de matriz africana, leia-se Candomblé e Umbanda, para demonstrar reverência e diferenciá-los dos nomes comuns. A exemplo disso temos o nome Obá que significa “rei”. Portanto, para saber que estamos tratando do orixá, escreve-se com letra maiúscula.

essa força ancestral feminina, essa força sagrada deste poderoso orixá que torna as mulheres capazes não apenas de liderar quilombos, revoltas armadas, greves, movimentos sociais, mas grupos inteiros, pois assim foi desde o início, quando OBÁ saiu à frente convocando todas as mulheres para reconquistar o mundo.” (JUNIOR, 2011, p.1).

É com esse *asè* que peço licença aos meus antepassados para iniciar esta escrita que pretende abordar o processo de resistência das mulheres negras moradoras da Comunidade do Horto, mostrando o protagonismo, a força e a determinação destas guardiãs e guerreiras de seus territórios, lares e famílias, na defesa dos seus direitos. Eu trouxe o arquétipo desta deusa africana e sua sociedade secreta de mulheres para ilustrar uma resistência estabelecida há séculos na cidade do Rio de Janeiro. As mulheres negras moradoras das favelas cariocas compõem a sociedade Elekô do nosso tempo. Corajosamente, seguem lutando contra as injustiças perpetradas pela supremacia do poder branco.

E neste tempo em que o individualismo se sobrepõe a solidariedade, existe um tratamento cruel, perverso, que invisibiliza, sufoca, tortura e mata, por parte daqueles que deveriam garantir a igualdade de direitos e protegê-las contra qualquer tipo de violência. E é necessário um esforço sobre-humano para resistir ao Estado genocida que enxerga corpos negros como objetos manipuláveis e descartáveis, desconsiderando a vida e a humanidade das pessoas negras.

Sem prejuízo do rigor metodológico exigido na Academia, é importante dizer que esse trabalho, em alguns momentos, será escrito em primeira pessoa, para evidenciar a escrita de uma pesquisadora negra, afirmando, outrossim, o seu lugar de fala e autonomia na produção acadêmica. Em tempos não tão distantes, nós, mulheres negras, servíamos apenas como objeto de estudo, sem direito a contar nossa versão da história.

Sendo assim, minha persistência em discutir a presença do racismo e outras opressões no âmbito da política de remoção se faz necessária mediante o contínuo silêncio sobre o tema no interior da maioria dos movimentos sociais de luta por direito à moradia. Há sete anos pesquiso as remoções das favelas cariocas e existe um vasto material acerca do problema. Contudo, produções que enfatizem as discriminações raciais ainda são raras.

A “cidade maravilhosa” que vive sob a égide dos conflitos fundiários desde o

final do século XIX, tem, historicamente, o surgimento dos cortiços e favelas atrelado a questão racial, na medida em que a composição da população moradora dessas localidades foi e continua sendo majoritariamente negra. Em diversos momentos, a política de remoção das favelas foi retomada pelo Estado sempre para atender interesses econômicos da elite dominante, sem observar a proteção ao direito à moradia, garantida pela Constituição Federal de 1988 e por normas e princípios internacionais de direitos humanos. Desse modo, com o advento dos megaeventos esportivos, Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, uma nova onda de remoções se instala na cidade do Rio de Janeiro, impactando diretamente a vida das mulheres negras moradoras das favelas, considerando que, segundo o Censo 2010 do IBGE, elas compõem a maioria da população que reside nesses territórios.

Em 2013, defendi a monografia “A Raça do Gênero? As Guerreiras da Estradinha e a Luta pelo Direito à Moradia Adequada”, referente a graduação em Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Naquela ocasião, a pesquisa se direcionou a mostrar as intersecções de gênero, raça e classe no contexto das remoções e a fazer um levantamento sobre as legislações protetivas de direito público internacional, regente das normas e princípios de direitos humanos e, por conseguinte as legislações nacionais que protegem o direito à moradia em âmbito nacional e local. No referido trabalho, eu demonstrei as violações a todos esses documentos normativos e evidenciei o protagonismo das mulheres negras, moradoras da Comunidade da Estradinha-Botafogo. A hipótese da investigação surgiu durante o estágio no Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, no qual identifiquei que a maioria das pessoas que buscava assessoria jurídica, por causa das remoções, eram mulheres e suas lideranças eram negras. Iniciei meus estudos, impactada por aquela forte presença, e quanto mais eu me inseria no movimento de luta por direito à moradia, constatava o protagonismo feminino nas assembleias comunitárias, nos protestos das pessoas atingidas e nas reuniões realizadas no NUTH.

À medida que encerrei a pesquisa e concluí a monografia, percebi que havia mais detalhes a investigar e, portanto, escrevi o projeto que culmina nesta dissertação, a fim de aprofundar o estudo dessa complexa trama que envolve relações de poder, discriminação racial, de gênero e classe, além da resistência construída arduamente por mulheres negras. É importante ressaltar que esse trabalho dá

continuidade ao projeto de pesquisa anterior que pontua a resistência de mulheres negras diante da vulnerabilidade causada pelo governo local no ato da remoção forçada.

A pesquisa realizada na comunidade da Estradinha demonstra que dentre as lideranças entrevistadas, a maior parte considerava que a motivação para a remoção ocorria somente em decorrência da opressão de classe e apenas uma mulher identificava a discriminação racial como um fator que contribuía para a remoção da favela. Em vista disso, faz-se necessário continuar esta pesquisa, a fim de investigar as opressões que estão escondidas sob a categoria da pobreza no interior da prática remocionista.

Para além das questões relacionadas com os impactos negativos gerados na vida das mulheres negras moradoras das favelas e seu protagonismo na luta por direito à moradia, existem ainda outras questões importantes para se investigar: a compreensão da utilização da biopolítica, enquanto estratégia de governamentalidade, para compreender as relações de poder exercidas pelo Estado; investigar a relação de biopoder estabelecida entre as políticas estatais e a população negra para controlar sua vida, de maneira a apontar quais partes da cidade essa população deve habitar e quais as estratégias usadas para cooptar ou dissuadir as (os) moradoras (es) a se abster do processo de resistência.

Desse modo, já impulsionada a escrever sobre as origens das remoções das favelas no Rio de Janeiro, submeti o projeto de pesquisa almejando investigar o Morro da Providência, reconhecido pela História como a primeira favela a surgir na cidade e que permanece até os dias de hoje resistindo contra as ameaças de aniquilação. No entanto, após a aprovação no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, me deparei com a iminente ameaça de remoção da Comunidade do Horto e após uma conversa com membros da Associação de Moradores e Amigos do Horto – AMAHOR, decidi escrever sobre o processo de resistência das mulheres negras que ali residem.

Durante o estágio no NUTH, tive contato com inúmeras lideranças de favelas e as histórias de vida ameaçadas pela remoção. Todavia, para além da iminência da remoção, fator primordial nesta escolha, a Comunidade do Horto me ofereceu um diferencial muito importante para a hipótese da nova fase da pesquisa: passagens históricas riquíssimas que revelavam uma territorialidade originalmente negra, ancestral, erguida por escravizados do Império, e, posteriormente construída por

operários das fábricas do entorno e funcionários do Parque do Jardim Botânico. Essa riqueza histórica impulsionou a vontade de destrinchar o território e identificar as opressões que ali operam e tentam apagar uma memória tão importante não apenas da história do Rio de Janeiro, mas do Brasil.

Portanto, como objetivo geral, esta pesquisa busca observar e analisar o processo de remoção da cidade do Rio de Janeiro, trabalhando a partir do estudo de caso da Comunidade do Horto e compreender o papel das mulheres negras nessa dinâmica de resistência e os fatores discriminatórios relativos a raça, gênero e classe, enquanto elementos essenciais para a análise. Assim, este trabalho tem como objetivos específicos: a) discutir a remoção das favelas e a sua relação com o racismo institucional empreendido pelo Estado, observando as complexas relações de poder, a fim de identificar os impactos gerados à população negra; b) discutir a interseccionalidade de gênero, raça e classe e o uso dos racismos institucional e ambiental como tecnologias do biopoder e da biopolítica empregadas no âmbito das remoções; c) abordar o contexto histórico da Comunidade do Horto e seus aspectos demográficos; d) realizar uma reflexão sobre o protagonismo das mulheres negras moradoras do Horto, utilizando como referência as entrevistas semiestruturadas realizadas com as principais lideranças, e ressaltar suas estratégias para defender e exercer o direito à moradia; e) pensar as relações de biopoder nos processos de resistência das mulheres negras e o futuro dos seus direitos.

Dados os objetivos, esta dissertação está organizada em quatro capítulos, nos quais serão discutidos, para além do que já fora mencionado, o papel do Direito na reprodução da desigualdade racial e de gênero, e, como estas opressões se articulam de modo a impedir a efetivação do direito à moradia para a população negra. Tais questionamentos se fazem necessários na medida em que a suposta neutralidade do Direito colabora para a manutenção do *status quo*, ou seja, do poder exercido pela supremacia branca.

Dessa forma, o primeiro capítulo se subdivide em dois itens, nos quais escrevo sobre o histórico das remoções das favelas, evidenciando esses espaços urbanos como territorialidades negras e identificando num primeiro momento o caráter eugenista e, posteriormente, desenvolvimentista de tais políticas. Neste capítulo, demonstro que o caráter racista permanece fixado nas políticas remocionistas, seja pela motivação de “higienizar” a cidade ou pelos impactos negativos gerados à população negra.

Por sua vez, o segundo capítulo traz os marcos teóricos da pesquisa, desenvolvendo os conceitos de racismo institucional, racismo ambiental e interseccionalidade, no qual estabeleço um diálogo entre eles, apontando as opressões interseccionais no contexto da biopolítica. Assim, pretendo observar como a governamentalidade é utilizada pelo Estado para exercer formas específicas e complexas de poder sobre a população negra, o que por outro lado, provoca o movimento de resistência das mulheres negras.

O terceiro capítulo narra os caminhos trilhados para a execução da pesquisa, a partir da observação participante, o referencial teórico metodológico escolhido e o desenvolvimento do estudo de caso da Comunidade do Horto. É neste capítulo que a história, memória e a atual composição demográfica desta localidade são relatadas, destacando os momentos históricos importantes, desde a sua origem, para a construção da comunidade. Neste capítulo serão abordadas as narrativas das mulheres entrevistadas, coletadas a partir de entrevistas semiestruturadas.

Portanto, o último e quarto capítulo demonstra como o Estado utiliza o biopoder para exercer controle sobre a vida das mulheres negras e nele questiono, em um segundo momento, quais as possibilidades de garantia de seus direitos. A abordagem foucaultiana acerca das modalidades de relações de poder nas sociedades modernas e a questão do biopoder e da biopolítica são trazidas para esta discussão em diálogo com as correntes anteriormente mencionadas para sublinhar em que medida a vida das mulheres negras está em condição de assujeitamento pelas formas e dispositivos de opressão, levadas a cabo pela política de remoção. Neste ínterim, é preciso pensar como é possível garantir, em um futuro não muito distante, os direitos das mulheres negras.

Assim, é possível perceber, nas páginas a seguir, que a presença feminina negra nas favelas reflete ainda uma memória do tempo em que as mulheres africanas se reuniam de maneira secreta para proteger seus territórios. *Elekô* ressurgue silenciosamente em cada favela carioca, na força interior de cada mulher negra que entoia seu protesto, mobiliza seus vizinhos, cria estratégias para enfrentar as árduas batalhas e assim segue lutando a fim de garantir a permanência coletiva nas localidades ameaçadas pelas remoções. *Elekô! Obá Siré!*



OBÁ³

³ Esta imagem foi retirada da página: <http://www.ricardodeoxum.com.br/oba.html>. Acesso em 12.03.2017

CAPÍTULO I – HISTÓRICO DAS REMOÇÕES DE FAVELAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: PASSADO E PRESENTE ATRAVESSADOS POR UMA QUESTÃO DE RAÇA

Historicamente, os conflitos fundiários que assolam a cidade do Rio de Janeiro, desde o final do século XIX trazem como característica a relação entre a problemática da moradia e a questão racial. Com o fim da escravidão no ano de 1888, a população moradora dos cortiços praticamente dobrou (GONÇALVES, 2013, p. 38) passando a ser criminalizada e associada a proliferação de epidemias, o que deu início a política higienista que extirpou esse tipo de habitação dos bairros centrais da cidade do Rio de Janeiro.

É nesse contexto que surgem as favelas como nova solução de moradia para a população negra⁴, pobre e migrante do Rio de Janeiro no início do século XX. A maior parte dos moradores dos antigos cortiços se direcionaram para as encostas dos morros, construindo barracões, a fim de abrigar suas famílias e morar próximo ao local de trabalho. Desse modo, as favelas passam a substituir os cortiços, tornando-se o novo alvo das políticas higienistas do governo (ABREU, 2008. p. 49-50).

A reforma urbana, conduzida pelo engenheiro e então prefeito Pereira Passos, prometia transformar a cidade na “Paris tropical”, e assim foi implementado o projeto que buscou a modernização dos prédios, o alargamento das ruas e a criação de novas avenidas para facilitar a implantação de uma rede de transportes e de um sistema de esgoto (GONÇALVES, 2013. p. 52). Esta reforma pretendia, para além do embelezamento, fazer o ar circular melhor pela cidade, afastando, portanto, as epidemias, e saneando o espaço urbano. E é dentro desta perspectiva de higienização que o governo promove as remoções das favelas na região central, considerando-as

⁴ A visão adotada acerca da expressão “negra” neste trabalho se harmoniza com o pensamento da intelectual negra Nilma Lino Gomes: “Negras são denominadas aqui as pessoas classificadas como pretas e pardas nos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Conforme Sales Augusto dos Santos (2002), os dados estatísticos produzidos por instituições públicas brasileiras, como o IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): Indicam que se justifica agregarmos pretos e pardos para formarmos, tecnicamente, o grupo racial negro, visto que a situação destes dois últimos grupos raciais é, de um lado, bem semelhante, e, de outro lado, bem distante ou desigual quando comparada com a situação do grupo racial branco. Assim sendo, ante a semelhança estatística entre pretos e pardos em termos de obtenção de direitos legais e legítimos, pensamos ser plausível agregarmos esses dois grupos raciais numa mesma categoria, a de negros. (...) a diferença entre pretos e pardos no que diz respeito à obtenção de vantagens sociais e outros importantes bens e benefícios (ou mesmo em termos de exclusão dos seus direitos legais e legítimos) é tão insignificante estatisticamente que podemos agregá-los numa única categoria, a de negros, uma vez que o racismo no Brasil não faz distinção significativa entre pretos e pardos, como se imagina no senso comum”. (GOMES, 2012, p. 39-40)

como localidades insalubres e detentoras de marginalidades que necessitavam desaparecer do novo cenário.

Consequentemente, uma grande parte da população removida das áreas centrais instala-se nos subúrbios e na baixada fluminense. É importante destacar que o desenvolvimento da malha ferroviária e dos bondes colaborou de forma significativa para esse deslocamento (ABREU, 2008, pp. 44). Porém, os preços dos aluguéis nos subúrbios eram, muitas vezes, inacessíveis para algumas famílias, principalmente para aquelas cujos componentes se encontravam desempregados, fato este que contribuiu para o surgimento de novas favelas nessas localidades (GONÇALVES, 2013. p.47)

Desta maneira, é possível perceber que a perseguição governamental às favelas está atrelada a um raciocínio que evoca a higienização dos espaços urbanos e percebe a favela enquanto um elemento poluente, que danifica a estética da “cidade maravilhosa”, além de ser considerada como perigosa por abrigar criminosos que colocam em risco a vida dos cidadãos, dos “homens de bem”. A repressão direcionada a população favelada perpetua os açoites da escravidão, agindo de maneira diferenciada, na medida em que continua a esvaziar a dignidade e os direitos conquistados ao longo dos anos.

Nesse capítulo serão abordados os aspectos históricos sobre as remoções das favelas, evidenciando a questão racial nos espaços urbanos cariocas dentro de uma linha do tempo que percorre desde o final da escravidão até o período recente da realização dos megaeventos esportivos: Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas 2016. Desse modo, pretende-se compreender, os fatores políticos e socioeconômicos que influenciaram a retomada da política de remoção, nos últimos cinco anos, pelo poder público em função da nova reforma urbana que pretende adequar a cidade à estrutura exigida pelos organizadores dos megaeventos esportivos e seus respectivos investidores.

1.1.O surgimento das favelas: da perseguição aos cortiços à nova solução de moradia do início ao fim do século XX.

O fim da escravidão no Brasil se configurou enquanto uma abolição inconclusa, no sentido em que não proporcionou dignidade à população liberta. Homens e mulheres de diferentes faixas etárias estavam livres do jugo senhorial, no entanto, restaram desamparados pelo Estado, sem nenhum tipo de assistência que lhes

assegurasse uma vida constituída por direitos básicos comuns a qualquer ser humano.

A Lei Áurea de 1888 encontrou uma população escrava extremamente reduzida no Rio de Janeiro, que representava um percentual inferior 2% do conjunto da população, mas, com a abolição incondicional do cativeiro, muitos ex-escravos vendidos para as fazendas de café retornaram à cidade, em busca de uma nova vida e melhores oportunidades de trabalho. Entretanto, estes ex-escravos logo veriam frustrados os seus sonhos e experimentaríamos a mesma situação de completa pobreza material já vivida pelos antigos libertos e por seus descendentes. Preteridos pela mão-de-obra imigrante e reduzidos ao desemprego, ao subemprego ou a funções mal remuneradas, muitos negros e mulatos não tiveram outra alternativa, senão viverem na vadiagem e na criminalidade, o que acarretou uma constante vigilância e repressão policial para todos os que tivessem estas tonalidades de pele e uma série de estigmas e preconceitos raciais. O direito à cidadania plena permaneceria, assim como um sonho de difícil realização para todos os negros e mulatos – não só os do Rio de Janeiro, como os de todo o país -, persistindo até os dias de hoje a sua luta por integração social. (SOARES, 2007, p.308-309)

Como é possível perceber, os ex-escravizados⁵ foram preteridos no mercado de trabalho, ficaram desempregados ou a exercer funções subalternas, mal remuneradas, o que provocou a busca por qualquer tipo de remuneração. A luta pela sobrevivência e a ausência de uma política inclusiva terminaram por impulsionar alguns a viver transgredindo as leis vigentes neste período.

Mas, em vez de incentivar a conversão gradual dos escravos libertos em mão de obra livre, o Estado, pelo contrário, estimulou a imigração maciça de europeus para substituir a mão de obra escrava nas plantações de café, o que permitiu a formação, pouco tempo depois, do “exército de reserva”, exigido pelo aparelho produtivo nas cidades. A elite brasileira procurou “purificar” a raça pelo branqueamento da população. (GONÇALVES, 2013, p.37)

⁵Considero importante utilizar o termo escravizado como uma referência a toda história de luta dos povos africanos que aqui chegaram sob tal condição imposta pela escravidão. Desse modo, é preciso combater a falsa ideia da submissão negra ao regime escravocrata, até porque sempre houve movimento de resistência, como por exemplo, a formação dos quilombos. E, além disso, o termo denuncia a violência perpetrada contra as vidas negras durante três séculos. “Enquanto o termo escravo reduz o ser humano à mera condição de mercadoria, como um ser que não decide e não tem consciência sobre os rumos de sua própria vida, ou seja, age passivamente e em estado de submissão, o vocábulo escravizado modifica a carga semântica e denuncia o processo de violência subjacente à perda da identidade, trazendo à tona um conteúdo de caráter histórico e social atinente à luta pelo poder de pessoas sobre pessoas, além de marcar a arbitrariedade e o abuso da força dos opressores.” (TAILLE; SANTOS. 2012. pp.8-9)

Por conseguinte, os cortiços foram considerados como locais perigosos e, portanto, estigmatizados, perseguidos por autoridades públicas, tanto no campo da segurança pública quanto por sanitaristas. A condição de miséria imposta aos escravizados no período pós-abolição foi impactante, principalmente no que se refere ao direito à moradia. Na cidade do Rio de Janeiro, os cortiços abrigavam a maior parte da população negra e já havia se tornado objeto de perseguição do Estado desde o período antecedente à Lei Áurea. Os cortiços tornaram-se, para a maioria da população negra recém-saída do período escravista, a mais provável possibilidade de moradia.

Em outras palavras, se pensarmos no período de 1870 a 1890, os espaços apropriados pelos pobres (sobretudo por negros, que compunham a maioria da população) foram atingidos pela interferência do Estado. Uma das maiores preocupações, tanto do Estado quanto do senhor de escravos, era a relativa autonomia de grupos cada vez mais significativos, adquiridas por negros libertos ou ainda escravos em relação às normas econômicas do período. Os estudos de CUNHA (1985:76) demonstram que os escravos urbanos eram considerados um perigo que a imprevidência de toda uma população urbana que vivia à sua custa estava fomentando. O Rio de Janeiro, segundo a autora, no período considerado, concentrava grande número de escravos urbanos. Eles permaneciam livres, parte do tempo, para vender ou alugar seus serviços em troca de um jornal – correspondente ao salário diário de um trabalhador com o qual pagavam aos seus senhores. O que sobrava era utilizado, muitas vezes, para alugarem ou sublocarem quartos em estalagens ou cortiços, deixando, assim, de dependerem dos seus senhores para lhes proverem moradia. (CAMPOS, 2007, p. 54)

O trecho destacado evidencia a preocupação do Estado e dos senhores de engenho com a emancipação dos negros. Os ganhos dos escravos urbanos ou dos negros libertos permitia a desvinculação do poder outrora estabelecido em relação à moradia, ou seja, fomentava o processo de independência e libertação. O registro acima demonstra que a população que habitava os cortiços e estalagens era majoritariamente negra.

Outra informação que deve ser levada em consideração é que a serventia dos cortiços não se restringia apenas à moradia. Eles também funcionavam como ambiente de trabalho para lavadeiras, costureiras, cigareteiras, alfaiates, barbeiros, sapateiros, entre outros (TEIXEIRA, 1994, p.576). Por conseguinte, a caracterização desse tipo de moradia estava atrelada às atividades laborais de alguns desses

trabalhadores, como demonstra o historiador Maurício de Abreu ao afirmar que o cortiço era a disposição de uma “multiplicidade de quatinhos em volta de uma área aberta que permanecia encharcada dada a presença das lavadeiras que realizavam seu ofício no local” (1988, p. 68).



FIGURA 1 – Cortiço no Rio de Janeiro no começo do século XX.
Fonte: <http://acertodecontas.blog.br/wp-content/uploads/2008/01/tipico-cortico.gif>

A imagem acima fora registrada no início do século XX e retrata a realidade dos cortiços da época, cujas unidades habitacionais eram muito pequenas e suas paredes fixadas umas às outras. Essa fotografia mostra muitos lençóis e roupas estendidos nos varais montados ao centro do local, o que supostamente demonstra a atividade contínua das lavadeiras que exerciam seu ofício para sustentar suas famílias. Além disso, é possível perceber na figura em questão alguns objetos, tais como cavaletes, bancos, dentre outros, utilizados pelos trabalhadores que lá viviam e ao mesmo tempo exerciam seu ofício. Tal observação é importante para compreender a importância do local para a maioria dos habitantes dos cortiços, posto que garantia sua condição de sobrevivência.

Segundo Teixeira (1994, p.574), no ano de 1890, cerca de 125.000 pessoas residiam nos cortiços, ou seja, cerca de 25% da população do Rio de Janeiro. No ano de 1906, esse número aumentou para 36% dos 805.335 habitantes da cidade. O cortiço, definido como “habitação coletiva e insalubre e palco de atuação preferencial das epidemias de febre amarela” (2007, p.42), se estabeleceu como uma solução de

moradia da população negra.

Entre 1872 e 1906 a população da cidade cresceu de 274.972 habitantes em 1872 para 522.651 em 1890, atingindo 811 443 habitantes em 1906. Emigrantes estrangeiros correspondiam a 30,6% da população da cidade em 1872 e a 24,8% em 1900. (...) A transformação da base econômica do Rio de Janeiro, as mudanças na sua estrutura social, o crescimento da população, tiveram como consequências a rápida urbanização da cidade e uma crescente procura de habitação, particularmente por parte da população emigrante, majoritariamente pobre. Na segunda metade do século XIX desenvolveu-se no Rio de Janeiro um conjunto de soluções habitacionais para alojar os estratos populares da cidade; estas soluções de habitação tomaram diferentes nomes — estalagens, cortiços, avenidas, casa de cômodos, entre outros — que correspondiam quer a diferentes formas de habitação, quer a diferentes significados atribuídos à mesma forma de habitação em diferentes momentos. (...) As casas de cômodos eram casas sobre ocupadas nas partes mais antigas da cidade, que, conforme a procura de habitação de baixo custo aumentava, eram subdivididas em vários apartamentos, quartos, cubículos, a fim de alojarem um número cada vez maior de pessoas; as estalagens, cortiços e avenidas eram formas de habitação coletiva que em muitos aspectos se assemelhavam às ilhas. Referir-nos-emos a elas, coletivamente, como cortiços, se bem que este termo seja também aplicado às casas de cômodos e venha a adquirir um significado pejorativo para o final do século. (TEIXEIRA, 1994, p. 571- 572)

Os cortiços eram constantemente denunciados por higienistas e sanitaristas devido às condições insalubres, pois, o crescimento da densidade demográfica aumentava conseqüentemente a aglomeração e ao mesmo tempo reduzia as condições de higiene das habitações (VAZ, 1994, p. 583). Médicos, engenheiros, empresários e comerciantes insistiram de forma contundente sobre a necessidade de retirar os focos de insalubridade dos centros urbanos. Desse modo, essas habitações coletivas foram diagnosticadas como a causa principal da proliferação de doenças na capital, fato este que impulsionou a sua extirpação.

Uma relação entre as habitações coletivas populares e a insalubridade da cidade foi rapidamente detectada. As habitações coletivas passaram a ser consideradas como a causa da insalubridade, e por este motivo foram condenadas a desaparecer, substituídas por habitações higiênicas. Neste combate às moradias populares insalubres destacaram-se certos agentes sociais: por um lado, o Estado, atuando através da restrição à construção de novas moradias, da imposição de normas higiênicas e da intervenção direta (fechamento de cortiços); por outro, os empresários do nascente setor imobiliário, que introduziriam novo padrão de edificação no Rio de Janeiro. (...) Sucediã-se as denúncias de médicos higienistas, relatórios de engenheiros sanitaristas, pareceres de comissões de notáveis e editoriais da imprensa, apontando, por um

lado, para as péssimas condições físicas das moradias (insalubridade, má distribuição dos espaços internos, falta de iluminação e ventilação, insuficiência e deficiência de instalações sanitárias) e conseqüente degradação da saúde da população moradora nessas condições e, por outro lado, para a superlotação, a promiscuidade e a depravação moral que as acompanhava. (VAZ, 1994, p. 583-584)

A popularidade negativa dos cortiços se generalizou pela cidade como um espaço relacionado a falta de higiene e à criminalidade. Dentre esses modelos de habitações coletivas, um se tornara famoso por sua dimensão e assim fora considerado um risco permanente à saúde pública: o Cabeça de Porco, cujo nome foi incorporado ao vocabulário brasileiro como sinônimo depreciativo de habitação coletiva popular e insalubre (VAZ, 1994, p. 584). Este cortiço, localizado na área central da cidade, assim como a maioria dos cortiços da época, era um grande conjunto de casas pequenas onde viviam cerca de quatro mil pessoas. As moradias que formavam o Cabeça de Porco eram retratadas nos jornais como “casinhas sem ar nem luz”, “foco de infecção”, “miasmas mortíferos” (PAULA, 2004, p. 23).

A ideia de que a Capital Federal necessitava de reformas foi bastante recorrente durante o momento analisado. Este pensamento ocupou as mentes de uma considerável parcela de políticos, médicos, empresários e jornalistas, que visavam transformar a imagem da cidade porta de entrada do país. Assim, questões como higiene pública, moradia popular, transformação do espaço urbano e violência, fizeram parte do hall de notícias comuns entre os jornais cariocas no último decênio do XIX. Exemplo disso foi a ampla ‘cobertura’ jornalística dedicada à demolição do maior cortiço que o Rio de Janeiro já teve notícia: o Cabeça de Porco. (PAULA, 2004, pp. 3-4)

Assim, a influência dos meios de comunicação foi fundamental para formar a opinião pública sobre os cortiços, pois as constantes reportagens exibidas pelos jornais descreviam a necessidade de extirpar esse “inferno social” da capital do Brasil.

Caracterizado como verdadeiro “inferno social”, o cortiço era tido como antro não apenas da vagabundagem e do crime, mas também das epidemias, constituindo uma ameaça às ordens moral e social. Percebido como o espaço, por excelência, do contágio das doenças e do vício, sua denúncia e condenação pelo discurso médico-higienista foram seguidas por medidas administrativas: primeiro, uma legislação proibindo a construção de novos cortiços no Rio; em seguida, uma verdadeira “guerra” que resultou na destruição do maior de todos, o “Cabeça de Porco”. (VALLADARES, 2000, p. 7)

É importante ressaltar que a “ideologia da higiene” foi apresentada, em 1866, pelo vereador José Pereira Rego, através de um projeto de lei que proibia a construção

de novos cortiços, porém não obteve êxito (CHALHOUB, 1996, p.33). Assim, em 05 de dezembro de 1873, a Câmara Municipal aprovou uma legislação que proibiu a construção de novos cortiços ou mesmo a reforma de cortiços antigos. No mês de setembro de 1876, outro instrumento legal fora promulgado desta vez impedindo que proprietários construíssem ainda que considerassem suas propriedades como “casinhas ou nomes equivalentes” (ibid., p.34).

É nesse contexto que em 26 de janeiro de 1893, o Cabeça de Porco foi demolido, por ordem do prefeito Barata Ribeiro. O gestor municipal decidiu exterminar os cortiços da área central da cidade e tomou como símbolo principal desta empreitada a aniquilação do Cabeça de Porco. Este cortiço era inicialmente uma mansão, porém, após o advento da abolição da escravidão, recebeu inúmero escravizados, principalmente os de origem rural, os quais migraram para a cidade em busca de novas oportunidades de sobrevivência.



FIGURA 2 - Capa da Revista Ilustrada nº 656 (26 de janeiro de 1893) retratando a demolição do cortiço Cabeça-de-Porco. Fonte: <http://www.projetomemoria.art.br/>

A imagem destacada acima é a capa da Revista Ilustrada⁶, folhetim muito

⁶ A Revista Ilustrada era uma espécie de folha literária, artística e, principalmente, política, criada em 1876 no Rio de Janeiro por Angelo Agostini (1843-1910), e que deixou de circular em 1898. O folhetim utilizou textos e charges para retratar os principais fatos ocorridos na sociedade da época e, constantemente, a capa veiculava críticas a figuras públicas, que iam do delegado de polícia local a

popular à época. Se analisarmos esta charge com cautela podemos observar que acima da cabeça decapitada do porco fora colocada uma enorme barata. O folheto, na verdade, retratou, de maneira irônica, a vitória do prefeito Barata Ribeiro sobre o cortiço Cabeça de Porco, cujas casas foram demolidas e seus moradores expulsos. É importante ressaltar que naquele momento, o centro da cidade se estabelecia como o lugar mais valorizado do Rio de Janeiro e aquele local, considerado como antro de imundícies, não poderia, segundo os especialistas higienistas, permanecer na localidade objeto do desenvolvimento industrial, comercial e turístico.

É possível compreender melhor a força motora da iniciativa de se derrubar este cortiço, se entendermos o quadro político da cidade na época. Uma vez que a sociedade carioca estava experimentando uma transformação radical no seu sistema político. Recém-saídos do Império e ingressando no sistema da República, a ideia da necessidade de substituir o velho (ligado ao regime anterior) pelo novo (de acordo com as novas padronagens republicanas) tornou-se mais forte e incisiva entre os responsáveis em pensar o espaço urbano. Da mesma forma que o discurso médico organizou seu arsenal ideológico em prol de se realizarem mudanças cada vez mais profundas sobre a configuração urbana do Rio de Janeiro. Sobretudo no que condiz à forma de moradia da população pobre, considerada imunda e fonte de miasmas que a todos afetariam. O Cabeça de Porco foi o símbolo do que deveria ser extirpado do Rio de Janeiro, pois reunia todos os atributos que se chocavam com o ideal de urbanidade imaginada pelos encarregados de “pensar a cidade”. Local de moradia da camada pobre, tido, de certa forma, longe do alcance do controle da República, além de seu ambiente que era possuidor das características consideradas como insalubres pelos higienistas, representou um desafio a ser vencido pelo governo. (PAULA, 2004, p. 4)

personalidades internacionais, nunca, porém, trazendo textos. De acordo com a autora Carla Nascimento, “a trajetória da Revista Ilustrada foi contextualizada por um Brasil em que a atividade política era restrita às classes proprietárias e marcada pela alternância de dois partidos no poder – Liberal e Conservador –, regulados pelo imperador no exercício do Poder Moderador. O reaparecimento do movimento republicano em 1870 contribuiu para que o debate político fosse lançado à esfera pública. Também nessa época, o recrudescimento do abolicionismo erodiu, progressivamente, a organização escravista do trabalho, base material, política e econômica do Império. Assim, as crises que marcaram a sociedade brasileira nas duas últimas décadas da monarquia foram a matéria sobre a qual a Revista Ilustrada moldou seu caráter combativo. Na década de 1880, a Revista cobriu amplamente sucessivos episódios que opuseram o governo imperial e setores militares, conhecidos como Questão Militar. Agostini publicou vários desenhos sobre os eventos, mas a Revista interveio também através de textos publicados por seus redatores, procurando desvalorizar a imagem dos gabinetes envolvidos nos embates. Sua veia crítica esteve voltada, também, para o clero católico, sempre relacionando suas regalias junto ao Estado imperial ao atraso social e político do país. Durante toda a atuação de Agostini no comando da Revista Ilustrada, a política foi, sem dúvida, setor de destaque. Entretanto, a Revista nunca atuou como porta-voz de qualquer partido ou organização política”. (NASCIMENTO, 2010). O texto com as informações acima foi retirado do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, elaborado e publicado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVISTA%20ILUSTRADA.pdf>.

Segundo ABREU, para demolir este cortiço foi necessário “planejar todo um esquema policial-militar”, dando início “ao processo de intervenção direta do Estado sobre a área central da cidade, que viria a se intensificar sobremaneira a partir do início do século”, o que por sua vez aumentou a estratificação do espaço carioca (ABREU, 1987, p.50). O livro Cidade Febril – Cortiços e epidemias na Corte Imperial, de Sidney Chalhoub, traz o registro histórico da eliminação “abrupta e violenta” do cortiço mais famoso da época e indica que as motivações para a demolição dos cortiços era, além da ideologia higienista massificada pelo Estado, também de ordem econômica, considerando que os empresários enxergaram nessa reforma urbana a possibilidade de investir na expansão e transformação da malha urbana local (CHALHOUB, 1996, p.52).

Desse modo, é preciso recapitular neste momento a dinâmica racial corrente neste período. Com o fim da escravidão, a ausência de oportunidades de trabalho conduziu a vida dos ex-escravizados a um patamar de miséria. Sem trabalho, moradia digna e educação formal, a maioria dos negros e negras passou a habitar os diversos cortiços da cidade. Ao comentar o livro Cidade Febril, de Sidney Chalhoub, Rachel Soihet afirma que:

Na medida em que se aproxima o fim do século XIX, o combate às doenças articula-se a uma política de “embranquecimento” da população – fenômeno que se patenteia, segundo Chalhoub, na priorização do combate à febre amarela em detrimento de outros males como, por exemplo, a tuberculose, que acometia principalmente a população negra. (SOIHET, 1999, p. 185)

Nesse contexto, a imagem da população negra foi associada à criminalidade e às doenças que se espalhavam como epidemias pelo Rio de Janeiro. No imaginário social, o crime e a proliferação de doenças eram características atribuídas a negritude, tornando-se um estereótipo difícil de desconstruir. Desse modo, o embranquecimento da população, através da imigração de europeus, fora uma solução inicial pensada para combater as mazelas sociais, já que as associavam à população negra. Portanto, a política higienista de demolir os cortiços significava “limpar” o centro da cidade da presença negra, consistindo, assim, no reforço de uma política de branqueamento nos espaços considerados como nobres ou privilegiados.

Diante dessas políticas de exclusão promovidas por meio da legislação vigente à época, a população expulsa dos cortiços, estalagens ou qualquer estabelecimento assemelhado a este padrão, foi obrigada a procurar novos locais para estabelecer suas

moradias e, desta maneira, subiram as encostas dos morros para construir casas. Em vista disso, é possível estabelecer “uma relação causal entre a emergência da nova forma de habitação popular e a ação do Estado” (VAZ, 1994, p. 592). No período de 1890 a 1906 ocorreu o ápice da crise de moradia, devido à ausência de unidades habitacionais disponíveis e ao crescimento populacional, conforme apontam os registros históricos.

E são nessas circunstâncias que surge a primeira favela da cidade⁷, denominada Morro da Favella⁸, “que entrou para a história por sua associação com a guerra de Canudos, por abrigar ex-combatentes que ali se instalaram para pressionar o Ministério da Guerra a lhes pagar os soldos devidos” (VALLADARES, 2000, p.7), atualmente conhecida como Morro da Providência.

Os estudiosos do cortiço no Rio de Janeiro mostram que essa forma habitacional correspondeu à “semente da favela”. Seja por já se notar no interior do famoso “Cabeça de Porco” a presença de casebres e barracões (Vaz, 1994, p. 591), seja por ter havido uma relação direta entre o “bota abaixo” do centro da cidade e a ocupação ilegal dos morros no início do século XX (Benchimol, 1982; Rocha, 1986; Carvalho, 1986). Alguns estabelecem uma relação direta entre o “Cabeça de Porco” e o desenvolvimento inicial do morro da Providência, depois conhecido como morro da Favella. (ibid)

O Morro da Favella teve suas encostas ocupadas por casebres e barracões e assim foi reconhecido como a primeira favela da cidade do Rio de Janeiro. Seus moradores enfrentaram os mesmos desafios que os cortiços: a insalubridade dos casebres vinculada a uma grande população empobrecida, criminalizada, de maioria

⁷ A maior parte dos pesquisadores sobre favela não tem certeza sobre o momento exato do seu surgimento. De acordo com Andreino de Campos existem três versões: a) a primeira versão indica que teria ocorrido na década de 1870, anterior à Abolição, após a Guerra do Paraguai, na qual foi prometida alforria aos escravizados, caso lutassem pelo império. No entanto, ao retornar, os negros alforriados não tiveram qualquer auxílio do Exército e sem ter para onde ir, construíram suas moradias nas encostas dos morros; b) a segunda versão se aloca em 1897 e relaciona o desenvolvimento da cidade com o aumento da população alforriada tanto urbana quanto rural, sendo esta última proveniente de alto fluxo migratório do campo para a cidade. Somada a essa questão, houve a autorização para que os praças, retornados da Guerra de Canudos, ocupassem provisoriamente os morros da Providência e de Santo Antônio, tornando-se, posteriormente, moradia permanente; c) a terceira versão é apontada no ano de 1984, logo após a demolição dos cortiços e principalmente do “Cabeça de Porco”, provocando um deslocamento dessa população e direção às encostas dos morros, por estarem localizados nas áreas centrais da cidade. (CAMPOS, 2007, p. 57-62)

⁸ A origem deste nome está na vegetação conhecida como favella (*Jathropa phyllaconcha*), que cobria parte do sertão onde ocorreu a guerra de Canudos. Os soldados que de lá retornaram foram habitar o atual morro da Providência com a permissão do Exército e, assim, para fazer menção a essa campanha militar, o local fora denominado Morro da Favella. (GONÇALVES, 2013, p. 44)

negra. Do mesmo modo, os jornais⁹ reforçaram os estereótipos que outrora foram direcionados para as antigas habitações coletivas e apontaram a nova solução de moradia como um local indesejado para permanecer na região central da cidade. De acordo com a política higienista pautada no fim do século XIX e início do XX, a favela surgiu como uma aberração em meio ao conceito de limpeza e evolução a que o Estado submeteu o espaço urbano. Segundo VAZ (1994, p.592), “a nova forma que surgia como efeito e consequência da política higienista habitacional e urbana revelou-se tão ou mais insalubre e promíscua do que a anterior, que se desejou higienizar e disciplinar”.

As evidências sugerem que jornalistas, engenheiros, médicos e homens públicos vinculados à administração da capital — inclusive os chefes de polícia — vão gradativamente deixando de lado o cortiço, que passa a ser coisa do passado e perde ênfase na própria órbita do sanitarismo. Definitivamente, a favela vai passando para o primeiro plano quando se intervém, pensa, ou discute a cidade e/ou o país, quando se planeja seu presente ou seu futuro. Sobre ela recai agora o discurso médico- higienista que antes condenava as habitações anti-higiênicas; para ela se transfere a visão de que seus moradores são responsáveis pela sua própria sorte e também pelos males da cidade. Assim, é no interior do debate sobre a pobreza e a habitação popular — mobilizando, desde o século XIX, as elites cariocas e nacionais — que vamos encontrar as origens de um pensamento específico sobre a favela carioca. (VALLADARES, 2000, p. 8)

Ainda sobre as origens das favelas, existe uma teoria interessante, proposta pelo geógrafo Andreilino de Campos, relacionando-as com os quilombos periurbanos. Em sua obra “Do Quilombo à Favela: A Produção do Espaço Criminalizado no Rio de Janeiro”, ele afirma que os cortiços tiveram uma influência limitada na expansão da metrópole do Rio de Janeiro por estarem localizados apenas na região central. Seu argumento se sustenta no trecho abaixo destacado:

O quilombo, como um dos catalisadores das questões sociais emergidas no sistema escravista, surge como uma das opções de análise, possibilitando em um único processo de formação socioespacial entender cultura, política, discriminação, segregação espacial e, fundamentalmente, a criminalização dos mais pobres. A partir daí, tendemos a afirmar que algumas dessas apropriações espaciais, sobretudo aquelas próximas às freguesias urbanas, ao perderem a função de espaço de luta – resistência – e tendo em vista

⁹ Segundo Lícia Valladares (2000, p.8), os jornais do período mencionado publicavam constantemente notícias sobre a infestação, no morro da Favella, de vagabundos e criminosos que causavam sobressalto às famílias, construindo, desta maneira, uma opinião pública que condenava a permanência das favelas no centro da cidade.

a Abolição, continuaram a ser ocupadas, transmutando-se posteriormente em favelas. (...) Além de o Estado tentar impedir a existência de cortiços na área central da cidade, havia o problema dos altos preços alcançados pelos terrenos disponibilizados que impediam uma ocupação mais efetiva pelas classes populares. Podemos pressupor que existiam outras formas de ocupação, como os quilombos, localizados próximo às áreas periurbanas (...). (CAMPOS, 2007, p. 51-52)

Considerando esta perspectiva, é possível compreender o surgimento das favelas nas áreas distanciadas do centro da cidade. As freguesias rurais, outrora habitadas por negros quilombolas, tornaram-se favelas. Exemplo desta dinâmica é a região do bairro Tijuca, que refugiou quilombos em seus maciços e atualmente abriga uma das maiores favelas da zona norte.

Desde a zona sul a norte, a presença desse conjunto de habitações populares acompanhou o desenvolvimento da malha urbana e funcionou como solução de moradia tanto para a população removida dos cortiços, quanto para quilombolas e migrantes, durante o período de expansão da cidade, seja pelo desenvolvimento industrial ou pela reforma urbana trazida pela “Era Passos”, mais conhecida como “bota abaixo”.

O prefeito Pereira Passos foi nomeado pelo presidente Rodrigues Alves para embelezar a capital do Brasil, tornando-a digna de competir com outras cidades como Buenos Aires e Paris. Ao assumir a gestão, Pereira Passos exigiu do presidente poderes para realizar as “intervenções cirúrgicas” que considerava necessárias na cidade. Inspirado pela reforma urbana francesa, o prefeito promoveu a renovação da área central, pautado nos princípios higienistas e estéticos consolidados desde a metade do século XIX.

Os trabalhos se concentraram no saneamento do porto, na sua ligação com o centro da cidade e com os novos bairros residenciais, principalmente aqueles que se situavam na Zona Sul. As desapropriações iniciaram-se em dezembro de 1903. As demolições ocorreram entre fevereiro e novembro de 1904. A via principal da Avenida Central foi aberta no dia 7 de setembro de 1905 e a sua inauguração definitiva se deu em 15 de novembro de 1906, na véspera do encerramento do mandato de Pereira Passos. (GONÇALVES, 2013, p. 53)

O registro fotográfico abaixo, armazenado pelo Acervo Instituto Moreira Salles, demonstra o período acentuado de demolições nos anos 1904-1905, no qual operários trabalharam intensamente para cumprir as metas do governo local. A figura revela a grandiosidade da obra que culminou na construção da Avenida Central, conhecida

atualmente como Avenida Rio Branco, e se transformou no marco da chegada da modernidade em termos de Arquitetura e Urbanismo.



Demolições para a construção da avenida Central, 1904-1905
João Martins Torres – Acervo Instituto Moreira Salles

FIGURA 3 – Demolições para a construção da avenida Central 1904-1905. Fonte: <http://portalarquitetonico.com.br/a-reforma-urbana-de-pereira-passos-no-rio-de-janeiro/>

Assim, deu-se início a um período de demolições e construções. Os cortiços que haviam sobrevivido a gestão do prefeito Barata Ribeiro não resistiram às intervenções do novo gestor. Consequentemente, os terrenos esvaziados deram lugar a construções de prédios, onde a população empobrecida não poderia habitar por não ter condições financeiras para arcar com a compra ou aluguel dos imóveis. O alargamento obrigatório e sistemático das vias, cujo objetivo era sanear a área central, também fora marcante neste período. Portanto, a empreitada de Passos atingiu números consideráveis: 1.681 prédios demolidos e no mínimo 20.000 pessoas foram removidas. (GONÇALVES, 2013, p. 53)

Neste arcabouço, as favelas passam a ser perseguidas pela administração municipal, fundamentada nas teorias higienistas. Ao serem diagnosticadas como espaços de pobreza, criminalidade e epidemias, as favelas se constituíram como um problema a ser resolvido, dado o processo de modernização ao qual a cidade fora submetida. Segundo o entendimento dos médicos e engenheiros essas habitações cresciam na contramão do progresso, fragmentando a evolução urbana. Outra análise significativa realizada por esses especialistas era a comparação da saúde do espaço urbano com a do corpo humano, produzindo um entendimento de que assim como este

deveria ser saudável, aquele também precisaria se livrar de qualquer mazela social para tornar-se sadio. Essa argumentação sustentava as premissas necessárias para realização das intervenções urbanas, como veremos a seguir:

Tão logo se passou da Favella às favelas, foi feito o diagnóstico. Os médicos higienistas, com seus estudos sobre os agentes causadores das epidemias, em suas suposições sobre a contaminação do meio urbano pelos miasmas, viam a cidade do Rio de Janeiro como um “corpo urbano” que apresentava deficiências e necessitava de certas intervenções. Seguiu-se, naturalmente, a leitura da favela como doença, moléstia contagiosa, uma patologia social que precisava ser combatida. As habitações — células do corpo urbano — deveriam ser saudáveis, sujeitando-se rigorosamente às regras da higiene, recebendo o ar e a luz indispensáveis à sua salubridade, do mesmo modo que as células do corpo humano tiram oxigênio pelo contato dos vasos do sistema arterial (Agache, 1930). Os engenheiros, concordando com os médicos quanto ao meio ser a fonte direta de males ao estado físico e moral dos homens, trouxeram as soluções, passando a simbolizar, sobretudo os engenheiros sanitários, os médicos da cidade. Com as suas atenções voltadas para a regularização, localizando de forma precisa e científica as causas dos principais problemas, preocupavam-se com os melhoramentos que poderiam garantir o bom funcionamento da cidade. (...) Acabar com as favelas seria, então, uma consequência “natural” desse tipo de pensamento: era necessário resolver os males do organismo enfermo — a cidade — imprimindo-lhe uma direção ordenadora. (VALLADARES, 2000, p.14)

Desta maneira, algumas ações foram direcionadas para sanar essa “doença” chamada favela. Foram proibidas as construções de casas e prédios nos morros, seguidas de regulamentos que estabeleciam a criação de edificações com nível econômico mais elevado (GONÇALVES, 2013, p.52). Em 1903 foi promulgada uma legislação¹⁰ que desapropriava os terrenos urbanos e aumentava o poder municipal, na medida em que qualquer contestação enviada a autoridades administrativas e judiciárias não poderia ser admitida, quando a desapropriação “resultasse de projetos aprovados por decreto municipal” (ibid., p.53). A repressão imposta pela gestão Pereira Passos às favelas, ora disseminadas pela cidade, fora categórica e incisiva, gerando, inclusive, revolta popular que teve seu ápice em 1904, durante a revolta da vacina¹¹.

¹⁰ Decreto nº 4.956, de 9 de setembro de 1903.

¹¹ A revolta aconteceu devido à insatisfação popular diante da obrigatoriedade de tomar vacina e eclodiu durante o governo de Rodrigues Alves (1902-1906), sendo Pereira Passos o prefeito do Rio. Confundiu-se com a revolta contra a demolição das habitações populares causada pelas obras de reurbanização da cidade, a exploração nas fábricas e a prepotência das autoridades. E mesmo intelectuais, como Rui Barbosa, engajaram-se contra a obrigatoriedade da vacinação. Para o escritor Sérgio Lamarão, da Universidade Federal Fluminense, “conduzida de forma arbitrária, sem os necessários esclarecimentos à população, a

Os grandes fatores de insatisfação popular vinham de muito antes da publicação, pelo jornal A Notícia, do projeto de regulamentação da Lei da Vacina Obrigatória, em 9 de novembro: degradação acelerada da qualidade de vida num espaço urbano cortado de pântanos malsãos e rodeado de morros; pelo crescimento veloz da população; pelo chamado bota abaixo “[...] até aquela data, a administração municipal e da Saúde Pública havia demolido 600 habitações coletivas e 700 casas, privando de teto pelo menos 14 mil pessoas”, pela má qualidade das moradias (a população mais pobre vivia amontoada principalmente nos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, em “cortiços” ou “cabeças-de-porco” – casas de cômodos de aluguel em que, às vezes moravam 2 mil pessoas – estalagens, zungas (hotéis de ínfima categoria); pelas dificuldades financeiras determinadas por uma política inflacionária que, para favorecer os cafeicultores de São Paulo, provocou a elevação do custo devida; pelos baixos salários; pelo aumento da insegurança pessoal devido ao crescimento da criminalidade. (SECS, 2006, p.11)

Nesta ocasião, a polícia subiu os morros de maneira truculenta e violenta, encontrou resistência¹² por parte dos moradores durante as quase duas semanas e o enfrentamento ficou conhecido como o pior motim já ocorrido na história do Rio de Janeiro. O Exército foi acionado para conter os revoltosos e as ruas do centro da cidade se transformaram em “um campo de guerra, com tiros, barricadas, bondes tombados, trilhos arrancados, ônibus incendiados, calçamentos destruídos, lojas quebradas e saqueadas” (SECS, 2006, p. 40). As tropas da Marinha, do Corpo de Bombeiros e da Guarda Nacional também foram movidas para atuar no conflito, ao mesmo tempo em que operários de fábricas, estudantes universitários e estivadores se juntaram ao movimento de resistência. A revolta se espalhou pela cidade e os combates tornaram-se sangrentos, com a existência de mortos e feridos.

Sob a égide da luta contra a propagação da febre amarela e da necessidade de regeneração do Rio frente aos olhos estrangeiros – para que a cidade pudesse realmente assumir a imagem de bela, próspera e civilizada capital do país do futuro –, o espaço urbano central foi completamente remodelado, embelezado, ajardinado e europeizado, desenhado para uso e convívio exclusivo das “pessoas de bem”. As obras, além de provocarem uma das maiores crises de habitação que a cidade viveu, acabaram por detonar uma espécie de

campanha da vacina obrigatória canalizou um crescente descontentamento popular. Deve ser entendida como uma consequência do processo de modernização excludente concentrado, no tempo e no espaço desencadeado pela reforma do prefeito Pereira Passos, como foi considerado pelas autoridades, como uma reação explosiva da massa ignorante ao progresso e às inovações”. (Secretaria Especial de Comunicação Social da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2006, p.12-13).

¹² A vacinação obrigatória desencadeou uma revolta por parte dos moradores que desconheciam a vacina e por isso tinham medo dos seus efeitos, além do receio de que as mulheres tivessem que se despir diante dos vacinadores pois, havia boatos sobre a aplicação do medicamento em partes íntimas. Desse modo, segundo diversos registros históricos esses eram os principais motivos que suscitaram a resistência a ministração obrigatória da vacina.

guerra civil. Durante quatro dias (12 a 16 de novembro de 1904) alastrou-se a insurreição pelos espaços plebeus da cidade: bondes foram virados e utilizados como trincheiras, combustores de iluminação foram quebrados, o comércio foi depredado e saqueado, os insurretos enfrentaram os policiais. O Exército acabou intervindo e “Porto Arthur”, zona comandada por Prata Preta, um capoeira do bairro da Saúde, foi o último bastão dos revoltosos a cair. (ROLNIK, 1989, p. 9)

O cenário relatado por Raquel Rolnik pode ser apurado na figura abaixo. Essa fotografia mostra um bonde virado no meio da rua, em decorrência dos conflitos causados durante a Revolta da Vacina e os transeuntes observando. A resistência popular se disseminou em diversos pontos da cidade durante quatro dias, utilizando bondes como barricadas durante o conflito.

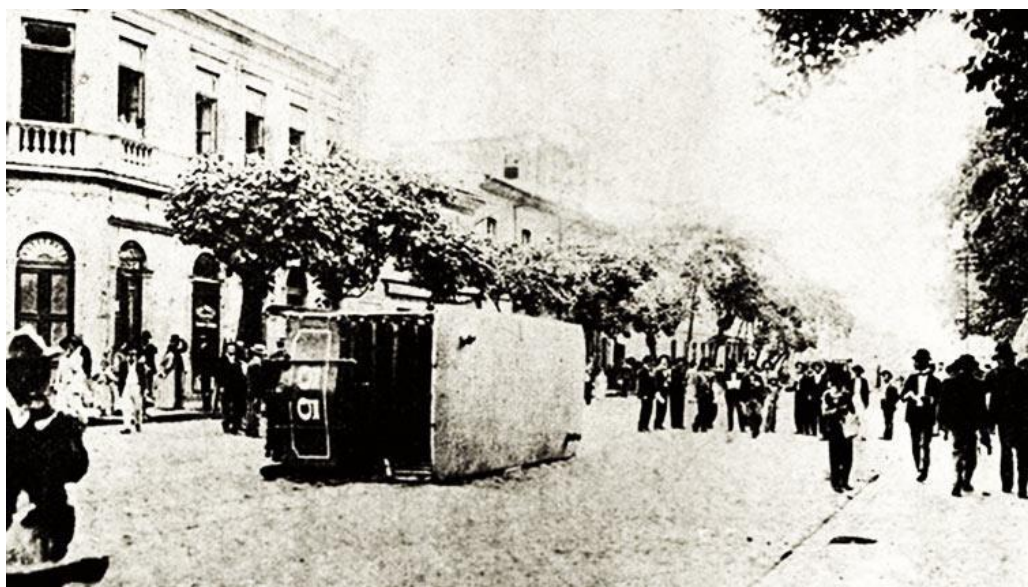


FIGURA 4 – Revolta da Vacina em 1904.

Fonte: <http://pre.univesp.br/conflitos-urbanos-revolta-da-vacina-1904#.V6OZabgrLIU>

No dia 15 de novembro de 1904, o Estado revogou a obrigatoriedade da vacina e no dia 20 do mesmo mês, a revolta é contida com cerca de mil detidos e 460 deportados (SECS, 2006, p. 44). A deportação dos revoltosos¹³ consistiu em mais uma política de “limpeza” da cidade ao extirpar o que era considerado nocivo. A revolta contra a arbitrariedade do governo, seja pela remoção dos cortiços e favelas, seja pela obrigatoriedade da vacina e a ausência de assistência social às camadas mais populares, foi recepcionada sob uma perspectiva bastante negativa, cuja continuidade jamais seria permitida. Sendo assim, o ideal proposto pelas políticas higienistas, na primeira década do século XX, relaciona os locais de moradia habitados pela

¹³ A punição ocorreu tanto para os civis quanto para os militares envolvidos no motim. Porém, os civis foram punidos de maneira mais severa, de acordo com os registros históricos.

população empobrecida e majoritariamente negra com a criminalidade e as epidemias, e, portanto, encontra como solução a eliminação de toda e qualquer ameaça às convicções sanitaristas.

Com exceção dos atingidos pelas remoções, a opinião pública, influenciada pelos meios de comunicação, se colocou a favor do plano de embelezamento e desenvolvimento pautados pelo Estado e apoiou a “limpeza urbana” executada, sem levar em consideração o destino das vidas removidas. Desse modo, a relação de integração das favelas com a cidade foi, desde o início, conflituosa e a sua permanência sempre ocorreu através da resistência popular. Portanto, ao longo da formação e estabelecimento das favelas, os moradores e moradoras enfrentaram toda a sorte de desafios a fim de defender suas moradias. Logo, a organização popular questionando a remoção era vista pelo poder público como algo que deveria estar sob controle.

Enfim, a mobilização social dos favelados sempre se apresentou como um perigo real que era necessário controlar. As políticas públicas relativas às favelas durante o século XX tiveram sempre a ambição de impor um controle social sobre os favelados, antecipando-se e limitando o potencial político contestatório dessa população. (GONÇALVES, 2013, p. 71)

As críticas em torno do modelo higienista do Estado surgiram pontuando a exclusão da população favelada das áreas centrais, e, ao mesmo tempo, ponderando a necessidade de tolerar as favelas devido à crise habitacional. Tais observações direcionaram o governo, em torno de 1910, a uma tolerância diante da existência das favelas, o que colaborou para uma considerável propagação nos anos seguintes. Contudo, o pontapé inicial dado por Pereira Passos para a reestruturação e embelezamento do Rio de Janeiro teve continuidade nas gestões seguintes.

No final da década de 1920, o prefeito Antônio Prado Júnior encomendou um plano urbanístico ao arquiteto e sociólogo francês Alfred Agache com o objetivo de modificar a cidade, de modo que atendesse às pretensões do desenvolvimento capitalista. O Plano Agache “estabelecia uma divisão mais marcada entre as classes sociais, utilizava o princípio do zoneamento e se debruçava sobre as questões do tráfego” (GONÇALVES, 2013, p.97). Inspirado pelo modelo urbanístico europeu, Agache pretendia embelezar a cidade e, portanto, considerava importante extinguir as favelas promovendo políticas que proporcionassem habitações salubres com baixo custo para os pobres.

Este plano procurou estabelecer, de forma segregacionista, uma divisão mais clara entre as classes sociais. Agache introduziu, a ideia de zoning,

procurou repensar a circulação e a mobilidade urbana, refletiu sobre a questão da moradia às diferentes classes sociais e insistiu sobre a necessidade de se estabelecer uma política de construção, a partir da aplicação de regulamentos de edificação. O plano abordou detalhadamente o problema das favelas. Segundo Agache, estas eram uma espécie de “cidade satélite de formação espontânea, que escolheu, de preferência, o alto dos morros, composta, porém, de uma população meio nômade, avessa a toda e qualquer regra de higiene”. Estabeleceu, ainda, uma análise detalhada das causas que permitiram a formação desses aglomerados, assim como já citava a emergência de um mercado imobiliário informal, afirmando que os “pequenos proprietários capitalistas que se installaram repentinamente em terrenos que não lhes pertenciam, os quaes ficariam surprehendidos e se lhes demonstrasse que não podem, em caso nenhum, reivindicar direitos de possessão.” Apesar de constatar a complexidade da estrutura interna das favelas, o arquiteto sustentava que, sendo “as favellas uma das chagas do Rio de Janeiro”, a única solução seria “num dia muito próximo, levar-lhe o ferro cauterizador” (GONÇALVES, 2006, p.15).

Embora o Plano Agache nunca tenha sido colocado em prática¹⁴, ele sugeria a remoção total das favelas. Por outro lado, evocava o desenvolvimento de políticas públicas no setor habitacional para a população empobrecida. Com o advento da Revolução de 1930, houve uma mudança política bastante significativa que trouxe outra concepção urbanística e, portanto, o Plano Agache não fora implementado. Ao contrário das gestões anteriores, o prefeito Pedro Ernesto estava centrado nas questões sociais e se aproximou da população favelada, visitando periodicamente e ouvindo suas demandas. Ao estabelecer tal diálogo, Pedro Ernesto tornou-se popular e direcionou sua gestão a promoção da cidadania, sob o controle do Estado. (GONÇALVES, 2006, p.16)

O prefeito visitou frequentemente as favelas, acolhendo as reivindicações formuladas pelos ‘centros de melhoramentos’ que se formavam em várias delas, nesta época. Duas medidas implementadas por esta administração são ricas de simbolismo e revelam a profunda mudança da política pública em relação às favelas. Primeiramente, foi a instalação de certos serviços e equipamentos no interior de algumas favelas. Esta medida tanto aceitava como legítimas as reivindicações desta população como reconhecia oficialmente as favelas como partes integrantes da cidade. A célebre reforma educacional, implementada pela prefeitura, abriu o sistema educacional para os favelados, construindo inúmeras escolas públicas perto das favelas e, pela primeira vez, construindo uma dentro de uma favela, a Escola

¹⁴ Embora o Plano Agache não tenha sido executado, o projeto foi o primeiro Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro. Finalizado em 1930, o plano foi criado para atender aos interesses da elite econômica da época, inspirou o zoneamento local e influenciou o urbanismo brasileiro. É interessante destacar que o plano produziu uma lógica excludente que permanece ativa nos dias de hoje. A seletividade é identificada no conteúdo do projeto que sugeria o deslocamento da população empobrecida para as áreas remotas da cidade.

Pública Humberto de Campos, no Morro da Mangueira (CONNIF, 1981: 118/119). Em segundo lugar, a prefeitura procurou intervir nos diversos conflitos fundiários, evitando remoções e despejos impetrados contra os favelados e abolindo as remoções violentas de anos anteriores. Observamos, assim, uma conjuntura social favorável ao reconhecimento das demandas da população favelada. (GONÇALVES, 2006, p.17)

A popularidade de Pedro Ernesto se fortaleceu e tomou grandes proporções, fato que levou Getúlio Vargas a enxergá-lo como um rival. Incomodado com a possibilidade de produzir um concorrente, Vargas afastou o médico das suas funções na prefeitura. De acordo com a história das favelas, a permanência das construções habitacionais populares foi tolerada, especificamente entre 1930 e o final da década de 1950. Mais uma vez, a expansão urbana promovida pelo capital por meio do processo de industrialização e o aumento populacional favorecido pelo fluxo migratório do campo para a cidade promoveram uma crise habitacional. Desta vez, a irregularidade da ocupação do solo urbano foi conveniente em termos de produção, espaço e estrutura social (SANTOS, 1981, p.25), pois, era proveitoso manter os trabalhadores morando próximo ao local de trabalho para que o processo de industrialização e expansão ocorresse de maneira acelerada.

No decurso dessas duas décadas, as favelas se multiplicaram em diversos pontos da cidade, geralmente próximas as indústrias localizadas nos bairros da Zona Norte, como por exemplo, Benfica, Del Castilho, Jacarezinho, Maria da Graça, Irajá, Costa Barros, dentre outras. Embora os subúrbios abrigassem a maior parte das favelas, alguns bairros da Zona Sul também as hospedaram, evidenciando aqueles que possuíam fábricas, tais como a Gávea e o Jardim Botânico. Nesse sentido, é importante lembrar que o Decreto- Lei 6.000/37, conhecido como o Código de Obras de 1937, foi promulgada com o objetivo de definir uma zona industrial, excluindo as zonas norte e sul, fato este que obrigou a desocupação dos terrenos e a mudança das indústrias para outros locais da cidade. Deste modo, descreve Maurício de Abreu:

(...) é também a partir da década de 1930 que o Estado passa a intervir no processo de localização industrial, surgindo dessa iniciativa o Decreto-Lei 6.000/37, que definiu pela primeira vez uma zona industrial na cidade. Como dessa nova área foram excluídos os bairros da zona sul e norte do Rio (muitos com tradição fabril, como Gávea, Jardim Botânico e Laranjeiras), as mudanças em forma e conteúdo impostas ao espaço passaram a ser inevitáveis. Impedidas de se expandir nessas áreas da cidade, e ocupando terrenos agora extremamente valorizados, essas indústrias logo optaram por transferir-se para outros locais, ou encerraram mesmo suas atividades,

loteando seus terrenos e obtendo, com isso, grandes lucros. (ABREU, 1988, p.101)

Dentro dessa concepção expansionista nos subúrbios, o surgimento de novas favelas acompanhou o desenvolvimento das áreas industriais que foi potencializado pelo avanço da malha ferroviária e rodoviária. O caso da abertura da Avenida Brasil é um exemplo desta expansão. Inaugurada em 1946, esta rodovia ampliou a ocupação das suas áreas próximas devido à instalação de armazéns, oficinas e garagens, o que por sua vez, atraiu mão-de-obra farta e barata (ABREU, 1988, p.163). Essa concentração de pessoas se constituiu como um cenário ideal para a aparição de novas favelas, já que os trabalhadores necessitavam residir próximo ao local de trabalho.

A interiorização da cidade proporcionada pela abertura da via, previa ainda, maior intercomunicação dos já existentes bairros do subúrbio e o povoamento e adensamento de áreas ainda inóspitas e pouca habitadas como a baixada fluminense. A passagem da via por essas regiões levou também obras de melhorias estruturais, entre elas, saneamento, impermeabilização do solo e calçamento, levando infraestrutura ao campo, evidenciando também, seu caráter urbanizador. Observa-se neste momento, o crescimento das favelas ao longo da via motivado pelo fácil acesso ao centro e outras áreas do subúrbio. (ABREU, 1988, p.164)

A fotografia abaixo mostra um trecho da Avenida Brasil, em meados da década de 1950, já na fase de desenvolvimento. É possível perceber casas construídas em cima de pequenos barrancos de terra, mostrando, portanto, que a região abrigou a construção de novos imóveis, cujo crescimento se deu devido a facilidade em residir próximo ao local de trabalho, dada a expansão de indústrias na referida rodovia. E, por outro lado,



FIGURA 5 – Avenida Brasil.

Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/432978951651694494/>

era interessante aos industriais que seus funcionários morassem próximo da localidade onde exerciam suas atividades laborais. Tal observação pode explicar a tolerância por parte do Estado em permitir a construção de casas na Avenida Brasil.

Faz-se necessário, portanto, resgatar as políticas urbanísticas deste período de 1930 a 1960, que, para além da questão industrial, buscaram a regulação das áreas faveladas. O Código de Obras de 1937 definiu pela primeira vez o termo “favela” e proibiu o aparecimento de novas construções. Essa dualidade colocada pela legislação propõe a afirmação do conceito de favela *versus* a negação das condições de melhoria das construções demonstrando o interesse do poder público na manutenção da precariedade para evitar sua consolidação (GONÇALVES, 2006, p.18).

Artigo 349: A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste Decreto, não será absolutamente permitida. § 1º- Nas favelas existentes é absolutamente proibido levantar ou construir novos casebres, executar qualquer obra nos que existem ou fazer qualquer construção. § 2º – A prefeitura providenciará (...) por todos os meios ao seu alcance para impedir a formação de novas favelas ou para a ampliação e a execução de qualquer obra nas existentes, mandando proceder sumariamente à demolição dos novos casebres, daqueles em que for realizada qualquer obra e de qualquer construção que seja feita nas favelas. § 3º - Verificada pelas Delegacias Fiscais ou pela Diretoria de Engenharia, a infração ao presente artigo, deverá o fato ser levado com urgência ao conhecimento da Diretoria de Engenharia que, depois de obtida a necessária autorização do Secretário Geral de Viação e Obras Públicas, mandará proceder à demolição sumária, independentemente de intimação e apenas mediante aviso prévio dado com 24 horas de antecedência. § 5º - Tratando-se de favela formada ou construída em terreno de propriedade particular, será o respectivo proprietário passível (...) da aplicação da multa correspondente à execução de obra sem licença e com desrespeito ao zoneamento. § 7º- Quando a prefeitura verificar que existe exploração de favela pela cobrança de aluguel de casebres ou pelo arrendamento ou aluguel do solo, as multas serão aplicadas em dobro (...) § 8º - A construção ou armação de casebres destinados à habitação, nos terrenos, pátios ou quintais dos prédios, fica sujeita às disposições deste artigo. § 9º- A Prefeitura providenciará como estabelece o Título IV do Capítulo deste Decreto para a extinção das favelas e a formação, para substituí-las, de núcleos de habitação de tipo mínimo. (GONÇALVES, 2006, p. 17-18)

De acordo com o artigo 349 do Código de Obras de 1937, a tolerância às

favelas, outrora estabelecidas, encontra limite no que se refere às suas benfeitorias. No entanto, a proibição legal da construção de novas favelas se tornou flexibilizada diante da necessidade da existência de moradias que pudessem manter os trabalhadores próximos às indústrias e, assim, prosseguir com a produção em alta escala. Na verdade, as favelas colaboraram para o processo de expansão não apenas da ocupação das áreas próximas ao setor industrial como também do capital, considerando que tal produção jamais seria possível sem a presença dos trabalhadores.

Na década de 1960, período marcado pela truculência e violação de direitos promovidos pela ditadura militar, a favela mais uma vez se tornou alvo da política remocionista. Durante a gestão do Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara (1960 - 1965), a retirada de casas e barracos dos morros foi promovida simultaneamente com o reassentamento dos moradores nos conjuntos habitacionais em locais distantes.

Lacerda criou a Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara - COHAB com o objetivo de promover a construção desses conjuntos habitacionais e assim estimulou o processo de periferação da cidade. No período de 1950 a 1960, a população favelada passou de 170 mil para 330 mil habitantes (RIBEIRO e LAGO, 1991 apud BRUM, 2013, p. 180). Deste modo, a “favela-problema” continuava a ser uma chaga que precisava ser extirpada da cidade. Portanto, ao assumir o poder em 1964, o governo militar compreendeu a favela como um espaço que crescia desordenadamente e precisava ser controlado.

O Relatório da Comissão da Verdade do Rio¹⁵ mostra como as políticas repressoras no período da ditadura militar deram continuidade à segregação espacial urbana. Segundo este documento, mais de cem mil pessoas foram atingidas pelas remoções entre 1964-1973 (PESTANA; OAKIM; 2015, p. 116) sob a justificativa do reordenamento do espaço urbano e do desenvolvimento de importantes obras públicas que trariam melhorias para a cidade. Portanto, o golpe militar, ocorrido em 1964, promoveu uma repressão aos movimentos populares ligados às associações das

¹⁵ A Comissão da Verdade do Rio (CEV-Rio) foi criada pela lei 6.335/2012 para esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas pelo Estado, no período entre 1946 e 1988, contribuindo para efetivar o direito à memória e à verdade histórica. Iniciou seus trabalhos em 8 de março de 2013, concluindo-os em 13 de novembro de 2015. Ao longo de dois anos e oito meses, a CEV-Rio dedicou-se ao esclarecimento de casos de prisão ilegal, tortura, morte, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver, ocorridos no estado do Rio de Janeiro, especialmente a partir do golpe de 1964, e procurou identificar as estruturas, os locais e as instituições relacionadas às sistemáticas violações de direitos humanos. (Relatório CEV-Rio, 2015, p. 18)

favelas, principalmente às lideranças que organizavam a resistência contra as remoções.

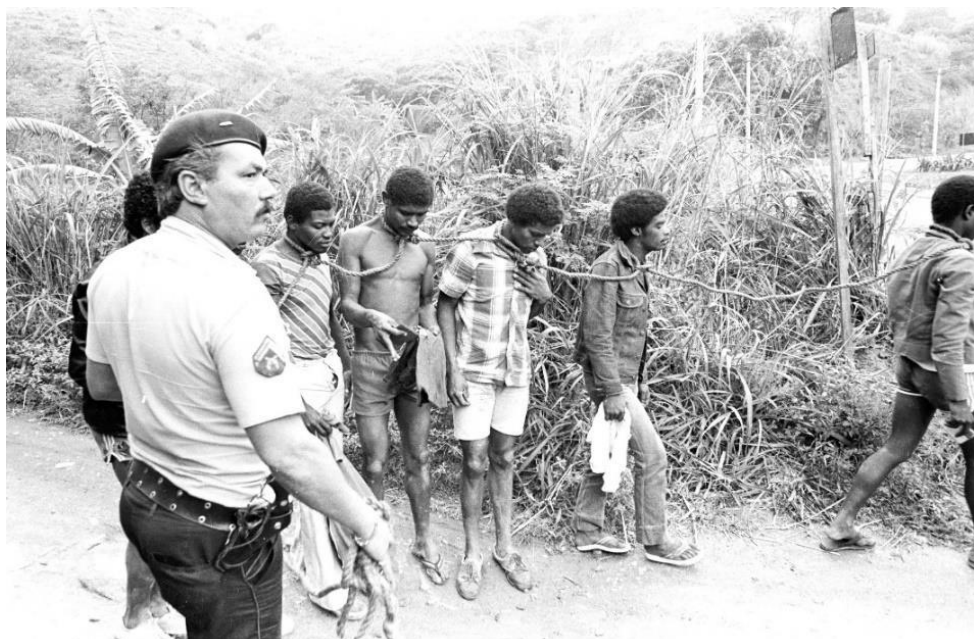


Figura 6 – Repressão policial na favela durante a ditadura militar.

Fonte: <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/163790/Os-efeitos-da-ditadura-nas-Favelas-do-Rio.htm>

A fotografia destacada acima demonstra o tratamento dado pela polícia aos homens negros moradores de favelas, que, amarrados pelos pés e pescoço, são conduzidos por um policial, cuja conduta se assemelha ao modo de captura executado nos tempos da escravidão. É uma imagem simbólica que revela o olhar do Estado, carregado de estereótipos e preconceitos, sobre a população favelada e negra. Tal ação retrata homens negros conduzidos de forma análoga ao transporte de animais, escancarando o tratamento desumano imposto à população negra.

Um exemplo emblemático deste período foi a remoção da Favela do Esqueleto¹⁶. A demolição dos barracos e casas foi realizada para executar a construção da Universidade Estadual do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Próxima ao Estádio do Maracanã, a favela em questão chegou a ter cerca de quatro mil barracos e doze mil

¹⁶ A Favela do Esqueleto era uma das maiores favelas da cidade do Rio de Janeiro e recebeu esse nome porque foi construída em meio ao esqueleto do prédio que seria, a princípio, o Hospital das Clínicas. A construção foi abandonada em meados da década de 1930 e posteriormente foi ocupada por pessoas desprovidas de moradia. Uma vez que o prédio enfeitado se tornou solução habitacional, o terreno em volta à sua volta também fora ocupado pela construção de casas dando origem a favela do Esqueleto. Segundo a pesquisadora Juliana Oakim Bandeira de Mello (2015), a favela sofreu ameaças de remoção total em 1960, devido a abertura da Avenida Radial Oeste, mas, sua aniquilação se deu no contexto da construção da atual UERJ.

habitantes.



FIGURA 7 – Remoção da Favela do Esqueleto e construção da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ. Fonte: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/uerj-universidade-que-cresceu-na-area-de-uma-favela-quase-fechou-ha-50-anos-16335150>

Como é possível visualizar na figura acima, que inclusive está arquivada no acervo do *Jornal O Globo*, a construção da universidade se deu em meio às casas. À medida que as residências eram demolidas, a construção avançava e estabelecia sua hercúlea estrutura. Essa fotografia registra os momentos iniciais da edificação que mais tarde se tornaria um dos maiores estabelecimentos de ensino superior da cidade. E nesse fato há uma crueldade tamanha, pois, centenas de pessoas foram removidas das suas casas para dar lugar a um espaço educacional no qual dificilmente teriam condição de usufruir.

Diante da ameaça de remoção forçada, os moradores se organizaram para resistir e convocaram um plebiscito com o objetivo de mostrar aos representantes do governo suas insatisfações em relação a ação arbitrária do Estado, como demonstram os autores Juliana Oakim e Marco Pestana:

Ainda em dezembro daquele ano, teve início o processo de remoção da Favela do Esqueleto, localizada no bairro do Maracanã onde atualmente se encontra a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Também neste caso, os moradores buscaram enfrentar o governo. Organizaram um plebiscito na favela para os dias 12 e 13 daquele mês, cujo objetivo era demonstrar para o poder público que

a remoção não era um desejo das pessoas que ali moravam. Contudo, o então presidente da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), Etevaldo Justino de Oliveira, foi preso para averiguações pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) no dia 9. No dia 10, uma “turma de policiais” foi à Favela do Esqueleto e “encontrou a sede da Associação dos Amigos da Vila São Jorge com suas dependências fechadas, nenhuma movimentação ocorrendo na favela”. Somente na noite do dia 10 a família de Etevaldo o localizou. Ainda assim, ele permaneceu mais cinco dias detido. Dessa forma, o plebiscito foi oficialmente cancelado e a remoção da Favela do Esqueleto pode ser efetuada. (PESTANA; OAKIM; 2015, p. 117)

A desmobilização da articulação de luta pela permanência no local, realizada pelos militares ao capturarem o presidente da FAFEG, enfraqueceu o movimento de resistência dos moradores da favela do Esqueleto. Assim, parte da favela do Esqueleto foi reassentada em conjuntos populares da Vila Kennedy, no bairro de Bangu, localizado na Zona Oeste da cidade.

Após o episódio da captura do presidente da FAFEG, remoções pontuais foram realizadas até que, em 1968, a gestão militar criou a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana - CHISAM através do Decreto nº 62.654, de 3 de maio de 1968 (PESTANA; OAKIM; 2015, p. 118). Esse órgão era responsável pela execução de um programa, criado por lei, de desfavelamento da cidade, seja em curto, médio ou longo prazo. A CHISAM impulsionou outro período de remoções para cumprir seus objetivos, sempre acompanhada do poder de polícia para reprimir quaisquer manifestações contrárias expressadas pelos moradores.

À CHISAM ficaram subordinados os dois órgãos estaduais que eram responsáveis pelas remoções: a Secretaria de Serviço Social e a COHAB. Assim, a ditadura efetivamente investiu na viabilização das remoções, não só ao voltar seu aparato repressivo para o sufocamento das ações de resistência, mas também ao tomar as rédeas da política habitacional, garantindo os recursos e a força política necessários para buscar a erradicação das favelas da Guanabara. Sob a égide da CHISAM, entre setembro de 1968 e o final de 1971, as remoções se concentraram fortemente nas favelas dos bairros da Lagoa (Praia do Pinto, Ilha das Dragas, Piraquê, Catacumba), Gávea (Parque Proletário da Gávea, Alto Solar) e Humaitá (Guarda, Corcovado, Macedo Sobrinho); ainda que tenham atingido outras localidades da Zona Sul (Rocinha, Santa Marta), da Zona Norte (Parque Rubens Vaz, Cachoeirinha, Roque Pinto), da Zona Oeste (Favela da Restinga) e as proximidades do centro da cidade (Pau Fincado, Pau Rolou, Arará). (PESTANA; OAKIM; 2015, p. 118)

É interessante perceber que as favelas atingidas estão localizadas em áreas consideradas como privilegiadas e o reassentamento dos moradores é realizado em

locais distantes da região central da cidade, como por exemplo, a Zona Oeste. Assim, o ideal higienista se apresenta uma vez que os habitantes das favelas, de maioria negra e pobre, são impedidos de residir nas áreas nobres e deslocados de maneira forçada para bairros afastados. O estereótipo “favelado” foi um dos fatores que fundamentou a evacuação das favelas, visto que os moradores eram considerados como pessoas que não estavam aptas a viver nos bairros de classes sociais economicamente favorecidas. Ou seja, não era possível integrá-los ao modo de vida “civilizado e moderno” determinado pelo desenvolvimento capitalista. Portanto, era preciso deslocar essa população para bairros populares que seriam mais adequados à sua condição socioeconômica, como pontua o autor Mario Brum.

Desde o surgimento da favela houve um permanente desejo por parte de setores da sociedade em extingui-la. Ela foi por vezes tolerada pelo Estado, chegando até mesmo a receber obras pontuais de urbanização (Fundação Leão XIII, Cruzada São Sebastião, SERPFHA...). No entanto, com a criação da CHISAM houve uma mudança de qualidade significativa na postura do Estado diante das favelas, em que o sentido foi de eliminá-las da paisagem urbana. O favelado era visto como alguém não-integrado ao bairro onde a favela se localizava, em que pese a sua participação na cidade de diversas formas (no mínimo, através do mercado de trabalho das redondezas, como ‘peões’, porteiros, faxineiras, garçons, etc). Ou seja, o favelado era alguém integrado. Imputava-se, porém, exclusivamente a ele toda a responsabilidade pela relação conflituosa que a cidade tinha com as favelas. De modo que a remoção serviria para regenerar os favelados em novos ambientes e localização na cidade que, segundo esta linha de pensamento, seriam mais adequados a ele. (BRUM, 2013, p. 184)

As favelas eram definidas como “espaços deformados” e por isso precisavam ser extintas. A deformidade em questão não estava apenas atrelada à estética precária, em contraste com a cidade, mas também ao estereótipo em torno dos favelados, considerados como alheios à civilização, marginalizados, perigosos. Os favelados ofereciam risco não somente por sua condição socioeconômica, bem como por suas articulações políticas.

Desse modo, a remoção para áreas distantes reduzia as possibilidades de os moradores organizarem algum tipo de levante popular. Diante desta probabilidade, foi estabelecida uma vigilância contínua nas favelas, por meio de incursões policiais, que tinha por objetivo investigar a infiltração de comunistas nos movimentos populares. A perseguição às favelas aumentava à medida que a truculência e violência promovidas

pelo golpe militar atingia o seu ápice.

Em meados da década de 70, o programa de desfavelamento executado pela CHISAM se desacelerou, ao final da gestão do governador Negrão de Lima, de modo que as remoções diminuíram a ponto de serem abandonadas. Essa conjuntura foi possível devido a alguns fatores que colocaram a política remocionista em xeque. A remoção estava condicionada a construção dos conjuntos habitacionais para onde eram transferidos os moradores. Portanto, a CHISAM pretendia transformar os favelados em proprietários de imóveis legalizados, integrando-os ao pretense modelo de cidade. No entanto, o programa institucional encontrou alguns obstáculos que favoreceram o abandono da política remocionista, como veremos a seguir:

O programa CHISAM começou a arrefecer após o fim da gestão Negrão de Lima, sendo as remoções lentamente abandonadas por vários fatores: O primeiro deles diz respeito à transformação dos favelados em proprietários incorporados; o que não ocorreu como planejado por diversos problemas: a precariedade das novas habitações; o choque dos transferidos com a vida num novo local; a distância dos postos de trabalho ocupados pelos moradores na época da remoção; a inadimplência por parte dos removidos, que tiveram um aumento brusco nas suas despesas mensais (visto existirem custos extras, como contas de condomínio, luz, água e transporte, que muitas vezes inexistiam na moradia anterior) e muitas vezes perderam o emprego, já que o mesmo se localizava próximo à favela de origem. O segundo fator é tanto de ordem econômica quanto política. No período da Ditadura de 1964 foram aprofundadas as relações capitalistas e reprimidos os movimentos sociais e setores oposicionistas que pudessem reivindicar a manutenção das mínimas políticas de Bem-Estar Social da era Vargas para habitação, que faziam com que o Estado, ainda que agisse no sentido de remover as favelas, oferecesse alguma opção de moradia, por mais questionáveis que fossem os métodos e esta opção em si. (BRUM, 2013, p. 184)

O projeto idealizado pela CHISAM para regular a vida da população empobrecida não observou as condições de sobrevivência dos moradores nas novas localidades. O alto custo de vida imposto pelo deslocamento conduziu a inadimplência. Assim, as exigências formais do novo modo de vida oneraram os ex-favelados de modo que muitos abandonaram os imóveis e retornaram para outras favelas. A precariedade do sistema de transporte nos locais distantes prejudicou a possibilidade de transitar pela cidade, causando inúmeros transtornos aos removidos. Portanto, o foco da política habitacional não estava direcionado aos favelados, mas aos interesses dos empresários do setor imobiliário, que construíram condomínios populares com o objetivo de vender os imóveis para a população removida e assim obter lucro.

Enquanto a década de 1970 foi pautada por remoções residuais, os anos de 1980 se destacaram pelo aumento da população favelada. Novas favelas surgiram e as existentes ampliaram seus territórios. Entre as décadas de 1980 e 1990, a flexibilização dos anos de chumbo, diante do processo de redemocratização do Brasil, permitiu a consolidação das favelas, ao mesmo tempo em que a expansão urbana se direcionava para a região da Barra da Tijuca.

Apesar das favelas não serem mencionadas diretamente no texto da Constituição Federal de 1988, houve previsão, no art. 23, de políticas voltadas para produção de moradias, de melhorias do parque imobiliário já existente, políticas públicas direcionadas para o combate da pobreza e os fatores de exclusão, além de promover uma integração social dos setores sociais menos favorecidos (GONÇALVES, 2013, p.292). Desta maneira, os programas habitacionais passaram a urbanizar as favelas, consolidando seu processo de permanência.

Em 1992, na prefeitura de Marcello Alencar, com o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, uma exigência da Constituição de 1988, a via urbanizadora das favelas é consolidada como função do poder público. Em consonância com os princípios do Plano Diretor surge, em 1993, o programa Favela Bairro. A urbanização das favelas se consolidou e as remoções pareciam estar definitivamente eliminadas do vocabulário da cidade. (BRUM, 2013, p. 192)

Esse processo de transformação das áreas favelizadas foi recepcionado como a solução para integrá-las a cidade. O Plano Diretor do Município do Rio de Janeiro¹⁷ impulsionou a realização de programas como o Favela-Bairro¹⁸, que para além da estruturação e embelezamento das vias de acesso e moradias, pretendia estabelecer a presença dos equipamentos públicos, tais como escolas, postos de saúde, áreas de lazer, dentre outros.

Embora a tentativa de readequar a favela ao desenvolvimento do espaço urbano tenha sido uma das principais ações das décadas de 1980 e 1990, as remoções

¹⁷ O Plano Diretor de 1992, implementado pela Lei Complementar nº 16, de 4 de junho de 1992, estabeleceu as normas e procedimentos para a realização da política urbana do Município, fixando as suas diretrizes, prevendo instrumentos para a sua execução e definindo políticas setoriais e seus programas, a fim de buscar o pleno atendimento das funções sociais da Cidade. Tal plano foi revogado pela Lei Complementar nº 111, de 1º de fevereiro de 2011, que inseriu o Plano Diretor vigente.

¹⁸ Segundo o portal da Prefeitura do Rio de Janeiro, integrar a favela à cidade é a principal meta do Programa Favela-Bairro. Coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o programa implanta infraestrutura urbana, serviços, equipamentos públicos e políticas sociais nas comunidades beneficiadas. Disponível em: http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/favela_bairro.htm. Acesso em 23.02.2017

não desapareceram por completo da política habitacional da cidade do Rio de Janeiro. Nesse período, a Barra da Tijuca, em constante expansão, passou a abrigar a classe média alta e teve o seu território ocupado por condomínios e shopping centers. Paralelo a esse crescimento, surgiram favelas que foram ocupadas pelos trabalhadores dessa nova estrutura, preenchida por centros comerciais de luxo que encubaram empresas internacionais.

O foco da expansão urbana deixara de ser a Zona Sul e passara a ser a Barra da Tijuca, reduzindo a pressão sobre as favelas e a necessidade da ‘conquista’ dos terrenos por elas ocupados. Não à toa, foi na Barra que prevaleceram campanhas pela remoção de favelas na década de 1980, como vemos na matéria de O Globo de março de 1989, com o título de “As favelas se multiplicam na Barra da Tijuca”, que se concretizou com os despejos das favelas Via Park, nas imediações do Barrashopping, e Vila Marapendi, próxima de onde hoje está o Shopping Downtown, áreas extremamente valorizadas. (BRUM, 2013, p. 190)

Essa dualidade tolerância *versus* erradicação acompanha as favelas desde o seu surgimento, funcionando sempre de acordo com os interesses do Estado e do empresariado local. Quando é conveniente e vantajoso para a elite e o governo, abre-se mão da retirada das casas e vidas que nelas habitam. No entanto, quando acontecem eventos que tendem a supervalorizar o solo urbano, gerando especulação imobiliária, a política de remoção é retomada de maneira aviltante, desrespeitando os direitos dos moradores das favelas. No item a seguir, veremos como os megaeventos esportivos foram utilizados como argumento para promover a maior remoção das favelas que a cidade do Rio de Janeiro já presenciou.

1.2.POLÍTICAS DE REMOÇÃO FORÇADA: A CONTINUIDADE DA HIGIENIZAÇÃO RACIAL NO SÉCULO XXI

As políticas de remoção das favelas foram intensificadas pelo governo local desde o anúncio da realização dos megaeventos esportivos, sendo eles a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas 2016. Desde então, milhares de famílias foram removidas sob o argumento da reurbanização, tendo em vista que a cidade do Rio de Janeiro necessitaria se adequar às exigências da FIFA – Federação Internacional de Futebol e do COI – Comitê Olímpico Internacional, organizações responsáveis pela realização de tais eventos.

Desse modo, os eventos acima citados serviram como uma grande justificativa para promover um reordenamento urbano que trouxesse grandes investidores e

empresários para a antiga capital do país. E mais uma vez, em nome de uma visão progressista e desenvolvimentista, a remoção das favelas foi a solução encontrada pelo poder público para alavancar um conjunto de mudanças que atenderiam aos interesses da grande especulação imobiliária que se instalou na cidade após a divulgação da realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

No dia dois de outubro de 2009, a população carioca participou de uma grande comemoração na Praia de Copacabana durante a escolha da cidade do Rio de Janeiro como a anfitriã dos Jogos Olímpicos de 2016. A Prefeitura colocou um enorme telão para que todos torcessem pelo momento em que seria proclamada a cidade eleita para a execução das Olimpíadas. Todavia, o que talvez não fosse possível imaginar naquele cenário comemorativo era a sequência de infortúnios que acompanharia uma parcela da população e que marcaria a vida de algumas pessoas de maneira profunda e impiedosa.

Em 07 de janeiro de 2010, meses após o anúncio do Rio de Janeiro como cidade-sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, o jornal *O Globo Online* publicou a notícia de que 119 favelas seriam removidas pela Prefeitura até o ano de 2012. Na ocasião, o secretário municipal de habitação, Jorge Bittar, informou que as favelas listadas seriam integralmente removidas sob o argumento da localização em área de risco de deslizamento ou inundação, de proteção ambiental ou de logradouros públicos. Segundo a matéria jornalística, ao menos 12.196 domicílios seriam removidos, resultando em cerca de 2,34 milhões de metros quadrados desocupados. Dentre as favelas elencadas, foram citadas a do Horto, localizada no Jardim Botânico, a Indiana, na Tijuca, Metrô Mangueira, no Maracanã, CCPL, em Benfica, Vila Autódromo, na Barra e Vila Taboinhas, em Vargem Grande.



FIGURA 8 – Publicação da lista das 119 favelas que seriam removidas até 2012 pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Fonte: <http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-removera-119-favelas-ate-fim-de-2012-3072053>

A matéria em questão trouxe ainda parte do plano de execução da grande remoção que se abateria sobre a cidade olímpica. Para o reassentamento das famílias removidas foi elaborado um orçamento em torno de 244 milhões de reais que estava destinado à três modalidades de indenização: Compra Assistida, Aluguel Social e o oferecimento direto dos imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida¹⁹. A Compra Assistida é uma negociação onde o morador escolhe o imóvel onde deseja ser reassentado e a Prefeitura paga por ele, desde que o valor do novo imóvel seja compatível com o antigo. Por outro lado, o aluguel social é um recurso temporário, pago pelo Município, com o objetivo de pagar o aluguel de um imóvel enquanto os moradores não possuem uma solução de habitação definitiva. Geralmente, essas modalidades são mediadas por algum defensor público que, no âmbito da sua função, presta assessoria jurídica aos moradores, auxiliando na compreensão de tais medidas para a execução do contrato.

Nesse contexto, foram oferecidos apartamentos do programa Minha Casa Minha Vida, como solução de moradia para os removidos, os quais deveriam pagar uma taxa específica fixa durante um período de 36 meses para se tornar proprietário do imóvel. E assim, deu-se início a um novo período de instabilidade para as favelas cariocas, na medida em que não foram estabelecidos critérios técnicos para as

¹⁹ O **Programa Minha Casa, Minha Vida** (PMCMV) foi lançado em março de 2009 pelo Governo Federal para permitir o acesso à casa própria para famílias de baixa renda. O PMCMV subsidia a aquisição da casa/apartamento próprio para famílias com renda até R\$ 1,6 mil e, facilita as condições de acesso ao imóvel para famílias com renda até R\$ 5 mil. (BRASIL, 2014)

remoções. Analisando a dinâmica executada pelo Município, não há dúvidas de que os megaeventos foram apenas um estímulo para fomentar o processo de especulação imobiliária pautado no modelo neoliberal de desenvolvimento urbano.

Se Pereira Passos e Carlos Lacerda ficaram consagrados na memória coletiva como representantes da política de despejos massivos, o número de pessoas removidas na gestão de Eduardo Paes supera – e muito – o das anteriores. Não se trata apenas de uma mudança quantitativa. Esses dados alteram nossa compreensão da história: as cenas brutais de *A revolta da Vacina* e de *O Cortiço* não só não ficaram no passado, mas são amplificadas e ganham maior complexidade com novas mediações entre público e privado, com a extração sem precedentes de lucros que combina ganhos imobiliários. Não se trata apenas de uma nova escala de despossessão urbana que atinge o território da informalidade, mas também de uma nova dimensão da própria despossessão, na medida em que, em tempos de capitalismo financeirizado, a terra se tornou elemento central no processo de circulação dos excedentes financeiros globais, transformados em várias formas de capitais fictícios. (ROLNIK, 2015, p.12)

O trecho ora destacado se encontra no prefácio, escrito por Raquel Rolnik, do livro “SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico”, do arquiteto Lucas Faulhaber e da jornalista Lena Azevedo. Nele, a urbanista e ex-relatora especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU para o Direito à Moradia Adequada mostra que a nova face do capitalismo utiliza eventos de ordem mundial para se apropriar da terra, agindo de maneira diversa do início do século XX. Portanto, neste modelo econômico, a dinâmica torna-se mais complexa devido à parceria público-privada, e, ainda que esta aponte um empresariado supostamente preocupado com o setor social, termina por impor um cenário desenvolvimentista, sem haver participação popular.

O espaço urbano em disputa é apropriado com facilidade pelo capital que encontra no Estado um parceiro fiel ao mercado global, surgindo como um “forte indutor na produção de riquezas para determinados setores” (AZEVEDO; FAULHABER, 2015, p.77). Isto posto, o projeto de cidade é pensado a partir de um consenso entre empresários e políticos que visam interesses próprios. Este consenso, apontado por Faulhaber em sua obra, se manifesta a partir das alianças políticas e do financiamento das campanhas eleitorais. Os maiores doadores das campanhas municipais para a eleição do prefeito Eduardo Paes em 2008 e 2012 estão ligados ao setor imobiliário. Assim, empreiteiras envolvidas com as obras das estruturas dos Jogos Olímpicos de 2016 investiram quantias generosas para a eleição do candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro

- PMDB.

De acordo com o levantamento realizado por Faulhaber (2015, p.31), durante a corrida eleitoral de 2012, a Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções, responsável pela construção do Parque Olímpico, doou R\$ 650.000,00 a OAS S.A, encarregada das obras do Porto Maravilha, Transolímpica e Transcarioca, colaborou com R\$ 500.000,00, a Cyrela Monza Empreendimentos Imobiliários, incumbida da estrutura do Campo de Golfe, contribuiu com R\$ 500.000,00. Somando todas as doações, realizadas por empreiteiras, bancos e comércio, a arrecadação para a campanha de Paes esteve em torno de 11 milhões de reais.

Essas informações são cruciais para compreender as reformas urbanas realizadas no Rio olímpico. A especulação imobiliária, ao supervalorizar o solo urbano, define as diretrizes do processo de transformação da cidade. Dentro desta perspectiva, o consenso obtido na parceria público-privada, acerca do novo modelo de urbe, se desdobrou sobre as remoções/desapropriações e caminhou de maneira acelerada, desrespeitando os direitos de parte da população carioca.

No processo de desapropriação do espaço urbano pelo capital ao longo da história da cidade, um fenômeno recorrente foi a expulsão das camadas socioeconomicamente mais vulneráveis dos territórios de maior valor de mercado. Foi assim com a caça aos cortiços da região central, com os incêndios das favelas da Zona Sul, dentre outras. Nesta atual gestão municipal, essa política volta a apresentar destaque para uma suposta valorização da cidade, atingindo novas fronteiras de intervenção. (AZEVEDO; FAULHABER, 2015, p.36)

Nesse contexto, é interessante perceber que a gestão municipal encontrou apoio popular, na medida em que justificou a necessidade da adequação do espaço urbano aos padrões exigidos pelos eventos internacionais: Copa das Confederações (2013), Jornada Mundial da Juventude (2013), Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos de 2016 (AZEVEDO; FAULHABER, 2015, p.34). Sendo assim, as intervenções urbanísticas se fundamentaram sob o caráter da urgência e imprescindibilidade da estrutura para a execução de tais eventos. Neste sentido, assinala Rolnik:

Do ponto de vista do impacto nas cidades, pelo menos dois elementos marcam a constituição de um cenário novo: a integração dos trabalhadores no mercado de consumo (inclusive da mercadoria “casa”), a inserção da acumulação urbana nos circuitos financeiros globalizados. (...) O modelo de “integração pelo consumo”, o crescimento com geração de empregos e melhoria das condições salariais – tipicamente identificada com as reivindicações sindicais – definiu a priorização do uso de recursos públicos para promover o

desenvolvimento urbano via promoção de grandes projetos de infraestrutura que redesenham a rede urbana do país, sem fortalecer espaços de planejamento e ordenamento territorial e nem construir um sistema de gestão do território federativo, levando em consideração as fragilidades e potências dos processos locais. (ROLNIK, 2011, p.13)

A ideia de desenvolvimento está vinculada a integração por meio do consumo, o que conduz a sociedade a aceitar as grandes intervenções urbanas, mesmo que não exista um diálogo entre o governo e as localidades atingidas pelas obras. Desse modo, a promessa do legado que os megaeventos esportivos deixariam para a cidade justifica, em certa medida, o uso dos recursos públicos para promover as adequações necessárias para a realização dos eventos, ainda que isso signifique sacrificar parte de seus habitantes. Assim, programas que têm por objetivo sanar o déficit habitacional, como por exemplo, o Minha Casa Minha Vida, são utilizados pelo governo local para abrigar pessoas removidas, o que por sua vez se torna uma tentativa cínica de promover a inclusão dentro de um processo de exclusão, tornando os trabalhadores consumidores do produto “casa”, vendido por empreiteiras que atuam sob a lógica do circuito financeiro globalizado.

Essas intervenções no espaço urbano são consideradas por grande parte da sociedade como um investimento realizado pelo poder público, algo que valorizará bairros e trará desenvolvimento para a cidade. Portanto, apenas aqueles atingidos de maneira negativa pelas obras e os movimentos sociais que acompanham as violações de direitos se manifestam contra essa dinâmica excludente que marginaliza cada vez mais a vida das pessoas que já se encontram em situação de vulnerabilidade econômica e social. Na verdade, o discurso “não se pode fazer uma omelete sem quebrar alguns ovos²⁰”, pensado e proferido por membros do governo e divulgado por veículos de comunicação, converte-se em argumento aceitável, o que por sua vez, justifica as políticas arbitrárias de remoção.

Por outro lado, faz-se necessário identificar quais as razões apresentadas pela prefeitura para remover as favelas. A Gerência de Terras e Reassentamento da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) indica suas principais motivações: a) área

²⁰ As frases “Não se pode fazer um omelete sem quebrar alguns ovos” e que “o remédio para trazer a paz, muitas vezes, passa por alguma ação que traz sangue” foram proferidas pelo ex Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro José Mariano Beltrame em matéria do Jornal O Globo, 29/06/2007, pp. 14, a fim de justificar as mortes ocorridas durante confrontos nas favelas.

de risco, alcançando 44,5%; b) obras da SMH com 42,3%; c) obras de outras secretarias, 9,3%; d) Transoeste, 2,8%; e) Transcarioca, 0,7%; f) Porto Maravilha, 0,4% (AZEVEDO; FAULHABER, 2015, p.48). A partir desses dados, é possível compreender que a conjuntura das remoções envolve diretamente as obras de reorganização do espaço urbano.

Apesar de existirem diversos motivos alegados para remover as favelas, eles variam de acordo com a localização. Por exemplo, no caso da favela Estradinha-Botafogo, a Secretaria Municipal de Habitação afirmou aos moradores, sem estudo prévio local, que toda a comunidade estaria em área de risco. No entanto, o laudo do coletivo técnico que auxilia o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública identificou que o local de maior perigo de deslizamento era a região onde fora construída a sede da Unidade de Polícia Pacificadora – UPP e que os pontos vulneráveis poderiam ser sanados com obras de contenção, economicamente mais favoráveis aos cofres públicos do que as remoções. No caso da Vila Autódromo, localizada próximo ao lugar onde seria construída a Vila Olímpica dos Jogos Olímpicos 2016, foi acusada pela Procuradoria do Município do Rio de Janeiro de causar dano estético e ambiental à paisagem da cidade.

Por conseguinte, o argumento sustentado pelo poder munícipe em relação à área de risco deve ser confrontado, na medida em que a tecnicidade dos laudos é questionável e a concepção de risco é construída dentro de um enquadramento que se fundamenta em crenças e interpretações de caráter subjetivo. Constata-se, em vista disso, que o conceito de risco está para além da possibilidade de deslizamentos ou inundações. O risco está relacionado também ao estereótipo das pessoas que residem nas favelas. Dentro dos movimentos de luta por moradia, moradoras e moradores questionam se o problema de fato está em torno da área de risco ou se é área de risco. Isto porque geralmente existe um incômodo das pessoas de classes econômicas privilegiadas em relação a favela ou mesmo o desejo da remoção para que outras pessoas ricas habitem o local antes habitado por pessoas empobrecidas. Dessa maneira, pontua Vargas:

As análises técnicas de risco tendem a subestimar (ou ignorar) a dimensão social, a qual, inevitavelmente, constitui-se num dos principais determinantes das atitudes/respostas de um indivíduo ou grupo populacional frente: ao (s) perigo (s) a que está (ão) exposto (s). Os riscos tecnológicos ambientais, mais do que entidades físicas que existem independentemente dos seres humanos que os analisam e vivenciam, são processos de construção social. Neste contexto, os

estudos de percepção de risco aparecem como uma nova área de investigação dentro do campo da análise de riscos, baseada nas crenças, visões, sensações e interpretações da população/ grupo populacional/ indivíduo relacionada (o) com o risco” (VARGAS, 2006, p.)

Embora os argumentos apresentados pelo poder público não evidenciem a questão racial, essas localidades são compostas, em sua maioria, por uma população afrodescendente, negra. Desta maneira, as inúmeras consequências das remoções, desde o plano econômico ao psicológico, recaem sobre uma população que, além de empobrecida, é majoritariamente negra. Ao analisar o quadro a seguir, é possível entender que a maior parte da população moradora das favelas cariocas, alcunhadas pelo IBGE como *aglomerados subnormais*, é negra, considerando as categorias pretos e pardos:

População residente em domicílios particulares ocupados – Cor ou Raça – Total – Geral	14.646.135	Pessoas
População residente em domicílios particulares ocupados – Cor ou Raça – Total – Aglomerados Subnormais	2.023.744	Pessoas
População residente em domicílios particulares ocupados – Cor ou Raça – Total – Urbana	12.342.897	Pessoas
População residente em domicílios particulares ocupados – Cor ou Raça – Total – Rural	279.494	Pessoas
População residente em domicílios particulares ocupados – Cor ou Raça – Branca – Total	6.911.222	Pessoas
População residente em domicílios particulares ocupados – Cor ou Raça – Branca – Aglomerados Subnormais	677.557	Pessoas
População residente em domicílios particulares ocupados – Cor ou Raça – Branca – Urbana	6.108.674	Pessoas
População residente em domicílios particulares ocupados – Cor ou Raça – Branca – Rural	124.991	Pessoas
População residente em domicílios particulares ocupados – Cor ou Raça – Preta – Total	1.799.567	Pessoas
População residente em domicílios particulares ocupados – Cor ou Raça – Preta – Aglomerados Subnormais	335.584	Pessoas
População residente em domicílios particulares ocupados – Cor ou Raça – Preta – Urbana	1.427.163	Pessoas
População residente em domicílios particulares ocupados – Cor ou Raça – Preta – Rural	36.820	Pessoas
População residente em domicílios particulares ocupados – Cor ou Raça – Amarela – Total	112.451	Pessoas
População residente em domicílios particulares ocupados – Cor ou Raça – Amarela – Aglomerados Subnormais	18.658	Pessoas
População residente em domicílios particulares ocupados – Cor ou Raça – Amarela – Urbana	91.797	Pessoas
População residente em domicílios particulares ocupados – Cor ou Raça – Amarela – Rural	1.996	Pessoas
População residente em domicílios particulares ocupados – Cor ou Raça – Parda – Total	5.807.772	Pessoas
População residente em domicílios particulares ocupados – Cor ou Raça – Parda – Aglomerados Subnormais	989.892	Pessoas
População residente em domicílios particulares ocupados – Cor ou Raça – Parda – Urbana	4.702.674	Pessoas
População residente em domicílios particulares ocupados – Cor ou Raça – Parda – Rural	115.206	Pessoas

TABELA 1 - População dos Aglomerados Subnormais de acordo om o critério Cor ou Raça (CENSO

Observados os dados colocados na tabela acima, identifica-se que a população preta compõe 335.584 (trezentos e trinta e cinco mil e quinhentas e oitenta e quatro), a parda 989.892 (novecentas e oitenta e nove mil e oitocentas e noventa e duas), somando um total de 1.326.465 (um milhão, trezentas e vinte seis mil e quatrocentas e sessenta e cinco) afrodescendentes, enquanto a população branca compõe 677.557 (seiscentas e setenta e sete mil e quinhentas e cinquenta e sete) das favelas do Rio de Janeiro, ou seja, a população negra é praticamente o dobro do número da população branca residente nas favelas.

De acordo com o Censo 2010 – Aglomerados Subnormais, a Vila Autódromo e a Estradinha, favelas localizadas em áreas nobres da cidade, Barra da Tijuca e Botafogo, respectivamente, são habitadas por uma população negra. A Vila Autódromo tem 45,9% da sua população parda e 19,9% preta, enquanto a população branca compõe 33,7%. No caso da Estradinha Botafogo, a sua população parda corresponde a 58,3%, a preta 13% e a branca 27,9 %.

Para além dos dados estatísticos atuais, estudos da Geografia Urbana concebem as favelas enquanto territorialidades²¹ negras, observando a composição racial dentro de uma trajetória histórica, compreendida desde o período pós-abolição da escravatura ao momento atual. Segundo o geógrafo Prof. Dr. Andreino Campos (2007), “a favela representa para a sociedade republicana o mesmo que o quilombo representou para a sociedade escravocrata” (2007, p.63), pois integra as “classes perigosas”. Sendo assim, a favela se constitui enquanto um espaço indesejado, passível de ser desconstruído, por não se adequar ao padrão imposto pela classe dominante.

Entendemos como desconstrução do espaço favelado a ação do Estado associada aos interesses da classe dominante, quando esses dois agentes impõem, de maneira compulsória, o deslocamento forçado da população mais pobre de uma determinada área da cidade, visando reassentá-la em áreas mais distantes. Essa política visa, tão somente, à valorização da área desocupada para futuros

²¹ Territorialidade é um conceito que compreende as relações de um determinado grupo com o território que habita. “A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo e de grupos distintos. Há continuidade e descontinuidade no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar. (...) É um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana”. (SAQUET, 2009, p. 88)

empreendimentos, sejam eles públicos ou privados. Dessa maneira, o que era considerado depósito de entulho humano (os espaços supracitados) é agora valorizado em função do interesse que grupos hegemônicos tem pela área. (...) A decisão de remover/despejar moradores dessas áreas é sempre política, encoberta, por discursos indiretos, como de insalubridade (caso dos cortiços, no final do século XIX, e das favelas, no início do século XX) e alto risco ambiental (versão mais moderna do discurso para a retirada de população dos locais passíveis de valorização). (CAMPOS, 2007, p.66)

Portanto, ao remover a população moradora dessas localidades, promove-se uma nova “limpeza étnica”, retomando, assim, a política higienista do início do século XX, que exterminava os cortiços e expulsava da área central da cidade, valorizada no contexto do espaço urbano, uma população de maioria negra. Atualmente, a política de remoção municipal reproduz o mesmo processo excludente ao deslocar a população favelada para lugares distantes do Centro, da Zona Sul e Barra da Tijuca, áreas *supervalorizadas*, objeto da crescente especulação imobiliária. É possível compreender esta dinâmica ao observar os apontamentos do Prof. Andreino Campos:

Como a favela, ainda hoje, está umbilicalmente ligada à questão do “risco”, as classes dominantes criam, em cada momento, um discurso que vinha dando sustentação às suas práticas socioespaciais, baseando-se quase sempre nos ideais discriminatórios e segregacionistas. A questão da higiene foi fundamental para justificar a construção capitalista no espaço do Rio de Janeiro, colocando-se, em nome do bem comum (quase de todos), a necessidade de afastar da área central, grande parte dos cortiços que abrigavam os negros egressos da escravidão e, em menor proporção, outros segmentos sociais. Posteriormente, entrou em cena o “risco” ambiental, quando foram removidas (desconstruídas) centenas de favelas. Atualmente, vê-se a sociedade buscar soluções contra o “risco” da segurança pública, principalmente no que tange ao tráfico de drogas de varejo. Qualquer dessas situações implica a intervenção do Estado no espaço favelado, seja de maneira “cirúrgica”, seja removendo as favelas, como uma “doença urbana”, seja promovendo programas de urbanização com custos sociais muito altos procurando assim contemporizar com as ações políticas das classes dominantes. (2007, p.71-72)

A intervenção do Estado na favela, citada por Campos no trecho acima, ocorre baseada em estereótipos criados a partir do que se entende por “lugar de negro” no âmbito da sociedade brasileira. Lélia González e Carlos Hasenbalg, em sua obra Lugar de Negro, publicada em 1982, já apontavam que “as relações raciais no pós-abolição são vistas como uma área residual de fenômenos sociais, resultante de formas “arcaicas” de relações intergrupais formadas no passado escravista” (1982, p.82). Portanto, essa construção social sobre o lugar das pessoas negras é permeada ainda

por um ideário racista e a ação do Estado nessas localidades é alimentada por tais concepções. Ou seja, o Estado age com truculência nas favelas porque as compreende enquanto um espaço criminalizado, em desacordo com o padrão das classes dominantes que é branco e elitizado. Andreilino de Campos assim pontua que:

Em resumo, o Estado, associado aos interesses das classes dominantes e acionando o seu aparelho de repressão, definiu os diversos usos do solo urbano, excluindo parcelas significativas da população. No que diz respeito às classes mais pobres, compostas em sua grande parte por negros (libertos ou fugidos da escravidão), e que já se estabeleciam dentro e fora da cidade legal, no que Chalhoub (1996) denominou “cidade negra”, foram vitimizadas na questão da formação da identidade socioespacial, impedidas de permanecer por longos períodos em uma parcela do solo urbano. Segundo o autor, em sua definição sobre o que acreditava ser a “cidade negra”, transgressora de ordem da “cidade senhorial”, onde predomina a ordem estabelecida pelo Estado tendo em vista os interesses das classes dominantes, os negros e os brancos pobres não estavam em consonância com os planos da cidade ideal, “europeizada”. (CAMPOS, 2007, p.77)

Essa oposição “cidade legal *versus* cidade negra” pensada por Chalhoub e trabalhada na obra de Campos, mostra o caráter de rebeldia e resistência das favelas. A “cidade negra” por não se encaixar nos parâmetros da “cidade legal” é reprimida constantemente de maneira rigorosa pelo Estado, cuja intervenção faz uso de mecanismos violentos para tentar dominar sua população e extinguir os espaços favelados sempre que possível.

Assim, podemos perceber que a dinâmica excludente atuante nas favelas ocorreu de duas formas distintas, apesar de estarem conectadas entre si devido ao seu resultado final. Em um primeiro momento, compreendido entre o período pós abolição até meados do século XX, a política de remoção se originou das teorias eugenistas, que concebiam a favela como um lugar insalubre e criminalizado, cujo desaparecimento era necessário para manter a saúde do espaço urbano. Posteriormente, a partir da década de 1950 até os dias atuais, as remoções têm um caráter desenvolvimentista, trazido pela expansão do capital, que na última década atende a interesses econômicos globais.

No interior dessas motivações, o impacto negativo gerado pelas ações do Estado, cujas práticas estão associadas ao interesse das classes dominantes e imbuídas de estereótipos que desqualificam e criminalizam as territorialidades negras, recai sobre a população negra. Desse modo, ao analisar o contexto histórico, social e político das remoções das favelas, torna-se evidente a presença do racismo institucional na

política de remoção, dada a decisão do governo de remover territórios negros para manter os privilégios dos grupos economicamente dominantes.

Considerando o exposto neste capítulo, a seguir serão abordados alguns conceitos fundamentais para entender as remoções das favelas como um mecanismo de opressão em termos de gênero, raça e classe, cuja dinâmica evidencia as relações de poder atuantes na questão.

CAPÍTULO II – IDENTIFICANDO AS OPRESSÕES INTERSECCIONAIS DA POLÍTICA DE REMOÇÃO NO CONTEXTO DA BIOPOLÍTICA

Como vimos no capítulo anterior, a política de remoção é retomada sempre que convém aos interesses do Estado, de modo que o dito interesse público, motivo fundamental para justificar sua interferência, está atrelado às vantagens negociadas e concedidas ao setor privado. Assim, as intervenções no espaço urbano ocasionadas pelos megaeventos são perpetuadas sob o signo da especulação imobiliária e da gentrificação.

A primeira corresponde a um “fenômeno que alia os interesses especulativos dos proprietários de terras urbanas à necessidade de estocagem de terra por parte dos capitais ligados a produção imobiliária” (GONÇALVES, 2012, p.41), ou seja, é a *hipervalorização* dos terrenos, em função das melhorias realizadas em uma determinada região ou bairro, almejando uma venda posterior com lucro, enquanto a segunda é identificada como “uma série de melhorias físicas ou materiais e mudanças imateriais – econômicas, sociais e culturais – que ocorrem em alguns centros urbanos antigos, os quais experimentam uma apreciável elevação de seu status” (BATALLER, 2012, p.10). Ou ainda, a gentrificação pode ser identificada a partir da melhoria e modernização de imóveis antigos em bairros residenciais associadas ao desenvolvimento de atividades culturais que leva ao deslocamento de seus antigos moradores para áreas menos valorizadas devido ao encarecimento do local (FERREIRA et al, 2014, p. 1-2).

Tomando por objeto a cidade do Rio de Janeiro, compreende-se que os dois fatores acima citados atuam de maneira conjunta formando um cenário propício para a remoção das favelas, tendo em vista que o imaginário social as reconhece como um espaço criminalizado, não pertencente aos moldes legais e que deve ser excluído da *urbis*. Portanto, a decisão do poder público de expulsar os pobres das regiões revitalizadas, em decorrência da preparação para os megaeventos esportivos, demonstra de que maneira os processos de gentrificação e especulação imobiliária conduzem o reordenamento do espaço urbano.

Embora a vulnerabilidade econômica seja um aspecto relevante nesse processo de expulsão dos moradores das áreas atingidas pela gentrificação e especulação imobiliária, existem outros elementos que influenciam simultaneamente esse processo. Isso se torna evidente ao analisar a composição da população moradora das favelas e

as relações de poder envolvidas e estabelecidas na questão. Portanto, neste capítulo, abordarei a remoção das favelas como uma consequência do racismo institucional e ambiental, além da interseccionalidade, inseridos nas políticas remocionistas na cidade do Rio de Janeiro, investigando os referenciais teóricos que elucidam as variadas opressões que se articulam e aprofundam o processo de vulnerabilidade da demanda atingida pela política de remoção, sob a perspectiva do pensamento foucaultiano.

2.1. RACISMO INSTITUCIONAL, RACISMO AMBIENTAL E INTERSECCIONALIDADE: AS FACES OCULTAS DA POLÍTICA DE REMOÇÃO

Como demonstrado no capítulo anterior, as favelas têm uma origem que remete aos tempos da escravidão e se estabelecem na cidade, desde então, como um espaço negro. Essa “cidade negra” apontada por Chalhoub enfrenta em sua permanência uma gama de estereótipos negativos idealizada por uma sociedade que ainda vive dominada pelo racismo estrutural. Este é entendido como uma hierarquia baseada em raça, naturalizada de acordo com o contexto histórico-social de uma determinada sociedade.

De acordo com Sueli Carneiro, filósofa e ativista do movimento negro, o racismo estrutural se tornou uma importante ferramenta de exclusão para pessoas não-brancas dentro da sociedade brasileira.

É nosso pressuposto que raça é um dos elementos estruturais de sociedades multirraciais de origem colonial. Os conceitos de apartheid social, a supremacia do conceito de classe social sobre os demais - como pretendem os pensadores de esquerda, herdeiros do materialismo histórico dialético – são conceitos que não alcançam, e, ao contrário, invisibilizam ou mascaram a contradição racial presente nas sociedades multirraciais, posto que nelas raça/cor/etnia e, em especial para o Brasil, são variáveis que impactam a própria estrutura de classes. Disso decorre que a essência do racismo, enquanto pseudociência, foi buscar legitimar, no plano das ideias, uma prática, e uma política, sobre os povos não-brancos e de produção de privilégios simbólicos e/ou materiais para a supremacia branca que o engendrou. São esses privilégios que determinam a permanência e reprodução do racismo enquanto instrumento de dominação, exploração e mais contemporaneamente, de exclusão social em detrimento de toda evidência científica que invalida qualquer sustentabilidade para o conceito de raça. (CARNEIRO, Sueli, 2005, p.29)

Sueli Carneiro tem um ponto de vista bastante aguçado no que se refere a leitura dos privilégios sustentados pela supremacia branca como instrumento de dominação e exploração. O passado colonialista naturalizou o racismo, criando padrões

baseados numa hierarquia racial, onde tudo o que se aproxima da origem africana é considerada inferior, enquanto aquilo que se aproxima do padrão eurocêntrico atinge os moldes da perfeição, seja no plano das ideias ou no das práticas cotidianas.

O trecho acima mostra, de forma nítida, as contradições das sociedades multirraciais que em muitos casos interpretam fenômenos discriminatórios de ordem racial como uma opressão de classe. É a partir dessa reflexão que observaremos a política de remoção das favelas. Não apenas como uma discriminação classista, mas racista e de gênero, tendo em vista que seus impactos atingem de maneira perversa a vida das mulheres negras.

Assim, a opção do Estado em remover uma população majoritariamente composta por pessoas negras demonstra o racismo institucional inserido na questão. Este conceito foi pensado com o objetivo de evidenciar a reprodução do racismo, a seletividade racial, dentro das instituições públicas e privadas, mostrando os marcadores sociais da diferença entre negros e brancos. Por conseguinte, demonstra a diferença de tratamento e oportunidades, dentro dos espaços privilegiados, em razão da cor, raça ou etnia. O termo racismo institucional foi enunciado pela primeira vez no livro “Poder Negro”, em 1967, escrito por dois intelectuais e ativistas do Partido dos Panteras Negras²².

O conceito de Racismo Institucional foi definido pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967, para especificar como se manifesta o racismo nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições. Para os autores, “trata-se da falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. (GELEDÉS, p.11)

Nesse contexto, o conceito de racismo institucional surge na década de 1960, porém se consolida apenas nos anos 90, conforme afirma a autora Liana Lewis:

O termo Racismo Institucional surgiu na década de 1960 através do Movimento Negro Norte-americano, mas foi definido apenas na década de 1990 na Inglaterra, como resposta ao assassinato do jovem negro Stephen Lawrence por uma gangue branca. O

²²Fundado por Huey Newton e Bobby Seale, o Partido dos Panteras Negras para Autodefesa, ou Partido dos Panteras Negras, surgiu como uma organização nacional para proteger a população negra da violência policial nos bairros periféricos. Desta maneira, os Panteras Negras monitoravam o comportamento da polícia nas comunidades negras para evitar que homens e mulheres negros fossem submetidos a qualquer tipo de tratamento desumano praticado pelo Estado. A organização tinha por orientação política o nacionalismo negro, o maoísmo, o anticapitalismo, o antifascismo, o anti-imperialismo, o marxismo e o socialismo revolucionário. (GELEDÉS, 2013, p. 12).

Relatório Macpherson, documento judicial relativo ao caso, ampliou a questão isolada do assassinato argumentando que não apenas os policiais que lidaram com o caso operaram de forma discriminatória, mas a própria instituição policial acionou dispositivos diversos de leniência que findou, no primeiro momento, com a absolvição de todos os criminosos. No Brasil, o Racismo Institucional é informado por uma maneira notadamente peculiar de lidarmos com a questão racial. A ideia de que, pelo fato de não possuímos segregações raciais legitimadas por um aparato jurídico, e as distinções territoriais e simbólicas não serem nomeadas através de dualismos de cor como ocorre, por exemplo, nos Estados Unidos, construímos nosso cotidiano de forma harmoniosa no que diz respeito à questão racial, finda por legitimar o privilégio da população branca, silenciando parte considerável da população negra e perpetuando uma desigualdade que se mantém sempre sob o atributo da diferença social. (2013, p. 11-12)

Pensar o comportamento das instituições públicas ou privadas é fundamental para compreender a precariedade do acesso da população negra aos direitos fundamentais e sociais, garantidos pela Constituição Federal. Dentro de uma sociedade historicamente racializada como a brasileira, é impossível ignorar os resquícios da escravidão e a influência eugenista que se materializou através das políticas higienistas praticadas no início do século XX e que se perpetua, com nova roupagem, nas gestões administrativas atuais. Desse modo, o acesso da população negra ao direito à moradia resta prejudicado diante das concepções racistas absorvidas pelas instituições.

O racismo institucional pode ser percebido como o “fracasso coletivo de uma organização para prover um serviço apropriado e profissional para as pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica”. Dentre as várias formas de identificá-lo podemos citar a presença de atitudes e comportamentos racistas, tratamento estereotipado e atos discriminatórios praticados contra pessoas, ou sujeitos coletivos, com base em suas identidades étnico-raciais. Por outro lado, a ausência da garantia do cumprimento dos direitos constitucionais, por parte de instituições sociais, legitima atos e práticas racistas individuais que encontram suporte e abrigo nas ações dessas instituições, o que concorre, sem dúvidas, para potencializar esse tipo de racismo presente em várias sociedades, inclusive na brasileira. (PACE; LIMA, 2011, p. 01)

Uma crítica que surgiu em relação ao conceito, principalmente nos grupos militantes de orientação pan-africanista²³, se dá em torno da negação do racismo

²³ O Pan-Africanismo é um movimento político que busca a libertação dos povos africanos e pensa a integração dos povos negros em diáspora com o objetivo de reconstruir o continente africano. Es te movimento “nasceu da luta de ativistas negros na África e, sobretudo, na diáspora americana, em prol da valorização de sua coletividade. Sua marca inicial, entre fins do século XVIII e meados do século XX, foi a construção de visões positivas e internacionalistas acerca de sua identidade étnico-racial,

institucional. A problemática se afirma sobre a concepção do racismo enquanto sistêmico, posto que contraria a definição do conceito enquanto uma falha institucional. O que esses militantes e alguns intelectuais negros estão dizendo é que não existem falhas e sim um sistema criado com o objetivo de negar acesso a direitos à população negra. Quando se pesquisa sobre as condições de vida do povo negro no Brasil, os resultados demonstram que existe uma grande desvantagem em comparação a situação da população branca, no que se refere ao exercício de direitos. Seja nos campos da educação, saúde, habitação, segurança, mercado de trabalho, dentre outros, a desigualdade é comprovada nos índices de desenvolvimento do país. Portanto, não haveria uma falha institucional e sim um sistema estruturado por meio de instituições para manter os índices de desigualdade e, conseqüentemente, garantir os privilégios das pessoas brancas em detrimento das negras. Assim pontua Ronaldo Salles Jr (2011):

O “fracasso institucional” é apenas aparente, resultante da contradição performativa entre o discurso formal e oficial das instituições e suas práticas cotidianas, sobretudo, mas não apenas informais. Esta contradição é (...) fundamental para entender os processos de reprodução do racismo, em suas três dimensões (preconceito, discriminação e desigualdade étnicoraciais), no contexto do mito da democracia racial. (Sales Jr, mimeo, 2011).

Embora essa crítica seja muito pertinente para aprofundar o estudo das relações raciais no Brasil, intelectuais e militantes do Movimento Negro²⁴ ainda recorrem ao conceito de racismo institucional em uma tentativa de desmascarar o ideal racista engendrado em nossa sociedade, demonstrando que o passado escravocrata deixou graves conseqüências que permeiam as instituições públicas e privadas.

entendida como comunidade negra: africana e afrodescendente. Nesta primeira fase do movimento, destacam-se nomes como E. Blyden, S. Williams, J. Hayford, B. Crowther, J. Horton, M. Garvey e W. E. Du Bois. A partir de 1945, o Pan-africanismo entrou num segundo momento, como parte integrante das lutas de independência nacional e contra o neocolonialismo na África. Neste momento, sobressaíram-se intelectuais e ativistas como G. Padmore, C. A. Diop, L. S. Senghor, A. Césaire, F. Fanon, K. N’Krumah, N. Azikiwe, A. Cabral e J. Nyerere” (BARBOSA, 2015, p.1).

²⁴ O Movimento Negro é uma forma de organização e mobilização política da sociedade civil centrada em uma identidade étnico-racial - negro, afrodescendente, afro-brasileiro - e com o objetivo de luta contra a discriminação racial dos negros em diferentes instituições e espaços sociais: escolas, universidades, hospitais, clubes, restaurantes, shoppings centers, hotéis, entre outros lugares. O movimento tem como meta a perspectiva da igualdade e da justiça social entre negros e brancos. (UNIFESP, 2015, p.1). Disponível em: http://www.comfor.unifesp.br/wp-content/docs/COMFOR/biblioteca_virtual/UNIAFRO/mod1/Disc3- Unidade5-UNIAFRO.pdf.

Reconhecer a existência dessa dimensão da desigualdade que tão profundamente estrutura nossa sociedade e nosso Estado é essencial para enfrentá-la. E reconhecer que ela se manifesta e se expressa em diferentes níveis, a partir de diferentes mecanismos, também é fundamental para avançarmos em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. Entendemos que o racismo pode se expressar no nível pessoal e internalizado, determinando sentimentos e condutas; no nível interpessoal, produzindo ações e omissões; e também no nível institucional, resultando na indisponibilidade e no acesso reduzido a serviços e a políticas de qualidade; no menor acesso à informação; na menor participação e controle social; e na escassez generalizada de recursos. (GELEDÉS, p. 9-10)

O conceito de racismo institucional foi acolhido e desenvolvido pelos intelectuais da Teoria Crítica da Raça – TCR, conhecida também como Teoria Crítica Racial, movimento intelectual negro norte-americano que propõe o mapeamento entre racismo e o Direito observando que este último produz, constrói e constitui o que se entende por raça, não só em domínios onde raça é explicitamente articulada, mas também onde não é mencionada ou desconhecida. Outro objetivo é examinar as justificativas que determinam quando a raça é ou deve ser evidente, não pretendendo apenas entender a relação entre raça, poder e Direito, como também modificá-la. (HARRIS, 2002, p.01).

Originado do Critical Legal Studies, o referencial teórico apresentado foi construído na década de 70 do século XX, no momento em que advogados, ativistas e acadêmicos estadunidenses perceberam a necessidade de enfrentar a estagnação ou retrocesso de algumas conquistas relacionadas ao exercício dos direitos civis. A Teoria Crítica da Raça funciona como um referencial teórico alternativo para uma discussão engajada do papel da dogmática jurídica ou jurisprudência tradicionais no enfrentamento das relações raciais hierarquizadas, cuja premissa básica se propõe a investigar a realidade usando a raça como categoria privilegiada de análise. (LYRIO; PIRES, 2015, p.61-62)

A Teoria Crítica da Raça se estabelece enquanto um “arcabouço teórico legal que estuda de que maneira as políticas, práticas e leis pretensamente neutras quanto à raça perpetuam a subordinação racial/étnica” (PARKER; ROBERTS, 2015, p.121). Além disso, a teoria em questão assegura que o racismo não é uma experiência rara em sociedades racializadas, mas sim cotidiana. Sendo assim, compreende-se que se trata de práticas que foram naturalizadas ao longo do tempo, tornando-se comuns e assim imperceptíveis na dinâmica social. Os intelectuais da TCR apontam também a seletividade racial no processo de efetivação de direitos, fato este que coloca em xeque a universalidade das leis.

É importante ressaltar que a TCR compreende o conceito de raça a partir de

uma construção social e não sob um viés biológico. Desta maneira, a referida teoria inova ao questionar o direito sob uma perspectiva racial, refutando a meritocracia como critério de avaliação no acesso das minorias raciais às instituições. Isto porque em qualquer processo de seleção “os critérios que informaram a definição dos tais critérios objetivos são invisibilizados e mais uma vez reforçada a crença na universalidade e neutralidade das sociedades modernas” (LYRIO; PIRES, 2015, p.66).

Em vista disso, a Teoria Crítica da Raça se constitui como um alicerce teórico metodológico que desafia a ideologia dominante ao questionar a neutralidade quanto à cor e à raça, demonstrando como essa suposta neutralidade mantém o poder e os privilégios de grupos dominantes (PARKER; ROBERTS, 2015, p.122). Isto posto, faz-se necessário pensar o papel do Direito nessa relação de manutenção dos privilégios dos grupos dominantes e a partir desta constatação pensar novas formas de combate ao racismo.

Consideradas tais circunstâncias, outro ponto importante a ser mencionado é o questionamento da TCR sobre o contexto histórico único e o foco unidisciplinar de atuação e interpretação do Direito. Ignorar o histórico de discriminação racial em sociedades racializadas é manter a situação de subordinação racial, o que prejudica a pretensa neutralidade acerca do Direito.

A teoria racial crítica oferece um questionamento do direito tradicional. O direito estadunidense é baseado em precedentes de casos judiciais. Além desse questionamento, buscam-se outras versões, histórias alternativas. Quando surge algo numa corte, ou em um dossiê judiciário neste país, o que temos é um simples “Esta é a história”. O que a teoria racial crítica diz: “Há uma outra história a ser contada”. Ela baseia-se fortemente na recuperação da história e da memória em oposição ao tradicional, empírico e estéril “Estes são os fatos”; “Isto foi o que aconteceu”. A teoria racial crítica também se baseia em uma combinação de disciplinas, não se limitando ao Direito. Na Educação, por exemplo, outras áreas do conhecimento, tais como Sociologia, Antropologia e uma variedade de outras disciplinas são usadas para analisar os fenômenos educacionais desde uma perspectiva crítica. Essas são as premissas básicas da teoria racial crítica. (BILLINGS *apud* GANDIN; PEREIRA; HYPOLITO, 2002, p. 277)

Isso significa que a Teoria Crítica da Raça necessita de outras áreas do saber para compreender a construção e desenvolvimento do Direito em sociedade. A multiplicidade de conhecimentos se torna condição primordial para efetuar tal análise, pois não é possível interpretar com base apenas na suposta neutralidade do pensamento

jurídico, cuja estrutura está em consonância com os privilégios historicamente mantidos.

A TCR questiona o anistoricismo²⁵ e o foco unidisciplinar da interpretação predominante da atual lei constitucional (BELL, 2004; DELGADO & STEFANCIC, 2000b; TSOSIE, 2000). Hoje podemos ver esta tendência no pensamento jurídico enraizado numa postura neutra quanto à cor, que ou ignora o legado histórico de discriminação e medidas corretivas ou inverte a história dizendo que para acabar com o racismo basta parar de tomar decisões legais baseadas em raça no âmbito educacional. A Teoria Crítica da Raça tem laços com outras críticas filosóficas e de ciências sociais com fundamentação racial, relativas à ontologia e à epistemologia do racismo. (PARKER; ROBERTS, 2015, p.122)

Desta maneira, a noção de racismo institucional torna-se uma preocupação para os intelectuais da TCR, de modo que se dedicam a elaborar novos conceitos que possam evidenciar as práticas racistas cotidianas e naturalizadas. Exemplo dessa busca é a concepção do termo branquitude, usado para investigar as entrelinhas da manutenção do racismo. Esse conceito se relaciona diretamente com o conjunto de privilégios que permite o acesso das pessoas brancas às melhores condições e oportunidades do mercado de trabalho, educação, saúde, moradia, assistência social e previdenciária, dentre outros.

A branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivos, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo. Uma pesquisadora proeminente desse tema Ruth Frankenberg define a branquitude como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo. (...) Em suma, a branquitude procura se resguardar numa pretensa ideia de invisibilidade, ao agir assim, ser branco é considerado como padrão normativo único. O branco enquanto indivíduo ou grupo concebido como único padrão sinônimo de ser humano “ideal” é indubitavelmente uma das características marcantes da branquitude em nossa sociedade e em outras (CARDOSO, 2010, p. 611).

A elaboração do conceito de branquitude torna-se fundamental para entender as relações raciais no Brasil e a dinâmica dos privilégios que pessoas brancas tem no interior da sociedade brasileira. O posicionamento da TCR em criticar a suposta neutralidade e objetividade das instituições conecta-se especificamente com a continuidade das práticas racistas que colaboram para a perpetuação de tais privilégios. Por isso, é indispensável considerar as denúncias, relatos e perspectivas

²⁵ Anistoricismo é a privação ou omissão de participação da história.

das vítimas do racismo.

É assumida a impossibilidade de uma investigação neutra e objetiva e ainda o fato de que nenhuma fonte, recorte ou abordagem demonstra diagnósticos descontextualizados sobre a realidade. A complexidade e a riqueza dos testemunhos são capazes de evidenciar as estruturas materiais e simbólicas pelas quais as hierarquias raciais são sustentadas, tanto através das que reforçam estereótipos negativos sobre negros quanto das que transformam a branquitude em categoria de privilégio – demonstradas pelo sistema de oportunidades e benefícios conferidos sobre algumas pessoas, pelo simples fato de serem brancas, como exemplifica a figura da ‘boa aparência’, difundido filtro para acesso e ascensão no mercado de trabalho. (LYRIO;PIRES, 2015, p.73)

Ao pensar o contexto das remoções das favelas, é preciso compreender como as pessoas negras acessam ou não o direito à moradia, se o seu direito de permanência em suas comunidades é influenciado pelas circunstâncias históricas e sociais. Como dito no trecho acima, as hierarquias sociais sustentam a branquitude enquanto um privilégio e a eliminação das favelas, estas já comprovadas anteriormente como territórios negros, se apresenta enquanto uma face perversa do racismo, ao expropriar pessoas negras do seu direito à moradia, até mesmo do seu direito à cidade.

Investigando essa relação entre raça e espaço urbano, uma concepção importante para fundamentar esta análise é o conceito de racismo ambiental. Ele foi pensado na conjuntura das relações que se dão no âmbito da justiça ambiental, a partir das manifestações do movimento negro norte-americano. Usando a raça como ponto de partida de análise, Robert Bullard, intelectual negro, conhecido como o “pai” da Justiça Ambiental²⁶, percebeu que nos conflitos ambientais os impactos negativos são direcionados para comunidades étnico-raciais e empobrecidas.

O conceito “racismo ambiental” se refere a qualquer política, prática ou diretiva que afete ou prejudique, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, a pessoas, grupos ou comunidades por motivos de raça ou cor. Esta ideia se associa com políticas públicas e práticas industriais encaminhadas a favorecer as empresas impondo altos custos às pessoas de cor. As instituições governamentais, jurídicas, econômicas, políticas e militares

²⁶ Devemos entender por Justiça Ambiental “o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas” (HERCULANO, S. 2002, p.2). É ainda “a busca do tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor, origem ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e reforço de políticas, leis e regulamentações ambientais” (BULLARD, 2004).

reforçam o racismo ambiental e influem na utilização local da terra, na aplicação de normas ambientais no estabelecimento de instalações industriais e, de forma particular, os lugares onde moram, trabalham e têm o seu lazer as pessoas de cor. (BULLARD, 2005)

Nesse mesmo sentido, Pacheco (2007) enfatiza:

Chamamos de Racismo Ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto “racial”, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. (...) O conceito de Racismo Ambiental nos desafia a ampliar nossas visões de mundo e a lutar por um novo paradigma civilizatório, por uma sociedade igualitária e justa, na qual democracia plena e cidadania ativa não sejam direitos de poucos privilegiados, independentemente de cor, origem e etnia. (PACHECO, 2007, p. 01).

O contexto do surgimento do conceito racismo ambiental se deu a partir dos protestos das comunidades negras em razão da grave poluição industrial que se instalou em seus territórios. Ao longo do litígio foi possível perceber que o lixo industrial e os aterros sanitários, nos Estados Unidos, são sempre depositados em comunidades empobrecidas e compostas majoritariamente por pessoas de cor (negros, porto-riquenhos, mexicanos, indígenas, etc). Portanto, essas reivindicações são consideradas como uma continuidade ao movimento por direitos civis, na medida em que a população negra exigiu que seu direito a um meio ambiente seguro e saudável fosse efetivado. Assim pontua Selene Herculano:

Racismo ambiental é um tema que surgiu no campo de debates e de estudos sobre justiça ambiental, um clamor inicial do movimento negro estadunidense e que se tornou um programa de ação do governo federal dos Estados Unidos, por meio da EPA-Environmental Protection Agency, sua agência federal de proteção ambiental. O conceito diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas. (HERCULANO, 2006, p. 01)

Os setores do movimento negro norte-americano se mobilizaram em função do enfrentamento ao racismo ambiental, de modo que se aliaram a ambientalistas, de maneira estratégica, para fortalecer a defesa das suas pautas, considerando que os adversários dentro deste processo são sempre empresários que possuem o aval do Estado para instalar suas indústrias e descartar os dejetos químicos nos locais que lhes sejam mais interessantes. Então, para enfrentar um opositor tão poderoso economicamente, foi necessário que o movimento negro se articulasse com outros

movimentos sociais e assim pautar as demandas por justiça ambiental.

Observa-se ainda que a ação do Estado ou de empresários não reproduz racismo ambiental apenas quando há uma intenção racista de praticar a segregação, mas também quando os impactos negativos gerados atingem as comunidades étnicas e empobrecidas. Por mais que num primeiro momento a instalação de um lixão, por exemplo, não tenha uma motivação racial, é preciso verificar se as consequências desta ação prejudicarão populações étnicas.

A partir de suas articulações, o movimento por justiça ambiental conseguiu elaborar cinco princípios básicos que devem reger as condutas e decisões proferidas no âmbito administrativo e judiciário, para alcançar a justiça ambiental: **1-** O direito de todas as pessoas ao gozo de um meio ambiente saudável e equilibrado, livre da degradação ambiental; **2-** adotar um modelo que previna contra os danos ambientais, em termos de saúde pública, como estratégia principal; **3-** transferir o ônus da prova para os poluidores, discriminadores ou qualquer pessoa ou ente que não garantir proteção às minorias étnicas ou raciais; **4** – qualificar ou presumir a discriminação, a partir da análise dos impactos que evidenciam os fatores para além da “intenção”; **5** – exercer a prática da reparação diante da sobreposição dos riscos desproporcionais através de ações e recursos direcionados.

No Brasil, a discussão sobre o racismo ambiental tem avançado dentro das universidades e dos movimentos sociais, principalmente no que se refere às comunidades tradicionais: indígena, quilombola, ribeirinha, entre outras. Este debate se fortaleceu no território nacional após o I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental, organizado pelo Laboratório de Estudos, Pesquisas e Ação sobre Cidadania, Territorialidade e Ambiente da Universidade Federal Fluminense (LACTA/UFF) e pelo projeto Brasil Sustentável e Democrático (BSD), no ano de 2005. O evento foi realizado dentro da referida universidade, e, contou com a participação de Robert Bullard e outros ícones da discussão sobre a temática. Na ocasião, pela primeira vez, foram denunciados alguns casos de racismo ambiental cujas vítimas eram povos indígenas, quilombolas e religiosos de matriz africana impedidos de realizar suas práticas religiosas nos parques florestais. Sobre a invisibilidade dos povos tradicionais naturalizada nas relações hierárquicas sociais, pontua Herculano:

Os mecanismos e processos sociais movidos pelo racismo ambiental naturalizam as hierarquias sociais que inferiorizam etnias

e percebem como vazios os espaços físicos onde territórios estão constituídos por uma população que se caracteriza por depender estreitamente do ecossistema no qual se insere. Em suma, trata-se aqui da construção e permanência de relações de poder que inferiorizam aqueles que estão mais próximos da natureza, chegando a torná-los invisíveis. (HERCULANO, 2008, p. 17)

O conceito de raça foi e continua sendo utilizado para manter relações de subordinação, dominação e colonização. Historicamente, a civilização de origem europeia foi classificada como superior e assim abarca privilégios que estão indisponíveis às pessoas não brancas. Por conseguinte, a exploração dos recursos naturais, na época colonial, em terras indígenas e quilombolas, por exemplo, permanece até os dias atuais, assim como a instalação de hidrelétricas ou de indústrias com alto potencial de poluição em locais onde habitam comunidades étnicas em situação de vulnerabilidade econômica. Dentre os estudiosos brasileiros acerca do tema, destaca-se a produção da Professora Dra. Selene Herculano, da Universidade Federal Fluminense, que tem auxiliado na compreensão e divulgação do conceito. Desse modo, no trecho abaixo, a autora pontua de que forma o racismo ambiental tem se desenvolvido no âmbito nacional:

O conceito diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas. O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. Diz respeito a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: o que recai sobre suas etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais – ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, faxinais, quilombolas etc. – que têm se defrontado com a ‘chegada do estranho’, isto é, de grandes empreendimentos desenvolvimentistas – barragens, projetos de monocultura, carcinicultura, maricultura, hidrovias e rodovias – que os expõem de seus territórios e desorganizam suas culturas, seja empurrando-os para as favelas das periferias urbanas, seja forçando-os a conviver com um cotidiano de envenenamento e degradação de seus ambientes de vida. (HERCULANO, 2008, p.16)

Portanto, ao refletir sobre o conceito de racismo ambiental, é preciso ponderar de que maneira as remoções de favelas prejudicam o desenvolvimento da população que habita estes territórios, tendo em vista que a maioria de seus residentes é negra e feminina. Portanto, o racismo ambiental na política de remoção é flagrante, na medida em que precariza as condições de desenvolvimento e acesso a direitos considerados fundamentais para um grupo étnico. A escolha do governo local ao remover uma

territorialidade negra, seja por motivos de especulação imobiliária, seja por razões de higienização do espaço urbano, impacta diretamente a vida das mulheres negras.

E tais impactos se relacionam com a expulsão dessa população para locais distantes da cidade, cuja infraestrutura é precária. Além disso, existem fatores emocionais e psicológicos que além de afetar a saúde mental, devido ao estresse gerado, provocam doenças crônicas, como por exemplo, hipertensão, diabetes e distúrbios cardíacos.

Neste cenário, existem ainda os problemas concernentes à precarização do exercício da maternidade e da permanência das mulheres no mercado de trabalho, pois em uma situação de remoção, grande parte das crianças não consegue transferência para a escola ou creche mais próxima da nova residência e perdem o ano escolar. Assim, as mães ficam impedidas de trabalhar porque precisam cuidar de seus filhos e não dispõem mais da sua antiga rede de solidariedade, formada por vizinhos e parentes no ambiente da favela, que poderia lhes dar algum suporte, cuidando das crianças enquanto estivessem trabalhando.

Consideradas estas premissas, resta evidente que as remoções das favelas cariocas são identificadas como uma prática racista, de caráter eugenista/higienista, na medida em que os impactos negativos são direcionados para uma população majoritariamente negra. É preciso investigar ainda quais as consequências dessa política para as mulheres negras, pois elas compõem a maioria da população das favelas do Rio de Janeiro, segundo o último censo²⁷, e, por conseguinte, sofrem diretamente os impactos dessas ações promovidas pelo Estado.

Ainda no enquadramento da Teoria Crítica da Raça, encontraremos uma outra lente que nos permitirá compreender a dinâmica perversa da política de remoção: a interseccionalidade. Considerando a discriminação baseada em gênero, raça, classe e outros marcadores sociais da diferença, a interseccionalidade pretende mostrar como um sujeito ou grupo social pode se tornar mais vulnerável, à medida que distintos tipos de opressão interagem entre si aprofundando o processo de subordinação (SANTOS, 2013, p. 18). Assim, a interseccionalidade é um conceito que surge no centro dos debates feministas norte-americanos entre as décadas de 1970 e 1980, originando-se da

²⁷ O Censo de 2010 do IBGE mostra que a quantidade de mulheres que habita as favelas do Rio de Janeiro é superior a presença masculina. Sendo assim, a população feminina residente em domicílios equivale a 1.035.311 mulheres, enquanto a população masculina é composta por 988.433 homens nos aglomerados subnormais. (IBGE, 2010)

“reflexão sociológica acerca da relação entre as diversas formas de discriminação ou desvantagens estruturais, como raça, gênero ou classe social” (HOFFMANN, 2008, p. 105).

As feministas afro-americanas perceberam que o feminismo universal não era capaz de abarcar suas demandas, tendo em vista que a representatividade ainda restava precarizada, pois a situação de privilégio das mulheres brancas as invisibilizava, principalmente em termos de raça, classe e sexualidade. Desse modo, nos anos 1990, inspiradas em autoras afro-americanas como Angela Davis, Deborah King e Toni Morrison, as intelectuais e ativistas negras Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins, Hazel Cardy, Patricia Williams, bell hooks, dentre outras, iniciaram uma escrita que denunciou a invisibilidade das mulheres negras, apontando as limitações do feminismo branco e evidenciando as intersecções das opressões que acontecem de maneira simultânea e não hierarquizada.

Durante a década de 1990, a jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw batiza essa intersecção dos diversos tipos de subordinação com o nome de interseccionalidade. Assim, a principal autora de artigos e pesquisa sobre o assunto, afirma que as leis e as políticas públicas nem sempre conseguem abarcar as categorias de opressão²⁸, principalmente quando elas perpassam entre si, de modo que a teoria da interseccionalidade tem o desafio de abordar as diferenças dentro das diferenças (CRENSHAW, 2006, p. 9).

Interseccionalidade é uma sensibilidade analítica, uma maneira de pensar sobre a identidade e sua relação com o poder. Articulada originalmente em favor das mulheres negras, o termo trouxe à luz a invisibilidade de muitos cidadãos dentro de grupos que os reivindicam como membros, mas que muitas vezes não conseguem representá-los. O apagamento interseccional não é exclusivo das

²⁸ O sentido de opressão utilizado aqui é o mesmo utilizado pela autora Iris Marion Young, na medida em que se compreende como um fenômeno estrutural, que designa a desvantagem e a injustiça que algumas pessoas sofrem devido a práticas diárias de uma sociedade liberal e bem-intencionada (1990, p.36). Segundo Young, a opressão se manifesta de cinco maneiras diferentes: **a) exploração:** quando um grupo social trabalha em benefício do outro, sustentando seus privilégios; **b) marginalização:** quando determinadas pessoas são excluídas da vida social por serem consideradas inferiores, subalternas; **c) desempoderamento ou incapacidade:** impossibilita a atuação política, ou seja, o processo de tomada de decisão lhes é negado, o que impede o exercício do poder e afeta suas condições de vida; **d) imperialismo cultural:** é a universalização da cultura e experiência do grupo dominante e o que lhe é diferente é considerado como “o outro”, desviante, torna-se invisível e julgado como inferior; **e) violência:** compreende-se enquanto uma violência dirigida a pessoas que fazem parte de um grupo específico.

mulheres negras. Pessoas negras ou de outras raças/etnias dentro dos movimentos LGBT; meninas negras ou de outras raças/etnias na luta contra o sistema que empurra os jovens para a cadeia; mulheres nos movimentos de imigração; mulheres trans dentro dos movimentos feministas; e as pessoas com deficiência lutando contra o abuso policial – todas essas pessoas sofrem vulnerabilidades que refletem as intersecções entre racismo, sexismo, opressão de classe, transfobia, capacitismo e muito mais. A interseccionalidade deu a muitas dessas pessoas uma forma de se destacar as suas circunstâncias e lutar por sua visibilidade e inclusão. (CRENSHAW, 2015, s/p)

A visão de Kimberle Crenshaw sobre a interseccionalidade é identificada como uma abordagem sistêmica que encontra no entrecruzamento das discriminações os fatores que promovem o desempoderamento de determinados grupos ou indivíduos. A autora trabalha com as categorias de discriminação de gênero, raça, classe, dentre outras, mostrando que a interseccionalidade entre essas estruturas muitas vezes não é identificada, principalmente nos contextos onde as questões econômicas e socioculturais formam, silenciosamente, um arcabouço desvantajoso, colocando determinadas mulheres em situações de vulnerabilidade (SANTOS, 2013, p. 19).

A discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação. Por ser tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural) é, muitas vezes, invisível. O efeito disso é que somente o aspecto mais imediato da discriminação é percebido, enquanto a estrutura que coloca as mulheres na posição de receber tal subordinação permanece obscurecida. Como resultado, a discriminação em questão poderia ser vista simplesmente como sexista (se existir uma estrutura racial como pano de fundo) ou racista (se existir uma estrutura de gênero como pano de fundo). Para apreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais ou de gênero, que são parte da estrutura, teriam de ser colocadas em primeiro plano, como fatores que contribuem para a produção da subordinação (CRENSHAW, 2002, 176).

Portanto, a política de remoção das favelas, num primeiro momento, identifica apenas a subordinação de classe, tendo em vista que as pessoas residentes em favelas possuem, em sua maioria, uma condição socioeconômica desfavorável. Sendo assim, não são considerados os fatores raça e gênero como agentes vulnerabilizadores. A ação estatal é destinada à população pobre, sem apontar outros indicadores sociais, fato este

que desdobra o manto da invisibilidade sobre a demanda afetada pelas remoções (SANTOS, 2013, p. 23).

Embora a abordagem interseccional de Crenshaw tente descobrir as opressões escondidas em um determinado contexto discriminatório, algumas críticas foram elaboradas em relação a generalização de sua concepção. Uma delas, de acordo com Adriana Piscitelli²⁹, é a determinação das identidades a partir dos sistemas de opressão, na medida em que “gênero, raça e classe são pensados como sistemas de dominação, opressão e marginalização que determinam identidades, exclusivamente vinculadas aos efeitos da subordinação social e desempoderamento” (*apud* Prins, 2008, p.267). Portanto, apesar da sua agência não ser negada, a constituição dos grupos oprimidos torna-se vinculada a tais consequências, enfraquecendo sua agência, e, por conseguinte, a resistência. A segunda crítica está ligada também a questão do poder. Ainda que a abordagem sistêmica se encontre muitas vezes referenciada pela concepção de poder trabalhada por Michel Foucault, ela ignora a relação de poder, observando apenas o sentido repressivo, sem identificar a produção dos sujeitos, ou seja, desconsidera a alternância de poder que se dá entre os conflitos e os pontos de resistência (*ibid*).

Por sua vez, Avtar Brah³⁰ descreve o conceito de interseccionalidade como um indicador dos efeitos complexos, irredutíveis, diversos e variáveis que decorrem quando múltiplos eixos de diferenciação – econômicos, políticos, culturais, psíquicos, subjetivos e empíricos se cruzam em contextos históricos específicos, o que por sua vez, não permite que essas diferentes dimensões da vida social sejam separadas, de forma discreta (BRAH; PHOENIX, 2004, p. 76), invisibilizando assim o indivíduo. Em seu artigo “*Ain’t I a Woman? Revisiting Interseccionality*”, Brah identifica que a classe social, por exemplo, com suas interseções de gênero, é simultaneamente subjetiva, estrutural sobre o posicionamento social e as práticas cotidianas. Portanto, ao considerar as interseções de raça e gênero com a classe social, o quadro se torna mais complexo e dinâmico, o que dificulta a identificação da profundidade da vulnerabilidade (SANTOS, 2013, p.22-23).

²⁹ Adriana Piscitelli é doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero PAGU – UNICAMP.

³⁰ Nascida na Índia, Avtar Brah cresceu em Uganda e durante a ditadura imposta por Idi Amin fugiu com a sua família para o Estados Unidos da América. Posteriormente, mudou-se para a Inglaterra, onde se integrou em grupos ativistas de orientação feminista, antirracista e socialista. Aposentou-se como Professora de Sociologia em Birkbeck – Universidade de Londres, especialista em questões de identidade étnicas, de raça e de gênero.

Discorre, Avtar Brah:

Sabemos, a partir das biografias de mulheres negras, como Sojourner Truth, que muitas delas falaram alto e claro. Elas não seriam enjauladas pela violência da escravidão, mesmo que fossem violentamente marcadas por ela. O discurso de 1857 de Sojourner Truth na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio, demonstra muito bem o poder histórico de um sujeito político que desafia os imperativos da subordinação e cria novas visões. Esse poder (que segundo Foucault simultaneamente disciplina e cria novos sujeitos) e suas conseqüências são muito maiores que os ganhos ou perdas de uma vida individual que articula uma determinada posição política do sujeito. Sojourner Truth nasceu em escravização (para um proprietário de escravos holandeses ricos vivendo em Nova York). Ela fez campanha tanto pela abolição da escravidão quanto pela igualdade de direitos para as mulheres. (BRAH; PHOENIX, 2004, pp. 76)

Avtar Brah segue uma linha construcionista, onde os processos de constituição do sujeito não se restringem a sujeição a um poder soberano, mas oferece possibilidades de agência simultaneamente (PISCITELLI, 2008, p.268). A autora se referencia nas teorias pós-coloniais que analisam a produção das subjetividades e identidades inseridas no contexto histórico do colonialismo e do imperialismo (id.)

A proposta de Avtar Brah é trabalhar não com gênero como categoria analítica, como, por exemplo, Scott, mas com “diferença” como categoria analítica. Essa ideia remete à análise de como formas específicas de discursos sobre a diferença se constituem, são contestados, reproduzidos e (re)significados, pensando na diferença como experiência, como relação social, como subjetividade e como identidade. A autora afirma que há discursos que apresentam diferenças, como o racismo, que traçam limites fixos. Entretanto, outras diferenças podem ser apresentadas como relacionais, contingentes. Como a diferença nem sempre é um marcador e hierarquia nem de opressão, uma pergunta a ser constantemente feita é se a diferença remete à desigualdade, opressão, exploração. Ou, ao contrário, se a diferença remete a igualitarismo, diversidade, ou a formas democráticas de agência política”. (PISCITELLI, 2008, p.269)

Essa reflexão se torna importante para pensar em que medida a diferença se reporta a estereótipos ou qualidades de um determinado grupo, se as pessoas que o compõem são criminalizadas ou valorizadas pela sociedade, ou se evidencia, por exemplo, as condições de sua participação política. Brah está preocupada com a construção das diferenças, as experiências e vivências que tendem a influenciar a formação das subjetividades e identidades a ponto de interferir no processo de agência.

Ainda que a interseccionalidade seja uma lente interessante para identificar a ação

simultânea de diferentes tipos de opressão atuando sobre um determinado grupo ou indivíduo e, assim produzir uma invisibilidade que gera a vulnerabilidade, esta teoria exala certa fragilidade ao direcionar seus esforços para os atravessamentos, sem priorizar a resistência. No Brasil, as feministas negras têm usado esta teoria para evidenciar as inúmeras violências sofridas por mulheres negras perante o Estado, todavia, requerem a visibilidade do protagonismo de suas ações de resistência pela efetivação de direitos da comunidade negra, afastando, a desvalorização política submetida a concepção social de vulnerabilidade.

A ativista e intelectual negra brasileira Jurema Werneck traz uma crítica pertinente ao universo da interseccionalidade ao pontuar que a resistência das mulheres negras brasileiras “vem de longe”, afirmando que a luta por melhoria de condições de vida, sua responsabilidade em relação a comunidade negra, o questionamento do poder masculino, a capacidade de liderança e ação política, não começam a partir da elaboração do feminismo e sim desde que as primeiras mulheres africanas chegaram em situação de escravização.

Ainda que se tenha perdido o rastro temporal da origem desta história exemplar, é possível afirmar que as lutas contra o patriarcado e a dominação política e econômica associadas a ele vêm de muito longe para nós mulheres negras. E o vigor com que esta narrativa vem sendo atualizada até o século XXI assinala sua pertinência na modernidade ocidental, guardando uma perspectiva de continuidade fundamental ao longo dos séculos. O feminismo, como teoria, veio depois. (WERNECK, 2005, p.8).

Desta maneira, a luta das mulheres negras para garantir o direito à moradia no espaço urbano revela o seu poder de resistência, na medida em que se colocam como agentes políticos de mudança, combatendo o caráter colonialista, de origem racista e sexista e de classe, presente nas instituições brasileiras, externalizado no âmbito do direito à moradia através das políticas de remoção. A expropriação do espaço urbano direcionada para uma população negra, empobrecida e feminina demonstra as práticas de racismo institucional, racismo ambiental e as relações interseccionais de opressão operadas pelo Estado. Isto posto, a precarização de vidas negras em função da manutenção dos privilégios de uma elite econômica branca pode ser explicada a partir dos referenciais teóricos aqui mencionados.

A Teoria Crítica da Raça ou Teoria Racial Crítica, o conceito de Racismo Ambiental e a Interseccionalidade, apesar de serem referenciais teóricos desenvolvidos nos Estados Unidos, servem como uma ferramenta interessante para

identificar os processos de exclusão da população negra no Brasil, onde historicamente os estereótipos racistas estruturaram a concepção acerca da negritude e naturalizaram o racismo. Além disso, desmascaram a suposta neutralidade do Direito, em todas as esferas da sua dinâmica de atuação, ao questionar a matriz que o produz e o papel exercido por seus operadores.

Assim, a partir deste arcabouço intelectual negro, pode-se compreender que desde a abolição da escravidão no Brasil, as políticas públicas direcionadas para o espaço urbano, especificamente em relação à moradia, promoveram a segregação racial, social e de gênero na cidade do Rio de Janeiro, aprofundando as desigualdades e comprometendo o desenvolvimento da população negra.

A favela, enquanto territorialidade negra constituída dentro de um processo histórico-cultural, ainda é considerada como uma aberração que deve ser extirpada de locais considerados nobres e mantida quando atende aos interesses dos grupos dominantes. Essa dualidade aponta para a manutenção dos privilégios da branquitude, afirmando a presença do racismo ambiental, na medida em que a retirada ou a permanência das favelas na cidade atendem aos interesses de uma elite branca e desfavorece a população negra.

Com efeito, por se tratar de um fenômeno complexo e diverso, e ao mesmo tempo marcado por forte estigmatização, observa-se que os pressupostos centrados em parâmetros negativos têm sido utilizados como referência hegemônica na representação social e na elaboração de definições mais concisas sobre o fenômeno. Estes pressupostos se sustentam em torno das ideias de ausência, carência e homogeneidade, e tomam como significante aquilo que a favela não é em comparação a um modelo idealizado de cidade: “a favela não possui arruamento regular”; “a ocupação é irregular”; “não há oferta formal de serviços públicos”, dentre outros exemplos. (SILVA; BARBOSA; BITETI; FERNANDES, 2009, p.21)

As relações de poder estabelecidas no ambiente urbano se estruturam a partir das concepções racistas, classistas e sexistas, absorvidas por instituições públicas e privadas, e estas ao decidir quem deve morar nas áreas privilegiadas e quem deve habitar as áreas mais distantes da cidade, expõem o seu lugar de privilégio social e racial. A seguir será tratada a relação entre a biopolítica e as mulheres negras inseridas no enquadramento das remoções das favelas cariocas, evidenciando as opressões que lhes são impostas e o processo de resistência que impulsiona o seu protagonismo na luta pela efetivação do direito à moradia.

2.2. BIOPOLÍTICA E MULHERES NEGRAS: OPRESSÃO E RESISTÊNCIA NA IMINÊNCIA DA REMOÇÃO.

Durante os últimos sete anos tenho acompanhado o movimento de resistência dos moradores e moradoras das favelas cariocas e o que mais me sensibiliza é a presença e participação predominante das mulheres, sobretudo as mulheres negras. Por toda a trajetória histórica já discutida no primeiro capítulo, é possível compreender os motivos que promovem a exclusão e as obriga a lutar por sua moradia e seu território.

Inúmeras favelas, em pontos diferentes da cidade, foram atingidas por esta política que viola direitos dos seus habitantes e desejo aqui pontuar algumas questões para compreendermos a dinâmica estabelecida pelos poderes envolvidos e que se desdobram em duas forças: uma que oprime e outra que resiste. Como dito na introdução deste trabalho, ao integrar a equipe de estágio do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro - NUTH, percebi que a maioria das pessoas que se dirigiam até o órgão em busca de assessoria jurídica era composta por mulheres negras.

Algumas delas chegavam ao local com suas crianças “a tiracolo” porque não tinham alguém que lhes desse suporte e ficasse com os filhos em casa. Lembro-me que dentre elas havia donas de casa e trabalhadoras assalariadas que muitas vezes necessitavam de uma declaração do defensor ou defensora em exercício para abonar a ausência no trabalho. Por diversas vezes ouvi de algumas delas que o patrão ou patroa não via com bons olhos essas faltas e o quanto isso era cruel, tendo em vista que elas estavam em vias de perder não só a casa, mas o seu lar, o lugar onde construíram seus laços de afeto, criaram seus filhos, netos, sobrinhos e afilhados, enfim, o espaço onde constituíram suas famílias.

Essas memórias me instigaram a pensar a dinâmica da biopolítica agindo sobre as mulheres negras e a sua resistência diante da opressão que lhes foi imposta. Antes de adentrar o universo da resistência das mulheres negras em situação de despejo forçado, será necessário embarcar em alguns conceitos trazidos pelo filósofo Michel Foucault, a fim de compreender o que de fato é a biopolítica.

Ao pensar como as relações de poder se estabelecem e um conjunto de pessoas é governado, o filósofo francês elaborou o conceito de “poder” em meados da década de 1970. Foucault percebe que o Estado moderno não é capaz de centralizar a totalidade do poder, considerando o modo de produção colocado pelo capitalismo, e, por conseguinte, identifica a existência de uma anatomopolítica disciplinar que se

exerce sobre o indivíduo, produzindo corpos dóceis, e uma biopolítica normativa empregada para administrar uma sociedade. Desse modo, o autor se interessa por analisar o poder, investigando as suas articulações e formas de manifestação, cogitando ainda o tempo, a história e o espaço.

No livro *Em Defesa da Sociedade* (1999), o filósofo discorre sobre soberania e disciplina. Sobre a primeira, Foucault constata que a soberania clássica, exercida pelo Estado absolutista, manifesta o seu poder por meio do suplício. O soberano exercita um poder espetacular, transcendente, possuindo o poder sobre a morte: “fazer morrer e deixar viver”, e o supliciado é considerado como o inimigo do rei. Portanto, a tecnologia de poder deste período se apresenta a partir do poder de morte do soberano sobre o súdito.

Posteriormente, no século XVII, esta tecnologia se modifica, com base em elementos ideológicos, históricos, administrativos e burocráticos que agora exigem um posicionamento estatal preocupado com as necessidades de regulamentação da população que agora visa para além da racionalidade soberana de “fazer morrer e deixar viver”, a racionalidade regulamentar de “fazer viver e deixar morrer”. Então, a tecnologia de poder acontece por meio da disciplina do Estado burguês, que apresenta como características: a) um modelo que corresponde a exemplos que devem ser seguidos; b) técnicas exercidas sobre o corpo, cujo objetivo é tornar os corpos domesticados; c) rigorosa divisão entre o tempo e o espaço, que se configura como uma ferramenta de tecnologia do poder; d) vigilância permanente; e) um exame (abordagem clínica), que se dá por meio da avaliação do sujeito (normalização). Desta maneira, a disciplina ambiciona tornar os corpos dos indivíduos dóceis, suscetíveis a administração do Estado, e este passa a garantir a vida dos seus súditos implementando uma nova máxima: “fazer viver e deixar morrer”.

Todo este arcabouço prepara o terreno para uma transformação que implica na terceira tecnologia de poder identificada por Foucault e que tem início no século XIX: a biopolítica e o biopoder. Estes se apresentam enquanto dispositivos de segurança que não se ocupam em gerir o indivíduo, mas sim a espécie. O processo de exercício do poder deixa de ser individualizante para ser massificante e o controle não é mais exercido através da punição, mas por meio da condução, pois a espécie humana passa a ser o objeto de uma gestão.

Ao que essa nova técnica de poder não disciplinar se aplica é – diferentemente da disciplina que se dirige ao corpo – a vida dos

homens, ou ainda se vocês preferirem, ela se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; no limite, se vocês quiserem, ao homem-espécie. Mais precisamente, eu diria isto: a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados e utilizados, eventualmente punidos. E depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. Depois da anatomopolítica do corpo humano instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no mesmo fim do século, algo que já não é uma anatomopolítica do corpo humano, mas que eu chamaria de uma biopolítica”. (FOUCAULT, 2016, p.204)

Essa massificação descrita pelo filósofo no trecho acima ocorre devido ao surgimento de um elemento trazido pela Geografia Humana: a população. Esse novo conceito acumula indivíduos e esvazia a massa humana, pois a partir dele não existe indivíduo, povo ou mesmo sociedade. Tal identificação acerca do conjunto de indivíduos somente foi possível pela existência da Estatística. Esta se apresenta enquanto uma ciência que serve como instrumento de controle populacional, tendo em vista que através dela é possível mapear todas as informações e conhecer os processos de natalidade, mortalidade ou longevidade (FOUCAULT, 2016, p.204). A partir dos dados produzidos pela Estatística é que são produzidas as políticas que intervêm na vida da população, pois tal mapeamento das condições de vida busca extrair o conhecimento sobre a coletividade para, em seguida, definir o campo de intervenção do poder estatal.

Não é de epidemias que se trata nesse momento, mas de algo diferente, no final do século XVII: grosso modo, aquilo que poderia chamar de endemias, ou seja, a forma, a natureza, a extensão, a duração, a intensidade das doenças reinantes numa população. Doenças mais ou menos difíceis de extirpar, e que não são encaradas como as epidemias, a título de causas de morte mais frequente, mas como fatores permanentes – e é assim que as tratam – de subtração de forças, diminuição do tempo de trabalho, baixa de energias, custos econômicos, tanto por causa da produção não realizada quanto dos tratamentos que podem custar. (id, p.205)

A regulamentação da vida pelo Estado está sempre atrelada ao saber, ou seja, é estabelecida uma relação de causalidade recíproca entre saber e poder: novos saberes

produzem novos poderes e novos poderes produzem novos saberes. Portanto, essa dinâmica é que estabelece as condições de governabilidade ou governamentalidade, ou ainda, a arte de governar. Um exemplo tangível de uma produção de saber que auxilia o governo é o censo demográfico, o qual realiza um verdadeiro mapeamento da população, pois a partir deste conhecimento o Estado pode estimular e desestimular de acordo com seus interesses. Considerando que a população tende a resistir ao processo de modulação, a forma de governar se modifica e ao invés de imprimir extenuantes proibições, ela simplesmente atua por meio da liberdade.

De acordo com Castro:

Foucault utiliza o termo “governamentalidade” para referir-se ao objeto de estudo das maneiras de governar. Encontramos, em consonância com os eixos da noção de governo que mencionamos, duas ideias de governamentalidade. Em primeiro lugar, um domínio definido por: 1) O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma de exercício do poder que tem, por objetivo principal, a população; por forma central, a economia política; e, por instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. 2) A tendência, a linha de força que, por um lado, no Ocidente, conduziu à preeminência desse tipo de poder que é o governo sobre todos os outros: a soberania, a disciplina, e que, por outro, permitiu o desenvolvimento de toda uma série de saberes. 3) O processo, ou melhor, o resultado do processo, pelo qual o Estado de justiça da Idade Média converteu-se, durante os séculos XV e XVI, no Estado administrativo e finalmente Estado governamentalizado. (CASTRO, 2016, p.190-191)

As duas ideias de governamentalidade propostas pelo pensamento foucaultiano, de acordo com o trecho acima, evidenciam os elementos que compuseram esta arte de governar. Toda essa estrutura, desde as instituições e suas tecnologias de poder à produção de novos saberes, permitiu o desenvolvimento deste Estado governamentalizado, ou seja, do Estado moderno. Para Foucault, a análise da governamentalidade implica diretamente no “exame das artes de governar que incluem o estudo do governo de si (ética), o governo dos outros (formas políticas da governamentalidade) e a relação entre o governo de si e o governo dos outros”. (CASTRO, 2016, p.191)

Em sua obra *Segurança, Território e População* (2008), o filósofo faz um estudo amplo e detalhado sobre as formas de governar, considerando o contexto histórico, tempo e espaço, até o nascimento de um novo tipo de governamentalidade que não se preocupa tanto com a gestão territorial e volta suas atenções para a população, pois, precisa administrá-la, por meio de um sistema jurídico que promova

direitos e liberdades em conjunto com a economia política.

Numa palavra, pode-se dizer que a nova governamentalidade que, no século XVII, tinha acreditado poder aplicar-se inteira num projeto exaustivo e unitário de polícia, vê-se agora numa situação tal que, de um lado, terá de se referir a um domínio de naturalidade que é a economia. Terá de administrar populações. Terá também de organizar um sistema jurídico de respeito as liberdades. Terá enfim de se dotar de um instrumento de intervenção direto, mas negativo, que vai ser a polícia. Prática econômica, gestão da população, um direito público articulado no respeito a liberdade e as liberdades, uma polícia com função repressiva. Como vocês estão vendo, o antigo projeto de polícia, tal como havia aparecido em correlação com a razão de Estado, se desarticula, ou antes, se decompõe entre quatro elementos - prática econômica, gestão da população, direito e respeito as liberdades, polícia - , quatro elementos que vem se somar ao grande dispositivo diplomático-militar que, por sua vez, não foi modificado no século XVIII. (FOUCAULT, 2008, p. 476)

Uma característica importante desse novo modo de governamentalidade é a garantia de liberdade aos indivíduos sem se desprender totalmente do poder de polícia, que vigia e pune quando necessário. Foucault relata que o antigo projeto de polícia adquire nova roupagem e se desmembra em quatro elementos: a) a prática econômica, b) a gestão da população, c) o direito e d) o respeito às liberdades. Portanto, nesse contexto, estão inseridos os aparelhos judiciário, policial, diplomático e militar, instrumentos fundamentais para o exercício do poder estatal.

A arte de governar, adotada pelo Estado moderno promove a gestão da população de duas maneiras: a) conhecimento do sujeito e b) a produção do sujeito. O que significa que a partir do conhecimento adquirido, o Estado se esforçará para produzir um determinado tipo de sujeito que continue sendo regulado pela governamentalidade e não se oponha à sua gestão. Apesar dos esforços envidados pelo Estado para continuar governando, Foucault observa que a sociedade pode em um momento rebelar-se contra o poder estatal e gerar algum tipo de resistência.

Pois bem, eu me pergunto se não poderíamos fazer a análise do que poderíamos chamar de contracondutas no sistema moderno de governamentalidade do seguinte modo: dizendo que, no fundo as contracondutas que vemos se desenvolver em correlação com a governamentalidade moderna tem como objeto os mesmos elementos dessa governamentalidade, e que vimos se desenvolver; a partir de meados do século XVIII toda uma série de contracondutas que têm essencialmente por objetivo, precisamente, recusar a razão de Estado e as exigências fundamentais dessa razão de Estado e que vão se apoiar naquilo, mesmo que essa razão de Estado, através das transformações que eu lhes havia indicado, havia terminado por fazer surgir, ou seja, justamente nestes elementos que são a sociedade oposta ao Estado, a verdade econômica em relação ao

erro, a incompreensão, a cegueira, o interesse de todos em oposição ao interesse particular, o valor absoluto da população como realidade natural e viva, a segurança em relação a insegurança e ao perigo, a liberdade em relação a regulamentação. (FOUCAULT, 2008, p. 477)

A recusa da sociedade diante da gestão do Estado se configura como resistência a um poder que submete de maneira massificada uma coletividade a seus interesses. Segundo Foucault, os processos de normalização das práticas do Estado são concebidos pela população como naturais e a resistência somente aparece quando a governamentalidade é descoberta. Isto posto, o autor lembra a existência da lei de bronze da governamentalidade moderna (FOUCAULT, 2008, p.478), cuja aparição indica que o Estado intenciona governar sempre, não havendo interrupção, ou seja, pretende-se perpétuo, e identifica três modos de resistência: 1º modelo: possui um caráter escatológico pressupondo o desaparecimento do Estado a partir da prevalência da sociedade civil; o 2º modelo está subordinado ao direito absoluto a revolta, que ocorre quando a sociedade rompe com os vínculos de obediência em relação ao Estado; 3º modelo: rompimento com o paradigma de Estado-nação, de modo que a verdade não deve ser algo de titularidade plena do Estado, partindo da concepção que a nação quer ser titular das verdades sobre o Estado, da razão de Estado e da própria sociedade.

Esse panorama trazido pelo pensamento foucaultiano acerca das relações de poder e principalmente em relação à biopolítica é primordial para analisarmos a relação opressão *versus* resistência presente no interior das remoções das favelas que atingem mulheres negras e, por outro lado, aguçam a sua capacidade de resistir contra as arbitrariedades do Estado. Revisitar a obra de Michel Foucault se fez necessário para entender tanto as técnicas de governamentalidade quanto a contraconduta exercida pelas mulheres negras moradoras dessas localidades.

As remoções das favelas cariocas são realizadas, a princípio, por órgãos municipais, com a anuência do governo estadual e federal, os quais não se manifestam a favor da permanência das favelas, fato este que cria liberdade de atuação para a Prefeitura e facilita o cenário para violação de direitos.

Ao mapear os passos das remoções, Faulhaber (2015, p. 51-53) identificou, por meio de entrevistas a lideranças de favelas distintas, práticas similares executadas pelo Município do Rio de Janeiro em sua execução: 1 – Comunicado de remoção; 2 – Censo inventado; 3 – Marcação de casas; 4 – Negociações individualizadas; 5 – Divisão do coletivo e cooptação de pessoas; 6 – Disputas, ameaças e os contratados; 7

– Demolição e descaracterização; 8 – Uso da força policial; 9 – Defensor Público atuando como Procuradoria Municipal. Esses nove passos merecem ser discutidos aqui para pensar a articulação e gestão do poder municipal no exercício da política de remoção.

As favelas geralmente recebem o comunicado da remoção por intermédio da Secretaria Municipal de Habitação – SMH, não há discussão sobre o assunto ou nenhuma espécie de escuta a comunidade ameaçada para saber a opinião dos moradores e moradoras. Pelo contrário, existe apenas a comunicação e a disponibilização dos apartamentos do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV na Zona Oeste da cidade, cuja distância varia entre 40 a 70 quilômetros, fato este que contraria o disposto na Lei Orgânica do Município³¹:

Art. 429 – A política de desenvolvimento urbano respeitará os seguintes preceitos: [...]

VI – urbanização, regularização fundiária e titulação das áreas faveladas e de baixa renda, *sem remoção dos moradores*, salvo quando as condições físicas da área ocupada imponham riscos de vida aos seus habitantes, hipótese em que serão seguidas as seguintes regras:

- a) *Laudo técnico* do órgão responsável;
- b) *Participação da comunidade interessada* e das entidades representativas na análise e *definição* das soluções;
- c) Assentamento em *localidades próximas* dos locais de moradia ou do trabalho, *se necessário* o remanejamento.

Como é possível perceber, a legislação prevê a não remoção, informando que tal política será permitida somente se houver risco a integridade dos moradores, além de garantir a participação comunitária nas soluções e decisões. Por outro lado, define que se for necessário realizar o reassentamento, deverá ocorrer próximo da moradia ou mesmo do local de trabalho do removido.

É importante ressaltar que as construções dos empreendimentos do PMCMV, geralmente ocorrem em bairros da Zona Oeste da cidade, tais como Bangu, Campo Grande e Santa Cruz, que são áreas dominadas por milícias. Em alguns relatos de moradores removidos, ouvi repetidas vezes tanto no estágio na Defensoria Pública quanto em reuniões comunitárias que os moradores reassentados nessas localidades são obrigados a consumir os produtos oferecidos pela milícia sob a pena de sofrer represálias que podem se desdobrar em risco de morte. Essa denúncia é tão recorrente

³¹ Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <http://200.141.78.79/dlstatic/10112/1659124/DLFE-222901.pdf/LeiOrganica.pdf>. Acessado em: 28/04/2016

que o PMCMV é apelidado pelos movimentos de luta por moradia como “minha casa, minha milícia”.

No que concerne à questão racial, a pesquisadora negra Antonia dos Santos Garcia, doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ, identificou em sua obra “Desigualdades Raciais e Segregação Urbana em Antigas Capitais”, que a Zona Oeste comportava, segundo o Censo IBGE/2000, os maiores índices de população negra da cidade, como veremos no trecho a seguir:

Pelos dados analisados, não deve ser por acaso que as favelas cariocas estão concentradas principalmente nas zonas Oeste e Norte, sobretudo nas AEDs de Santa Cruz, Bangu e Campo grande, densamente povoadas, e com os mais altos índices de negros, tendo assim certa homologia com Salvador, quando os índices de mais de 90% de negros são dos subúrbios. Os dados do IBGE/2000 também confirmam que o maior número de favelas está nas zonas Oeste e Norte: Jacarepaguá (68); Bangu (21 favelas) e Realengo (14). Itanhangá, Recreio, Anchieta e Complexo do Alemão concentram 11 delas cada uma. Entretanto, na divisão por RA, Bangu concentra o maior número: 133. Estas áreas, portanto, são as mais homogêneas do ponto de vista da densidade negra, em oposição à Zona Sul e parte das zonas Norte e Oeste, em comparação com os brancos. (GARCIA, 2009, p.195)

Esta observação pontua algo interessante para a análise: os empreendimentos do PMCMV são construídos em sua maioria na zona Oeste, cujos bairros concentram um grande percentual de favelas e, por conseguinte, uma população majoritariamente negra. Ou seja, nas dinâmicas da remoção, o governo retira pessoas negras e pobres de áreas valorizadas e realoca em regiões precarizadas, que já são compreendidas como localidades negras devido a sua composição demográfica. Essa prática mostra mais uma vez a segregação urbana, na qual negros e pobres são acumulados em bairros desprovidos de equipamentos públicos, enquanto os bairros que possuem infraestrutura e os melhores serviços públicos são ocupados por uma população branca, o que evidencia o racismo institucional e ambiental que impacta negativamente a vida das famílias negras.

Outra prática muito comum executada pela prefeitura é a invenção de um censo onde agentes municipais adentram as residências fotografando e coletando o máximo de informações sobre as famílias. Segundo Faulhaber, “o mapeamento serve para saber quem é assentado, há quanto tempo vive no local e qual a relação afetiva

com a comunidade” (2015, p.51). Essas informações são cruciais para saber a condição de precariedade dos moradores, quem possivelmente está disposto a negociar com a prefeitura, ou mesmo disposto a resistir.

A marcação de casas é outra conduta habitual em favelas ameaçadas pela remoção. Na maioria dos casos, agentes municipais colocam nas portas, portões ou muros, a sigla SMH (Secretaria Municipal de Habitação) acompanhada do número, como por exemplo “SMH 106”, prática similar a executada pelo nazismo alemão nas residências judias à época da II Guerra Mundial. Ou mesmo pintam a letra D para informar que aquela casa será demolida. Essa marcação das casas pode ocorrer com ou sem o conhecimento das famílias. Por diversas vezes escutei relatos de moradores que não foram noticiados e precisaram buscar informações com vizinhos para saber o que aquela sigla e número significavam. Esse procedimento é um dos mais incômodos para as famílias pois é o símbolo que identifica a remoção e a partir dele acontecem dois fenômenos: o mal-estar comunitário gerado pela ameaça e, por conseguinte, a mobilização e organização dos moradores.

Partindo desta verificação, o poder público nota a resistência contra a remoção e institui duas estratégias para desmobilizar a organização comunitária: a negociação individual e a cooptação, o que por sua vez, causam a divisão entre moradores e enfraquece a coletividade. Geralmente, a prefeitura opta por abordar algumas famílias oferecendo alternativas de indenizações em relação às moradias e informa que somente será possível concretizar a negociação quando seus vizinhos aceitarem o mesmo acordo. Já a cooptação ocorre quando as lideranças comunitárias, incluindo desde presidentes das associações de moradores até as lideranças, grandes mobilizadoras residentes no local, recebem indenizações com valores consideráveis, ou algum tipo de favorecimento ao se encontrar com autoridades na condição de representantes da comunidade. Segundo Faulhaber, essa abordagem se concretizou a partir da “recusa de diversas comunidades em deixar para trás o lugar de identidade” e mover ações judiciais contra as remoções (2015, p. 52). Desse modo, as desconfianças e acusações tomam uma grande proporção, causando assim a desintegração da união comunitária, debilitando a resistência popular.

Nesse contexto, o caos é instaurado na favela e aumenta a pressão para a saída daqueles que se opõem a remoção. Esse é o momento em que a prefeitura percebe a fragilidade da comunidade ameaçada e intensifica a pressão por meio de seus agentes ou por intermédio dos moradores que já aceitaram o acordo. Outro método bastante

utilizado é a infiltração de pessoas estranhas ao convívio comunitário em assembleias e reuniões, com o objetivo de provocar tumulto e causar divisões, ou até mesmo agredir fisicamente e fazer ameaças de morte aos líderes da resistência.

Assim, uma comunidade que não se rende às propostas e manipulações da prefeitura, enfrenta uma das mais perversas táticas do poder público: a força policial. Quando a organização comunitária se torna sólida e resiste a negociações e demais formas de cooptação, a prefeitura envia a polícia para inibir, amedrontar e pressionar a saída dos moradores. Essa estratégia por parte do governo causa pânico, principalmente pelo uso de bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta, balas de borracha e agressões físicas com cassetetes.

Após o momento em que ocorrem as demolições, outra estratégia desumana acontece. A prefeitura não retira os entulhos e a comunidade passa a sofrer com os imóveis depredados que, para além da aparência de um cenário de guerra, geram insalubridade a partir dos animais nocivos à saúde que passam a viver nos escombros, tais como baratas, mosquitos, ratos e até cobras. Em alguns casos, como por exemplo, a comunidade de Vila das Torres, situada na região de Madureira, os imóveis abandonados tornaram-se abrigo de usuários de drogas, principalmente de crack, tornando a comunidade um espaço vulnerável.

A última ferramenta desse conjunto que trouxe maior insegurança e fragilidade aos moradores foi a atuação do defensor público geral como procurador municipal. Foram inúmeras situações onde o defensor geral agiu em favor do Município ao invés de fortalecer as iniciativas de permanência elaboradas pelas comunidades atingidas. Portanto, há que se destacar duas intervenções importantes: o desmantelamento do Núcleo de Terras e Habitação – NUTH e a solicitação de suspensão da liminar que impedia a demolição das casas negociadas pelos moradores em Vila Autódromo, cuja função era evitar o cenário de destruição e insalubridade ora executado em outras favelas. Na primeira intervenção, houve uma política interna forte que limitava a atuação do NUTH, de modo que os defensores foram realocados para outras unidades, alguns até para outras cidades e todos os estagiários foram demitidos sumariamente. No que tange à segunda intervenção, desta vez na Vila Autódromo, o defensor geral pediu a suspensão da liminar que impedia as demolições na referida comunidade, “sob o argumento de que as demolições seriam imprescindíveis para os reassentamentos daqueles moradores que já haviam negociado sua saída com a Caixa Econômica Federal (FAULHABER, 2015, p. 54)

Todas as circunstâncias mostradas acima se configuram como mecanismos de poder de um Estado que promove a remoção a partir das suas conexões políticas e econômicas, exemplificando em suas ações a governamentalidade pesquisada por Foucault. Articulada junto aos empresários ligados aos grandes projetos de reestruturação urbana, a prefeitura municipal encontrou certo desembaraço e liberdade de atuação, na medida em que os poderes que poderiam limitar suas ações foram omissos ou coniventes com as suas práticas. Dessa maneira, o apartheid urbano se aprofunda à medida que o governo escolhe quem pode morar nos locais privilegiados e quem deve residir nos espaços precarizados da cidade. E, portanto, essa divisão, devido ao passado colonial e a todas as opressões racistas anti negras que dele advieram, impacta negativamente a vida das famílias negras ao conduzi-las ao plano da negação de direitos.

Quando Foucault elaborou o conceito “racismo de Estado”³², pensou em “uma estratégia global do Estado, uma estratégia que a sociedade exerce sobre si mesma em termos de purificação permanente e normalização social” (CASTRO, 2016, p.377). No último capítulo da obra “Em Defesa da Sociedade”, Foucault explica que o racismo tem duas funções: uma que fragmenta, subdivide a espécie humana de forma hierarquizada, estabelecendo que algumas raças são superiores em detrimento de outras, fazendo “cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o poder” (2016, p.214); a outra é a função de eliminar os grupos considerados inferiores para exercer o poder, estabelecendo que “a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, do anormal) é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura” (ibid, p.215). Assim aponta Castro:

Desde esse ponto de vista, o racismo é a condição de exercício do moderno direito de matar; o racismo aparece onde a morte é requerida: na colonização, na guerra, na criminalidade, nos fenômenos da loucura e da doença mental, etc. Assim, por exemplo, a guerra “vai aparecer em torno do final do século XIX, não simplesmente como uma maneira de fortalecer a própria raça, eliminando a raça adversa (segundo os temas da seleção e da luta pela vida, mas igualmente como uma maneira de regenerar a própria raça. Quanto maior seja o número daqueles que morrem entre nós, mais pura será a raça que pertencemos. (CASTRO, 2016, p.377)

Desse modo, o racismo de Estado se estabelece como uma ferramenta muito eficaz para a manutenção do biopoder, uma tecnologia que atua sobre a vida daqueles

³² Nesse sentido, o significado que Foucault dá ao “racismo” vai além do uso comum que identifica o fenômeno enquanto preconceito ligado à cor. Aqui se trata de uma seletividade exercida pelo Estado.

considerados pelo Estado como espécies humanas inferiores. Consequentemente, a biopolítica instalada para normalizar a sociedade permanece atuando de modo que a eliminação daqueles que estão fora do padrão estabelecido como normal, se constitui como arma efetiva para o exercício do poder estatal.

Nesta seara, embora o conceito foucaultiano de racismo de Estado não represente especificamente o modelo de racismo – de cor da pele - que ocorre no Brasil, o qual evidencia a existência de uma supremacia branca, ele se torna fundamental ao denotar a seletividade do Estado. Essa escolha estatal se apresenta no momento em que se escolhe quem permanece e quem será expulso. Na verdade, os racismos institucional e ambiental e a intersecção de opressões, que invisibilizam e tornam vulnerável a experiência das mulheres negras em sociedade, se tornam as ferramentas que estabelecem os critérios de seletividade. Em outras palavras, são as tecnologias de poder que influenciam a escolha do Estado sobre quem fará viver e quem deixará morrer.

Esse raciocínio se repete nas reformas urbanas, quando o Estado escolhe quem merece viver nas áreas hipervalorizadas pela especulação imobiliária, com farto acesso a bens e serviços e quem residirá em áreas empobrecidas, carentes de infraestrutura básica. A segregação urbana, gerada a partir dos atos locais de eliminação das favelas e segregação forçada, demonstra que a criação dos espaços urbanos é marcada pela marginalização de raça, gênero e classe (PERRY, 2012, p.170).

Nesse sentido, reflete Antonia dos Santos Garcia:

Analisando as origens da segregação espacial da população afro-brasileira, Estela Ramos (2007, p. 97-107) verifica que as práticas do urbanismo brasileiro sempre foram de negação dos territórios negros e as reformas empreendidas na segunda metade do século XIX e primeiras décadas de XX visaram uma limpeza étnica. De fato, as elites brancas também buscaram a desafricanização e/ou europeização das cidades, especialmente as brasileiras, com um modelo de segregação étnico-racial e sexista que se diferencia de outras cidades no mundo em razão da forma como aqui foi forjado o processo colonialista-escravista. Consequentemente, muitas cidades negras brasileiras tornaram-se brancas, e ao longo da história tornaram invisíveis os (as) afrodescendentes e os (as) afro-indígenas, as pessoas negras e escravos e livres que produziram territórios, identidades próprias que a extrema dominação não pode impedir (GARCIA, 2012, p. 142).

O racismo ambiental e institucional embutido nas reformas urbanas são fundamentados ainda por uma lógica colonialista-escravista, que apaga a africanidade

e as identidades que constituem territórios resistentes a segregação imposta pelo Estado, negando a presença das territorialidades negras. Desse modo, o embranquecimento das áreas nobres da cidade e o enegrecimento das regiões periféricas, em sua maioria desprovidas de condições paritárias do viver a cidade, demonstram nitidamente a escolha do poder estatal pautada por uma lógica racista de exclusão.

Por outro lado, a multiplicidade de opressões, identificada por meio da violação de direitos, produziu sujeitos capazes de atuar no modo contraconduta para demonstrar suas insatisfações e requerer a garantia dos direitos previstos não somente pela Constituição Federal e legislações infraconstitucionais, como também por princípios e normas de direitos humanos internacionais.

Portanto, em termos de disputas pelo território, ativistas negros e negras das favelas, comunidades e ocupações se organizam para exigir participação comunitária e pleno exercício de direitos, como aponta Keysha Khan Perry:

(...) a discriminação racial é historicamente enraizada em todos os aspectos do espaço urbano e tem motivado a mobilização de pessoas negras urbanas. Seu ativismo coletivo e individual é uma declaração profunda de “sua humanidade e direito a participação plena e igualitária”, dentro da cidadania comunitária local e nacional. As comunidades urbanas reinventaram as noções de cidadania que alimentam os movimentos de base liderados por pessoas negras. Ativistas de bairro (...) empregam o discurso dos direitos e a reivindicação por recursos como resposta organizada à hegemonia racial determinada espacialmente. (PERRY, 2012, p. 176)

É importante neste momento dizer que, ainda que homens e mulheres estejam diretamente envolvidos no processo de luta contra as remoções, a articulação e organização comunitárias acontecem, majoritariamente, através de uma mobilização feminina negra. Quem participou das assembleias e reuniões de várias comunidades ameaçadas, percebeu que a presença das mulheres é superior à masculina. Quem teve o privilégio de conhecer Fátima de Amorim – Estradinha Botafogo, Jane Nascimento – Vila Autódromo, Emília de Souza – Horto, Maria Aparecida Barbosa – Ocupação Quilombo das Guerreiras, Francicleide Souza – Metrô Mangueira, Alessandra da Silva – Vila Taboinhas, Suely Afonso – Vila Harmonia, Leandra da Rocha – Favela do Sambódromo, dentre tantas outras, sabe o potencial de coordenação e resistência das mulheres negras, que mesmo sem ter o conhecimento técnico jurídico se lançaram à procura de quem poderia auxiliá-las a defender suas comunidades.

E foi nesta seara que elas buscaram assessoria jurídica no NUTH, procuraram estabelecer contato com lideranças comunitárias que estavam enfrentando o mesmo problema através das reuniões populares, ligadas a luta por moradia na cidade do Rio de Janeiro, contataram coletivos técnicos e universitários a fim de conseguir apoio para responder aos laudos equivocados emitidos pelos engenheiros da prefeitura e também mobilizar a mídia internacional para denunciar as violações de direitos.

Essas mulheres se forjaram como guerreiras no calor da luta, somaram às suas habilidades de discurso e experiência de mulheres negras vivenciando a cidade, o conhecimento jurídico para contra argumentar o poder público e dialogar com as autoridades, sem se curvar aos desmandes e abusos cometidos pelo Estado. Desse modo, ensinaram, educaram seus vizinhos a lutar pelo direito à moradia, à cidade, ao pertencimento, à memória. Nesse processo, algumas conseguiram impedir a dizimação das suas comunidades e outras foram removidas para outros espaços da cidade, contudo, os conhecimentos adquiridos durante a luta somados à capacidade de negociação tornaram os danos da remoção menos gravosos.

A prática de remoção de favelas configura-se, desse modo, enquanto uma política racista, sexista e classista, seja pela motivação higienista cujo objetivo é promover uma “limpeza étnica” que empurra a população negra para os bairros distantes e desestruturados, seja pelas consequências da política de remoção que impactam de forma negativa, precarizando continuamente a vida das pessoas negras. Consequentemente, as instituições governamentais insistem em implementar políticas excludentes quando lhes é interessante e vantajoso, delineando a presença da biopolítica pautada numa dinâmica que ainda carrega o raciocínio escravocrata e de discriminação de gênero, embora apareça para a sociedade apenas como uma opressão em termos de classe.

Considerados os referenciais teóricos que permitiram a reflexão sobre as facetas desta política remocionista que se configura como um dispositivo do biopoder para que o Estado exerça o controle populacional e, assim, atinja a vida da população afrodescendente, principalmente das mulheres negras, este capítulo teve por objetivo abordar as relações de poder. Sob a ótica foucaultiana, desvendamos a estrutura de dominação, que se dá a partir de um conjunto de privilégios historicamente estabelecidos, além de mostrar a dinâmica dos poderes de opressão exercidos pelo Estado, analisando suas estratégias sob o enfoque da biopolítica, e, por outro lado,

intencionamos revelar a resistência empenhada por mulheres negras, na defesa do seu território.

A partir dessas ponderações será possível observar, no capítulo a seguir, a situação da comunidade do Horto, localizada no bairro do Jardim Botânico, estudo de caso desta pesquisa. Esta comunidade é bicentenária, historicamente identificada como uma territorialidade negra e desde a década de 1980 resiste contra a remoção. Desse modo, trataremos sobre a metodologia de pesquisa aplicada, a história de luta e resistência da comunidade contra seu desaparecimento e a importância da ação das mulheres negras para a permanência de seus habitantes no local.

CAPÍTULO III – INVISIBILIDADE X GRITO: NARRATIVA ELEKÔ DO HORTO NA CONTRAMÃO DO POSICIONAMENTO INSTITUCIONAL

A primeira vez que caminhei pelas ruas do Horto algo trouxe a minha memória afetiva de menina criada no interior da Bahia uma sensação de leveza, de familiaridade, como se aquele lugar me fosse próximo de alguma forma. Aquela sensação de paz e tranquilidade que senti ao percorrer as estradas de terra batida, evocou em mim um sentimento de pertencimento, uma conexão com aquele território. E embora a minha escolha dentre as favelas ameaçadas por remoção não tenha em um primeiro momento ocorrido por esse motivo, é impossível negar que a atmosfera do lugar não tenha me encantado.

Quando decidi realizar o estudo de caso sobre a comunidade do Horto, o motivo principal foi a iminência da remoção de um lugar pacífico, cuja tranquilidade não remete ao caos urbano da cidade, onde seus moradores mobilizados por mulheres negras, estavam engajados na luta pela permanência na localidade, a fim de efetivar o seu direito à moradia, o direito de pertencer e vivenciar a cidade. Talvez esta tenha sido a minha primeira impressão sobre o lugar.

À medida que me debrucei sobre a história do território confirmei minha hipótese de que aquele chão era um lugar ancestral negro e indígena, cujo surgimento ocorreu há cerca de duzentos anos. Estava diante de uma territorialidade negra historicamente constituída e que se manteve fortalecida durante muito tempo, contudo fora colocada em situação de vulnerabilidade pelo poder público. Há cerca de trinta anos, o Horto luta para não desaparecer, enfrentando inúmeros poderes combinados entre si, com a finalidade de vencer a disputa territorial.

Diante desta árdua batalha, assumi o compromisso com a comunidade de realizar a pesquisa local com o objetivo de fortalecer sua caminhada em direção a garantia de direitos, evidenciando a história bicentenária e memória desta localidade, além de denunciar as arbitrariedades cometidas pelo poder público por meio das ameaças e violências diversas perpetradas contra os moradores e moradoras.

Foram dois anos de descobertas por meio de leituras, conversas com a comunidade, exercício de uma escuta atenta e observação das estratégias utilizadas pelas lideranças comunitárias para manter a resistência de forma contínua. Nesse período, me surpreendi em algumas situações curiosas nas quais pude confirmar algumas hipóteses pensadas ao longo da elaboração do projeto da dissertação e noutras encontrei novas diretrizes para a pesquisa, que serão relatadas no decorrer

desta escrita.

Neste terceiro capítulo, descreverei o meu percurso como pesquisadora ativista, evidenciando os métodos de investigação pautados em referenciais teórico-metodológicos que evidenciam as nuances do caso em questão. Outrossim, realizo, ainda, um percurso histórico acerca da ocupação da comunidade, incluindo dados demográficos atuais e alguns eventos importantes para esta análise, além de ampliar as vozes das mulheres negras que colaboram de maneira fundamental para a construção da organização e resistência comunitárias.

3.1. METODOLOGIA DA PESQUISA ATIVISTA: COLORINDO OS MÉTODOS TRADICIONAIS DE PESQUISA

Durante a elaboração do projeto de pesquisa compreendi que seria fundamental para a análise encontrar uma metodologia que fosse uma ferramenta potente para atingir as finalidades desta investigação. Isto posto, a busca por um referencial teórico- metodológico que abarcasse com precisão as pretensões desta pesquisa me fez examinar com cautela os caminhos trilhados pelas ciências sociais e, dessa maneira, pensar um método que identificasse as questões interseccionais dentro do conflito fundiário.

Ao participar do IX Curso de Atualização “A Teoria e as Questões Políticas da Diáspora Africana nas Américas, promovido em junho/2015 pela organização não-governamental Criola³³ em parceria com a Universidade do Texas - USA, tive acesso ao método da pesquisa ativista e logo iniciei os estudos acerca do tema, almejando fundamentar e conduzir minha investigação sobre as remoções das favelas na cidade do Rio de Janeiro.

A pesquisa ativista não ignora os métodos tradicionais de pesquisa, mas busca aprofundar as relações humanas e compreender melhor as raízes dos problemas sobre desigualdade, opressão, violência e as condições relacionadas ao sofrimento humano, sendo realizada, em cada fase, desde a sua concepção até a difusão, em cooperação

³³ Criola é uma organização da sociedade civil fundada em 1992 e conduzida por mulheres negras. A instituição atua na defesa e promoção de direitos das mulheres negras em uma perspectiva integrada e transversal. Desse modo, busca instrumentalizar mulheres, adolescentes e meninas negras para o enfrentamento ao racismo, sexismo, lesbofobia (discriminação contra lésbicas) e transfobia (fobia contra transexuais e travestis), desenvolvendo, ainda, ações voltadas à melhoria das condições de vida da população negra e das mulheres negras em especial. Disponível em: http://criola.org.br/?page_id=257

direta com um coletivo organizado de pessoas que estão sujeitas a essas condições, além de formular, coletivamente, estratégias para transformar essas condições e alcançar o poder necessário para tornar essas estratégias efetivas (HALE, 2003).

Assim, os métodos utilizados pela pesquisa ativista englobam diferentes maneiras de coletar informações sobre o objeto da pesquisa, buscando sempre a participação dos sujeitos envolvidos na situação de opressão. Dentre os principais métodos, é possível apontar os quatro mais utilizados: a) métodos positivistas de pesquisa, tais como cartografias e análise causal; b) etnomapeamento participativo: mapear os diferentes grupos socioeconômicos, culturais e étnicos em uma área e como eles mudaram ao longo do tempo, com sua efetiva participação no processo; c) ciências sociais: antropologia, sociologia, etc; d) etnografia.

Quanto às bases teóricas, a pesquisa ativista está alicerçada nos estudos críticos culturais, tendo como principais fontes os intelectuais James Clifford, George Marcus e Anna Tsing, cuja produção pede redirecionamentos no trabalho de campo e nos métodos de pesquisa, cada um insinuando a possibilidade de transição para o ativismo, embora esses autores não tenham saltado para a ação, principalmente porque a natureza das "mãos sujas" do ativismo tende a entrar em conflito com o intelectualismo "puro" da Academia.

Charles Hale, professor do Departamento de Estudos sobre a África e Diáspora Africana e Antropologia da Universidade do Texas, compreende que os movimentos sociais geram novos conhecimentos, teorias e questões (HALE, 2002, p.8). Sob esta perspectiva, as ideias mais radicais muitas vezes resultam de um engajamento intelectual concreto com problemas de populações prejudicadas confrontando sistemas de opressão (HALE, 2006, p.109). Desta maneira, a pesquisa ativista se coloca como uma ferramenta que busca um possível caminho para atingir a transformação social, na medida em que alia os conhecimentos do campo intelectual aos da luta contra os mecanismos de opressão proporcionados pelo ativismo.

Utilizando as diretrizes da pesquisa ativista, pude selecionar referenciais teórico- metodológicos que dialoguem com a realidade de uma comunidade negra em um espaço racializado, pensar em conjunto com seus moradores novas estratégias de defesa para dar continuidade a sua permanência e considerar que a localidade se estabelece como um importante lugar de memória e história afrodescendente.

Devido ao protagonismo de um grupo de mulheres, em sua maioria negras, na luta pela efetivação do direito à moradia, escolhi a comunidade do Horto como estudo

de caso e elaborei alguns caminhos para a realização da pesquisa: a) a leitura e posterior fichamento dos textos sobre: a1) a Teoria Crítica da Raça e Interseccionalidade, destacando o pensamento das intelectuais negras da diápora africana, a2) dos livros e artigos sobre a história da formação das favelas e da comunidade do Horto; b) a participação em assembleias comunitárias e encontros entre lideranças das favelas atingidas pela remoção; c) pesquisa dos dados demográficos coletados no Censo 2010 do IBGE e no Instituto Pereira Passos; d) entrevista com as principais lideranças femininas e com as mulheres pertencentes às famílias mais antigas da comunidade em questão, realizada através de roteiro semiestruturado, baseado no questionário produzido pela ONU-HABITAT para casos de remoções forçadas.

Desse modo, partindo da crítica às metodologias eurocentradas, analisaremos o caso de remoção da comunidade do Horto, localizada no bairro do Jardim Botânico, área nobre da cidade do Rio de Janeiro. Para esta tarefa, usarei como referencial teórico- metodológico, a Teoria Crítica da Raça (TCR), que em seu arcabouço desenvolve outros conceitos fundamentais para compreender a situação da comunidade em questão.

Os autores da TCR propõem uma metodologia diferenciada na medida em que a vivência de pessoas de cor, ou seja, não brancas, é fundamental para entender os mecanismos de subordinação racial. Portanto, as narrativas e experiências dessas pessoas se constituem como um recurso essencial para desenvolver pesquisas na área. Assim, a centralidade do conhecimento experimental se torna o ponto de partida para elaborar pesquisas sobre raça e etnia. Nesse sentido, Laurence Parker e Lorna Roberts identificam cinco princípios para desenvolver pesquisas usando como referencial teórico a TCR:

- 1- Centrar a pesquisa na raça e em sua intersecção com outras formas de subordinação (p. ex., gênero, classe social, etc.)
- 2- Usar a raça na pesquisa para questionar as normas científicas predominantes de objetividade e neutralidade;
- 3- Vincular a pesquisa com preocupações de justiça social e a possível práxis com esforços em andamento em comunidades;
- 4- Situar o conhecimento experiencial no centro do estudo e vinculá-lo a outros pontos de vista de pesquisa crítica e interpretativos sobre raça e racismo;
- 5- Reconhecer a importância dos pontos de vista transdisciplinares baseados em outras áreas (p. ex., estudos étnicos, de mulheres, afro- americanos, chicanos/latinos, história, sociologia) para melhorar a compreensão dos efeitos do racismo e outras formas

de discriminação nas pessoas de cor (PARKER; ROBERTS, 2015, p.122).

A TCR propõe um diálogo, dentro da sua metodologia, com outras áreas do saber, o que, por conseguinte, torna a análise acerca da questão racial mais rica, na medida em que os pressupostos da criação e atuação das leis e seus impactos sobre as comunidades étnicas/raciais são observados dentro de um contexto histórico que evidencia as discriminações praticadas ao longo do tempo e, portanto, naturalizadas pela sociedade.

É nesta seara que são pensados os conceitos de *colorblindness* e *perspective matters*:

Tais questões suscitaram questionamentos epistemológicos que constituíram temas centrais para a subsequente articulação da Teoria Crítica da Raça, por exemplo, a importância da perspectiva do narrador

– “perspective matters” – e a influência da “cegueira da cor” – “color blindness” – na organização e estruturação de instituições ditas racialmente neutras. Quanto mais evidente tornava-se a existência de uma hierarquia racial institucionalizada, mais nítida ficava a importância de uma nova perspectiva dentro dos estudos críticos. Nesse contexto ganharam destaque os trabalhos de Derrick Bell, Alan Freeman e Richard Delgado. A principal premissa da Teoria Crítica da Raça é a ideia de que o racismo não é um comportamento considerado anormal, mas uma experiência diária na sociedade estadunidense. Algo que reflete igualmente a realidade brasileira. Trata-se de um comportamento tão culturalmente enraizado, que as práticas discriminatórias sutis do dia a dia não são percebidas. (LYRIO; PIRES, 2015, P.65)

A cegueira da cor, pontuada pelas autoras no trecho acima, é um dos elementos principais para a perpetuação do racismo institucional. Ignorar o fator racial em sociedades historicamente racializadas contribui para a continuação das desigualdades raciais, que mantém a população negra em situação desvantajosa, e, por conseguinte, perpetua os privilégios dos grupos dominantes.

Já o conceito “perspective matters” revela a importância dos relatos de quem está submetido a subordinação racial. A perspectiva do narrador importa, uma vez que somente quem está sob a opressão pode apontar com propriedade os detalhes do processo de subjugação que humilham e impedem, por exemplo, o acesso das pessoas negras ao exercício da cidadania plena e a conquistar os direitos garantidos pela Constituição. Além disso, potencializa o protagonismo das vítimas na luta contra o racismo pois elas passam a falar por si mesmas, sem haver um interlocutor branco para representá-las. Refletem sobre a questão Caroline Lyrio e Thula Pires:

A grande contribuição está em agrupar em um mesmo modelo de investigação todas essas dimensões, na medida em que as cinco vistas isoladamente não traduzem novidade. A proposta de fomentar técnicas investigativas sobre esse prisma orienta-se pela tentativa de promover o diagnóstico presente da ideologia que sustenta o racismo, nomeando as lesões racistas e empoderando suas vítimas, que passam a falar por elas mesmas. Serão as suas experiências as fontes privilegiadas de uma forma de produzir conhecimento que até então impediu que elas ecoassem - por exigências de suposta neutralidade, objetividade e universalidade. Se as estatísticas não mostram a real situação social dos negros, porque a exigência de uma postura estatal *color blind* impedia que produção de dados fosse orientada por cortes de cor ou raça, gênero, orientação sexual, filiação religiosa, etc., e se as investigações até então dotadas de cientificidade estavam pautadas no ideal cartesiano ou não atribuíam ao critério raça um locus privilegiado de análise, só a experiência pode demonstrar e denunciar as marcas cotidianas do enfrentamento ao racismo e suas principais implicações. (LYRIO; PIRES, 2015, p. 73)

Pode-se dizer que os critérios de objetividade, universalidade e neutralidade eram pressupostos absolutos no interior da produção científica acadêmica, o que, por um lado, colaborava para manter um status de invisibilidade de determinados grupos e, por outro, silenciava as vozes de atores que desejavam contar sua própria história, além de negar a importância da representatividade de setores marginalizados.

Dadas as referências teórico-metodológicas acima, percebe-se a importância da pesquisa ativista no processo de descolonização dos saberes e de colorir metodologias. Analisar casos sob a condução de um referencial que considera a intersecção dos marcadores sociais de gênero, raça, classe, dentre outros, é fundamental para atingir estratégias que sejam efetivas na luta contra as opressões, pois o arcabouço teórico eurocentrado, apresentado como principal pela Academia, não estabelece diálogo direto com os sujeitos que estão sob tais processos de subordinação, tendo em vista que desconhecem sua realidade e, portanto, torna-se limitado para sua compreensão.

O modelo tradicional de construção do saber pautado pela Academia nega outras perspectivas epistemológicas e “exemplifica modelos de investigação que partem das visões de mundo do grupo racialmente dominante e que normalmente se referem ao outro por um ponto de vista assimilacionista” (LYRIO; PIRES, 2015, p.69). Assim, percebi que a utilização de referenciais teóricos dos intelectuais negros e negras potencializou, principalmente, o trabalho de campo, seja na observação

durante as assembleias comunitárias e entrevistas individuais.

Dessa maneira, no âmbito da construção do saber científico da pesquisa, houve a contribuição dos sujeitos centrais, na medida em que o diálogo estabelecido com as lideranças, a sua atuação na defesa do direito à moradia de suas famílias junto a articulação com outros sujeitos políticos e o contexto histórico-social da comunidade formaram um arcabouço fundamental para compreender o processo de subordinação e de resistência durante a minha inserção junto às mulheres negras da comunidade do Horto.

Sobre a importância de uma metodologia colorida, discorrem Lyrio e Pires:

A consolidação de uma epistemologia colorida demanda o desenvolvimento de modelos metodológicos afinados com essa nova forma de tratamento da realidade. É preciso que sejam valorizadas técnicas investigativas que amplifiquem vozes subalternas e que permitam a aplicação do critério raça como preferencial para apreciação das estruturas de dominação existentes. (LYRIO; PIRES, 2015, p.72)

Com o intuito de evidenciar a potência das vozes subalternizadas, decidi me aproximar da comunidade por meio da Associação de Moradores do Horto - AMAHOR para conhecer o território e a comunidade que ali reside e resiste, de modo que seu presidente e a vice-presidente foram os principais interlocutores, me apresentando a comunidade durante uma das assembleias comunitárias e divulgando o intuito desta investigação. Assim, fui recebida com muito afeto pelos moradores e moradoras que consideraram o trabalho a ser desenvolvido importante e se colocaram à disposição para colaborar conforme houvesse necessidade.

Essa cooperação foi primordial para o desenvolvimento da pesquisa, pois através do interesse da comunidade tive acesso à riqueza de informações sobre o Horto e seus habitantes. A partir da minha inserção no território pude encontrar pesquisas já realizadas e que evidenciavam a história da ocupação territorial bicentenária do lugar, acompanhar algumas assembleias comunitárias e realizar as entrevistas que ampliariam as vozes da resistência negra feminina.

Inicialmente, participei de uma reunião na AMAHOR com alguns de seus membros para conversar sobre as hipóteses da minha investigação. Nesta ocasião, as pessoas que lá estavam me indicaram fontes, dentre elas, o site do Museu do Horto³⁴,

³⁴ O Museu do Horto surge a partir da iniciativa da Associação de Moradores do Horto – AMAHOR com o objetivo de contar a história silenciada da comunidade e território do Horto, evidenciando a história e memória de seus moradores. Este museu está alocado no site da internet

além de me emprestarem livros, frutos de pesquisas anteriores, os quais foram fundamentais para compreender as origens e a história de luta da comunidade: a) a tese *Horto Florestal: um lugar de memória da cidade do Rio de Janeiro*, da Dra. Laura Olivieri, co-fundadora do Museu do Horto; b) o livro *Cacos de Memórias*, produzido a partir da investigação das pesquisadoras Maria Nilda Bizzo, Rita de Cássia Sales e Célia Regina Neves; c) o livro *Memórias Brincantes*, fruto da parceria entre a brinquedoteca Carretel da Folia e a Escola Municipal Capistrano de Abreu.

Ao ler todo o material cedido, percebi que havia a necessidade de fazer uma incursão no território para conhecer a delimitação e os pontos identificados como espaços negros. Em julho de 2015, participei de uma trilha promovida pelo Museu do Horto e convidei os alunos do Curso de Atualização sobre a Diáspora Africana para participar e, assim, conhecer aquele território ancestral.

Durante o percurso caminhamos por pontos importantes dentro da comunidade, os quais evidenciavam registros dos escravizados e quilombolas na região. Pudemos ver o aqueduto construído pela mão-de-obra escravizada, a casa no Morro das Margaridas que outrora serviu de abrigo para os negros em fuga, o casarão conhecido como Solar da Imperatriz, construído no período colonial para sediar a Casa Grande do Engenho Nossa Senhora da Conceição da Lagoa e que possuía uma senzala em seu porão.

Percorremos parte da trilha que conduzia os quilombolas dentro da mata e assim adentramos parte da floresta local e em um determinado momento passamos por um caminho marcado por pedras médias, que nos conduziu a uma pequena clareira. Ao chegarmos nesse ponto, nos deparamos com um Jequitibá com idade superior a duzentos anos. Naquela ocasião, soubemos que a disposição do caminho de pedras junto a clareira com o Jequitibá ao centro era uma forte evidência de um antigo culto religioso de matriz africana: o culto a IROKO, orixá do tempo.

<http://www.museudohorto.org.br>, cuja proposta é “viabilizar a produção e a difusão de conteúdos relacionados à memória social da população do Horto, a partir de sua própria voz e de sua ação histórica” (MUSEU DO HORTO).



Figura 09 – Jequitibá (IROKO) bicentenário em meio ao Horto Florestal. Fonte: Arquivo pessoal cedido por Samuel Georgius

A caminhada na floresta surtiu efeitos diversos. Além da aproximação com o território, foi uma experiência repleta de consciência, memória e história que impressionou não só a mim e os ativistas brasileiros, como também aos estudantes afro-americanos. Vivenciamos uma história que nos foi negada durante muito tempo e agora é o momento para retomá-la, desta vez sob a nossa investigação e sob a nossa voz.



Figura 10 – Caminhada no Horto com o grupo de alunos do Centro de Estudos da Diáspora Africana da Universidade do Texas e ativistas negros brasileiros. Fonte: Arquivo pessoal cedido por Samuel Georgius

Após essa ação proposta pelo Museu do Horto junto à Associação de Moradores e Amigos do Horto - AMAHOR, frequentei como observadora algumas

reuniões da Assembleia dos moradores, o que me fez compreender a organização comunitária, as estratégias utilizadas para enfrentar os obstáculos jurídicos e políticos e o protagonismo feminino, além de me tornar mais próxima dos moradores. Essa aproximação me permitiu um convívio e um trânsito confortável dentro do território, proporcionando-me oportunidades de acompanhar, ainda que fosse como observadora, alguns momentos importantes, como por exemplo, protestos realizados dentro e fora do Parque do Jardim Botânico.

Em 2016, participei novamente de uma outra incursão realizada pelo Museu do Horto em parceria com a AMAHOR, mas, nesta ocasião, com um grupo de alunos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, para identificar territorialmente o panorama da remoção, moradores que resistiram à truculência policial nas tentativas de reintegração de posse e os pontos da comunidade mais vulneráveis ameaçados de remoção. Essa nova abordagem, além de evidenciar pontos históricos sobre a ocupação do território, teve por objetivo valorizar a história de resistência dos moradores e moradoras.



Figura 11 – Caminhada com o grupo de alunos do Projeto de Extensão “Direitos em Movimento” da PUC-Rio

Somente após essas imersões, que me proporcionaram conhecimento e familiaridade com o espaço comunitário, é que me senti confortável para marcar as entrevistas. Dado o grau de tensão causado pelas constantes ameaças de remoção, encontrei certa dificuldade para realizar as entrevistas. Embora houvesse boa vontade das moradoras em participar, era preciso mobilização e rápida articulação nos momentos mais perigosos. O Emerson de Souza, atual presidente da AMAHOR, foi imprescindível nesse processo como articulador no território, auxiliando-me a marcar os depoimentos e me acompanhando até as residências das entrevistadas.

As entrevistas foram divididas em dois momentos: a) em um primeiro momento foi realizada por meio de um roteiro semiestruturado adaptado, cuja diretriz foi o Questionário sobre a Mulher e a Moradia Adequada e o Questionário de Avaliação das Remoções Forçadas, ambos documentos produzidos pela Organização das Nações Unidas – ONU; b) o segundo momento foi um momento livre, desprovido de roteiro, uma conversa para que elas se sentissem a vontade e falassem que desejavam dizer ou colaborar sobre algo que eu não tivesse perguntado ainda.

Esse momento reflexivo trazido pelas entrevistas me conduziu a um outro olhar acerca da importância da presença coletiva feminina nos espaços de luta, das estratégias elaboradas por elas para se informar e assim acompanhar, mesmo que sem participação direta, os movimentos comunitários de resistência. Percebi, ainda, como as percepções se aproximam e se distanciam de acordo com as experiências vividas, a diversidade dos pertencimentos e como a constituição familiar e a maternidade impulsionam esse ânimo de permanecer no território e de combater o que consideram como injustiça.

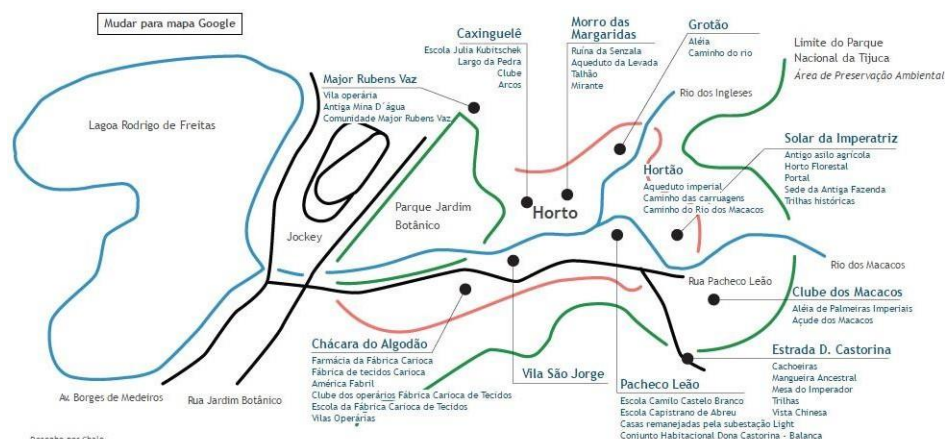
Os passos trilhados durante o percurso da pesquisa foram orientados por um referencial teórico-metodológico que viabilizou uma análise que considerasse as pluralidades de percepções individuais e coletivas sobre o tema desenvolvido. Embora os métodos utilizados não sejam novidade dentro do campo de pesquisa, a construção coletiva a partir de uma metodologia colorida, ou seja, a aplicação de métodos que evidenciem os fatores raciais e de gênero, confrontam as narrativas dos grupos dominantes e valorizam os relatos daquelas cujas experiências são invisibilizadas. Ao destacar seus testemunhos, busca-se “evidenciar as estruturas materiais e simbólicas pelas quais as hierarquias raciais são sustentadas” (LYRIO; PIRES, 2015, p.73).

E talvez esse seja o ponto mais importante desta pesquisa: tornar visível a complexidade das opressões discriminatórias no contexto das remoções e que impedem o acesso a direitos, além de mostrar que as mulheres negras são protagonistas de sua própria história, promovendo a transformação de suas realidades de maneira sólida. No próximo item, fundamentada na metodologia acima descrita, me proponho a abordar o contexto histórico que emoldurou o surgimento da comunidade, sua atual composição demográfica e os principais conflitos que emergiram nesta disputa territorial.

3.2. HORTO: TERRA DE PRETO EM BAIRRO DE BRANCO

O último ciclo de remoções na cidade do Rio de Janeiro, como dito anteriormente, removeu milhares de famílias, apagando, simultaneamente, uma grande quantidade de histórias e memórias dos bairros e, por conseguinte, da própria cidade. Nesse processo, muitas favelas foram dizimadas e outras permanecem corajosamente enfrentando o poder estatal e fazem valer incansavelmente o seu direito à moradia.

Desse modo, a comunidade³⁵ do Horto surge como uma potência, resistindo às contínuas ameaças de remoção. Situada ao longo do Jardim Botânico, zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, cujas terras estão avaliadas em torno de 10,6 bilhões de reais, segundo matérias jornalísticas³⁶. É formada por 621 famílias distribuídas ao longo de onze localidades: Caxinguelê, Chácara do Algodão, Clube dos Macacos, Dona Castorina, Grotão, Hortão, Major Rubens Vaz, Morro das Margaridas, Pacheco Leão, Solar da Imperatriz e Vila São Jorge.



Mapa 1 – Mapa da Comunidade do Horto. Fonte: Museu do Horto. Disponível em: <http://www.museudohorto.org.br/>

A origem da comunidade remete ao Brasil colonial, nos tempos dos engenhos de açúcar e das plantações de café, ou seja, nos tempos da escravidão. Embora a construção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro tenha sido um marco na ocupação

³⁵ Convém ressaltar que utilizo o termo comunidade porque é a nomenclatura usada pela maioria dos moradores para significar sua identidade e existência coletivas, tendo em vista que consideram o vocábulo “favela” pejorativo, associado a um lugar desagradável e à criminalidade.

³⁶ A matéria sobre a remoção do Horto do dia 16.06.2016, do *Jornal O Globo Online*, informa que a área onde está a comunidade foi avaliada em 10,6 bilhões de reais. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/jardim-botanico-governo-dilma-ja-no-fim-tentou-manter-moradores-19326526>. Acesso em: 07.01.2017.

da localidade, segundo a pesquisadora Laura Olivieri³⁷, a região foi ocupada de fato em 1596, com a inauguração do Engenho D'El Rey. Este engenho de açúcar foi fundado pelo governador Cristóvão de Barros (1571-1575) e administrado posteriormente por Antônio Salema até 1577.

A princípio houve a tentativa de utilizar mão-de-obra indígena, mas dado o fracasso de tal empreitada, Antônio Salema dizimou as comunidades Tupinambás e, após o genocídio indígena, aconteceu a substituição pela força de trabalho escravizada africana. De acordo com o Portal Geo-Rio³⁸, o território foi ampliado pelo governador Martim de Sá, abrangendo o atual Parque Lage e as terras próximas à Lagoa Rodrigo de Freitas. No mesmo sentido, pontua Laura Olivieri:

O início do processo de colonização da região remonta ao ano de 1596, com a inauguração do Engenho de açúcar D'El Rey. A história, contudo, é mais antiga, embora se tenha muito poucos registros sobre essa época, sendo que os que existem são da ordem do simbólico e remetem à ancestralidade do lugar: são “as marcas do sagrado na floresta” (Fonseca *apud* Oliveira, 2005), como o enorme Jequitibá mata adentro e ou os caminhos de pedra em pé-de-moleque, datados do século XVI, que levavam ao templo sagrado daquela árvore – *Iroko*. Ora, quem andava e construía estradas e capoeiras sagradas pelas matas do Horto nessa remota época senão os nativos e os pioneiríssimos no quilombismo? (OLIVIERI, 2012, p.31)

O que a autora aponta no trecho acima é importante para compreender que já havia uma presença africana atuando na região, embora o momento histórico seja contado a partir da presença do colonizador. *IROKO* é uma ancestralidade africana, representada pela árvore Jequitibá, que é responsável pela preservação das florestas.

³⁷ Laura Olivieri realizou uma exaustiva pesquisa, selecionando documentos no Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional e demais arquivos públicos da cidade. Investigou a cartografia antiga e atual da região no Instituto Pereira Passos - IPP e outros mapas oficiais da cidade do RJ), bancos de dados, plantas, mapeamentos e comunicações da Secretaria de Patrimônio da União e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – FAU/UFRJ, relatos de cronistas e viajantes. Assim, a referida pesquisadora colheu depoimentos dos moradores, iniciando um trabalho de arqueologia cultural e identificação de sítios históricos e arqueológicos na região, que posteriormente originou o Museu do Horto. Todo o material encontrado nesta pesquisa confirma a hipótese de que o Horto é historicamente uma territorialidade negra, com fortes indícios da presença quilombola. Esta pesquisa culminou em sua tese de doutorado, cuja finalidade era retratar a memória social do Horto e sua comunidade.

³⁸ Conhecida como Geo-Rio, a Fundação Instituto de Geotécnica é o órgão responsável pelos levantamentos e cadastramentos das características geológico-geotécnicas dos solos, das rochas e das jazidas de materiais de construção e pelo licenciamento e fiscalização dos projetos contenção de encostas e de exploração de jazidas da iniciativa privada. A Geo-Rio é um órgão pertencente a Secretaria Municipal de Obras e também é responsável por licenciar as construções em área de encosta. (Portal GEO-Rio)

A presença do Jequitibá, que até hoje se encontra na floresta do Horto, remete não só à ancestralidade africana, mas também a dos povos nativos. E ao considerar a presença de quilombos na região no período colonial, há que se fazer referência às ocupações realizadas pelos escravizados que estabeleceram suas rotas de fuga no território, especificamente o Morro das Margaridas, conforme aponta o autor Eduardo Silva (2003) seja para alcançar o Quilombo do Sacopã (Lagoa) ou o Quilombo das Camélias (Leblon).

O Morro das Margaridas, segundo Olivieri, funcionava como um “quartel da resistência negra” (2012, p. 30). Com a venda do Engenho Del Rey em 1596, a construção que abrigava sua matriz fora abandonada pelos portugueses, pois a sede do novo empreendimento colonial, nomeado Engenho Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, seria construída em outro local. Desse modo, o espaço abandonado foi ocupado por escravizados fugidos ou mesmo por negros livres que promoviam a chegada aos quilombos da região e, posteriormente se articularam junto ao movimento abolicionista, erguendo assim um papel fundamental no processo de abolição da escravidão no Brasil.

Conforme dispõe o Museu do Horto, o Engenho D’El Rey passou por consideráveis transformações:

Em 1596 o Engenho D’El Rey foi vendido ao vereador Diogo Amorim Soares que, em 1609, voltou para Portugal, transferindo a posse do Engenho, por requerimento deferido pela Câmara dos vereadores, a Sebastião Fagundes Varela, como dote por seu casamento com a filha do então governador. Assim permaneceram, as terras e a Lagoa salgada da região, no nome de Fagundes Varela até que, em 1660, Rodrigo de Freitas de Mello e Castro herdou do sogro Fagundes Varela o engenho, que foi conservado em poder de sua família por 150 anos. Desde então, as águas salgadas em formato de coração passaram a se chamar Lagoa Rodrigo de Freitas. Diogo Amorim transformou o Engenho D’El Rey num grande latifúndio, incorporando as terras vizinhas e mudou o nome do empreendimento para Engenho Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, tendo sido uma das maiores propriedades da Freguesia da Gávea. (MUSEU DO HORTO)

Todavia, de acordo com os registros históricos tradicionais, a vinda da família real para o Brasil é que impulsiona a ampliação do território onde está assentada a comunidade.

Em 1808 D. João VI desapropriou o Engenho de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, de propriedade de Rodrigo de Freitas, para a

construção de uma fábrica de pólvora. Alguns meses depois, fundou o Real Horto (que hoje é o Instituto Jardim Botânico). Para tais empreendimentos, houve uma 2ª onda populacional, pois os trabalhadores da fábrica e do parque foram convidados a residir nas proximidades do trabalho. Em 1811, foram erguidas vilas para a instalação dos trabalhadores da fábrica de pólvora e do Jardim Botânico. Assim, gerações de famílias de funcionários e descendentes de funcionários da antiga fábrica e do Jardim Botânico construíram uma comunidade nos arredores do parque, com autorização (formal e informal) das diversas administrações do Jardim Botânico e/ou do Ministério da Agricultura, instância de poder a que o Horto Florestal estava subordinado na época. (MUSEU DO HORTO)

Após o fim da escravidão em 1888 e o advento da República em 1889, houve um grande processo de industrialização que impulsionou o aumento da população habitante das vilas operárias na região, e, dentre as fábricas mais famosas, destaca-se a América Fabril. Essas vilas foram construídas para abrigar os operários das fábricas, para que residissem próximo ao local de trabalho. Parte deste proletariado era composta por migrantes nordestinos e alguns imigrantes italianos.

O IJBRJ cedeu algumas casas para seus funcionários com esse mesmo propósito: proporcionar moradia próxima ao local de atividade laboral. Jardineiros, seguranças, assistentes administrativos, auxiliares de serviços gerais, dentre outros trabalhadores, obtiveram permissão para residir no interior do parque afim de suprir as necessidades de mão-de-obra da instituição. Assim, a comunidade do Horto se constitui enquanto uma territorialidade que retrata uma importante parte da história, não apenas da cidade do Rio de Janeiro, mas também brasileira.

Diferentemente dos conflitos fundiários nos quais estão inseridas as favelas ameaçadas pela remoção, a contenda no território do Horto não se dá diretamente com a Prefeitura, mas com a União. Desse modo, a comunidade sofre assédio constante e luta para permanecer na região desde os anos 1980, quando foram ajuizadas 215 ações de reintegração de posse e que em meados da década de 1990 foram transitadas em julgado a favor da União. No entanto, com o advento da Emenda Constitucional nº 26/2000 que inseriu a moradia como um direito social a ser garantido pelo Estado brasileiro e a promulgação da Lei 10.257/2001 – o Estatuto da Cidade – a reintegração foi suspensa para 214 famílias.

Embora a Secretaria de Patrimônio da União (SPU-RJ) tenha se movido no sentido de promover a regularização fundiária, contratando a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro - FAU/UFRJ

para desenvolver seu projeto técnico, o Parque do Jardim Botânico pressiona para que ocorra o despejo sob o argumento de que necessita ampliar a área do seu instituto de pesquisa e de que é necessário impedir o crescimento da comunidade para que não haja prejuízos ambientais.

Nesse contexto, as decisões emitidas pelo Tribunal Regional Federal, órgão do Poder Judiciário competente para julgar a lide, tem sido favorável às reintegrações de posse e desconsidera os fatores histórico-sociais presentes no caso. Segue abaixo, o trecho do Mandado de Segurança impetrado pelo Escritório de Prática Jurídica Evandro Lins e Silva – IBMEC para impedir a remoção das casas e que demonstra o ânimo da SPU em desenvolver o plano de regularização fundiária do Horto:

A SPU/RJ com o objetivo de concretizar as orientações citadas com desenvolvimento de projeto efetivo de regularização fundiária das áreas ocupadas celebrou convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, através de sua Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. (...) Importante esclarecer que o procedimento de regularização citado não atende apenas aos interesses da Comunidade do Horto, mas também aos entes públicos envolvidos na questão. As inúmeras manifestações dos órgãos da Administração Pública comprovam a importância na realização da regularização das famílias no local. A regularização da área do Horto é a vontade de seus moradores, que há mais de uma geração vem lutando pela manutenção de suas características e preservação do meio ambiente natural, social e cultural que ajudaram a construir. O Projeto de Regularização Fundiária do Horto se insere neste novo contexto institucional e jurídico, sendo imprescindível registrar que outra diretriz estabelecida pelo Ministério das Cidades e observada pelo projeto é garantir que a regularização fundiária ocorra de forma articulada com a regularização urbanística e ambiental, o que foi possível com a parceria da UFRJ. A referida parceria desenvolveu estudos que permitiram elaborar o Plano de Regularização Urbanística, possibilitando adequada inclusão socioterritorial, com ordenamento espacial, delimitação de território, proteção das áreas necessárias as funções institucionais do Jardim Botânico e propostas de normas urbanísticas que permitam preservar o ordenamento adotado pelo Plano e controlar o adensamento do espaço cedido à comunidade. (Mandado de Segurança)

No entanto, apesar dos esforços promovidos pela SPU/RJ, a Associação de Moradores do Jardim Botânico - AMAJB acionou em 2011 o Tribunal de Contas da União – TCU/RJ, alegando que a União não poderia regularizar moradia em área pública. Assim, em setembro de 2012, o TCU/RJ decidiu pela remoção das famílias. Com o objetivo de evitar os despejos, a AMAHOR impetrou imediatamente o Mandado de Segurança no Supremo Tribunal Federal – STF, pedindo a anulação da decisão do TCU/RJ e a implementação do plano de regularização fundiária realizado

pela FAU/UFRJ.

Ainda que a referida peça processual ainda não tenha sido julgada, estando sob apreciação do STF, o fato é que o TRF/RJ reativou os processos ora suspensos e segue promovendo as reintegrações de posse. Todas as vezes em que uma família é expulsa, um grande aparato policial é mobilizado e diante da resistência dos moradores e moradoras, balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral em conjunto com spray de pimenta são lançados em direção as pessoas que se colocam a frente da casa da família a ser despejada. Essas práticas violentas são exercidas constantemente nesse processo da reintegração de posse no local.

Em novembro de 2016, a comunidade foi cercada por centenas de policiais para promover a reintegração de posse de apenas uma família. Não obstante a organização comunitária tenha colocado barricadas para impedir a entrada do caminhão de mudança, os protestos comunitários eram pacíficos e as armas utilizadas eram apenas suas vozes e seus corpos. No entanto, os policiais da tropa de choque agiram com truculência, agredindo mulheres e idosos não apenas com bombas e balas de borracha, mas também com cassetetes. Abaixo segue o registro do confronto violento realizado pelo *Jornal do Brasil Online*, publicado no dia 08.11.2016, na matéria intitulada “*Caso Horto – A falta de humanidade e a violência*”.



Figura 12 – Violência policial na reintegração de posse no Horto. Fonte: Jornal do Brasil. Disponível em: <http://www.jb.com.br/comunidade-em-pauta/noticias/2016/11/08/caso-horto-a-falta-de-humanidade-e-a-violencia>.

Desse modo, há cerca de trinta anos, essa comunidade bicentenária vem

estabelecendo sua luta por permanência em um território supervalorizado e enfrentando um processo árduo de especulação imobiliária, gentrificação, racismo institucional e ambiental. Diante do exposto, faz-se necessário observar o gráfico abaixo para analisar a composição demográfica da comunidade em questão, a fim compreender tais opressões.

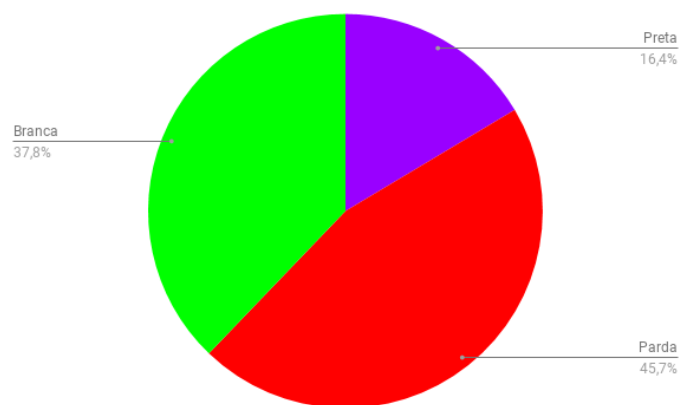


Gráfico 1 – Gráfico de população residente na comunidade do Horto, segundo critério cor ou raça. Fonte: Censo 2010 – IBGE Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/agsn>

Segundo os dados publicados pelo Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Horto é composto por uma população majoritariamente negra, pois cerca de 62,1% da comunidade é negra, considerando as categorias pretos e pardos. Portanto, a extinção dessa comunidade se constitui, mais uma vez, enquanto uma “limpeza étnica”, principalmente quando se contrapõe esses números aos da população do bairro Jardim Botânico, que é majoritariamente composta por pessoas brancas, somando um total de 82,8%, como é possível observar no gráfico abaixo:

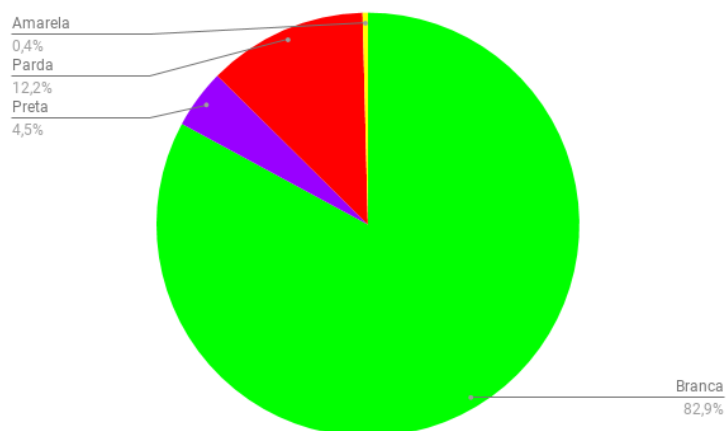


Gráfico 2 – Gráfico de população residente na comunidade do bairro Jardim Botânico, segundo critério cor ou raça. Fonte: Censo 2010 – IBGE Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/agsn>

A comparação entre os dois gráficos aponta que o Horto se constitui enquanto um território negro, dentro de um espaço branco. Para além da história e memória que retratam as origens negras da localidade, a atual composição demográfica revela que a maioria da população moradora do Horto é negra.

Outro dado importante produzido pelo Censo 2010 é que a composição da população desta comunidade também é de maioria feminina, como é possível perceber no gráfico abaixo:

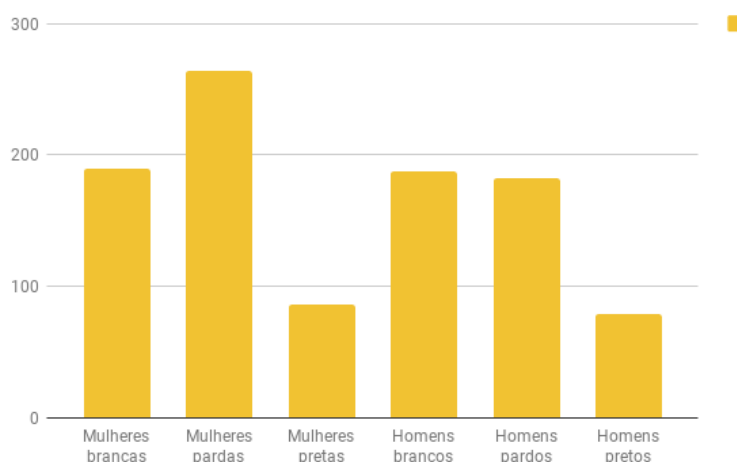


Gráfico 3 – Gráfico de população residente de 5 anos ou mais – Cor ou Raça – Alfabetizadas – na comunidade do Horto, segundo os critérios de sexo. Fonte: Censo 2010 – IBGE Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/agsn/>

Conforme demonstra o Censo 2010³⁹, o Horto tem um importante recorte do gênero feminino: mulheres brancas: 190, mulheres pardas: 264, mulheres pretas: 86, formando, assim, um total de 350 mulheres afrodescendentes, de acordo com a escala utilizada pelo IBGE. Nesse contexto, é possível comparar com o contingente masculino da população, que é relativamente menor que o feminino: homens brancos: 187, homens pardos: 182, homens pretos: 79.

Esses dados são fundamentais para perceber que os impactos negativos advindos da política de remoção recaem sobre uma população majoritariamente negra e feminina. E assim, é possível compreender como as mulheres lideram o movimento de resistência contra a remoção do Horto. Portanto, essa resistência das mulheres negras, diante da vulnerabilidade causada pelo governo no ato da remoção, se articula a fim de promover a permanência das suas famílias nas localidades onde residem e

³⁹ Como aponta a informação no gráfico, esses números não são literais. Eles correspondem a uma representação realizada por meio de uma escala logarítmica. Segundo o IBGE, essa é uma estratégia criada para não haver erros de cálculos na aferição dos dados produzidos pelo censo.

fomentam sua capacidade de tomar decisões nos momentos difíceis e enfrentar o sofrimento gerado a partir das ameaças. Ainda que a política de remoção seja perversa, dolorosa e vulnerabilize a sua condição socioeconômica, mental e emocional, elas se mantem firmes na decisão de resistir e lutar por seus direitos.

É importante ressaltar que além do posicionamento contrário do IJBRJ e da AMAJB, a comunidade do Horto enfrenta ainda um terceiro adversário, bastante poderoso: a Rede Globo. Em diversas ocasiões, durante o trabalho de campo, ouvi relatos dos moradores e moradoras afirmando que desde a instalação da empresa e seus estúdios jornalísticos na região, a pressão para a retirada das famílias aumentou de maneira considerável. Inclusive especula-se que houve interesse no esvaziamento do território do Horto para que a empresa o adquirisse e posteriormente criar um segundo Projac – conjunto de estúdios onde a emissora produz sua programação. O fato é que o jornal *O Globo*, seja impresso ou *online*, publicou nos últimos anos matérias que criminalizam o movimento de resistência, denominam os moradores de invasores e criam por meio de suas reportagens tendenciosas uma opinião pública contrária a permanência da comunidade.

São inúmeras as publicações dos veículos de imprensa da emissora apoiando a remoção do Horto e em algumas delas, são feitas críticas ao poder público pela demora no cumprimento das reintegrações de posse. Em uma dessas reportagens de denúncia, que versava sobre os laudos técnicos que definem os limites do parque, o *Jornal O Globo Online* publicou, no dia 19.09.2012, uma entrevista realizada com um dos ex-presidentes do Instituto Jardim Botânico, afirmando que a delimitação do referido parque fora definido por Dom Pedro II, em 1854 e que naquela região foram encontradas ossadas dos escravizados, como demonstra o trecho abaixo:

Não existe isso de não haver limites estabelecidos. Eles sempre existiram desde que Dom Pedro II registrou a área pela primeira vez, em 1854 – afirma Carlos Alberto. Toda a história do Brasil está ali, no Jardim Botânico. Do Império às repúblicas Velha e Nova. Durante perfurações para reformar a biblioteca do jardim, achamos ossadas de negros do século XVII e XVIII que estão no Museu Nacional. É reserva da biosfera, é um espaço vital para a cidade, e precisamos preservá-lo. (*O Globo Online*)

A argumentação do ex-presidente do IJB acerca da delimitação do parque do Jardim Botânico foi noticiada pelos jornais para rebater a alegação produzida no mandado de segurança impetrado pela AMAHOR de que o parque em questão não tem seus limites demarcados. Com data de criação em 13.06.1808, por influência da

chegada da Família Real Portuguesa na cidade do Rio de Janeiro, o parque não possui demarcação registrada no cartório competente.

Para além do debate sobre os limites do parque, a afirmação do ex-presidente do IJB comprova mais uma vez as origens negras do território e remete a um paradoxo interessante: apesar daquela região ter sido construída por vidas negras escravizadas, hoje, a população negra não é considerada digna de habitá-la. As ossadas enviadas ao Museu Nacional são provas cabais de um dos maiores crimes, senão o maior, cometido contra a humanidade: a escravidão. A exploração da mão de obra negra serviu apenas para construir as riquezas e patrimônios dos colonizadores brancos, dos quais seus herdeiros desfrutam os privilégios, enquanto a descendência negra permanece criminalizada, ameaçada pela remoção e impedida de alcançar direitos.

Outro ponto importante na história deste conflito é a progressiva gentrificação que se estende ao longo da Rua Pacheco Leão, com surgimento de ateliês, bares, restaurantes, cafés, etc. Ao caminhar por esta rua é possível perceber que as casas, outrora parte das vilas operárias, estão sendo transformadas em polos gastronômicos, cujos valores atendem a um grupo privilegiado economicamente. Dessa maneira, especula-se que o Jardim Botânico almeja construir um novo pólo de entretenimento e diversão na área esvaziada pela remoção, repleto de cinemas, teatros e bares, contribuindo para o processo de gentrificação.

É imprescindível aprofundar nesse momento em um dos tópicos principais de discussão deste litígio: a preservação ao meio ambiente. Como mencionado anteriormente, o IJBRJ alega que necessita ampliar sua área de pesquisa e por outro lado alega que a presença da comunidade causa danos ambientais ao patrimônio da União. O discurso ambiental conservador ignora a presença dos direitos territoriais culturais e surge de maneira tendenciosa, criminalizando e desmoralizando os moradores, que além de serem tratados como invasores, são acusados de poluir a localidade.

Este argumento se coloca um tanto quanto contraditório porque ao contrário das alegações, a comunidade se posiciona preservando o meio ambiente, seja por meio do reflorestamento de plantas nativas organizado pelos moradores, ou por meio da sistematização comunitária das lixeiras na região do Grotão. Ao caminhar pelas sub-áreas do Horto, inclusive as áreas mais economicamente empobrecidas, percebe-se o cuidado comunitário no manejo do meio ambiente, no respeito a natureza.



Figura 13 - Lixeiras organizadas no Grotão com placa de incentivo a preservação do meio ambiente.

Fonte: Arquivo pessoal produzido durante o trabalho de campo.

Se de fato existe uma preocupação com a poluição ambiental por parte do IJBRJ, não é possível compreender as razões que motivaram o referido órgão a construir uma grande lixeira, muito próxima às margens do Rio dos Macacos, das casas e em frente a Escola Municipal Julia Kubitschek, para armazenar os resíduos produzidos pelo parque. Essa prática torna-se bastante simbólica e evidencia o racismo ambiental promovido pela instituição, considerando que os impactos gerados afetarão a população residente no local, marcadamente negra. Embora a lixeira tenha sido divulgada como um centro de compostagem pela mídia tradicional, não se observa nenhuma atividade sustentável no local, pelo contrário. Segundo os moradores, o chorume gerado pelo lixo acumulado corre em direção ao terreno da escola e das casas gerando o mal estar comunitário. Portanto, diante deste posicionamento institucional percebe-se uma concepção ambiental deturpada, que desconsidera a totalidade do conceito de equilíbrio ambiental e, por outro lado, pressiona, de maneira indireta, o deslocamento forçado dos moradores da região.

Ainda na seara ambiental, existe ainda uma outra postura equivocada da administração do IJBRJ que se refere a descaracterização dos indícios de quilombos na região, devido ao receio da comunidade do Horto em algum momento requerer essa identidade para si. Como não é possível negar as origens africanas da localidade, a descaracterização da identidade quilombola do território, surge como uma possibilidade para tentar impedir a permanência da comunidade no local. Uma postagem no Museu do Horto demonstra o desconforto e a preocupação com as intervenções da administração do parque:

Uma estrada foi construída às margens do Rio dos Macacos, ligando o Arboreto do IPJBRJ ao Solar da Imperatriz, comprometendo a mata ciliar do rio e o ecossistema em geral, na medida em que aquele lugar sempre foi a passagem de terra batida rumo ao Hortão, nome dessa localidade entre o Solar da Imperatriz e o IPJBRJ, onde residem famílias tradicionais, com suas estruturas

de parentesco relacionadas com a escravidão e o quilombismo no lugar. Famílias inteiras residentes ali há mais de 100 anos foram invadidas pela estrada que derrubou a vegetação natural da beira do Rio dos Macacos para evidenciar os fundos de casinhas cuja entrada da frente é sempre ajeitadinha e tradicional, pertencente a região mais negra do Horto, autodeclarada negra e de raiz local cujas relações de parentesco remontam ao sistema escravista e os costumes contem "estilhaços de passado" (Walter Benjamin) na memória de quilombolas. Naquela área tem o açude, a gruta quilombola, o muro-fortaleza, e tinha o canteiro das pedras alinhadas que remetiam a uma ancestralidade religiosa dali que identificamos com a memória de Pai Maurício de Iemanjá, sacerdote de Candomblé do Horto, local em que a tradição religiosa de matriz africana é bastante significativa. Naquele lugar de memória, o IPJBRJ botou abaixo o canteiro que acolhia as pedras sagradas. Hoje elas estão lá. Pesadas, não podem ser facilmente carregadas e os moradores estão com receio de que algum interessado em tirar os pobres do parque acabe com essa memória. Precisamos acionar redes de proteção e conservação do patrimônio histórico do Horto Florestal do Rio de Janeiro, uma localidade que existe oficialmente desde 1875 e que já abrigou um engenho colonial, além da fazenda de café que se ergueu para a corte. (MUSEU DO HORTO)

Segundo os moradores, após esta publicação na página do Museu do Horto sobre a descoberta das pedras utilizadas em rituais religiosos de matriz africana, além do canteiro destruído, um caminhão removeu as pedras e sumiu sem deixar vestígios. Nenhum tipo de explicação foi dada aos habitantes da localidade, sendo mais uma ação arbitrária que desrespeitou o direito à memória e ao território.

Além de todas essas situações que evidenciam a prática do racismo ambiental direcionado à comunidade, está a construção das mansões dentro da floresta do bairro Jardim Botânico. Da comunidade é possível avistar as diversas mansões construídas em meio a vegetação da Floresta da Tijuca e nenhuma delas está sob o risco de demolição ou remoção por dano ambiental. Inclusive o candidato à Prefeitura da cidade e ex-secretário de Meio Ambiente, Índio da Costa, construiu uma mansão avaliada em 8 milhões de reais e está sob a investigação do Ministério Público. Portanto, a permissão para construção e permanência das mansões na floresta evidenciam o racismo institucional e ambiental dos órgãos públicos em detrimento da comunidade e mostra o caráter seletivo, hegemônico de suas ações. Assim, exclui-se a comunidade negra e empobrecida e permite-se o dano ambiental para que a supremacia branca habite onde lhe convier.

Outra medida descabida foi a demolição do clube Caxinguelê, nome dado em

homenagem a um roedor habitante da região. Este clube era o ponto de encontro dos moradores, o local onde aconteciam as reuniões comunitárias, ou seja, era área de lazer e de organização política do Horto. Remover o Caxinguelê significou uma tentativa clara de desmobilização da comunidade pelo IJBRJ, que segundo relato dos moradores pressionou o Poder Judiciário para cumprir a reintegração de posse. O trecho abaixo ilustra a narrativa da Emilia de Souza, presidente da AMAHOR à época, sobre o episódio:

Para a presidente da Associação de Moradores e Amigos do Horto, Emília Maria de Souza, a remoção do clube é uma retaliação do Instituto Jardim Botânico do Rio contra a mobilização dos moradores por causa das remoções no bairro. "É retaliação. Pois no sábado impedimos que utilizassem o estacionamento irregular em frente à Escola Júlia Kubitschek por conta da exposição de orquídeas. Não é admissível que o Jardim Botânico recupere áreas para fazer estacionamento", disse. "A atual direção do parque não tem sensibilidade social, pensam apenas em atender a elite e transformar esta área em quintal da sua casa", disse Emília de Souza, argumentando que das cerca de 520 famílias que moram dentro do parque, a maioria é baixa renda. (Trecho da matéria publicada no site Portugal Digital)



Figura 14 – Fotografia do antigo Clube Caxinguelê em atividade. Fonte: <http://oglobo.globo.com/rio/clube-caxinguele-deve-sair-imovel-sera-incorporado-ao-jardim-botanico-8246757>

Desta maneira, a remoção do Caxinguelê significou a precarização das atividades comunitárias. A comunidade do Horto sentiu bastante esse infortúnio e necessitou se adaptar a nova realidade. Atualmente, a AMAHOR realiza suas assembleias ao ar livre e sem a antiga estrutura encontra dificuldades para acolher os moradores, seja em função da presença das chuvas ou pela acomodação dos idosos.

Ainda em relação ao Caxinguelê, existe algo importante a se pontuar. O espaço esvaziado pela demolição do clube tem seus portões fechados para a

comunidade e supostamente funciona uma estufa de plantas. Digo supostamente porque ao fotografar o local, apesar de haver uma estrutura colocada no meio do terreno, não parece ter atividade alguma acontecendo no local, como pode ser visto no registro abaixo.



Figura 15 - Estufa construída onde funcionava o Clube Caxinguelê.
Fonte: Arquivo Pessoal cedido por Samuel Georgius.

Diante de tantos enfrentamentos, a AMAHOR buscou apoio político partidário e suas reivindicações foram acolhidas por partidos de esquerda como o Partido dos Trabalhadores – PT, o Partido Democrático Trabalhista – PDT e o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL. No entanto, vereadores e deputados do PT estiveram mais próximos porque a Emília de Souza, ex-presidente e atual vice-presidente da AMAHOR, é filiada ao partido e seu irmão Edson Santos, nascido no Horto, construiu carreira política no PT, chegando a deputado federal em 2006 e nomeado Ministro-chefe da SEPPPIR -Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em 2008.

Durante muitos anos, esse apoio político favoreceu a permanência da comunidade, considerando que poucos políticos se aventuraram na defesa do Horto, devido aos enfrentamentos com o poderoso rol de antagonistas envolvidos no conflito. Desse modo, a situação da comunidade causou uma espécie de divisão dentro do Partido dos Trabalhadores, pois enquanto o Deputado Edson Santos se posicionava pela permanência da comunidade onde nasceu e cresceu, o Secretário

Municipal de Habitação Jorge Bittar decidiu apoiar o IJBRJ, defendendo a remoção do Horto.

Nesse contexto de rupturas políticas dentro do Partido dos Trabalhadores, alguns posicionamentos desagradaram alguns moradores e estes, insatisfeitos com a atuação da presidente da associação de moradores em parceria com o partido, montam uma Comissão de Moradores, no ano de 2013, para acompanhar as decisões comunitárias. Embora existam momentos de tensão entre a AMAHOR e a Comissão de Moradores, pois são modos diversos de pensar e agir, os dois grupos tem um mesmo objetivo: a permanência da comunidade do Horto.

A aproximação da AMAHOR junto ao PT promoveu um encontro entre a presidenta Dilma Rousseff e Emília de Souza no ano de 2014. Na ocasião estavam presentes o prefeito Eduardo Paes e o governador Sérgio Cabral dentre outros políticos. A presidente da AMAHOR relatou toda a luta contra a iminente ameaça de remoção e a maneira como os conflitos estavam afetando a comunidade e segundo o relato da própria Emília houve uma solidariedade da presidenta, que assegurou a permanência do Horto. Dilma Rousseff prometeu instaurar uma mesa de diálogo com o fim de solucionar os conflitos entre a comunidade e os entes federais envolvidos.

Cerca de um mês após esse encontro, dois representantes do Governo Federal foram enviados para conhecer a realidade da situação do Horto. Durante dois dias eles caminharam pelo território, conversaram com os moradores sob o propósito de compreender as dimensões do conflito e, posteriormente, apresentar o relatório da visita a presidência da República.

Em torno de três meses após o encontro entre Dilma Rousseff e Emília de Souza, foi instaurada a Mesa de Diálogo com a participação de representantes da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Secretaria de Patrimônio da União – DF, Ministério das Cidades, IJBRJ, Secretaria Geral da Presidência da República, o advogado Rafael Mendonça e o ex-procurador Miguel Baldez - representantes dos interesses da AMAHOR, membros da Comissão de Moradores do Horto, da AMAHOR e do Movimento Nacional de Luta por Moradia - MNLM.

Aconteceram cerca de três encontros com o objetivo de resolver as questões emergenciais, tais como a permanência do Sr. Gerson, morador antigo e idoso, ameaçado de remoção, a construção da lixeira em meio às casas do Horto, os shows produzidos no Espaço Tom Jobim pelo IJBRJ com altíssima sonorização durante a noite inteira, dentre outras questões. No ínterim desse diálogo aconteceu algo

positivo: suspensão temporária do funcionamento da lixeira até 2015. Porém, a mesa de diálogo foi suspensa posteriormente devido a instabilidade política que surgiu no Brasil, ocasionando o afastamento da presidente Dilma Rousseff e em seguida a aprovação do *impeachment* pelo Congresso Nacional.

Dadas as complexidades da situação do Horto, compreende-se a potência da resistência comunitária frente às articulações dos poderes envolvidos. O caso do Horto mostra de forma nítida o exercício da governamentalidade que corporifica a biopolítica atuante sobre a vida dos habitantes do lugar. A resistência aparece na medida em que o poder apresenta sua face arbitrária e discriminatória.

O tratamento racista dado ao povo que construiu e ajudou a erguer não apenas a comunidade do Horto, mas o bairro do Jardim Botânico, se manifesta nos diversos tipos de violência promovidos por instituições públicas e privadas seja por meio do discurso hegemônico elitista que utiliza meios de comunicação para criminalizar os moradores, chamando-os de invasores, seja pelo uso da violência policial direcionada para reprimir a resistência de uma população majoritariamente negra em luta pela garantia de direitos.

O caso do Horto representa muito bem por meio da articulação entre os poderes o modo de atuação do poder hegemônico no Brasil que se une para continuar exercendo uma supremacia branca, usufruindo de privilégios historicamente garantidos e que não pode suportar o acesso da população negra e pobre a direitos fundamentais e sociais garantidos pela Constituição Federal brasileira.

Nesse contexto, a história da comunidade do Horto se compõe por meio de lutas históricas que passam pelo colonialismo, escravidão, quilombos, industrialização, direito à moradia, dentre outros. A construção e permanência do território e territorialidade passam pelas ações políticas de resistência, das quais as protagonistas são mulheres negras. Isso evidencia a riqueza de elementos trazida por esta bicentenária comunidade e a relevância de sua permanência, pois a remoção do Horto significa um real apagamento não só da história do Rio de Janeiro como também da história do Brasil.

A seguir, serão apresentadas algumas vozes desta sociedade Elekô que sustenta, organiza e mobiliza a luta por dignidade e acesso a direitos.

3.3. VOZES ELEKÔ: ENTREVISTA COM AS MULHERES NEGRAS NO PROCESSO DE RESISTÊNCIA CONTRA A REMOÇÃO NO HORTO

Durante o meu processo de imersão no Horto fui compreendendo aos poucos o que aquele território significava para a comunidade: uma vida construída com muito esmero, trabalho, força, coragem, dignidade e amor. Os laços de pertencimento sobre aquelas terras são expressos nos relatos de cada pessoa que me aproximei e conversei, tanto homens quanto mulheres, mas especialmente as mais idosas.

É uma relação comunitária que lembra a vida no interior, onde a maioria das pessoas se conhece, bate na porta do vizinho para pedir algo que faltou em casa, como por exemplo, duas xícaras de açúcar ou de arroz. O exercício da solidariedade é diário, seja nessas práticas cotidianas, na organização de festas coletivas, na mobilização para apoiar uma família que perde um ente querido e principalmente quando alguém está ameaçado de ser removido. Como uma grande família, as pessoas se apoiam na hora da necessidade e se unem para celebrar momentos felizes, desde uma final de campeonato de futebol a comemoração de um aniversário.

E por esse trabalho não se tratar de um relato romantizado, é preciso dizer que como toda família, alguns se desentendem, brigam, discordam de posicionamentos e ações. Mas, o que penso ser interessante nas relações conflituosas é solidariedade comunitária que ultrapassa a esfera dos conflitos pessoais em razão de um benefício coletivo. Quando surge uma ameaça de remoção o trabalho em grupo supera qualquer expectativa e se mantém firme em busca da permanência da comunidade na região. Em alguns momentos percebi que não se trata de uma tarefa fácil, mas o comprometimento coletivo está acima de qualquer problema individual.

O Horto é um lugar rico, não apenas pela sua vizinhança economicamente abastada, mas pela diversidade existente. Enquanto estive realizando o trabalho de campo algumas situações curiosas se apresentaram e, dentre elas, penso ser importante relatar duas por serem interessantes para esta análise, considerando o arcabouço teórico já discutido anteriormente.

A primeira é que durante uma conversa com alguns moradores descobri que a parte mais alta da comunidade é considerada como favela, especificamente a parte nomeada como “Alto Pacheco Leão”. Eu fiquei surpresa porque até então apenas tinha ouvido as pessoas se referirem ao Horto como comunidade. Após esse episódio, decidi conhecer a área e só então compreendi o motivo da designação. Nesse local

estão as construções menos favorecidas, com algumas casas que se assemelham a aparência de uma favela que cresce no plano vertical, comum nos morros cariocas, com paredes coladas umas nas outras, embora a população residente tenha se organizado no plano horizontal, sem construir prédios. Curiosamente, soube que ali se concentrava a maior quantidade de pessoas negras do Horto, o que pude conferir ao caminhar por lá.

A segunda questão a me chamar atenção foi a presença majoritária de pessoas brancas nos protestos realizados nas ruas Pacheco Leão em direção ao portão principal do parque Jardim Botânico. Enquanto realizava a pesquisa de campo, eu andava pelo Horto e via muitas pessoas negras circulando pela comunidade durante a semana. Durante os três protestos que acompanhei, identifiquei apenas alguns mobilizadores negros e nãoconsegui entender o motivo pelo qual não havia participação maciça da população negra nas mobilizações das ruas que se distanciavam razoavelmente da área de moradia.

Somente após as entrevistas é que compreendi a realidade que impedia as famílias negras de participar massivamente dos protestos. Enquanto para algumas pessoas participar dos protestos nas ruas significava uma escolha, para outras a permanência em casa nos fins de semana significava uma necessidade. Desde as mulheres que trabalham fora de casa e somente tem os fins de semana para organizar a vida até as avós que cuidam de netos porque as filhas trabalham nos fins de semana. E como geralmente as mulheres é que mobilizam as famílias, compreendi a razão dessa ausência. Desse modo, percebemos que a participação pública das mulheres negras em protestos tem sido contingenciada em decorrência das dificuldades específicas da vida cotidiana envolvendo impedimentos relacionados à sua condição social.

Existe também a situação dos jovens que durante o fim de semana querem se divertir, ir à praia, enfim, aproveitar a folga para o lazer. No entanto, o curioso dessa situação é que no ato de violência praticado por policiais em novembro de 2016, os jovens negros apareceram e ajudaram bastante no enfrentamento a brutalização dirigida a comunidade. Lembro que dois dias após o conflito, eles estavam presentes se revezando para fazer a vigília que alerta a comunidade de possível retorno do contingente policial para efetuar nova remoção. Para além da juventude negra, lembro-me de ver muitas pessoas negras, de faixas etárias e gêneros diversos, mobilizadas para enfrentar a polícia durante esse episódio.

É possível que os habitantes do Horto não se deem conta dos fatos aqui

narrados, tanto no que se refere a fortaleza quanto a fragilidade. É também provável que alguns pesquisadores, se ocupassem meu lugar, não perceberiam estas nuances. O fato é que as minhas vivências e experiências pessoais como mulher negra em uma sociedade racializada como a brasileira, somadas ao referencial teórico escolhido para desenvolver a pesquisa me possibilitaram estranhar fatos que podem ser naturalizados como acontecimentos comuns ao cotidiano. Portanto, penso que relatar esses acontecimentos podem ilustrar a existência de diferenças dentro das diferenças, as possíveis intersecções que surgem em meio a comunidade.

É com esse olhar que me proponho a iniciar os relatos colhidos durante as entrevistas⁴⁰. Escolhi cinco mulheres de partes diferentes da comunidade pelos seguintes critérios: participação política, antiguidade familiar, afetividade e solidariedade. Cada uma delas terá aqui um subitem, seguindo a ordem de realização das entrevistas, para que seja possível exprimir com dignidade seus olhares e vozes.

3.3.1 – Sra. Maria dos Anjos

“Se eu perder a minha casa, perco o meu chão”.

Ao chegar na casa da “Dos Anjos”, como é conhecida a senhora Maria dos Anjos Martins fiquei impressionada com uma das paredes da garagem construída com pedras grandes e bem antigas. Sua moradia está localizada na parte alta da rua Pacheco Leão e ao atravessar o portão, visualizei outras casas construídas no terreno e descobri durante a entrevista que eram seus familiares que ali residiam. Eu e o Emerson (atual presidente da AMAHOR) adentramos o espaço externo da residência e Dona Dos Anjos apareceu, um pouco tímida com a nossa presença ali. Eu expliquei para ela sobre a pesquisa, o porquê da entrevista e pedi a ela que estivesse confortável para dizer o que pensava. Ela me disse que era meio envergonhada mesmo. Trocamos risos. Embora o gravador e o roteiro de perguntas em minhas mãos a deixasse um pouco tímida, à medida que iniciamos a entrevista ela se sentiu confortável e relatou com emoção algumas passagens da sua vida no local.

Dos Anjos nasceu no Horto, tem 52 anos, é mãe, evangélica da Igreja

⁴⁰ Para a construção do capítulo optei em relatar os trechos mais importantes de cada entrevista. A totalidade das entrevistas está transcrita e colocada no anexo da dissertação. É importante ressaltar que o material produzido por mim ficará arquivado no Museu do Horto, a fim de contribuir para o registro de memória e história da comunidade. Desta maneira, poderei retribuir a generosidade da colaboração comunitária para a realização deste trabalho.

Universal, estudou até a quinta série do ensino fundamental e se afirma como mulher negra. Disse que seu pai era branco e sua mãe é negra e que mesmo tendo a pele clara, se reconhece como negra. Ela faz parte de uma das famílias mais antigas da localidade e nos relatou que o seu bisavô foi escravizado, faleceu com 115 anos, de velhice. A família materna tem origem em Minas Gerais, sua mãe chegou no Horto aos 13 anos de idade e foi trazida pela irmã, tia da dona Dos Anjos como descreve no relato a seguir:

“Bom, eu fui nascida aqui. A minha mãe é mineira. Ela veio de Minas. Ela disse que veio pra cá com 13 anos. A minha tia foi buscar ela. Ela vivia aqui. Ela me teve, mas ela conta que o meu bisavô foi escravo, teve a Lei Áurea, aquela coisa toda e eu ainda conheci ele. Ele morreu com 115 anos. Ele morreu em casa. O médico veio e falou: era de velhice, ele tava morrendo. 115 anos que ele tinha quando ele faleceu. Ele era um negro alto, olhos claros. A minha mãe, ela é mineira, né, veio pra cá quando teve 13 anos, tem eu e meus irmãos. Ela conta algumas histórias. Ela conta que quando veio morar aqui, a minha tia foi buscar ela, e o meu tio era funcionário da CEDAE e cederam esse espaço aqui pra ele morar, como funcionário.”

Dos Anjos se emociona ao lembrar do avô e do tio. Seu tio, funcionário da CEDAE, recebeu uma casa com terreno para morar e faleceu, segundo ela, lutando pela permanência da família no Horto. De acordo com a sua narrativa, a ameaça de remoção sempre esteve por ali e que desde que sua mãe era nova escutava conversas sobre o assunto. Seu tio estava engajado na luta pela permanência desde que Dos Anjos tinha dois anos de idade. Isso me levou a crer que mesmo antes da instauração dos processos de reintegração de posse, as tentativas de remoção já rondavam a comunidade. Ela conta que a prima, filha do seu tio falecido, foi criada por sua mãe em decorrência do falecimento dos pais.

“Ah, eu era pequena, eu devia ter uns 2 anos, que a minha mãe fala. A minha prima, que é a filha dele, no caso, que a minha mãe criou quando eles morreram. O pai dela, a mãe dela depois faleceu, deixou ela com 8 anos. Eles falam que isso já está há muito anos, já vem há anos. O meu irmão já está com 64 anos. Meu irmão disse que quando ele tinha 13 anos, que ele veio morar aqui, que a mãe dele entregou ele pro meu pai, ele já encontrou isso também, o Luís Fernando. Então, isso já vem de muito tempo, de longa data.”

Quando perguntei a opinião dela sobre a remoção, Dos Anjos me diz que considera um absurdo porque não existe um lugar para realocar a comunidade e demonstra preocupação com os idosos, tendo em vista que residem na região há

muitos anos e suspeita que um dos motivos para remoção é o interesse da Rede Globo em transformar a área em set de filmagem para suas produções. Durante a entrevista, perguntei se ela achava que existia algum motivo associado a discriminação racial e ela diz que sim, afirmando que a discriminação de origem racial e social faz parte do processo de expulsão dos moradores.

“Eu creio que sim, porque a maioria dos moradores são negros, né! Eu estava até comentando isso com a minha irmã, outro dia. Eu acho que sim, porque tem tudo a ver, né! Falam que isso aqui é uma área pra rico, né. Pobre morando no Jardim Botânico, né?”

Apesar de desconhecer requisitos de moradia adequada⁴¹, propostos pela Organização das Nações Unidas – ONU, Dos Anjos descreve moradia adequada como um lugar onde seja possível ter uma casa decente, com seus pertences, um espaço seguro para viver com tranquilidade, onde as pessoas não sejam ameaçadas de invasão. Com suas palavras, Dos Anjos descreve um dos critérios do conceito de direito à moradia adequada: segurança da posse. Esse item versa sobre a necessidade da existência da proteção legal em relação a posse, ou seja, a garantia da segurança contra despejos forçados ou perseguições de qualquer natureza.

Sua participação política na resistência se dá por meio da participação nas assembleias e reuniões comunitárias, nos protestos realizados nas ruas contra a remoção e ela relata que os motivos que a fazem continuar lutando são os laços de pertencimento, pois nasceu e constituiu família na comunidade. Sua filha Patrícia também acompanha seus passos e quando Dos Anjos não pode estar presente nos

⁴¹O conceito de moradia adequada reúne alguns requisitos para que qualquer pessoa possa viver de forma digna. Segundo a ONU (1991), as condições necessárias para conceituar uma moradia como adequada são: a) **Segurança da posse:** a moradia não é adequada se os seus ocupantes não têm um grau de segurança de posse que garanta a proteção legal contra despejos forçados, perseguição e outras ameaças; b) **Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura:** a moradia não é adequada, se os seus ocupantes não têm água potável, saneamento básico, energia para cozinhar, aquecimento, iluminação, armazenamento de alimentos ou coleta de lixo; c) **Economicidade:** a moradia não é adequada, se o seu custo ameaça ou compromete o exercício de outros direitos humanos dos ocupantes; d) **Habitabilidade:** a moradia não é adequada se não garantir a segurança física e estrutural proporcionando um espaço adequado, bem como proteção contra o frio, umidade, calor, chuva, vento, outras ameaças à saúde; e) **Acessibilidade:** a moradia não é adequada se as necessidades específicas dos grupos desfavorecidos e marginalizados não são levados em conta; f) **Localização:** a moradia não é adequada se for isolada de oportunidades de emprego, serviços de saúde, escolas, creches e outras instalações sociais ou, se localizados em áreas poluídas ou perigosas; g) **Adequação cultural:** a moradia não é adequada se não respeitar e levar em conta a expressão da identidade cultural (*apud* BRASIL, 2013, p.13).

eventos, principalmente por motivos de saúde⁴², é ela quem passa as informações para sua mãe.

“A gente já mora aqui há tantos anos..., criei meus filhos..., vejo meus sobrinhos aí..., poxa, acho que tem que permanecer! Já está aqui há tantos anos, por que fazer uma retirada dessas, repentina? (...) Se eu perder a minha casa, perco meu chão. Perder tudo, né, isso não pode acontecer nunca, jamais! A gente tem que lutar!”

A família da Maria dos Anjos, contabilizando a sua parentela que vive no mesmo terreno, é composta por 21 mulheres e 13 homens. Sua motivação para permanecer no território resistindo contra a remoção surge desta família de trabalhadores que passou a habitar o Horto quando ninguém queria morar na região. Portanto, foram os moradores que construíram esse espaço que hoje é supervalorizado pela especulação imobiliária.

“É importante (ficar aqui), porque é a nossa moradia, nosso lar. Não temos que desistir! Tem que lutar, lutar até o fim. Não podemos perder as nossas moradias. Temos que lutar, ter muita força, ter fé. Lutar, correr atrás sim. Acho um absurdo isso, mas espero que as pessoas, assim como eu, não desistam. Não pode desistir. Correr atrás, lutar, ser firme. Ter aquele propósito e, enfim, não pode desistir!”

O trecho acima é a mensagem final que Dos Anjos quis transmitir para quem se propôs a ler este trabalho. Sua timidez restou pequenina diante da firmeza e segurança das suas palavras. Assim, o discurso forte reflete o ânimo de permanecer lutando para garantir o direito à moradia de uma mulher negra que nasceu, cresceu, constituiu família e, conscientemente, deseja viver com tranquilidade e dignidade na companhia dos seus familiares.

3.3.2 – Sra. Neuza Carcerere

“A minha casa é a minha vida!”

Conheci Dona Neuza quando ainda era estagiária do NUTH durante reuniões comunitárias e protestos pela permanência do Horto. Conversávamos sobre a vontade utópica de “mudar o mundo”. Assim, desenvolvemos uma simpatia mútua, uma aproximação, que se tornou evidente quando contei sobre a hipótese da pesquisa e ela

⁴² Maria dos Anjos relatou durante a entrevista que está com problemas de saúde e por recomendação médica está impedida de trabalhar fora. Está há três anos em casa, fazendo monitoramento através de exames. Por perceber que ela não quis falar muito sobre a doença, preferi não perguntar. Por outro lado, ficou nítido o desconforto que o afastamento das suas atividades laborais lhe causa. Trabalhou a vida inteira e seu último emprego foi em uma creche, auxiliando no cuidado a crianças portadoras de necessidades especiais.

se dispôs a colaborar participando da entrevista.

Neuza Maria Carcerere é uma das moradoras mais antigas da comunidade. Hoje, aos 66 anos, ela conta que não participa das atividades e reuniões fora do Horto porque sua mãe está idosa e necessita dos seus cuidados. No entanto, procura estar presente nas assembleias comunitárias e colaborar no que for necessário para lutar a favor da comunidade. Sua voz mansa e tranquila disfarça o potencial da sua resistência e seu relato é uma ferramenta poderosa para compreender o surgimento do Horto.

Dona Neuza nasceu e cresceu no Horto e seu pai foi o primeiro da família a residir na região porque foi trabalhar e o terreno foi oferecido pelos empregadores para construir a casa. Sua mãe mora na mesma residência há 70 anos, chegando na localidade aos 18 anos já casada com o pai. Aos 88 anos, a mãe apresenta alguns problemas de saúde que requerem maior atenção da filha que há mais de trinta anos está engajada na luta contra a remoção. Portanto, o pai da Dona Neuza foi trabalhar no Horto durante a década de 1940, quando o local era de difícil acesso, o que impedia as idas e vindas dos funcionários. Por esse motivo, os empregadores cederam o local para a construção da casa onde moram até hoje.

“Ele (o pai) já morava aqui, quando ele se casou com a minha mãe, em 1946. Eles se casaram, ele já morava, morava com a minha tia. Em 1940, por aí, ele se casou. Minha mãe veio pra cá com dezoito anos. Está com oitenta e oito. Meu irmão fez sessenta e oito anos. Ele nasceu aqui. Somos três: um tem sessenta e oito; o outro sessenta e quatro; e, eu sessenta e seis. Então, na faixa de sessenta anos, papai veio trabalhar, e ofereceram o terreno. Pediram, praticamente, pra ele morar aqui, porque, pra chegar aqui, era muito difícil. Essa área não existia. Eles pediam uma verba, e essa verba chegava de seis em seis meses, e aí eles pagavam. Então, não dava pra ir e voltar, porque eles ficavam sem funcionário. Então, porque que acabavam virando guardião da área. Porque eles trabalhavam, mas também cuidavam da área. E eles pediram pra morar. E eles construíram as casas. Nada foi dado. E vieram morar. Então, as pessoas acham que chegaram aqui e invadiram. Não tem nada a ver.”

É muito interessante a origem familiar. Seu pai é branco, nascido em Porto das Flores, descendente de imigrantes italianos e a mãe é negra, nascida em Pinheiral, próximo a Volta Redonda e os dois se conheceram quando o pai foi trabalhar na cidade natal da sua mãe. Juntos, enfrentaram a discriminação racial da família italiana que não aceitou a negritude da esposa. Dona Neuza se reconhece como mulher negra. Ela é solteira, tem uma filha adotiva de 22 anos e cultiva o Espiritismo

(kardecista) como religião e filosofia de vida. Sobre a escolaridade ela me contou que concluiu a graduação em Administração.

Segundo sua memória, as remoções começaram na década de 1980, com as ações de reintegração de posse promovidas pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, atual Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e afirma sua indignação ao contar que o IBDF foi criado apenas em 1977, ou seja, anterior ao período da ocupação da instalação da sua família na localidade.

“Foi na década de 80. Recebemos uma notificação na década de 80. Não alegam nada, né. Só dizem que é reintegração de posse. Isso aqui, quando eles pediram, foi até o I.B.D.F, foi criado bem depois. É Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, que depois virou I.B.A.M.A, né. Então, eles reivindicaram a terra, porque a alegação deles, como posso dizer... Que isso foi criado em 77. Só eu fui criada em 51, e dizem que é reintegração de posse da terra. E agora, recentemente, dizem que é pra expansão do Jardim Botânico. O Jardim Botânico não dá conta nem do que ele tem. Se você for lá dentro e fotografar as árvores, estão todas estragadas, podres. Os caules das árvores, os engenheiros florestais não sabem nem como cuidar, da árvore que tem lá. Eles querem aumentar pra burguesia, né! Só pode! Porque aumentar, eles têm muito espaço, até fora daqui próximo, né. Não há necessidade. Vai plantar teatro, restaurante?!”

Esse relato denuncia o aborrecimento com a postura de reivindicação das terras pelo Jardim Botânico, o qual não consegue administrar, segundo a entrevistada, o patrimônio que está sob a sua tutela e ainda assim pretende expandir seus limites. Quando pergunto se considera sua casa uma moradia adequada, Dona Neuza fala sobre respeito, laços de pertencimento, solidariedade e segurança.

“A minha moradia, eu acho adequada: é onde eu nasci; onde eu cuido; onde posso dormir, porque tem lugar que não consegue; onde eu respeito e sou respeitada; onde tenho vizinhos e conheço as pessoas. Não tem nada de diferente, porque, se você descobre que um vizinho precisa de você, eu não vou estar lá na hora, porque você tem a sua casa e eu a minha. Mas, como você diz que temos que mudar o mundo, eu tento. Então, se eu sentir que alguém está com problema, a minha antena está sempre ligada. Então, eu acho que isso é uma moradia adequada. Você respeita e está sendo respeitada. Não ouve barulho de tiro. Eles querem tirar o pessoal de um local onde sempre viveram, pra onde?! Eles não têm projeto, não tem local!”

Ela me conta que existem algumas famílias na comunidade que necessitam ser realocadas por causa da precariedade da casa, mas que esse remanejamento deve ser

realizado dentro do próprio Horto e não em um lugar distante. Na verdade, segundo Dona Neuza, algumas famílias não conseguem realizar melhorias no imóvel por causa da condição econômica baixa e, nesse caso seria possível construir novas moradias para abrigar tais famílias. Ela demonstra preocupação no processo de adaptação em outra comunidade ou bairro, principalmente em relação aos idosos.

“E existe até um local, na área, indicado pra reassentar. Se tirar daqui... Cara, como você tira uma árvore?! Eu tenho esse cajueiro. Você tira ele daqui, e planta ele em Bangu, em Copacabana?! Não precisa ser Bangu. Méier, não?! Não quero morar em Ipanema, na Vieira Souto, porque aqui é a minha raiz. Se pegar aquela árvore e colocar ela lá, ela vai morrer também. Não importa se é na favela ou no asfalto, lado direito ou esquerdo da rua, é onde você nasceu. Se você pegar um idoso, e colocar em um apartamento, em uma casa, ele não vai saber nem onde é o mercado. Imagina, não vai saber fazer nada!”

A preocupação sobre os impactos das remoções na vida dos idosos aparece em alguns momentos da sua exposição, até porque uma parte considerável da população moradora do Horto é idosa. Ela afirma que durante as reintegrações de posse, não existe respeito com as pessoas mais velhas e que durante a última tentativa de remoção da comunidade, a violência praticada pela polícia criou um caos e desespero na comunidade.

“Como eu disse, teve essa reintegração de posse. Você não tem noção dos idosos... As pessoas desesperadas, passando mal. Reintegração de posse, policiamento, é bomba, às vezes. Parece que estão entrando em um local de bandidagem, de alta periculosidade, ou então, invadindo um presídio, sabe?! Porque eu não entendo... tem senhoras, crianças, pessoas em cadeiras de roda, e eles chegam com bomba, com bala de borracha, coisa que a gente não tá nem acostumado com isso, barulho, né. E fica todo mundo desesperado, pessoas chorando... A gente não sabe se a gente consola alguém, ou vai defender a casa; se a gente filma pra mostrar... Porque isso é um absurdo! Quando eles vêm tratar da reintegração de posse, pode ter certeza que vem problema sério. Gente passando mal, gente que morreu... Perdemos pessoas assim, que entram em desespero. Gosto nem de pensar! Quando me falam que tem casa pra remover... Já sei... Gosto nem de lembrar...”

Seu envolvimento político de luta contra as remoções acontece a partir de 1982, quando começou a ajudar os advogados que prestavam assessoria jurídica a AMAHOR. No início, ela pensou que seria algo simples de resolver e que não demoraria muito tempo. A indignação por ver essa situação se arrastando por mais de trinta anos é expressa, principalmente porque ela é uma das primeiras pessoas que continua participando da AMAHOR, desde a sua fundação, e diz que não vê mudança em relação a postura do poder público, independente das reuniões com os órgãos do

governo.

“Em 82, quando começou, os advogados na área eram o Dr. Valdomiro e a Dra. Normandia. Eu ajudava. Eu comecei achando assim, eu não vou ficar pra sempre, vou só resolver o problema. Pra mim seria um problema breve, mas está há mais de trinta anos. Eu sou a única pessoa que continuou na associação, e eu não vejo resolver. Vou a reuniões em Brasília, a reuniões na S.P.U., não vejo modificação. Cada um vem, aí, você conversa. Ele vai levar pra conversar, quer dizer, você vai pedir pra sua mãe pra ir à rua, ou você vai falar pro vizinho, pra falar com o outro, pra pedir pra sua mãe, não é?! Mais ou menos isso. Nunca tem uma resposta certa. Mais um mês, mais mês e nunca se resolve.”

Dona Neuza relata que há alguns anos a AMAHOR vive um momento melhor, porque no início eram pessoas idosas que não dispunham de energia para viajar a Brasília e participar das diversas reuniões. Ela aponta a articulação política partidária como uma estratégia necessária, afirmando que o caso do Horto é um caso político e já poderia ser resolvido, não fosse a falta de vontade dos gestores.

“Acho que agora, a associação está em um momento melhor de presidência, porque de um tempo pra cá, vi um povo um pouco mais jovem. Porque era um povo mais idoso, e as coisas são difíceis até de caminhar, de ir até a Brasília. E eles não tinham um conhecimento político, e isso é necessário. Porque isso é mais política do que outra coisa. E isso já era pra ser resolvido há muito tempo, e ninguém têm vontade, né. Só depende de uma canetada, né?! Muito fácil!”

A entrevistada tem muita clareza sobre o direito da comunidade a permanecer no território. Ela afirma que a sua casa representa tudo o que foi construído na vida: “A minha casa é a minha vida! ”. E segue dizendo que é preciso “ter uma identidade, um local para morar e chamar de seu” e que tudo o que foi construído naquele local pertence a comunidade. Além disso, aponta o desconforto sentido pelos vizinhos economicamente privilegiados do Horto que se incomodam com fato de haver pobres habitando a Zona Sul e por isso apoiam a remoção.

Nesse período em que participa ativamente da resistência contra as remoções, a entrevistada contou que conheceu alguns moradores de outras favelas em situação similar e que embora seja importante ter diálogo com outras pessoas para conhecer as diferentes experiências sobre o assunto, ela afirma que cada comunidade tem sua criatividade para estabelecer as estratégias de luta.

E algo que lhe causa muita indignação é a veiculação de reportagens jornalísticas colocando os moradores do Horto como invasores. Segundo Dona Neuza, a tentativa de criminalização dos moradores é absurda porque eles foram

trabalhar e morar na região quando não havia estrutura alguma e ninguém queria morar no local. Tudo era brejo e mato, e então cederam o terreno para construção das casas a fim de abrigar os funcionários. Portanto, em sua opinião, dizer que os moradores são invasores se constitui enquanto um argumento perverso apenas para justificar a remoção.

“A minha mensagem é que nós, operários, juntamos pra construir o prédio. E, pela nossa condição financeira, nós somos impedidos de morar, habitar. Você não imagina... Porque na hora que o Jardim Botânico precisava construir...de mão de obra, né...de gente pra colocar a mão na massa, nós servíamos. É igual você construir uma escola, e depois seu filho não poder estudar lá, porque sua condição financeira não permite, né?”

O trecho acima é a mensagem que Dona Neuza gostaria de enviar para os leitores e leitoras deste trabalho, para que haja reflexão sobre a realidade das origens operárias da comunidade. E, por conseguinte, que as pessoas não se iludam com o discurso disseminado, sob a forma de ataques tendenciosos em mídias tradicionais de um grupo elitista, cujos interesses econômicos no terreno avaliado em bilhões é o principal fator para desmoralizar a história e memória da comunidade.

3.3.3 – Sra. Regina Antônia Tavares dos Santos

“Eu tenho orgulho de ser negra!”

O primeiro contato que tive com Dona Regina surgiu uma empatia entre nós, talvez pelo turbante colorido que eu usava na ocasião. Quando contei sobre as razões desta pesquisa e porque eu queria entrevistá-la, ela já me disse logo que tem orgulho em ser negra, que é uma mulher guerreira e vitoriosa. A força daquelas palavras me atingiu em cheio e fiquei na expectativa de promover aquele encontro o mais rápido possível. Eu senti naquele momento que seria uma entrevista muito interessante e, posteriormente pude comprovar que o meu instinto não estava equivocado.

Dona Regina é uma força, uma potência tão incrível, que me lembrou das histórias das rainhas matriarcas africanas das sociedades antigas. Sua presença imponente e a sua voz rouca são características marcantes da sua personalidade. Ao ouvir sobre a trajetória da sua vida, compreendi o motivo que a faz continuar resistindo: ela é uma mulher resiliente, que já transpôs tantos obstáculos, lutou e venceu tantas batalhas que não desistirá de lutar pela moradia que abriga sua família.

Nascida no Horto, Dona Regina tem 60 anos e vive até hoje na região do 2040, nunca morou em outro lugar. Coursou o ensino médio, mas não completou. Filha

de pai e mãe negros, se identifica como mulher negra, diz se orgulhar muito da sua negritude e frequenta religiões de matriz africana. A entrevistada relata a tranquilidade e a liberdade na época de infância, as brincadeiras e jogos que praticavam na comunidade.

“Na minha época, isso daqui já era do jeito que é, com algumas restrições, que hoje em dia mudou um pouco, mas ela (a mãe) contava que essas casas eram todas lá em cima. Era uma de frente a frente. Eu não cheguei a pegar isso, porque eu conheço isso daqui do jeito que é, com algumas mudanças. Nesse campo aí, eles jogavam malha, futebol... As crianças andavam de cipó, de canoa..., o jardim era aberto. Inclusive, eu brincava de pique-bandeira. A gente teve infância, coisa que hoje em dia não tem mais, porque nós, da minha época, um pouco mais, já pegamos isso daqui pronto. Então, a gente sabe mais pelas pessoas antigas, que contam, mais antigas do que a gente. Eu acho que por esses acontecimentos, do portão pra dentro, continua a mesma coisa. Do 2040 pra baixo, eu não posso falar, infelizmente.”

Sobre a história do Horto, ela me contou que no porão do Solar da Imperatriz, casarão onde funcionou a sede da antiga fazenda, foram encontradas correntes do tempo da escravidão. Contudo, Dona Regina explica que não tem muitas informações sobre o assunto porque na época de juventude não prestava atenção nesses detalhes e que a medida que foi amadurecendo, passou a guardar as histórias. Assim, afirma que já ouviu falar que na época de Dom Pedro, os escravizados viviam naquela região e relatou ainda que a sua filha trabalhou durante um tempo no solar, mas que os administradores do lugar acabaram com esses registros.

“Porque, sabe o que acontece, quando a gente é jovem, a gente não se liga muito, a gente quer curtir, sair. Então, você vai aprendendo o que você ouve. Aí, você vai tendo mais maturidade, a sua mente vai evoluindo. Você começa a prestar mais atenção e você vai guardando as coisas. Mas, eu, na minha juventude, eu não me ligava muito nisso. Estou sendo sincera, eu não me ligava mesmo nisso. Agora que eu estou coroa, cascuda, eu vou pegando as histórias e guardando. Eu soube disso. Antigamente, os escravos viviam aqui. Teve coisas relacionadas a escravidão. É o que eu já ouvi falar. E, o casarão era habitado, foi na época de D. Pedro. Acabaram com tudo. Tiraram tudo que estava lá dentro. Sumiu tudo. Ela trabalhava lá, separava conchas, catava moedas.”

O pai da Dona Regina foi jardineiro, guarda florestal e depois agente federal do IBAMA. Ela me contou que conheceu a mãe, nascida em São Paulo, mas não conviveu. A entrevistada sempre esteve no Horto desde que nasceu, e assim cresceu, namorou, casou e constituiu sua família no mesmo lugar. Apesar do seu estado civil constar como casada, está separada de corpos do marido há bastante tempo e há cinco anos vive com um novo companheiro em sua casa, juntamente com os filhos e netos,

somando um total de 14 pessoas: nove mulheres e cinco homens.

É por essa família que Dona Regina segue trabalhando incansavelmente, vendendo quentinhas para manter seus familiares e persiste lutando por sua residência. Ela afirma que faz muito tempo que começaram as ameaças de remoção, mas que agora o problema se tornou mais sério, pois ouviu dizer querem transformar a região onde está assentada a comunidade em uma área de lazer para passeio e turismo. Assim, demonstra sua indignação ao notar o desrespeito direcionado aos moradores do Horto, os quais preservam e cuidam da natureza presente no entorno das casas. Por conseguinte, aponta a discriminação de raça e classe como um fator que impulsiona a pressão para a retirada da comunidade.

“Eu ouço dizer que eles querem isso aqui, pra fazer tipo o Jardim Botânico. Fazer uma área de lazer pra passeio, turismo. É o que eu ouço. Só que eu acho uma coisa, acho uma falta de respeito não dar uma satisfação, pra gente que mora aqui muito tempo. A gente preserva isso aqui. Tá sendo limpo, colocamos plantas, está sendo cuidado. A gente até toma conta disso aqui. É uma forma de tomar conta, mas a gente não sabe o que vem por aqui. (...) Eu ouço dizer que é a Rede Globo. Agora, eu não sei. E, para a burguesia do Jardim Botânico, negro pobre tem que morar no subúrbio, não na Zona Sul. Nas favelas, infelizmente, é uma realidade. Infelizmente...”

Quando pergunto qual o significado de moradia adequada, Dona Regina afirma que, embora sejam pobres, os moradores do Horto têm uma casa decente com saneamento básico em um lugar onde iniciaram a vida e preservaram, inclusive fazendo melhorias nas casas. Em seguida ela tocou em um ponto bastante sensível no que se refere ao território, ou melhor, sobre a visão acerca dele, como demonstra o trecho abaixo:

“Só que eu vou dizer uma coisa pra você: desde que eu me entendo por gente, não é que as pessoas sejam diferentes, mas eu acho que nós, não somos favelados, não somos invasores, temos que preservar isso aqui. Quem sou eu pra discriminar alguém. Somos todos iguais, mas eu acho que muitas coisas acontecem, até por culpa de algumas pessoas, infelizmente. Repara uma coisa, vai na Rua Castorina, do portão, pra cima você vê um ambiente. Quando você passa da escada, até ali onde tem a birosca, é um ambiente totalmente diferente. Isso daqui não era do jeito que é, existe uma coisa chamada respeito, que hoje em dia não existe mais. Essa rua não era do jeito que é. Então, os próprios moradores permitiram outras pessoas a fazerem bagunça, que nós mais velhos percebemos. (...) Coisa que eu nunca ouvi chamar isso aqui de comunidade, agora estão começando a chamar de comunidade. Eu nunca ouvi.

Sabe qual é a impressão que quando eu ouço? Antigamente não chamavam isso aqui de comunidade, agora estão chamando de comunidade pra denegrir a nossa imagem. Ai, falam agora Favela do Horto pra jogar na mídia. Eles falam favela. Para desmerecer as pessoas, começaram a usar esse termo, para desmerecer as pessoas. E, eles acham que favela são pessoas de baixo nível.”

A entrevistada, na verdade, está se referindo a carga pejorativa dos estereótipos que marcam o espaço-favela e seus moradores. Sua percepção sobre o que a sociedade pensa acerca da favela e aqueles que a habitam constitui uma leitura que aponta o “ser e viver favela” como um motivo impulsionador da remoção. Não obstante, essa leitura seja contraditória em termos de identidade, Dona Regina não reconhece o Horto como comunidade ou favela devido aos sentidos de desmerecimento, negatividade e criminalização atribuído pela sociedade, fato que resta evidente no decorrer da entrevista. Para ela, trata-se de uma estratégia chamar de favela, principalmente nos veículos de comunicação, para mobilizar a opinião pública contra a permanência da comunidade no local.

Ainda nesse contexto, Dona Regina diz que a dinâmica do Horto é diferente de uma favela, citando como exemplo o fato de poder dormir com a janela aberta e não haver perigo. Ela relata que a única coisa a temer são os bichos noturnos, tais como morcegos, corujas, dentre outros, os quais ela tem medo. Desse modo, diz que muitas pessoas gostariam de morar numa favela com essa tranquilidade. Seu amor, laços de pertencimento e solidariedade aos vizinhos e ao território ficam evidentes ao se expressar com tamanha firmeza:

“Eu não me deixo levar, porque se você parar, a gente morre, fica doente. Porque eu tenho amor por isso aqui. A gente nasceu, cresceu aqui. Todo mundo se conhece. Inclusive, quando ocorreu o problema aqui em casa, os vizinhos lá de cima vieram, e foram solidários. Veio, me ofereceu arroz. A minha vizinha, que faleceu, iria fazer cem anos. Ela disse: “Regina, arruma uma pessoa pra cozinhar pra você. Eu vou pagar uma pessoa pra ajeitar essa roupa que sujou toda”. Você vê, que é uma coisa de sentimento, de amor, que hoje não existe mais. Ah, tem uns 20 anos. Então, os vizinhos vieram me ajudar, isso que é importante. A gente aqui somos vizinhos e família. Se um vizinho passar mal, a gente vai socorrer. A dona Isabel era uma pessoa que, onde estiver, está do lado de Deus. Uma pessoa maravilhosa! E ela adoeceu mais com essa coisa de casa. Diziam que ela ia embora. Ela morreu por causa disso aí. Muita gente antiga morreu por conta disso. Se você colocar na mente, Neuza, você também não vive muito tempo não. Temos que mudar o pensamento, porque, do jeito que as coisas estão, só Deus.”

A solidariedade retratada acima marcou a vida de Dona Regina e ocorreu durante o episódio da queda de uma árvore grande que destruiu parte da sua casa, há cerca de 20 anos. Na ocasião, ela sentiu o acolhimento e pôde contar com o apoio dos vizinhos. Portanto, segundo seu relato, a solidariedade dentro dessa relação mútua de cuidado entre os moradores é fundamental para a permanência da comunidade. Por outro lado, relata os impactos das ameaças de remoções na vida das pessoas, principalmente, os idosos. Em outras palavras ela diz que é importante ter um olhar de esperança e otimismo para não adoecer. Sua opinião é que, embora existam diferenças, a união entre os moradores é a principal ferramenta para enfrentar as remoções.

Sobre a resistência, Dona Regina diz que não participa diretamente das reuniões e assembleias comunitárias porque tem muitos afazeres domésticos e trabalho. Dessa maneira, ela passou tal incumbência para a Yara, sua neta, que participa das atividades e informa a sua avó. “Ela agora é a nova Regina”, diz cheia de orgulho. Yara é citada várias vezes durante a entrevista, o que demonstra o carinho, amor e admiração da avó pela jovem. Aos 18 anos, Yara representa a família nas reuniões e é o braço direito da Dona Regina nas vendas das quitandas. É ela quem vai ao supermercado comprar o que a avó solicita, dentre outras atividades cotidianas que precisam ser resolvidas fora da comunidade.

A realidade da vida de Dona Regina transformou-a não apenas em uma sobrevivente, mas em uma estrategista. Enquanto ela trabalha ininterruptamente para garantir a manutenção da sua família, ela coloca sua neta para desempenhar as funções políticas e representar o núcleo familiar. Essa estratégia permite garantir o sustento sem se ausentar da luta comunitária.

A entrevistada diz que sente uma grande tristeza quando acontece alguma remoção e que o seu pesar é tão grande que não consegue ir até o local. Dona Regina traz à memória a remoção da Praia do Pinto e da Favela da Catacumba, cujas pessoas foram reassentadas em um prédio com apartamentos sem acabamento na rua Pacheco Leão, para comprovar que aquela região não era valorizada em termos imobiliários. Assim, ela afirma categoricamente que ninguém queria morar naquela região, pois não havia energia elétrica, e reclama dos rumores que divulgam a imagem dos moradores como invasores.

“Então, nós merecemos respeitos. O que eu acho primordial, em qualquer questão, em qualquer coisa que vá fazer, é o amor. Se a

pessoa tiver amor ao próximo, ele vai dar um jeitinho, sabe?! Tem uma reunião, alguma coisa, mas que não nos trate como animais. Somos seres humanos, iguais a eles, e merecemos ser respeitados. Por quê? Na verdade, eu falo da parte do 2040 pra cá. Nós conservamos tudo. Nós guardamos isso aqui. Se nós não estivéssemos aqui, e estivesse tudo abandonado, isso seria um espaço de viciados. Poderia ser boca de fumo. Então, aqui, mesmo sendo dito como comunidade, eu vejo isso aqui é um lugar onde pessoas, que nasceram e moram aqui, estão preservando isso daqui. Porque isso aqui era um campo de futebol. As pessoas brincavam aqui, tinha malha, a gente podia sentar no campo. Botaram entulho aqui.”

Dona Regina fala com indignação sobre o desrespeito aos moradores que muito lutaram pela preservação da natureza. Ela diz que até a área de lazer que havia próximo a sua casa, lugar de lazer da região do 2040, foi destruído pelo IJBRJ durante as obras do Solar da Imperatriz e os entulhos estão obstruindo o espaço. Por tudo isso, sua mensagem final reforça o respeito aos moradores e a postura de cuidado destes em relação ao território.

A tarde de entrevista com Dona Regina se transformou em uma de partilha de histórias entre eu, ela e Dona Neuza, que estava me acompanhando nesta tarefa. Éramos naquele momento três mulheres negras dividindo histórias e trajetórias de vida muito próximas. Fiquei emocionada em alguns momentos da sua narrativa ao contemplar aquela força feminina negra que nos move em direção a superação de obstáculos e resiste a diversos tipos de violências. “Eu sou uma mulher vitoriosa e primordial...sou uma mulher guerreira. Eu tenho orgulho de mim”. Eu concordo com a senhora, Dona Regina. E também me orgulho muito da sua caminhada.

3.3.4 – Sras. Emília de Souza e Edna de Souza

“As pessoas têm que entender que todos têm direito à terra. Isso é um direito incondicional.” Emília.

“O poder está do lado do outro. Temos que unir as pessoas!” Edna.

Eu conheci a Emília de Souza, atual vice-presidente da AMAHOR, durante a época em que era estagiária no NUTH e já havia percebido a força de sua atuação política dentro da comunidade. Ao perceber o perigo iminente da remoção se aproximando do Horto nessa época de instabilidade política e de retrocesso de direitos que não só o Rio de Janeiro, mas o Brasil passa, procurei a Emília e a AMAHOR para saber a real situação da comunidade. Após a conversa decidi escrever

esta dissertação e pedi que ela e o Emerson me ajudassem a contatar as pessoas para a entrevista.

Quando contei pra Emília que gostaria de entrevistá-la, notei sua surpresa e ela assentiu com a mesma firmeza e determinação que fazem muitas pessoas temerem a sua presença. Durante essa caminhada à frente da resistência comunitária, Emília já teve muitos embates e enfrentamentos, inclusive com políticos conhecidos. Sua personalidade forte já amedrontou alguns e construiu desafetos, porém, sua lealdade em lutar pela comunidade transmite segurança para a maioria da comunidade que a reelegeu durante as eleições da AMAHOR nesses últimos anos.

Ao chegar na casa da Emília, encontrei também a Edna, sua irmã mais nova, e, assim, decidi entrevistar as duas simultaneamente. Assumindo os riscos das dificuldades que poderiam surgir para fins de transcrição, entrevistei essas duas mulheres guerreiras e seus relatos foram de uma riqueza ímpar. Edna e Emília são vizinhas, suas casas estão posicionadas lado a lado na região denominada Dona Castorina, um lugar com bastante verde e com um rio passando no seu quintal.

Emília tem 65 anos e Edna está prestes a completar 64. Com muito bom humor, Emília me diz que tem dois estados civis: divorciada e viúva, enquanto Edna está em uma união estável. As duas se reconhecem como mulheres negras e são religiosas de matriz africana por meio da Umbanda, que dizem ter sido encaminhadas pelo pai, quando Emília era criança e começou a manifestar sua mediunidade.

Edna concluiu o ensino superior na graduação em Serviço Social e Emília completou o Ensino Médio e ela me disse que chegou a estudar também no Ensino Médio Técnico em Contabilidade, mas que não chegou a terminar. Apesar de não terem nascido no Horto, se mudaram para a região ainda bem pequenas, Emília tinha 3 anos e Edna 2, quando o pai foi trabalhar no Jardim Botânico. Porém, a história e relação da família com o território antecede esse momento. Na época em que era solteiro, o pai trabalhou na fábrica de tecidos América Fabril e morou junto com a sua mãe e os irmãos em uma casa na rua Pacheco Leão. Assim, tempos depois, namorou e casou com Dona Elza, e o casal foi morar em Vila Rosali, em São João de Meriti, lugar onde Emília nasceu e depois se mudaram para Cascadura, onde Edna nasceu.

Ao trabalhar no Jardim Botânico, as idas e vindas para Cascadura se tornaram muito difíceis. Portanto, o Sr. Joaquim Falcão, um dos administradores do parque, conseguiu uma casa para a família para residir no Morro das Margaridas e logo se mudaram para o local. Dona Edna conta que se lembra da data de chegada no Horto:

dia 20 de julho de 1954. Foi um marco, porque no dia seguinte seu irmão caçula Edson nasceu. Segundo as duas irmãs, logo no início, a vida no Horto não era fácil, pois não havia água encanada e nem energia elétrica.

Emília: “Engraçado, que a vida que a gente teve ali, inicialmente, a gente teve a vida um pouco mais difícil. Porque a gente não tinha...não tinha luz logo no início e nem água encanada. A gente usava água do poço. Andava a uma distância, como daqui ao ponto do 409. Andava por dentro do mato.”

Edna: “Pra pegar água e lavar roupa. A gente lavava roupa lá. E, pegava a água, carregava.”

Curiosamente, esta casa que abrigou a família foi parte de uma senzala quando a sede da fazenda estava instalada naquele local. Emília me conta que uma das paredes da senzala ainda existe ali e Edna fala sobre os vestígios da época da escravidão que encontrava na época da infância e adolescência na região.

Emília: “Nossa casa fazia parte da senzala, uma das paredes tem até hoje. Um dia te levo lá. As paredes estão em pé. Um dia vou te levar na casa do meu primo, Adilson, que mora lá até hoje. E, você vai ver que na parede ainda tem a marca daquele janelão enorme em uma das paredes que fazia parte da casa grande. Na medida que as pessoas foram chegando no Morro das Margaridas, foram construindo em torno da senzala. (...). Tinha muitas marcas do tempo da escravidão. Tinha um eucalipto, quando a gente era criança. A gente conviveu com isso, um eucalipto enorme, que dois homens não conseguiram abraçar! Esse eucalipto tinha um ferro fincado nele, com uma corrente.”

Edna: “Era onde os escravos eram torturados.”

Emília: “E a gente achava muita coisa.”

Edna: “Eu mesma achei uma corrente, uma corrente antiga. A minha avó quase me bateu, quando eu cheguei com aquela corrente em casa. Não sabia o que era, achei bonita a corrente, fui pra casa. A minha avó quase me bateu, porque ela já viveu uma época em que ela conheceu, né. (risos) Então, ela disse: joga isso fora agora! E eu: vovó, que isso?!”

Emília e Edna se lembram com alegria da época de infância no Horto, das brincadeiras e das festas comunitárias, principalmente as festas juninas, que a sua mãe, junto com a vizinha chamada Tia Antônia organizavam. Elas trouxeram também memórias da época da ditadura militar. Nesse período, segundo as entrevistadas aconteceu a instalação do prédio do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, em um local onde existia um arvoredo. Além disso, elas contam que havia toque de recolher às 22 horas e que o Horto era utilizado para despejar comida.

Carol: “Vocês lembram de alguma repressão dessa época?”

Edna: “Não... Porque, assim, a gente era criança, não saía muito de casa mesmo”.

Emília: “Mas, os mais velhos falam que era aqueles caras de terno preto, com aqueles cachorros imensos. E, que quem estava na rua, eles colocavam pra dentro de casa. Assim, bater, prender as pessoas aqui, nunca houve isso, nunca. Era só aquilo de reprimir pra não ficar na rua. (...). Agora, agressividade contra morador, naquela época, conforme houve agora, nunca houve não”.

Edna: “Nunca teve. O que me marcou, naquela época, foi que, com toda essa questão dos militares, da ditadura, houve uma época de racionamento de alimentos. Então, o que me marcou, é que vinha muito caminhão aqui pra dentro, pra despejar comida. A gente pegava arroz, feijão, manteiga. Eu lembro de lata de manteiga, lata de leite”...

Carol: “E, de onde vinham esses alimentos”?

Edna: “Do carro do exército, que trazia”.

Carol: “Distribuía”?

Emília: “Distribuía não, jogavam fora”.

Edna: “Eu lembro bem disso. Na hora que o caminhão chegava pra gente, era lata de banha...tava até meia rançosa...a banha não, manteiga, que eles não iam usar, e ficava meia rançosa. Mas, minha filha, era uma delícia”!

Emília: “A gente comia. Estamos vivas até hoje”!

Edna: “...Arroz, feijão, açúcar, banha, gordura de coco”.

Quando a família se mudou do Morro das Margaridas para a Estrada Dona Castorina, elas relatam que os vizinhos sentiram muito e ficaram entristecidos. A mudança ocorreu porque o padrinho do irmão caçula, Edson, ia se mudar para Niterói e quis deixar a casa para o afilhado.

Edna: “Compadre, eu vim aqui falar com você”. Aí papai: “Opa! Senta aí! Vamos jantar!”. Ai, ele sentou. “Olha compadre, vim falar com você. Primeira mão, não contei ainda pra ninguém. Eu estou indo embora”. Ele ia embora no dia seguinte, né?

Emília: É.

Edna: “Eu estou indo embora. Já está tudo pronto para a minha mudança, mas eu quero deixar a casa para o meu afilhado, que é o Edson. Quero deixar a casa pro meu afilhado. Então, a mudança, o caminhão vai pegar a minha mudança e a sua vai ter que entrar porque eu não quero entregar a minha casa pro Jardim”. Então, a gente mudou pra casa de madrugada. Ninguém soube. Foi na calada. Então, quando o dia amanheceu, a gente não estava morando mais lá. E, da mesma forma, pra vizinha, a casa dela não estava muito legal. Ai, meu pai falou: “olha, a gente vai sair daqui, vai mudar. Você quer ficar com a minha casa? Ela: claro que quero!”. Ela tá nessa casa até hoje. Ela não... ela já faleceu, mas, no caso, o filho dela, o Adilson.

A família se mudou em 1978 e, portanto, em 2018, completará 40 anos residindo nesta casa. São muitas lembranças acumuladas e que retratam a história do Horto. Durante a entrevista, elas lembraram da cultura local, dos projetos sociais que participaram na infância e adolescência, inclusive Dona Edna disse que tinha 13 anos quando o primeiro prédio da Rede Globo foi instalado no bairro do Jardim Botânico.

Quando pergunto sobre o início da comunidade, elas trazem informações interessantes sobre o surgimento do local.

Emília: “Bom, o que eu já ouvi, e ouço, né...que os mais velhos contam, que esse lugar aqui era muito isolado. Por exemplo, ali, naquela área do Caxinguelê, era tudo um pântano. Tinha muita lama, capim, mosquito. Essa Pacheco Leão não era pavimentada. Não tinha ônibus. As pessoas tinham que ir andando daqui, até lá em baixo, até a Rua Jardim Botânico”.

Edna: “E, até mais ou menos, onde tinha a Globo, tinha um bonde que ia até a fábrica. Então, pra ter condições, a gente tinha que ir até lá embaixo, pra pegar o bonde. E assim, o lugar era tipo uma roça”.

Edna: “Pelo o que eu sei, a comunidade começou, já morava muita gente aqui. Então... pessoas até que eu não conhecia. Então, é uma comunidade bem antiga aqui. Meu pai que era amigo da maioria das pessoas. Que, todo mundo aqui, praticamente, já trabalhou ali no Jardim Botânico. Então, a relação dele com essas pessoas era mais forte. Eu não tinha muito contato com isso, né. Depois que a Emilia começou a fazer parte da associação, foi aí que a gente começou a se inteirar mais nessa questão. Mas, antes, a gente não se ligava muito nisso. Mas essa comunidade aqui é antiga”.

Emília: “Na verdade, a gente conta a história a partir de quando D. João veio, que trouxe os escravos, e as primeiras pessoas começaram a habitar aqui. Foi aí que começou a história do bairro”.

As entrevistadas contam que antes das ações de reintegração de posse, houve uma tentativa de remoção para construir, durante o governo Carlos Lacerda, período da Ditadura Militar, um cemitério no Horto. Diante dos questionamentos da comunidade, o projeto foi desconsiderado. Após esse episódio, aconteceu outra tentativa de remoção para construir prédios do Banco Nacional de Habitação - BNH na região do Caxinguelê. Mais uma vez, os moradores protestaram e o projeto não foi realizado. Portanto, o início da ameaça de remoção surge com os processos de reintegração de posse, e, segundo Edna, a pressão pela retirada das famílias aumenta com a instalação dos prédios da Rede Globo no bairro.

Emília: “Então, na década de 80, 81, 82 começaram as primeiras notificações pros moradores, como agressão ao meio ambiente, invasão de terra pública. E, começaram os primeiros processos de reintegração de posse. E, nessa época, esses primeiros foram movidos pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, e depois passou os processos para o IBAMA. Aí, o advogado da associação, nessa época, o Dr. Valdomiro, sempre contestando que o IBAMA não tinha competência para mover nessas ações, porque a área não era do IBAMA, a área era federal. Então, passaram para o polo federal, onde os processos estão até hoje”.

Edna: “Depois que a Globo se instalou aqui, que essa pressão ficou mais forte. Tem o marco, antes e depois da Globo”.

Emília: “Aqui tinha toda característica de casa do interior. Ai, fizeram a gravação aqui no quintal. Então, depois que a Globo se instalou aqui na área, com ela, o bairro começou a valorizar. Vieram

os milionários, os intelectuais, os artistas, todo mundo querendo morar no Horto, perto da Globo, bairro da Globo. E, a Globo, por sua vez, viu que o espaço era suficiente, propício para o projeto PROJAC. Aí, começaram os primeiros processos de reintegração”.

Emília conta que a princípio o motivo apresentado para remover as famílias era o fato da comunidade estar assentada sobre terreno da União e isso era proibido. Pouco tempo depois começaram a chamar os moradores de invasores. A AMAHOR surgiu em 1982 e Emília foi convidada por vizinhos para participar e ajudar. O advogado da época queria apenas negociar a indenização das casas, descartando a possibilidade da permanência no local. Emília discordou e tentou buscar outra solução. Em 1999, ela passa a integrar a diretoria da AMAHOR e logo depois entrou em contato com a Fundação de Direitos Humanos Bento Rubião que os informou sobre o direito à regularização fundiária. Edna afirma que o advogado representante da AMAHOR à época não concordou com a sugestão dos advogados Dr. Valdyr e Dra. Eliana, advogados da Fundação Bento Rubião. Segundo ela, o advogado da AMAHOR estaria interessado nos honorários que ganharia com a negociação da saída das famílias.

Aconteceram embates sobre as diferentes teses de defesa do território e alguns desentendimentos. Os advogados da AMAHOR faleceram algum tempo depois e então a associação contratou dois advogados para atuar no litígio. Devido às custas mensais, no valor de R\$3.500,00, a AMAHOR não teve condições de mantê-los e fez o distrato. Emília conversou com o Prof. Miguel Baldez, militante antigo por direito à moradia no Rio de Janeiro e ex-procurador de justiça, que prontamente assumiu os processos do Horto junto com o advogado e também professor Dr. Rafael Mendonça. Em 2010, eles levaram os processos para o escritório modelo do IBMEC, instituição onde lecionavam no curso de graduação em Direito. A partir de então, a comunidade é representada legalmente pelos dois advogados.

Emília e Edna falam que o movimento de resistência do Horto poderia estar mais fortalecido se não fosse o preconceito de alguns moradores que insistem em dizer que o Horto não é favela e diziam isso de maneira ríspida, durante as reuniões com algumas lideranças de favelas ameaçadas de remoção. Desse modo, os visitantes se afastaram e não retornaram mais.

Emilia: “É ignorância. É pura ignorância. Eu canso de falar: pois é, vocês acham que o Horto não é favela, e tá pior do que a Rocinha. Tá pior, porque a Rocinha tá lá, a maioria da comunidade está estabilizada. Ninguém corre o risco de ser despejado. O povo

dorme, deita e dorme, acorda no dia seguinte com medo de bala, mas não com o medo de ser despejado pelo governo. Aqui não é favela, mas qual a segurança que se tem”?

Para além das questões de identidade espacial, Emília aponta que o preconceito de classe e raça é muito evidente no processo de remoção. A vizinhança do bairro Jardim Botânico é composta por banqueiros, políticos que afirmam que a presença da comunidade desvaloriza o Alto Jardim Botânico, que disputa o metro quadrado mais caro com o Alto Leblon.

Emília: “(...)Preto e pobre não pode ocupar o mesmo espaço que essa gente. E, como a comunidade tem um grande percentual de negros e pobres, isso incomoda, com certeza”.

Edna: “E também tem uma questão... Aqui é um ar puro. Não tem violência. Então, eles entendem que, quem deve morar em um espaço desse, é só quem tem dinheiro, que o pobre só tem que morar em qualquer lugar... que vá mesmo pra uma comunidade com tiroteio. Pra eles, a gente tem que estar nesses espaços, e não aqui. Porque aqui virou turismo, né?! Passa turista todo dia aqui. Virou área de esporte. Pessoal sobe de bicicleta. Ciclista sobe disso daqui dia e noite. Então, em que local se consegue fazer isso”?

Emília pontua que a união dos moradores aliada ao conhecimento dos direitos e à articulação com grupos e instituições de defesa do direito à moradia é fundamental para a permanência da comunidade. Edna ressalta que todos os tipos de mobilização são válidos, inclusive na esfera internacional, pois segundo ela, a denúncia da violação dos direitos enfraquece a política remocionista.

Emília: “Tem que ser a conscientização dos moradores, em relação aos seus direitos, para que possam resistir. Isso é fundamental, a pessoa saber do direito que ela tem que receber. É fundamental para, no momento exato, haja um conjunto de ações pra gente poder resistir, as articulações que a gente faz com as outras instituições, que são em defesa da moradia, e com companheiros de outras comunidades. Porque, assim, a união faz a força”.

Edna: “Até nas internacionais, denunciando essas questões. Acho que isso, também fortalece a nossa luta, na medida que você coloca todo esse contexto, e mobiliza esses Órgãos, que vêm buscar da comunidade como denunciar. Isso enfraquece um pouco o avanço dessa ocupação”.

Ao longo dos anos à frente da AMAHOR, Emília conta que teve contato com moradores de outras comunidades ameaçadas e atingidas pela remoção e considera que as embora exista alguma peculiaridades e diferenças, as estratégias de defesa são muito próximas.

Emília: “Ah, tem a Vila Autódromo, Indiana, Canal do Anil, que a gente participou do embate feio. Estávamos lá ajudando na resistência, o pessoal do Alto da Boa Vista. A pressão lá, sem luz...

A Light impedia de colocar a iluminação dela... Moradores daqui da Favela Pavão- Pavãozinho. É..., assim, estratégia, acho que varia um pouco, mas, no geral, é a mesma coisa, mesmas armas que são utilizadas: denúncias, no caso do momento da remoção; tentar fazer a resistência física; mobilização dos moradores; conscientização... Acho que a tática deve ser a mesma, em todos os lugares”.

Ao final da entrevista, pedi que elas deixassem uma mensagem para os leitores da pesquisa e elas falam muito sobre consciência, respeito aos direitos e solidariedade.

Emília: “A mensagem que me vem no momento é que as pessoas têm que ter consciência, independente da sua condição social, do seu grau de instrução, religião, que o direito de cada um tem que ser respeitado, o espaço. As pessoas têm que entender que todos tem direito à terra. Isso é um direito incondicional. Deus fez um espaço adequado para todos! As pessoas têm que respeitar o direito do próximo. Essa coisa do rico achar que pobre não pode morar no mesmo bairro que ele, isso é ignorância e egoísmo. Se morrer, ele vai pro mesmo lugar do pobre. Deus me livre, se acontecer uma catástrofe, de repente. O pobre vai ter um melhor tratamento, que ele que é rico. As pessoas têm que ter consciência dessa coisa de achar que eu tenho mais direito, porque eu tenho condições. Isso é muito relativo, porque, nessa vida, ele tem o direito de utilizar um bem que ele tem. Um bem que Deus lhe permitiu ter hoje. Então, quando ele morrer, não vai levar nada daquilo. Então, não adianta bater no peito e dizer que eu tenho dinheiro, que sou rico! Morreu, acabou. Então, as pessoas têm que ser mais solidárias, respeitar mais ao próximo, pra termos uma convivência melhor. Por que nesse mundo há tanta tristeza, violência contra os pobres? Não querem servir aqueles que precisam...De repente, hoje ele tem a permissão de usufruir muito...tem que saber que foi permitido...tem que ser inteligente...que essa permissão poderá vir em outros tempos. É um ciclo. Nada acaba. Morreu, não acaba, alguma coisa vai continuar. Temos que pensar em doar mais, ser mais solidário, pra ver se a gente consegue amenizar o sofrimento do mundo”.

Edna: “Realmente, a mensagem que ela falou é o que cabe nesse momento. A gente tá refletindo, falando sobre isso, é porque nem sempre ter é poder. Acho que as pessoas têm que ter consciência do seu papel, do que ele pode, até onde ele pode ir...O seu papel aqui na terra. E, hoje, estão muito distorcidos...estão pensando muito em si. Tá muito dividido. O poder está do lado do outro. Temos que unir as pessoas! Vai chegar um momento, que quem tem muito...a violência tá crescendo por causa disso...porque as pessoas que têm estão se afastando das que não têm poder. E isso está isolando as pessoas, estão ficando mais isoladas. Então, acho que as pessoas têm que pensar na sua forma de viver. Temos dentro do nosso País uma Constituição, que dizem ser avançada, mais avançada do mundo, que diz a questão do direito à moradia, que todos têm direito. Acho que tem que fazer valer o que está na Constituição. Tem que ser aplicado. Na teoria isso é tudo muito bonito, mas na prática não está sendo respeitado. Acho que, quando a sociedade entender que esse não é o caminho pra conduzir o mundo, as coisas vão ficar melhor. Todos vão ter seu direito, seu espaço, a garantia de ter seu cantinho, sua tranquilidade... É o mais importante pra todo mundo”.

Carol: “Emília, você queria falar alguma coisa”?

Emília: “Não, as pessoas falam que o Horto é um lugar maravilhoso. Acho que esse ambiente só reflete isso por causa da diversidade que tem aqui”.

Após o roteiro de perguntas, assim como a dinâmica das outras entrevistas, engatei uma conversa mais informal onde elas revelaram muitos detalhes interessantes sobre a comunidade: o protagonismo feminino na luta comunitária, a aproximação político-partidária, o encontro com a presidenta Dilma Rousseff, o racismo enfrentado por Emília por alguns opositores à sua gestão, dentre outras questões. Desta conversa, como o trabalho está focado no protagonismo feminino, optei por trazer aqui no corpo do texto apenas os relatos sobre a força feminina. Contudo, a entrevista completa está transcrita no anexo do trabalho.

Para finalizar, coloco a opinião da Emília e Edna sobre as mulheres da sua comunidade e nos movimentos em geral.

Edna e Emília: “Ah, mulher é importante né, fundamental em qualquer comunidade, em qualquer contexto ela é importante. Porque aqui no Horto por exemplo quando tem qualquer atividade, as mulheres sempre estão mais à frente, estão sempre conduzindo, a frente dos homens pra fazer as atividades e na questão da escola das crianças, dos filhos, na época que houve ameaça da retirada da escola Julia Kubitschek. Foram as mulheres que vieram, brigaram, isso você pode ver que isso ocorre em todas as áreas. (...) No Brasil, como um todo, a mulher é algo muito forte, deixou aquele papel, de mulher ficar em casa, submissa, fazendo comida, assumiu outro papel, é a chefe da casa, estuda, trabalha fora, cuida dos filhos, faz tripla, quatro jornadas. A gente tá sempre fazendo muitas coisas. Tem homens que participam, mas a maioria é toda mulher”.

Assim, com essa afirmativa que representa a força Elekô, encaminho a dissertação para o quarto capítulo que tratará sobre as identidades, subjetividades e os controles corporais, linguísticos exercidos pelo biopoder sobre as vidas das mulheres negras. Durante este último capítulo, pretendo apontar ainda um caminho para uma possível efetivação da garantia dos seus direitos.

CAPÍTULO IV – BIOPODER E MULHERES NEGRAS: UMA ANÁLISE SOBRE PRECARIIDADE, CONTROLES CORPORAIS, LINGUÍSTICOS, SUBJETIVIDADES E IDENTIDADES.

A partir do que já foi exposto nos capítulos anteriores, é preciso pensar como os dispositivos de biopoder são empregados sobre a vida das mulheres negras e causam impactos profundos na construção das suas identidades e subjetividades, precarizando suas vidas por meio de restrições e controles corporais e linguísticos, impedindo, por fim, o acesso a direitos garantidos de maneira supostamente universal a todos os cidadãos.

Os dispositivos de poder são empregados de maneira estratégica, profunda e perversa quando se trata de lugares habitados, em sua maioria, por vidas não-brancas. A situação da comunidade do Horto revela o tratamento similar dado pelo Estado, não apenas em relação ao direito à moradia, como também a outros direitos garantidos pela Constituição Federal, como saúde, educação, cultura, memória, história, dentre outros. Neste último capítulo iremos refletir sobre as consequências das relações pautadas no biopoder e, por outro lado, pensar como é possível resistir e criar novos caminhos para enfrentá-las, tensionando e provocando a resistência, sobretudo, do movimento de mulheres negras no Brasil.

O biopoder, ou seja, aquele poder exercido sobre a vida, é apresentado por Foucault por meio da estatização da vida biológica. Como se pode observar nas obras⁴³ de Michel Foucault, o poder de vida e de morte que o Estado exerce sobre os cidadãos atua de forma simultânea, quando normaliza a sociedade e/ou ao exercitar o seu poder de morte através do racismo, e, assim descortina essa dupla face do poder (CASTRO, 2016, p.57).

É interessante pensar na organização desse poder estatal que usa os dispositivos e tecnologias da sua estrutura para manter-se ativo e que, diante da impossibilidade de vencer o poder econômico criado pelo capitalismo, alia-se a este por intermédio das instituições privadas, mantendo privilégios e garantindo o exercício do poder de ambas as partes em detrimento aos direitos dos setores mais vulneráveis da população.

⁴³ O filósofo discorre acerca do biopoder nas obras “História da Sexualidade I: A Vontade de Saber”, especificamente no último capítulo denominado “Direito de morte e Poder sobre a Vida”, e, na aula do dia 17 de Março de 1976 do curso “Em Defesa da Sociedade”.

Este biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. Mas, o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar; se o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado, como instituições de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de biopolítica, inventados no século XVIII como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e os sustentam; operaram, também, como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do biopoder com suas formas e procedimentos múltiplos. O investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis naquele momento. (FOUCAULT, 1999, p. 131-132)

Foucault expõe no trecho acima a utilização, pelo Estado, das diversas instituições presentes na sociedade para acompanhar o desenvolvimento do capitalismo, assegurar a manutenção das relações de dominação e a condição de hegemonia. Portanto, o acúmulo gerado pelo capital foi possível graças à utilização de técnicas de biopoder que segregam e hierarquizam vidas, sujeitando-as às regras do poder econômico nas relações de produção.

Desse modo, no que se refere às práticas remocionistas, resta evidente que no caso da comunidade do Horto a utilização das técnicas de biopoder perceptíveis nas alianças elaboradas entre o poder público e privado, a fim de garantir a manutenção do *status quo*, e, por conseguinte, o lucro bilionário gerado a partir do esvaziamento dos terrenos, avaliados em torno de 10 bilhões de reais, montante publicado em reportagem recente⁴⁴, cujo cálculo fora efetuado de acordo com o valor do metro quadrado do bairro. A forte pressão para a continuidade da remoção é promovida por

⁴⁴ A matéria sobre a remoção do Horto do dia 16.06.2016, do *Jornal O Globo Online*, informa que a área onde está a comunidade foi avaliada em 10,6 bilhões de reais. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/jardim-botanico-governo-dilma-ja-no-fim-tentou-manter-moradores-19326526>. Acesso em: 07.01.2017.

pelo menos três atores: o IJBRJ, a AMAJB e a Rede Globo. Estes seriam beneficiados diretamente em termos econômicos. Inclusive comenta-se a existência de um projeto para erguer um clube direcionado a um público de classe alta, equipado com hotel e uma diversidade de entretenimento artístico- cultural, que teria sido apresentado a alguns membros desses três agentes que desejam a saída da comunidade há alguns anos atrás.

A disputa pelo território, que antes era desprezado e atualmente possui valor avaliado em bilhões, gera uma tensão enorme para a comunidade que ali se estabeleceu. Embora a luta dos moradores seja intensa e a resistência seja mantida arduamente, os impactos gerados são perversos e promovem uma espécie de morte lenta e invisível para aqueles e aquelas que estão na linha de frente da batalha.

Durante as entrevistas, os relatos das mulheres sobre a tensão gerada, principalmente em relação aos idosos, são recorrentes. Em meio às ameaças de remoção perdem-se vidas, vizinhos e assim, uma parte da história do lugar. Dentre as situações de precariedade identificadas em múltiplas dimensões podemos citar: uma questão de saúde, refletida nos quadros de agravamento de diabetes, hipertensão arterial, doenças cardíacas, dentre outras, se agravam diante de cada reportagem criminalizando a comunidade, nomeando-a invasora; uma questão de segurança pública, retratada a partir da violência policial que age durante as reintegrações de posse, com abuso de autoridade, utilizado em excesso bombas de gás lacrimogêneo e efeito moral, além de spray de pimenta, para combater uma resistência comunitária que não utiliza armas, a não ser seus próprios corpos sentados ao chão. Destacamos ainda o sentimento de vulnerabilidade e insegurança trazido pela possibilidade de deslocamento forçado da terra onde nasceram e que ajudaram a construir. Essa vulnerabilidade provocada pelas remoções, para além dos prejuízos à saúde física, deteriora também a saúde mental dos moradores, surgindo casos de depressão e síndrome do pânico.

Esse quadro de violência direcionada a comunidade gera precariedade para a vida de todas as pessoas que habitam o Horto, mas, especificamente para as mulheres negras, que são a maioria da composição da população da localidade. Como mostrado nos capítulos anteriores, o processo de vulnerabilidade se aprofunda a partir da invisibilidade gerada pela intersecção de raça, gênero e classe, impedindo a garantia ao acesso de direitos importantes, como a moradia.

O discurso contínuo das entrevistadas sobre sua relação com o território

demonstra a gravidade do impacto da remoção na vida dessas mulheres. Além disso, o estresse produzido pela ameaça de perder sua casa, os laços familiares e de pertencimento a terra, a integração com a natureza construídos ao longo da sua existência afeta a saúde, as subjetividades e as identidades das moradoras.

Para continuar essa análise e entender esse contexto é necessário fazer algumas perguntas: a) Por que a vida das mulheres do Horto devem ser sacrificadas para atender ao interesse econômico de empresários?; b) Por que o lugar onde habita uma população majoritariamente negra e pobre deve ser removida de um bairro cuja população é composta por maioria branca e rica?; c) Por que uma comunidade estabelecida há pelo menos 100 anos deve se transformar em uma área de pesquisa botânica quando existem terrenos da União em outros lugares da cidade para atender a esta “necessidade”?

Outros questionamentos poderiam ser realizados nesse contexto. No entanto, eles servem como uma provocação para pensar sobre precariedade ou o que torna determinadas vidas precárias em detrimento de outras. A autora Judith Butler traz uma reflexão importante acerca da precariedade e que pode ajudar a responder as perguntas elaboradas acima. O que faz algumas vidas não serem consideradas como vidas está de acordo com a presença de determinados padrões epistemológicos inseridos em um contexto histórico na sociedade. Assim, “o “ser” da vida é ele mesmo constituído por meios seletivos; como resultado, não podemos fazer referência a esse “ser” fora das operações de poder e devemos tornar mais precisos os mecanismos específicos de poder mediante os quais a vida é produzida” (BUTLER, 2016, p. 14). Portanto, em sua obra “Quadros de Guerra”, Butler desenvolve o conceito de precariedade a partir de alguns elementos que considera importantes como apreensão, enquadramento e reconhecimento.

Então apreendemos a precariedade da vida através dos enquadramentos à nossa disposição, e é nossa tarefa tentar estabelecer novos enquadramentos que aumentariam a possibilidade de reconhecimento? A produção de novos enquadramentos, como parte do projeto geral de mídia alternativa, é evidentemente importante, mas perderíamos uma dimensão crítica desse projeto se nos limitássemos a essa forma de ver as coisas. O que acontece quando um enquadramento rompe consigo mesmo é que uma realidade aceita sem discussão é colocada em xeque, expondo os planos orquestradores da autoridade que procurava controlar o enquadramento. Isso sugere que não se trata apenas de encontrar um novo conteúdo, mas também de trabalhar com as interpretações recebidas da realidade para mostrar como elas podem romper – e efetivamente o fazem – consigo mesmas. Por conseguinte, os

enquadramentos que, efetivamente, decidem quais vidas serão reconhecidas como vidas e outras não o serão devem circular a fim de estabelecer a sua hegemonia. Essa circulação reitera ou, melhor dizendo, é a estrutura iterável do enquadramento. Conforme os enquadramentos rompem consigo mesmos para poderem se estabelecer, surgem outras possibilidades de apreensão. Quando esses enquadramentos que governam a condição de ser reconhecido relativa e diferencial das vidas vêm abaixo – como parte do próprio mecanismo da sua circulação –, torna-se possível apreender algo a respeito do que ou quem está vivendo embora não tenha sido geralmente “reconhecido” como uma vida. (BUTLER, 2016, p.28-29)

A complexidade da análise da autora revela a necessidade de questionar os enquadramentos historicamente colocados e de trabalhar com os dados e interpretações trazidos pela realidade, para romper com a hegemonia orquestrada pelas autoridades e, assim, compreender em que medida a precariedade está identificada, pois é a partir dela que se descobrirá quais vidas são passíveis de luto e quais são ignoradas/desprezadas.

Para Butler (2015), o que faz com que alguns grupos sejam merecedores de acessar direitos e outros não é a hierarquização de corpos gerada a partir da precariedade articulada a exclusão do domínio econômico e a supressão da participação política. Em recente passagem pelo Brasil, durante uma palestra proferida no I Seminário Queer – Cultura e Subversões das Identidades, em São Paulo, Butler apontou a precariedade que incide sobre as vidas das pessoas negras no país:

Vocês vivem com o fato de que milhares de pessoas são mortas anualmente pela polícia e menos de 1% desses assassinatos viram processos penais. Isso nos possibilita observar como o racismo funciona no sentido de permitir que algumas populações sejam livremente assassinadas enquanto outras são intensamente protegidas. Este “regime de violência legal” afeta também a vida de pessoas trans, queer e mulheres, que estão “vulneráveis a mortes violentas”. Fazem parte de grupos que são socialmente designados como dispensáveis ou disponíveis para serem assassinados com impunidade. São pessoas que não têm, portanto, as mesmas condições materiais de exercer a liberdade que outros grupos, uma vez que a possibilidade da violência afeta seu direito de ir e vir. “Que corpos podem ser visíveis, podem aparecer sem possibilidade de violência no espaço público?” (BUTLER, 2015)

Essa reflexão trazida pela filósofa pode responder aos questionamentos realizados no início deste capítulo. Os diversos tipos de violência direcionados à população negra no Brasil, somados ao silenciamento e à invisibilidade desta população no que se refere à garantia de direitos, revelam um estado de precariedade

intenso. Mesmo diante de números extremamente expressivos, a naturalização do racismo é de tal ordem introjetada que dificulta o sentimento de alteridade e solidariedade direcionados às pessoas negras. Ao considerar o racismo articulado às discriminações de gênero e classe, é possível apreender a precariedade imposta a vida das mulheres do Horto, sobretudo às mulheres negras. O sacrifício das suas vidas é justificável para manter o status hegemônico dos grupos econômica e racialmente dominantes.

Desse modo, a opinião pública criada a partir de reiteradas reportagens que criminalizam uma população, historicamente excluída, não reconhece as vidas que residem no Horto como vidas. Nesse contexto, não se atribui direitos a quem sequer é reconhecido como uma vida e as etiquetas de “invasores”, “transgressores das leis”, “oportunistas” caem muito bem aos moradores. Esse raciocínio fomenta e impulsiona as articulações para a remoção da comunidade, cujos moradores que, conseqüentemente, não são reconhecidos como sujeitos de direitos.

É possível, nessas circunstâncias, dizer que a precariedade funciona como um dispositivo de poder assim como o racismo. Faz-se necessário neste momento resgatar a tese de doutorado da filósofa negra Sueli Carneiro, na qual ela realiza uma análise fundamental acerca da racialidade como um dispositivo do biopoder. Raça, nesse contexto, aparece como um elemento eletivo ou subalternizador dos seres humanos, criando hierarquias a partir de perfis específicos. Para a autora:

Se um dispositivo é concebido por Foucault como um dispositivo de poder das sociedades disciplinares, no caso do dispositivo de racialidade além de sua função eletiva ou subalternizadora dos seres humanos segundo a raça, uma nova estratégia de poder pôde somar-se ou a ele acoplar-se (apoiando-se em dispositivos de poder anteriores à sua emergência), resignificando-o, instrumentalizando-o segundo essa nova estratégia ou nova tecnologia de poder sobre a racialidade. Agrega-se para Foucault uma nova dimensão, que ele denomina de biopolítica ou biopoder. Nessa biopolítica, gênero e raça articulam-se produzindo efeitos específicos, ou definindo perfis específicos para o "deixar viver e deixar morrer". No que diz respeito ao gênero feminino, evidencia-se a ênfase em tecnologias de controle sobre a reprodução, as quais se apresentam de maneira diferenciada segundo a racialidade; quanto ao gênero masculino, evidencia-se, a simples violência. (CARNEIRO, 2005, p.72)

Nota-se no trecho acima, para além das já mencionadas funções do dispositivo de racialidade, que a intersecção de gênero e raça cria perfis e contextos específicos para o exercício do biopoder. Isso significa que as mulheres negras vivenciam discriminações de maneira diferenciada quanto aos homens negros. Não se trata aqui

de estipular um ranking de maior ou menor escala, mas apenas pontuar que ocorrem de maneira diversa. Em sua pesquisa, Sueli Carneiro aponta com muita nitidez que em sociedades multirraciais que resultaram de um processo colonial, como a brasileira, raça se engendra como uma espécie de instrumento de disciplina das relações raciais. Desse modo, são definidos quais corpos são adequados para “suportar o processo de desenvolvimento capitalista” (2005, p.75), e essa escolha é pautada sobretudo por uma seletividade racial que definirá quem sustentará o ônus de tal progresso econômico.

A filósofa pontua em seus estudos algo interessante sobre o biopoder e a racialidade: quando não há o interesse na domesticação dos corpos inferiorizados, dentro da hierarquia construída pelo dispositivo da racialidade, o biopoder entra em cena para eliminar esses corpos “indesejáveis”, ou seja, se não há interesse em usufruir desses corpos, seu descarte é uma certeza. Neste sentido a autora descreve a utilização dos dispositivos de racialidade enquanto técnicas de biopoder:

Em nossa elaboração, entendemos que onde não há para o dispositivo de racialidade interesse de disciplinar, subordinar ou eleger o segmento subordinado da relação de poder construída pela racialidade, passa a atuar o biopoder como estratégia de eliminação do Outro indesejável. O biopoder aciona o dispositivo de racialidade para determinar quem deve morrer e quem deve viver. Nesse sentido, o Brasil assistirá também, a partir do século XIX, a emergência de novos procedimentos de saúde pública, em que a racialidade intervirá introduzindo uma orientação eugenista corretora da presumida promiscuidade, sobretudo sexual, instaurada na escravidão. Articulam-se técnicas disciplinares a essa nova tecnologia de poder, com a originalidade de que elas exercem o poder de fazer viver e deixar morrer sem precisar institucionalizar a raça, mas dispendo de mecanismos capazes de alcançá-la onde quer que ela se esconda, para distribuir vida e morte. (CARNEIRO, 2005, p.76)

A articulação entre as tecnologias do poder, como destacado acima, promove a utilização do biopoder sem que seja necessária a institucionalização do dispositivo raça, mas, ele pode ser acionado em qualquer momento no Brasil, dada a construção social estruturada a partir do colonialismo e, por conseguinte, de uma ótica racista. Partindo dessa análise, visualiza-se a comunidade do Horto, composta por uma população de maioria negra, que foi tolerada quando era interessante ao poder hegemônico ter corpos disciplinados pelo trabalho a seu serviço e que no momento atual, não atende mais às suas necessidades, e, portanto, precisa ser descartada, eliminada.

Essas contribuições são importantes para pensar a utilização do biopoder nas políticas de intervenção sobre os territórios e territorialidades negras, cujos direitos

são expropriados pelo fato de que os corpos que os habitam não são reconhecidos como sujeitos de direitos, e não são sequer compreendidos como sujeitos detentores de uma vida digna. No âmbito dessas discussões, como pensar a construção da identidade das mulheres negras, senão a partir desta negação e anulação de sua humanidade? No próximo item, trataremos das questões pertinentes ao tema, para posteriormente, abordar o futuro dos direitos das mulheres negras no Brasil.

4.1 – MULHER NEGRA COMO NÃO SER: IDENTIDADES FORJADAS A PARTIR DA NEGAÇÃO DO OUTRO

KEMET. Quero iniciar esta reflexão trazendo à memória o nome pelo qual os egípcios, uma das civilizações mais antigas do mundo, reconheciam o seu território. *Kemet* era o nome africano dado àquela terra cujo significado era “terra negra”, e que abrigava o poderio intelectual e econômico da civilização africana. O nome “Egito” fora dado pelos invasores brancos, que diante da disputa territorial, em determinado momento conseguiram vencer a supremacia negra e se instalaram na região. Segundo o intelectual senegalês Cheikh Anta Diop (1923-1986) formado em Física, Filosofia, Química, Linguística, Economia, Sociologia, História, Egiptologia, Antropologia, os persas que saquearam Kemet implantaram a seguinte máxima: “Pisem em tudo o que fez a grandeza do Egito” (MOORE, 2007, p. 312). A lógica implementada pelo rei persa Cambises, no ano 633 a.C se propagou aos outros invasores que saquearam e destruíram as terras egípcias.

Do mesmo modo, os negros somente passaram a se enxergar como negros após o contato e a convivência com os brancos. E o apagamento da história e da negritude no Brasil também ocorreu de maneira similar como a história do Egito negro. Os capturados em terras africanas para vir ao Brasil, na condição de escravizados, eram obrigados, antes de embarcar nos navios negreiros, a dar voltas em torno da Árvore do Esquecimento, um suntuoso Baobá, a fim de que esquecessem sua história e suas origens. Assim, dezenas de voltas eram dadas por homens e mulheres, sob chibatadas que lhes dilacerava a pele, em torno daquela árvore que antes tinha um significado muito especial para o povo africano: a árvore da vida. Depois do perverso ritual, os africanos eram amontoados nos porões dos navios negreiros que mais tarde desembarcariam no Brasil.

E é assim que iniciamos essa reflexão sobre a identidade da mulher negra no Brasil, cujas história e memória vêm sendo continuamente apagadas e invisibilizadas

pela supremacia branca, e que, por outro lado, resiste com um esforço sobre-humano para resistir às tentativas de embranquecimento, cultivando tradições e lutando arduamente para contar sua própria história. Sendo assim, torna-se praticamente impossível falar sobre o assunto sem fazer referência às consequências trazidas pela escravidão. Nesse sentido pontua Jurema Werneck:

As mulheres negras têm sua história atrelada à história da região a que se convencionou chamar nos últimos séculos de América Latina e Caribe há aproximadamente 500 anos. As condições desta presença, como é sabido, estão vinculadas a um dos maiores flagelos que a humanidade já viveu: o tráfico transatlântico de africanos de diferentes nacionalidades trazidos para o trabalho escravo na região recém ocupada pelos europeus. Tráfico este precedido de guerras, morticínios de grupos inteiros, destituições e aniquilamentos – tanto físicos quanto culturais - desde o território africano. É fácil de reconhecer que o tráfico transatlântico vai impactar profundamente e de diferentes maneiras a vida das mulheres desde o início. (WERNECK, 2005, p.03)

Quando faço a provocação no título deste item colocando a identidade da mulher negra a partir da negação do outro, pretendo apontar que essa identidade, considerando as discussões realizadas nos capítulos anteriores, é forjada a partir da negação de um padrão social estabelecido: o do homem-branco-europeu. Desde a concepção de beleza, aos modos de erudição, de fala, de expressão, a norma origem é tida a partir dos padrões europeus considerados valorizados e dentro do padrão. E é óbvio que quanto mais se aproxima desse modelo, é possível ampliar a condição de possibilidades, oportunidades e garantia de direitos.

A mulher negra representa (e é representada), portanto, como a antítese desse projeto eurocêntrico e dada a estrutura racista que opera silenciosa e escancaradamente, essa mulher será invisibilizada e silenciada de inúmeras formas. Quando a vítima percebe a violência sofrida e denuncia, é ignorada porque a experiência vivida por ela difere da experiência padrão.

Portanto, as técnicas de poder disciplinar são frequentemente dirigidas ao corpo e à vida das mulheres negras, em caráter de opressão física e psíquica, simbólica e estrutural. Ciente de tais processos, mulheres negras no Brasil vem se organizando politicamente, com maior destaque desde a década de 1970, para enfrentar as discriminações praticadas sobre a sua existência. Isso não significa que anteriormente a esse período não existia organização de mulheres negras no Brasil, pois a prática antecede a criação da teoria feminista, como nos mostra Jurema Werneck (2005):

Vêm desta África também diferentes modalidades de organização e formas de representação e ação política das mulheres que no Brasil adquiriram diferentes formas. A celebração das rainhas nas atividades culturais públicas, bem como seu papel político integrador do grupo. A organização das atividades religiosas, profanas e festivas, a partir do contexto oferecido pela escravidão; a formação de sociedades secretas ou públicas de mulheres a partir dos compromissos religiosos ou étnicos; estão entre as iniciativas que têm em comum o reconhecimento da liderança das mulheres, sua presença nas atividades públicas, bem como seu papel político. Isto vivido ao longo dos séculos XVI e XIX, ou seja, durante a vigência do regime escravista europeu patriarcal. Tais iniciativas atuaram e atuam como modelos organizativos e de conduta para mulheres e homens das sociedades pós-escravistas até os dias de hoje. (WERNECK, 2005, p.06)

Portanto, a autora aponta formas diferenciadas de luta e resistência que diferem das práticas estabelecidas como padrão por diversas correntes feministas, que enquanto teorias formuladas por mulheres brancas não abarcam todas as mulheres, principalmente, em termos de Brasil, as mulheres negras e indígenas. Essa limitação questionada por Werneck indica as insuficiências do “Feminismo” como ferramenta de luta apta a representar todas as lutas promovidas por mulheres de diferentes partes do mundo.

Ao nomear a luta das mulheres a partir de sua perspectiva - mulheres brancas burguesas europeias nas décadas a partir de 1970 - as formuladoras iniciais da teoria feminista trouxeram para o conceito recém-criado a perspectiva ocidental e mais, fundada numa ignorância profunda acerca das demais mulheres do mundo. Além de se fundamentarem num individualismo crescente que teve o capitalismo como pano de fundo. Até que ponto o conceito “feminismo” é suficiente para abarcar todas as mulheres, todo ativismo, toda luta? Para nós mulheres negras - compreendidas como uma diversidade incomensurável, porém marcadas por desigualdades que têm origem na inferiorização e exploração - as múltiplas ações políticas que empreendemos atravessam diferentes níveis de atuação, diferentes campos da existência, marcadas por encontros conflituosos ou violentos com o ocidente, com o patriarcado, com o capitalismo, com o individualismo... (WERNECK, 2005, p.02)

Outro raciocínio importante acerca das insuficiências do feminismo foi trabalhado por Donna Haraway em sua obra Manifesto Ciborgue. Sob a categoria de identidades fraturadas, a autora feminista problematiza a atuação política do feminismo, mostrando que os diferentes contextos históricos produzidos pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado originam experiências distintas para algumas mulheres. Assim, o “ser mulher” vivido por mulheres localizadas em um lugar histórico similar padrão, não alcança as mulheres que vivenciam experiências

distintas destas, o que gera, posteriormente, a fragmentação. Desse modo, aponta Haraway:

Não existe nada no fato de ser “mulher” que naturalmente una as mulheres. Não existe nem mesmo uma tal situação – “ser” mulher. Trata-se, ela própria, de uma categoria altamente complexa, construída por meio de discursos científicos sexuais e de outras práticas sociais questionáveis. A consciência de classe, de raça ou de gênero é uma conquista que nos foi imposta pela terrível experiência histórica das realidades sociais contraditórias do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado. E quem é esse “nós” que é enunciado em minha própria retórica? Quais são as identidades que fundamentam esse mito político tão potente chamado “nós” e o que pode motivar o nosso envolvimento nessa comunidade? A existência de uma dolorosa fragmentação entre as feministas (para não dizer “entre as mulheres”), ao longo de cada fissura possível, tem feito com que o conceito de mulher se torne escorregadio: ele acaba funcionando como uma desculpa para a matriz das dominações que as mulheres exercem umas sobre as outras. Para mim – e para muitas outras mulheres que partilham de uma localização histórica similar (corpos brancos, de classe média profissional, femininos, de esquerda, estadunidense, de meia-idade) – as fontes dessa crise de identidade política são incontáveis. (HARAWAY, 2009, p. 47)

A autora afirma, no trecho destacado, que as mulheres do grupo dominante não desenvolvem solidariedade em relação às mulheres que vivem experiências diversas apenas pelo fato de serem mulheres. Segundo Haraway, a única maneira de atravessar essa limitação seria por meio da coalizão, definida por ela como afinidade em vez da identidade, que implicaria no desenvolvimento de uma consciência a respeito da diferença. Haraway cita a autora Chela Sandoval, uma intelectual latina que se propõe a estudar sobre pós-colonialismo ou decolonialismo, para retratar a vivência de mulheres não brancas, ou seja, mulheres de cor na realidade estadunidense. De acordo com Haraway:

Sandoval enfatiza que não existe nenhum critério essencialista que permita identificar quem é uma mulher de cor. Ela observa que a definição desse grupo tem sido feita por meio de uma consciente apropriação da negação. Por exemplo, uma chicana ou uma mulher estadunidense negra não pode falar como uma mulher (em geral) ou como uma pessoa negra ou como um chicano. Assim, ela está no degrau mais baixo de uma hierarquia de identidades negativas, excluída até mesmo daquelas categorias oprimidas privilegiadas constituídas por “mulheres e negros”, categorias que reivindicam o feito de terem realizado importantes revoluções. A categoria “mulher” nega todas as mulheres não brancas; a categoria “negro” nega todas as pessoas não negras, bem como todas as mulheres negras. Mas tampouco existe qualquer coisa que se possa chamar de “ela”, tampouco existe qualquer singularidade; o que existe é um

mar de diferenças entre os diversos grupos de mulheres estadunidenses que têm afirmado sua identidade histórica como mulheres estadunidenses de cor. Essa identidade assinala um espaço construído de forma autoconsciente. Sua capacidade de ação não pode ter como base qualquer identificação supostamente natural: sua base é a coalizão consciente, a afinidade, o parentesco político. Diferentemente da identidade “mulher” de algumas correntes do movimento das mulheres brancas estadunidenses, não existe, aqui, qualquer naturalização de uma suposta matriz identitária: essa identidade é o produto do poder da consciência de oposição. (HARAWAY, 2009, pp. 48-49)

E é exatamente nessa apropriação da negação que a identidade da mulher negra é construída na sociedade brasileira. A categoria mulher, por razões históricas, assemelha-se a experiência das mulheres brancas e nega a vivência das demais. Portanto, assim como ocorre com as “mulheres de cor” nos Estados Unidos, diante das diferenças, as mulheres negras afirmam essa identidade de “mulher negra” para marcar sua existência e mostrar a diferença em relação a matriz eurocêntrica do “ser mulher”. Ao declarar essa identidade manifestam o poder da consciência de oposição.

Ao longo da sua narrativa, Haraway adverte as feministas brancas no sentido de que não é mais possível ditar a realidade às mulheres de cor e por outro lado, também não se pode alegar inocência na reprodução da dominação em relação a elas. É preciso, portanto, refutar essa suposta matriz identitária natural e compreender que nenhuma construção é uma totalidade (HARAWAY, 2009, p. 52). Este talvez seja um caminho para que a coalizão apresentada pela autora se materialize. Assim, ela segue criticando as teorias feministas sobre o que ela chama de silêncio constrangedor acerca da opressão racial e afirma que tanto no feminismo radical quanto no socialista, a categoria raça não tem centralidade, sendo tratada apenas por acréscimo.

As teorias feministas ocidentais não deixam por menos: de que outra maneira poderiam as autoras ocidentais incorporar aquelas que são suas outras? Cada uma delas tentou anexar outras formas de dominação, expandindo suas categorias básicas por meio de analogias, de simples listagens ou de acréscimos. Uma das principais e devastadoras consequências disso é a existência de um silêncio constrangedor, entre as radicais brancas e as feministas socialistas, sobre a questão da raça. A história e o polivocalismo desaparecem em meio às taxonomias políticas que tentam instituir genealogias. Não há nenhum espaço estrutural para a raça (ou para muita coisa mais) em teorias que pretendem apresentar a construção da categoria “mulher” e do grupo social “mulheres” como um todo unificado ou totalizável. (HARAWAY, 2009, p. 56-57)

A partir desta análise proposta por Haraway, retomo a construção da

identidade das mulheres negras no Brasil. Pode-se afirmar que tal identidade surge em oposição aos diversos tipos de negação que lhes foram impostos. A consciência de oposição resiste aos parâmetros racistas, sexistas, classistas, dentre outras intersecções, para resistir ao processo histórico de embranquecimento, silenciamento e invisibilidade.

Apesar do apagamento sobre a diversidade de ações de resistência dos escravizados, desde que os primeiros africanos chegaram em terras brasileiras, sempre houve agência e organização para enfrentar a escravidão. A negação da humanidade e da capacidade de reação dos escravizados representa a continuidade da política engendrada nos rituais da árvore do esquecimento. Jurema Werneck relata as diferentes formas de resistência, empreendidas pelo povo negro, que culminaram nos processos abolicionistas:

Não é difícil compreender o contexto da escravidão como um contexto de resistência e luta, a partir da constatação da humanidade de negras e negros escravizados. Capazes de proposição cotidiana de alternativas de sociabilidade, habitabilidade a estratégias política para retorno à África ou para o enraizamento em bases diferentes na nova geografia. Revoltas armadas; novos territórios de liberdade (como quilombos^[iv] e outros); além de ações cotidianas de sabotagem e recusa. Todas estão entre as ações que terminaram por criar um ambiente de transformação e que culminaram com a destituição do tráfico transatlântico e do regime escravagista na região – sendo o Brasil o último país da região a promover a Abolição em 1888. (WERNECK, 2005, p. 04)

Dentro desta realidade, compreende-se a atuação de mulheres negras por emancipação desde os tempos da escravidão, ou seja, antecedente a formulação das primeiras teorias e ações feministas. A agência das mulheres negras esteve presente inclusive em importantes momentos da História do Brasil, como por exemplo, a luta organizada por Maria Felipa de Oliveira, da Ilha de Itaparica, mulher negra, capoeirista e marisqueira, fundamental para o processo de independência da Bahia. Se hoje muitas feministas usam seu corpo para realizar performances de protesto contra o patriarcado, pode-se dizer que Maria Felipa foi uma precursora nesse tipo de ação, apesar dos objetivos serem distintos.

Conhecida como “Heroína Negra da Independência”, Maria Felipa liderou um grupo de 40 mulheres que incendiaram 42 barcos da esquadra portuguesa que almejava retomar o controle do Brasil, após a declaração de independência proclamada por Dom Pedro I. O mais interessante deste episódio foi a estratégia utilizada para impedir os portugueses de invadir a cidade de Salvador. Maria Felipa

organizou as mulheres, as quais estavam discretamente munidas de facas e galhos de cansanção⁴⁵, na praia, para atrair e seduzir os soldados. Quando estes estavam envolvidos, completamente nus, as mulheres deram uma surra com os galhos da planta, impedindo assim que os portugueses retornassem aos navios. Após a surra, as mulheres se dirigiram para a esquadra, na companhia de alguns homens que também lutavam pela independência, e atearam fogo nos barcos. Neste sentido,

Diferente das outras heroínas do panteão do 2 de Julho, Maria Felipa transgrediu os padrões impostos pela sociedade por ser mulher e liderar um grupo armado e, sendo negra e pobre, reivindicar direitos mesmo após o fim da guerra. Na primeira cerimônia de hasteamento da bandeira nacional, após a derrota definitiva dos portugueses, na Fortaleza de São Lourenço em Ponta das Baleias, Felipa e seu grupo do qual são conhecidas Joana Soaleira, Brígida do Vale e Marcolina, invadem a Armação de Pesca de Araújo Mendes, português abastado, e surram o vigia Guimarães das Uvas, evidenciando que as lutas da população itaparicana não haviam terminado. Esse evento demonstra também a hostilidade que havia entre a população brasileira, principalmente negra e mulata e os lusitanos que resultavam em conflitos denominados mata-marotos. (Projeto Heróis do Brasil, *online*)

Essa ação inspirada por Maria Felipa e suas companheiras, dentre outras mulheres negras muito importantes na luta pela emancipação e igualdade de direitos, tem sido lembrada e reivindicada pelo Movimento de Mulheres Negras para avançar no processo de liberação da comunidade negra. Com mais veemência a partir da década de 1970, a identidade “mulher negra” é reclamada para afirmar a diferença tanto dentro do movimento feminista, quanto no Movimento Negro.

Lélia González, antropóloga, professora da PUC-Rio, intelectual e ativista do Movimento de Mulheres Negras no Brasil, falecida no ano de 1994, deixou um valioso artigo chamado “*Mulher Negra*”, onde retrata o início do feminismo negro no Rio de Janeiro. Ela aponta, no trecho abaixo, as condições do nascimento desse Movimento de Mulheres Negras, revelando as opressões existentes dentro do Feminismo e no Movimento Negro:

E, fato da maior importância (comumente “esquecido” pelo Movimento Negro), era justamente o da atuação das mulheres negras que, ao que parece, antes mesmo da existência de organização do Movimento de Mulheres, reuniam-se para discutir o seu cotidiano marcado, por um lado pela discriminação racial e, por

⁴⁵ Cansanção é uma planta muito conhecida no Nordeste, cuja sensação de queimadura ao tocar a pele é similar à da urtiga. O contato da planta com a pele provoca vermelhidão e bolhas, causando uma terrível sensação de dor e ardor.

outro, pelo machismo não só dos homens brancos, mas dos próprios negros. E não deixavam de reconhecer o caráter mais acentuado do machismo negro, uma vez que ele se articula com mecanismos compensatórios que são efeitos diretos da opressão racial (afinal, qual a mulher negra que não passou pela experiência de ver o filho, o irmão, o companheiro, o namorado, o amigo, etc., passarem pela humilhação da suspeição policial, por exemplo?). Nesse sentido, o feminismo negro possui sua diferença específica em face do ocidental: a da solidariedade, fundada em uma experiência histórica comum. Por isso mesmo, após sua reunião, aquelas mulheres – Beatriz, Marlene, Vera Mara, Joana, Alba, Judite, Stella, Lucia, Norma, Zumba, Alzira, Lisia e várias outras (eram cerca de vinte) – juntavam-se a seus companheiros para a reunião ampliada (que chamavam de grupão), onde colocavam os resultados de sua discussão anterior, a fim de que o conjunto também refletisse sobre a condição das mulheres negras. (GONZÁLEZ, 1994, p.179)

A diferença da atuação das mulheres negras em relação ao feminismo, para além das desigualdades, ocorre pela solidariedade em relação aos homens negros, em razão do racismo vivenciado por ambos. Desse modo, Lélia demonstra que o exercício didático exercido por meio do diálogo promoveu a reflexão entre os homens do Movimento Negro. Durante o artigo, a autora discorre sobre a criação de grupos de mulheres negras entre o fim da década de 1970 e o início da década de 1980 e, por conseguinte, as dificuldades de inserção desses grupos dentro do Movimento Feminista, além da resistência nos grupos mistos do Movimento Negro em relação às práticas sexistas. Assim, escreve Lélia González:

Todas nós, sem jamais termos nos distanciado do MN, continuamos nosso trabalho de militantes no interior das organizações mistas a que pertencíamos (André Rebouças, IPCN, SINBA, MNU, etc.), sem, no entanto, desistir da discussão das nossas questões específicas junto aos nossos companheiros que, muitas vezes, tentavam nos excluir do nível das decisões, delegando-nos tarefas mais “femininas”. Desnecessário dizer que o MN não deixava (e nem deixou ainda) de reproduzir certas práticas originárias da ideologia dominante, sobretudo no que diz respeito ao sexismo, como já dissemos. Todavia, como nós, mulheres e homens negros, nos conhecemos muito bem, nossas relações, apesar de todos os “pegas”, desenvolvem-se num plano mais igualitário, cujas raízes, como dissemos acima, provêm de um mesmo solo: a experiência histórico-cultural comum. Por aí se explica a competição de muitos militantes com suas companheiras de luta (que se pense no “esquecimento” a que nos referimos anteriormente). Mas, por outro lado, por aí também se explica o espaço que temos no interior do MN. E vale notar que, em termos de MNU, por exemplo, não apenas nós mulheres, como nossos companheiros homossexuais, conquistamos o direito de discutir, em congresso, as nossas

especificidades. E isso num momento onde as esquerdas titubeavam sobre “tais questões”, receosas de que viessem a “dividir a luta do operariado”. (GONZÁLEZ, 1994, p.179)

O relato acima evidencia a solidariedade das mulheres negras em permanecer lutando junto aos setores mistos do Movimento Negro, apesar dos embates provocados pela reprodução do machismo. Conscientes de que mulheres e homens negros partilham uma mesma realidade, imposta pelo racismo, consideraram fazer a luta a partir do Movimento Negro, sempre se posicionando frente aos obstáculos e assim, foram mobilizando os setores mais progressistas do movimento, ganhando apoio e espaço para a discussão das suas especificidades. É interessante perceber que Lélia comenta a aproximação entre a pauta das mulheres negras e a dos homossexuais. O fato de ambos serem oprimidos por um posicionamento machista fortaleceu a discussão, abrindo oportunidades para expor as particularidades das suas demandas.

Por último, Lélia apresenta o embaraço dentro dos movimentos de esquerda ao tentar dialogar sobre o racismo. Por medo de dividir uma luta que se baseava apenas na opressão de classe, o posicionamento da esquerda impossibilitou a reflexão sobre raça e gênero, o que, por sua vez, colaborou para a perpetuação de práticas racistas no interior dos núcleos esquerdistas. De maneira similar, o Movimento de Mulheres, conhecido hoje por Movimento Feminista, ignorava ou desmerecia as especificidades colocadas pelas mulheres negras nas tentativas de diálogo. Nesta seara, aponta González:

Enquanto isso, nossas experiências com o Movimento de Mulheres caracterizavam-se como bastante contraditórias: em nossas participações em seus encontros ou congressos, muitas vezes éramos consideradas “agressivas ou não-femininas” porque sempre insistimos que o racismo e suas práticas devem ser levados em conta nas lutas feministas, exatamente porque, como o sexismo, constituem formas estruturais de opressão e exploração em sociedades como a nossa. Quando, por exemplo, denunciávamos a opressão e exploração das empregadas domésticas por suas patroas, causávamos grande mal-estar; afinal, dizíamos, a exploração do trabalho doméstico assalariado permitiu a “liberação” de muitas mulheres para se engajarem nas lutas “da mulher”. Se denunciávamos a violência policial contra os homens negros, ouvíamos como resposta que violência era aquela da repressão contra os heróis da luta contra a ditadura (como se a repressão, tanto num quanto noutro caso, não fizesse parte da estrutura do mesmo estado policial-militar). Todavia, não deixamos de encontrar

solidariedade da parte de setores mais avançados do MN, que demonstraram interesse não só em divulgar nossas lutas como em colaborar conosco em outros níveis. (GONZÁLES, 1994, p.179)

Até hoje a persistência das mulheres negras em discutir sobre o racismo em grupos feministas mistos gera desconforto e incômodo. Embora haja sensibilidade de algumas mulheres brancas, nós, mulheres negras, continuamos a ser silenciadas, agredidas em espaços mistos e chamadas de agressivas ao nos posicionarmos contra as práticas racistas em determinados grupos. Ainda hoje, é menos penoso travar batalhas e enfrentamentos no interior do Movimento Negro, apesar da reprodução de práticas machistas, do que no Movimento Feminista, como assinalou Lélia González na década de 1990.

São muitas as identidades e especificidades do Movimento de Mulheres Negras, que estrategicamente assim se intitula para não restringir a atuação conjunta de feministas negras, mulheristas africanas, lésbicas, bissexuais, transexuais, queer, marisqueiras, quilombolas, faveladas, ribeirinhas, universitárias, dentre outras. Esse movimento revela a consciência de oposição, desvendada por Sandoval e trabalhada por Haraway, como uma potência em ação, incluindo o máximo possível de mulheres negras em sua militância. Esse movimento anseia não apenas a liberação das mulheres, mas a da comunidade negra.

Essa diversidade de identidades torna o debate interno rico, conscientizar sobre as reproduções de dominação que podem acontecer no seu interior, dadas as intersecções que se apresentam e tornam algumas em maior ou menor medida detentoras de privilégios. Estes precisam ser reconhecidos para avançar na prática de solidariedade e ampliar a real emancipação das mulheres e meninas negras.

Nesse sentido, Lélia González já nos alertava, nas décadas anteriores, acerca da necessidade de não reproduzirmos o que ela chamava de “imperialismo cultural”, praticado pelo feminismo ocidental e absorvido pelas feministas brancas brasileiras. A autora advertiu sobre o tratamento dado às “mulheres de base” ou “populares” pelo Movimento de Mulheres, que insistia em manipulá-las como massa de manobra por meio de posturas elitistas e discriminatórias, principalmente no que tange aos temas sobre a representatividade e a sexualidade das mulheres negras.

Desse modo, pensando sobre a importância de unir as mulheres negras, de maneira consciente em relação a diferenças e privilégios, a intelectual narrou sua experiência acerca do encontro proveitoso entre o Movimento Negro e o Movimento

de Favelas. Na ocasião, Lélia González teve a oportunidade de se aproximar das duas mulheres negras lideranças do Movimento de Favelas, Benedita da Silva e Jurema Batista, de acordo o relato abaixo:

No meu caso pessoal, tive a oportunidade de fazer a campanha em conjunto sobretudo com duas irmãs faveladas: Benedita da Silva e Jurema Batista. De um lado, a profunda consciência dos problemas e necessidades concretas da comunidade; de outro, a consciência da discriminação racial e sexual enquanto articulação da exploração de classe. A troca de saberes/experiências foi extremamente proveitosa para ambos os lados; e o ponto de entendimento comum foi justamente a questão da violência policial contra a população negra. No final da campanha, nossas falas estavam inteiramente afinadas, apesar das diferenças individuais. A despeito de toda uma inexperiência nesse terreno, vivenciamos situações de extrema riqueza política e pessoal. (GONZÁLEZ, 1994, p.180)

A união das mulheres negras mobilizou e continua fomentando os processos de resistência contra o biopoder direcionado aos nossos corpos, às nossas vidas. O Estado, que torna as vidas negras precarizadas, por meio da governamentalidade exercida a partir de uma cultura colonialista, racista e sexista, se depara com a resistência das mulheres negras, forjada desde a época da escravização. Quando se percebe enfraquecido diante de tanta obstinação, se coloca à espreita, esperando a oportunidade para domesticar ou aniquilar corpos negros, de acordo com seus interesses.

Por isso, a lucidez e assertividade do pensamento de Lélia González são primordiais para que nós, mulheres negras avancemos do plano da resistência ao da liberação, especialmente no que se refere a garantia de direitos. As diversas identidades, forjadas a partir da negação das nossas humanidades e intelectualidades, foram construídas em oposição ao opressor e se tornaram potentes a medida em que nos posicionamos como mulheres negras, desenvolvendo uma prática solidária umas com as outras e assim fortalecemos as nossas comunidades negras, desde os quilombos às favelas.

4.2 – QUAL O FUTURO DOS DIREITOS DA MULHER NEGRA?

Ao acompanhar a situação das moradoras das favelas da cidade do Rio de Janeiro, ameaçadas constantemente pela remoção nos últimos anos, comecei a me questionar sobre o futuro dos direitos das mulheres negras. Esse questionamento surgiu durante a preparação de um artigo acadêmico, que escrevi junto com minha irmã de luta e intelectual do Movimento Negro de Salvador – BA, Clarissa Félix,

para o livro “Qual o Futuro da Sexualidade no Direito”. O livro em questão, organizado pelos professores Eder Fernandes (UFF) e Ana Paula Martins (UNB), é fruto dos estudos do Grupo de Pesquisa Sexualidade, Direito e Democracia, realizados durante dois anos, sobre temas diversos: transexualidade, aborto, violência contra a mulher, masculinidades, dentre outros. Nesse contexto, eu e a Clarissa nos propomos a escrever sobre as identidades das mulheres negras forjadas a partir da negação e a violência policial que humilha, brutaliza e mata nossos corpos/vidas.

Instigada por esse questionamento, iniciei uma reflexão sobre as possibilidades futuras de garantir direitos às mulheres negras. Lembrei imediatamente dos estudos realizados para a elaboração da monografia da graduação em Direito, na qual fiz um mapeamento de documentos nacionais e internacionais de proteção ao direito à moradia e, assim, revisei aquele material e suas fontes. Tanto normas e princípios internacionais de Direitos Humanos quanto a Constituição Federal e legislações infraconstitucionais protegem formalmente o direito à moradia e nos últimos anos alguns órgãos se esforçam para promover uma visão interseccional, ansiando salvaguardar as subjetividades e identidades de algumas mulheres. As instituições da Organização das Nações Unidas – ONU – percebem a vulnerabilidade e a precariedade que atingem determinados grupos precarizados no que tange ao acesso a este direito.

Embora não se pretenda discorrer sobre a Teoria dos Direitos Humanos neste trabalho, é preciso dizer que alguns grupos de pessoas não conseguem ser abarcados pela proteção de tais normas e princípios. Nesse sentido, a Teoria Crítica dos Direitos Humanos aparece como uma tentativa epistêmica de questionar os enquadramentos hegemônicos, estes construídos de acordo com os padrões sustentados pelo capitalismo. Exemplo disso, é a produção do jurista espanhol Joaquín Herrera Flores que refuta a ideia de universalidade dos direitos humanos, pois a cultura hegemônica tende a considerar o “outro” como o incivilizado, bárbaro, selvagem, que necessita ser “salvo”, leia-se colonizado, por aqueles que se reconhecem como civilizados. O autor se propõe a discutir os direitos humanos como fruto de uma produção cultural suscetível a modificação, a partir do momento em que se dirige um novo olhar sobre o “outro”, deslocando-o da esfera do incivilizado para a do diferente, e, por conseguinte, a diferença não seja vista como inferioridade. Assim discorre Herrera Flores:

Nós pensamos que os fenômenos que acontecem em uma formação social determinada – entre eles, é claro, os direitos humanos – só podem ser entendidos no âmbito da soma dos processos sociais e econômicos que predominam num contexto espacial/temporal concreto. Todavia, também consideramos que podemos construir propostas normativas e realizar práticas sociais que possam ser usadas para transformar tais sistemas hegemônicos e propor a busca de alternativas reais e concretas, se é que percebemos que tais sistemas conduzem a injustiças e explorações do ser humano. (FLORES, 2009a, p.44 e 93)

A provocação realizada por Herrera Flores alerta para a reprodução de opressões dentro do pensamento e das práxis sociais que envolvem a esfera dos direitos humanos. Intelectuais e ativistas necessitam descobrir ou mesmo reconhecer que os padrões hegemônicos excluem determinados grupos da proteção normativa para que ocorra as transformações dos standards colocados e a real inclusão dos preteridos. Assim, Herrera Flores adverte ainda sobre a incoerência existente nesta seara, que se coloca da seguinte maneira: ao mesmo tempo que se produz textos internacionais, conferências, Protocolos, entre outros, cresce “o aprofundamento das desigualdades e injustiças que cada vez mais amplia a separação entre os polos, não só geográficos, mas também econômicos e sociais, do Sul e do Norte” (FLORES, 2009a, p. 76).

A crítica do autor aos sistemas de proteção de direitos humanos e à própria ONU se mantém firme no decorrer da sua obra, pois os tratados internacionais e protocolos são ratificados pelos países-membros e isso gera um impacto em suas legislações internas. Por isso, “conhecer as diferentes posições de poder que os sujeitos ostentam” (FLORES, 2009a, p.140) é fundamental para orientar a produção normativa e as práticas que objetivam efetivá-las.

A reflexão de Herrera Flores ilustra a situação acerca dos direitos da população negra no Brasil. O direito à moradia adequada, considerado pela ONU como direito humano, foi absorvido pela Constituição Federal, no art. 6º, por meio da Emenda Constitucional nº 26/2000, e, portanto, se encontra no rol de direitos sociais que devem ser garantidos pelo Estado brasileiro. Essa emenda conferiu ao direito à moradia o status de condição fundamental ao desenvolvimento da cidadania plena. Contudo, apesar da Carta Magna e legislações infraconstitucionais proporcionarem a garantia normativa, formal, deste direito, a população negra e empobrecida consegue acessá-la de maneira tímida, e desenvolve, desde o século passado, soluções

alternativas de moradia.

Tais soluções são as favelas, os quilombos, as ocupações nos prédios abandonados, entre outras alternativas pensadas para suprir esta necessidade. O déficit habitacional cresce junto aos lucros do capitalismo e em um contexto de especulação imobiliária, como vimos anteriormente, onde direitos são sacrificados em prol de uma política desenvolvimentista.

Nesse contexto, como garantir direitos às mulheres negras em uma sociedade estruturalmente racista, sexista e classista? Se as vidas negras são descartadas e ainda hoje subhumanizadas e desumanizadas, repetindo a lógica colonialista e escravocrata, como é possível atingir alcançar a igualdade no acesso aos direitos?

Essa é uma pergunta que não tem resposta pronta ou imediata e está em construção. O que é possível dizer nesse momento é que as mulheres negras do Brasil estão cada vez mais organizadas de maneira autônoma e assumindo espaços em esferas de poder. Embora sempre tenha havido agência de maneira individual ou coletiva, as mulheres negras perceberam a necessidade de criarem organizações para fins de fortalecimento das pautas, representatividade e avanço nas conquistas de direitos.

O Movimento de Mulheres Negras - MMN que se iniciou na década de 1970, sob a observação do regime ditatorial militar, se fortalece em 1988, a partir do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, nos dias 02 a 04 de dezembro, na cidade de Valença, município do Estado do Rio de Janeiro (CARNEIRO, 2016, p.13). Esse ano foi emblemático por duas razões: a redemocratização do país, com o advento da Constituição Federal cidadã e o Centenário da Abolição da Escravatura.

Com o passar do tempo, o MMN cresceu, composto por diversas organizações de mulheres negras e criou espaços para os mais diversos debates para dar conta das especificidades, dialogar de maneira autônoma com representantes do governo e assim pressionar o Estado a cumprir o ordenamento jurídico posto ou mesmo inovar na construção de novos caminhos para fomentar a igualdade.

Um exemplo importante a citar é a implementação da Lei Federal 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e tornou obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo do Ensino Fundamental e Médio. A luta das educadoras negras para pressionar as escolas a adotarem a legislação tem sido fundamental. Não se pode olvidar aqui da importância das mulheres negras universitárias que exigem das universidades

públicas a adoção das ações afirmativas nos cursos de graduação e programas de pós-graduação, desde as reservas de vagas às modificações nas grades curriculares que inserem temáticas sobre as relações raciais no Brasil e a valorização da cultura afro-brasileira.

A presença de médicas, enfermeiras, psicólogas e profissionais de saúde em geral, conscientes sobre o racismo institucional e os danos psicológicos causados pelas agressões racistas, é preciosa para a implementação de políticas voltadas para a saúde da população negra, que compõe 70% do público cliente do Sistema Único de Saúde – SUS. Desde a década de 1990, a discussão no interior da saúde pública tem se fortalecido, exigindo práticas mais humanizadas, principalmente no que concerne à saúde reprodutiva das mulheres negras, maiores vítimas de violência obstétrica.

A formação intelectual e militante das mulheres negras tem atingido resultados importantes em diversas áreas e espaços de poder. No entanto, embora estejam preparadas para assumir papéis de protagonismo e de tomada de decisão, são constantemente invisibilizadas, silenciadas, tendo suas capacidades negadas por instituições públicas e privadas que exercitam o racismo cotidianamente.

É primordial destacar aqui as mulheres negras ativas nas associações de moradores das favelas e ocupações que se enfrentam continuamente com a violência perpetrada pela polícia e as Forças Armadas, que lutam por sobrevivência. Elas confrontam tanto a fúria do fuzil apontado para os seus rostos ou de seus parentes e vizinhos, quanto a determinação do trator que se impõe sobre as suas casas para removê-las. Mostram sua coragem para se posicionar nos momentos cruciais em que são desafiadas e grande sabedoria para gerir suas famílias e a comunidade.

Em vista dessa complexidade, o MMN usa estratégias distintas para alcançar direitos. Porém, existe a possibilidade de se delinear uma estratégia central que se divide em dois blocos: o trabalho de conscientização acerca da problemática racial e de gênero em âmbito local, sendo reconhecido como trabalho de base e a busca por solidariedade na militância internacional afrodiáspórica.

O primeiro compreende esse esforço de conscientização (principalmente direcionado às mulheres negras) sobre a negritude, o enfrentamento ao racismo anti-negro e a discriminação de gênero nas instituições públicas e privadas, na área da saúde, educação, cultura, esporte, entre outras, de modo que o segundo busca a aproximação com movimentos de mulheres negras da África e diáspora africana a fim de encontrar solidariedade e fortalecimento. Trata-se por diáspora africana a

dispersão, o sequestro, o deslocamento forçado e trânsito de africanos para diversos territórios durante o período da escravização. Segundo Stuart Hall, o conceito de diáspora africana “está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um ‘Outro’ e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora” (HALL, 2008, p. 32). No mesmo sentido, Avtar Brah e Ann Phoenix expõem a importância deste conceito para observar as configurações do poder:

O conceito da diáspora é usado cada vez mais para analisar a mobilidade dos povos, dos produtos, do capital e das culturas no contexto da globalização e do transnacionalismo. O conceito é projetado para analisar as configurações do poder – ambas produtivas e coercitivas - nos encontros locais e globais em espaços específicos e em momentos históricos. (...) Importante, o conceito do "espaço da diáspora" abraça a intersecção da "diferença" em suas formas variáveis, colocando ênfase na dinâmica emocional e psíquica tanto quanto nas diferenças socioeconômicas, políticas e culturais. A diferença é assim conceituada como relação social; experiência; subjetividade; e, identidade. (BRAH; PHOENIX, 2004, p. 83)

Valendo-se do conceito de diáspora, o MMN no Brasil une de maneira consciente não somente as mulheres negras do Brasil, mas também aproxima as mulheres negras de outros países não apenas por comungarem de um mesmo passado histórico, mas pela esfera psíquica e emocional que envolve um pertencimento às origens africanas. A força cultural evocada pela matriz África é reivindicada e partilhada pelas mulheres negras ao redor do mundo. Da mesma maneira que compartilham a riqueza cultural e ancestral originada do continente africano, partilham experiências similares com o racismo somado à discriminação de gênero, classe, orientação sexual e demais intersecções. Essa proximidade gera solidariedade e tem mobilizado mulheres ao redor do mundo para apoiar lutas transnacionais contra as opressões que lhes atingem.

Nesse sentido, a corrente do feminismo afrodiáspórico defendido pelas autoras colombianas Aurora Figueroa e Katherine Hurtado é uma maneira de reunir o pensamento de intelectuais e ativistas negras e as complexidades das suas especificidades, a partir de um olhar descolonizador. Essa linha de pensamento compreende que os povos africanos a partir dos sequestros, do exílio, se adaptaram e se reinventaram em terras além d’África e reivindicam esse pertencimento comunitário. Para as autoras o feminismo afrodiáspórico compreende “uma complexa, contraditória, ampla e heterogênea perspectiva de pensamento, de ação política e vida, que emerge das realidades que protagonizam as mulheres

afrodescendentes em diferentes momentos da história e espaços geográficos”. (FIGUEROA; HURTADO, 2014, p.114)

Segundo Figueroa e Hurtado, o feminismo afrodiaspórico tem início com o pensamento de Lélia González, que a partir das proposições de um feminismo afro latino- americano, cria uma nova nomenclatura para a representação das mulheres afrodescendentes nas Américas: ameríndias e amefricanas. Assim, Lélia pretenda questionar a lógica das estruturas sociais marcadas pelo colonialismo, desde as técnicas jurídicas e administrativas ibéricas às representações sociais. A contribuição do pensamento de Lélia González somadas a outras autoras afrolatinas formou as bases do que se entende atualmente por feminismo afrodiaspórico, cuja dimensões estão elencadas em seis passos:

1. Questionar as categorias dicotômicas, binários e hierárquicas que contribuíram para reforçar a crença de que todas as mulheres negras são um grupo homogêneo com interesses idênticos. Idéias que contribuíram para omitir, estigmatizar e esconder nossas profundas diferenças de classe, sexo, ocupação, idade, religião, origem e localização geopolítica;
2. A consolidação oficial no país, na América Latina e no Caribe de um pensamento afrodiaspórico feminista, em que nós trabalhamos arduamente para transformar as práticas sexistas que ocorrem na vida cotidiana; desmistificar discursos institucionais e renovar as narrativas de histórias nacionais;
3. A desconstrução crítica das relações de poder e dominação que definem as desvantagens históricas das mulheres negras, em relação a outros grupos étnico- raciais, de sexo e classe. Desvantagens que se originam no sistema moderno-colonial que tem sido perpetuada através de diferentes períodos históricos.
4. Considerar que a discriminação racial e de gênero reproduzidas por pesquisadores e ativistas em suas histórias, menospreza as estratégias contemporâneas das mulheres negras que constroem processos de emancipação e dão continuidade a um legado de resistência em condições de opressão e marginalização.
5. Rejeição da excessiva carga de trabalho impostas às nossas avós, tias, esposas nas relações conjugais dentro das comunidades negras. Embora por vezes este trabalho seja baseado na solidariedade entre parentes de sangue, essas obrigações em alguns casos também diminuem o potencial das mulheres negras de poderem desenvolver sua criticidade e, em outros cenários, seres humanos autônomos.
6. Finalmente, a rejeição da naturalização das mulheres negras/afrodescendentes como heterossexuais e hipersexualizadas.

(FIGUEROA; HURTADO, 2014, p. 128)

Esse movimento, que nasceu na década de 1970, vem se fortalecendo desde o ano de 2011, quando aconteceu o Seminário Internacional Conspiração Afro-feminina: Repensando os feminismos a partir da diversidade, em Cali, na Colômbia. Os pontos acima mencionados foram discutidos, debatidos e construídos durante o evento, buscandouma aproximação entre a academia e os movimentos comunitários,

por meio da mobilização social, prática de solidariedade e a reivindicação por uma justiça de reparação (FIGUEROA; HURTADO, 2014, p. 127).

Um episódio marcante nesse processo de mobilização internacional das mulheres negras ocorreu durante a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban, África do Sul, em 2011. Na ocasião, o MMN formou a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras Pró-Durban, a qual elaborou um documento que denunciava o “descumprimento e violação sistemática da Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, resultantes de ações diretas e de omissões do Estado brasileiro” (CARNEIRO, 2002, p. 209).

A III Conferência constituiu um momento especial do crescente protagonismo das mulheres negras no combate ao racismo e discriminação racial, tanto no plano nacional como no internacional. Entre as diferentes iniciativas desenvolvidas, destaca-se a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras Pró-Durban, composta por mais de uma dezena de organizações de mulheres negras do país e coordenada pelo Criola, organização de mulheres negras do Rio de Janeiro, pelo Geledés/Instituto da Mulher Negra, de São Paulo, e pelo Maria Mulher, do Rio Grande do Sul. (...). As mulheres negras lograram ainda estreitar parcerias e cooperação com outras organizações feministas que potencializaram a problemática específica das mulheres negras no contexto de Durban. (CARNEIRO, 2002, p. 210)

A articulação das mulheres negras brasileiras, ao realizar a denúncia, provocou um debate intenso sobre as dominações imperialistas, colonialistas, racistas instauradas por países signatários dos pactos internacionais. Desse modo, provocaram intervenções das mulheres palestinas e também das afrolatinas, que fizeram coro às denúncias, por experimentarem situações muito similares. Segundo a filósofa Sueli Carneiro, os Estados Unidos se retiraram da Conferência pelo apoio ao Estado de Israel nos ataques dirigidos à Palestina.

Sob muitos aspectos, poderíamos, sem exagero, falar na batalha de Durban. Nela aflorou, em toda a sua extensão, a problemática étnico/racial no plano internacional, levando quase impossibilidade de alcançar um consenso mínimo entre as nações para enfrentá-la. O que parecia retórica de ativista antirracista se manifestou em Durban como de fato é: as questões étnicas, raciais, culturais e religiosas, e todos os problemas nos quais elas se desdobram – racismo, discriminação racial, xenofobia, exclusão e marginalização social de grandes contingentes humanos considerados diferentes – tem potencial para polarizar o mundo contemporâneo. Podem opor Norte e Sul, Ocidente e não- Ocidente, brancos e não-brancos, além

de serem responsáveis, em grande medida, pelas contradições internas da maioria dos países. Essa carga explosiva esteve presente até os últimos momentos da Conferência, ameaçando a aprovação de seu documento final e a permanência nela de diversos países. (...). Entre as questões mais polêmicas destacaram-se a exigência de reconhecimento do tráfico transatlântico como crime de lesa-humanidade e de reparações pelos séculos de escravidão e de exploração colonial do continente africano. (CARNEIRO, 2002, p. 211-212)

Como descrito no trecho acima, o posicionamento conservador dos países restou evidente e mais uma vez se mostrou polarizador em suas ações. A polêmica em torno da escravidão se deu, conforme aponta Sueli Carneiro, pelo seguinte motivo: reconhecer o crime de lesa-humanidade, promoveria “reparações, por parte de africanos e de afrodescendentes, contra os países que se beneficiaram direta ou indiretamente do tráfico negreiro, da exploração da escravidão e das riquezas do continente africano” (CARNEIRO, 2002, p. 212). Apesar de não lograrem êxito no que se refere a reparação pela escravidão, a Conferência reconheceu a situação dos povos afrodescendentes e fez recomendação aos países a fim de promover a garantia de direitos, como veremos no artigo 33 da Declaração de Durban:

Consideramos essencial que todos os países da região das Américas e de todas as demais zonas da diáspora africana reconheçam a existência de sua população de origem africana e as contribuições culturais, econômicas, políticas e científicas dadas por essa população, e que admitam a persistência do racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as formas conexas de intolerância que a afetam de maneira específica, e reconheçam que, em muitos países, a desigualdade histórica no que diz respeito, entre outras coisas, ao acesso à educação, à atenção à saúde, à habitação tem sido uma causa profunda das disparidades socioeconômicas que a afetam.

O Plano de Ação aprovado recomendou as seguintes práticas aos países signatários, em seu parágrafo quinto:

Elaborem programas voltados para os afrodescendentes e destinem recursos adicionais aos sistemas de saúde, educação, habitação, eletricidade, água potável e as medidas de controle do meio ambiente, e que promovam a igualdade de oportunidades no emprego, bem como outras iniciativas de ação afirmativa ou positiva.

Essa movimentação gerou impactos importantes para a comunidade negra no Brasil, principalmente durante o governo de orientação esquerdista do Partido dos Trabalhadores - PT. Munidas da Declaração de Durban, as ativistas voltaram ao Brasil com as recomendações internacionais necessárias para pressionar a

implementação das ações em âmbito local. Desse modo, foi possível avançar em algumas seções e pautas apresentadas ao Governo Federal.

Durante a Conferência de Durban, as mulheres negras brasileiras tiveram a oportunidade de encontrar mulheres africanas e da diáspora e, a partir desta experiência, estabeleceram laços de pertencimento, pela história e cultura comum, intelectualidade e militância. Durban impulsionou e potencializou o movimento transnacional de mulheres da diáspora africana. Atualmente, existe uma ligação entre diversas organizações diaspóricas que se apoiam mutuamente e partilham experiências de militância. Abaixo segue o trecho de um artigo da autora Keisha-Khan Perry observando a necessidade de promover o conceito da diáspora negra entre as intelectuais e militantes negras:

Embora separadas por fronteiras geográficas, socioculturais, econômicas e políticas, as mulheres afrodescendentes tiveram o papel histórico como vanguardas na manutenção e reorganização das estruturas sócio-culturais, econômicas e políticas relacionadas com a população afrodescendente. É nesse sentido que eu considero fundamental que as mulheres negras intelectuais apropriem-se do conceito de Diáspora Africana como um instrumento teórico e político que nos ajuda a pensar sobre a presença de afrodescendentes no mundo, acima de tudo, as mulheres negras. As identificações diaspóricas como mulheres negras, um grande número de pessoas vivendo fora da África, ilustram construções paralelas em várias comunidades raciais e de gênero. As políticas feministas de acadêmicas e ativistas permitem uma ampla análise das subjetividades das mulheres negras no Brasil, no âmbito das estruturas internacionais mais amplas de subordinação racial e de gênero. O pensamento diaspórico feminista negro me oferece um quadro no qual eu examino a questão de por que e como as mulheres negras organizam movimentos sociais em comunidades de afrodescendentes. A articulação transcultural do pensamento feminista está preocupada com questões de poder e dominação, e mais importante, com ações anti-sexismo e anti-racismo. (PERRY, 2009, p.5)

Portanto, ao questionar sobre o futuro dos direitos da mulher negra no Brasil, creio que ele está bastante conectado a essa construção autônoma que parte da sociedade civil e fortalecida externa e internamente, para além das pressões direcionadas às instituições governamentais, inova ao criar espaços de construção autônomos e independentes dos quilombos às favelas, das associações de moradores aos coletivos negros nas universidades, das manifestações religiosas às rodas culturais de hip hop, samba e jongo. Desde a esfera nacional à internacional e vice-versa, as mulheres negras seguem adiante enfrentando o racismo e o sexismo, em busca de novos caminhos que permitam a comunidade negra gozar uma vida preenchida por

uma cidadania plena.

Nesse contexto, a união das mulheres negras através do conceito de diáspora africana funciona a partir da solidariedade, da afetividade e da resistência. Seguir de mãos dadas com as “irmãs guerreiras”, pela defesa e garantia de direitos, permite mais do que a compreensão da sua luta e das estratégias que organizam para resistir a essa perversa cruzada implementada pelo racismo e demais opressões.

O exercício da solidariedade entre as mulheres negras, cultivado pelo feminismo afrodiaspórico, promove um empoderamento coletivo, formando, assim, um poderoso bloco de resistência que exige a efetivação dos direitos já garantidos por lei, busca incessantemente avanços nas políticas públicas e ameaça as estruturas hegemônicas de poder, historicamente privilegiadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

SANKOFA. Essa palavra remete a uma filosofia africana, cultivada pelos povos *Akan*, que diz que é preciso voltar ao passado para entender o presente e assim avançar nas construções para o futuro. Foi com esse intuito de compreender a dinâmica atual das remoções que decidi pesquisar e escrever sobre o histórico das práticas remocionistas nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, especificamente na Comunidade do Horto. Mergulhar no passado é entender as conexões que se estabelecem a partir da escravidão e a continuidade de um *modus operandi* racista, seletivo, que opta por expropriar o direito à moradia das pessoas negras em função de uma lógica desenvolvimentista.

A dominação e a manipulação exercidas sobre as vidas negras revelam a face do Estado, que utiliza a estrutura de sua governamentalidade como estratégia para manter o seu poder hegemônico empregando técnicas de biopoder. A ideologia colonialista, utilizando-se deste biopoder, estabelece dispositivos tais quais o racismo ambiental e institucional e faz com que as relações de opressão aprofundem o processo de subordinação. Tais dispositivos permitem a ação do poder Estatal sobre as vidas de inúmeras famílias negras, subordinadas à seletividade da escolha a respeito de quem deve permanecer ou deixar o espaço urbano, que se traduz no “fazer viver, deixar morrer”.

Durante a pesquisa sobre a história das remoções das favelas cariocas e a da comunidade do Horto percebi a complexidade destas relações de biopoder. O modo de governar, que atravessa corpos/vidas para manter a hegemonia construída ao longo dos anos, torna-se naturalizado pela sociedade por meio das matérias jornalísticas, por exemplo, que criam uma opinião pública favorável à expulsão. Pessoas/vidas que ajudaram a construir o bairro, hoje são criminalizadas, consideradas invasoras, indignas de habitar a região. A *hipervalorização* do metro quadrado do bairro Jardim Botânico cultivada pela especulação imobiliária, também aliada aos interesses governamentais de gentrificação não permitem a continuidade das famílias que atualmente moram no Horto.

Dessa maneira, a governamentalidade racista, sexista e classista exercida pelo Estado se mantém ativa na disputa territorial desde o período pós-abolição. As favelas, consideradas como solução de moradia desde o início do século XX, continuam sendo perseguidas e exterminadas, de acordo com os critérios de seletividade impostos pelo

Estado, cujo exercício do biopoder sobre as vidas negras, ocorre por meio das parcerias com empresas privadas para assim garantir a hegemonia do poder branco.

Nesse sentido, o estudo de caso da Comunidade do Horto aparece como um exemplo desta dinâmica, revelando as nuances das articulações e tecnologias do poder. Se no passado, os trabalhadores foram convidados a morar na localidade para exercer seus ofícios diariamente no IJBRJ e por lá construíram suas histórias de vida, hoje são expulsos, acusados de invasores, além de desvalorizados e desprezados da mesma maneira que os escravizados no período pós abolição.

As faces do racismo institucional e ambiental se configuram como tecnologias de poder na medida em que precarizam as vidas dos habitantes do Horto. Seja pela descaracterização de um território tradicional, cujos registros históricos sobre a presença de quilombolas são apagados e com o tempo tendem a desaparecer, implicando na violação do direito à memória; ou mesmo as reintegrações de posse realizadas de forma truculenta por meio do uso do poder de polícia; o Judiciário que ignora a existência do projeto de regularização fundiária, este encomendado à FAU-UFRJ pela SPU-RJ para assegurar a permanência das famílias, e emite sentenças condenatórias às famílias, não reconhecendo as circunstâncias que lhes confere o direito à usucapião; a pressão da mídia tradicional, cujo monopólio dos meios de comunicação influencia, por meio de matérias com conteúdo pejorativo, a formação da opinião pública favorável às remoções.

Todas essas premissas evidenciam o contínuo desrespeito aos direitos da comunidade que, por sua vez, mostra a forma de tratamento direcionada pelo Estado e seu grupo de “*business partners*” aos moradores e moradoras da região, revelando, para além do descaso, a opressão com o povo negro. Nesse contexto, é importante salientar que esta prática remocionista viola normas de direitos humanos, pactuadas pelo Brasil nos tratados internacionais e, por sua vez, infringem direitos fundamentais assegurados pela Carta Magna de 1988 e legislações correlatas.

Podemos identificar também que a interseccionalidade das opressões envolvidas revela o aprofundamento da marginalização da comunidade no processo remocionista. E ao vivenciar essa realidade, as mulheres da Comunidade do Horto criaram estratégias de resistências de maneiras diferenciadas para lutar pela permanência das suas famílias e vizinhos no local.

A dinâmica de contraconduta das mulheres negras no processo de remoção faz

parte da histórica resistência construída ao longo do tempo. Diante da violência gerada pelo Estado, mulheres negras se insurgem desde a escravidão, e se posicionaram contra as opressões de raça, gênero e classe, dentre outras. Apesar da história oficial contar muito pouco sobre a resistência feminina negra, ela sempre esteve presente nos processos de opressão perpetrados por inúmeras instituições. A maior prova disso é a nossa (aqui me incluo) sobrevivência a todos os obstáculos colocados em nossos caminhos. Já diz o Movimento de Mulheres Negras: “Nós somos as netas das negras que os brancos não conseguiram matar”!

Assim, inspiradas por Lélia González, Jurema Werneck, Beatriz Nascimento, dentre tantas outras mulheres negras intelectuais e ativistas, nos levantamos para contar nossa própria história. Existem novos estudos, principalmente elaborados por pesquisadoras negras, investigando e redescobrimo a partir do espaço acadêmico essa história de resistência silenciada por séculos. E esta dissertação se propõe também a cumprir tal papel: contar a história das mulheres que defendem seus territórios, constituindo uma memória, um registro das guerreiras de nosso tempo.

As mulheres negras do Horto representam um quadro, uma fotografia de um álbum imenso de guerreiras que existe na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil e no mundo. São muitas espalhadas pela diáspora africana vivenciando experiências similares e travando batalhas intensas em prol de dignidade, respeito e garantia de direitos. Portanto, a articulação afrodiaspórica das mulheres constitui um caminho para continuar o fortalecimento mútuo de ações em prol da liberação.

No que tange às mulheres ameaçadas pela remoção, a prática da solidariedade deve ser estabelecida como ponto de partida dentro do Movimento de Mulheres Negras. Desta maneira, é muito importante que as militantes e ativistas estejam atentas para essa diversidade de discriminações que interagem, e que por sua vez, atingem um grupo específico de mulheres, de forma direta e violenta, afetando o seu direito à moradia.

Nossas diversas identidades, forjadas a partir da consciência de oposição àquele outro que nos oprime, transformam-se em potências à medida que nos aproximamos das nossas raízes históricas em comum, resgatamos nossa africanidade, consideramos nossas diferenças acerca das subjetividades. Somos solidárias umas com as outras na medida em que abrimos mãos de privilégios e assim nos organizamos para lutar pela efetivação de direitos formalmente já garantidos e progredir naqueles que almejamos conquistar. Desse modo, a prática da solidariedade e afeto entre as

mulheres negras, como mostrado pelo feminismo afrodiaspórico, é uma ferramenta de resistência muito potente, capaz de impulsionar a conquista de direitos e apontar o caminho para o futuro.

Essa dissertação mostra, portanto, o processo de remoção da comunidade do Horto, a partir da escuta, observação e análise de vozes de resistências femininas comumente silenciadas pela estrutura hegemônica. A opção por ouvir essas mulheres e amplificar suas vozes faz parte da compreensão de que contar a história por nós mesmas é oferecer o outro lado da história, é quebrar a hegemonia do discurso. Estamos aqui juntas nessa escrita de trajetórias, dentro e fora da Academia, para dizer que Elekô vive e resiste nos tempos de hoje contra as injustiças praticadas, mostrando que a força ancestral, política e social feminina negra continua firme e vigilante diante das armadilhas colocadas pela supremacia branca. *Obá Elekô! Obà Siré!*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Maurício de. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Zahar, 1987.

AZEVEDO, Lena; FAULHABER, Lucas. *SMH 2016: Remoções no Rio Olímpico*. Ed. Mórula. Rio de Janeiro, 2015.

BARBOSA, Muryatan Santana. *Pan-africanismo: unidade e diversidade de um ideal na Présence Africaine (1956-63)*. XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis-SC. Disponível em:

http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427824102_ARQUIVO_Pan-Africanismo-MSB.pdf

BATALLER, Maria Alba Sargatal. *O estudo da gentrificação*. Revista Continentes (UFRRJ), ano 1, n. 1, 2012. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/revistaconti/pdfs/1/ART1.pdf>. Acesso em: 17.10.2016

BRAH, Avtar. *Diferença, diversidade, diferenciação*. In: Cadernos Pagu. v. 26, 2006, pp. 329-376. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>. Acesso em: 25.10.2016

BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. *Ain't I a Woman? Revisiting Interseccionalidade*. In: Journal of International Women's Studies. Vol. 5 No. 3. Publicado em Maio/2004. Disponível em: http://www.bridgew.edu/soas/jiws/may04/phoenix_brah.pdf. Acesso em: 27/03/2016.

BRASIL. *Por uma cultura de direitos humanos – Direito à moradia adequada*. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. 76 p., il.

BRUM, Marcio. *Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos*. Revista on-line: O Social em Questão - Ano XVI - nº 29 – 2013. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/8artigo29.pdf>

BULLARD, R. D. *Confronting Environmental Racism in the Twenty-First Century*. Global Dialogue, v. 4, n. 11, winter. 2002. Disponível em: <http://www.worlddialogue.org/content.php?id=179> Acesso em: 15.07.2015

_____. *Enfrentando o racismo ambiental no século XXI*. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 41-68.

_____. *Ética e racismo ambiental*. 2005. Revista Eco 21, XV(98), s/p.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016.

CAMPOS, Andreilino. *Do Quilombo à Favela: A Produção do “Espaço Criminalizado” no Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARDOSO, Lourenço. *Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco antirracista*. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, vol. 8,

Núm.1, pp: 607-630, Universidad de Manizales y El Cinde, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v8n1/v8n1a28.pdf>. Acesso em: 25.08.2016

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Tese (doutorado) em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2005.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. 2ª Ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2016.

CEZAR, Luís Felipe O; SARDINHA, Thalyta Shely S. *Avenida Brasil: Os Caminhos e Descaminhos do Desenvolvimento, Declínio e Reestruturação Econômica e Social da Metrópole Fluminense*. Publicado no III Seminário Internacional Urbicentros - Salvador, 2012. Disponível em: <http://www.ppgau.ufba.br/urbicentros/2012/ST305.pdf>. Acesso em: 03.07.2016

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril, cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das letras, 1996

CRENSHAW, Kimberle. *A Interseccionalidade da Discriminação de Raça e Gênero*. Disponível em: <http://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>. Acessado em: 12.03.2015.

_____. *Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero*. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>.

_____. *Porque a Interseccionalidade Não Pode Esperar*. Texto publicado em 19.10.2015 pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT. Acesso em 05.11.2016. Disponível em: <http://www.ceert.org.br/noticias/genero-mulher/8590/porque-a-interseccionalidade-nao-pode-esperar>

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Sobre tipologias de territórios*. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.) *Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009. p. 197-216.

FIGUEROA, Aurora V; HURTADO, Katherine A. *Feminismo afrodiaspórico. Una agenda emergente del feminismo negro en Colombia*. Publicado na Revista Javeriana, Vol. 78, Núm. 78 (2014). Disponível em: <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/univhumanistica/article/view/6404>. Acesso em: 15.10.2015

FLORES, Joaquín H. *A reinvenção dos direitos humanos*. Florianópolis: Boiteux, 2009a.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. 2ª Ed. São Paulo. Editora Martins Fontes, 2010.

_____. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. 13ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

_____. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto

Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001b.

_____. *Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. 1ª Ed. São Paulo. Editora Martins Fontes, 2008.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 34ª Ed. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2007.

FRANKENBERG, R. (1999b). *Race, sex and Intimacy I: Mapping a discourse*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

GANDIN, Luís Armando; PEREIRA, Júlio E. Diniz; HYPOLITO, Álvaro M. *Para Além de uma Educação Multicultural: Teoria Racial Crítica, Pedagogia Culturalmente Relevante e Formação Docente (Entrevista Com A Professora Gloria Ladson-Billings)*. Revista Educação & Sociedade, ano XXIII, n o 79, Agosto/2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302002000300014&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 22.07.2016.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. *Guia de Enfrentamento ao Racismo Institucional*. Publicado no Portal Geledés em 09.05.2013. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/racismo-institucional-uma-abordagem-teorica-e-guia-de-enfrentamento-do-racismo-institucional/#gs.pBS5ZDk>. Acesso em 20.11.2015.

_____. *Mulher Negra*. Cadernos Geledés, Caderno IV. 2016. Edição Comemorativa de 23 anos. Publicado em 1993. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf>. Acesso em: 15.06.2016.

GOMES, Nilma Lino. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*. 2012. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/?p=1555>. Acesso em: 22.06.2016

GONÇALVES, Juliano Costa. *A Especulação Imobiliária na Formação de Loteamentos Urbanos: Um Estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 2002. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285856/1/Gon%C3%A7alves,J.C.pdf>. Acesso em: 21.10.2016

GONÇALVES, Rafael Soares. *A construção jurídica das favelas do Rio de Janeiro : das origens ao Código de obras de 1937*. Artigo publicado no IX Seminário De História da Cidade e do Urbanismo. São Paulo, 4 a 6 de setembro de 2006. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1162/1137>. Acesso em: 01.07.2016.

_____. *Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito*. Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio, 2013.

GONZALEZ, Lélia. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/ 93, p. 69-82, jan./jun. 1988a.

_____. “Por um feminismo afrolatinoamericano”. Revista Isis Internacional, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988b.

_____. “Mulher negra”. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). *Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente*. São Paulo: Selo

Negro, 2008. p. 29-47.

HALE, Charles R. *Engaging Contradictions: theory, politics, and methods of activist scholarship*. Los Angeles: University of California Press, 2008.

_____. *What is activist research?* Social Science Research Council, New York, p. 13-15, 2001.

HARAWAY, Donna J. *Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*. In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. *IN: Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 33-118.

HARRIS, Cheryl I. *Critical Race Studies: An Introduction*. UCLA Law Review. 2002. p. 01. Disponível em:
<https://litigationessentials.lexisnexis.com/webcd/app?action=DocumentDisplay&crawlid=1&doctype=cite&docid=49+UCLA+L.+Rev.+1215&srctype=smi&srcid=3B15&key=3127cd1b79a76a9aa6ac89d99bf7a725>. Acesso em 15/12/2015

HERCULANO, S. *O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental*. Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente; v. 3, n. 1, Artigo 2, jan./abril 2008.

_____. *Justiça ambiental: de Love Canal à Cidade dos Meninos, em uma perspectiva comparada*. In: MELLO, M. P. (Org.). *Justiça e sociedade: temas e perspectivas*. São Paulo: LTr, 2001.

HOFFMANN, Florian. *Interseccionalidade Sistêmica? Breves Comentários Sobre a Luta Contra a Discriminação Racial no Âmbito Internacional*. In: *Notícias e Reflexões Sobre Discriminação Racial*. Ed. PUC-RIO, 2008.

IBGE. *Censo demográfico, 2010. Aglomerados Subnormais*. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rj&tema=aglomsubnor_censo2010. Acesso em 22.03.2016.

JUNIOR, Vilson Caetano. *Oba, líder da sociedade Elekô comanda todas as mulheres guerreiras*. Artigo publicado no Portal Geledés, em 28.04.2013. Disponível em:
<https://www.geledes.org.br/oba-lider-da-sociedade-eleko-comanda-todas-as-mulheres-guerreiras/>. Acesso em: 20.01.2017.

MARTINS, Cleo. *Obá: A Amazona Belicosa*. Ed. Pallas. Rio de Janeiro, 2011.

MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MORAES, Fabiana. *No País do Racismo Institucional: dez anos de ações do GT Racismo no MPPE*. Coordenação Assessoria Ministerial de Comunicação Social do MPPE, Grupo de Trabalho sobre Discriminação Racial do MPPE - GT Racismo. -- Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2013.

NASCIMENTO, Carla Silva do. *Verbetes "Revista Ilustrada"*. IN: *Dicionário Histórico- Biográfico Brasileiro*. PAULA. Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (orgs). 2010, CPDOC – FGV.

OAKIM, Juliana; PESTANA, Marco. *A ditadura nas favelas do Rio de Janeiro*. 2015.

Disponível em: <http://www.cev-rio.org.br/site/arq/Oakim-J-e-Pestana-M-A-ditaduras-favelas.pdf>. Acesso em 20.10.2016

OLIVIERI, Laura. *Horto Florestal: um lugar de memória da cidade do Rio de Janeiro - A construção do Museu do Horto e seu correspondente projeto social de memória*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21757/21757.PDF>. Acesso em: 25.06.2016

ONU – HABITAT. The Right to Adequate Housing. Fact Sheet No. 21/Rev.1. Geneva, Switzerland, 2012. Disponível em: https://www.ohchr.org/Documents/Publications/FS21_rev_1_Housing_en.pdf. Acesso em: 15.07.2016

PACE, Ângela F.; LIMA, Marluce O. *Racismo Institucional: Apontamentos Iniciais*. Artíficos. Revista do Difere - ISSN 2179 6505, v. 1, n. 2, dez/2011. Disponível em: <http://www.artificios.ufpa.br/Artigos/a%20angela%20pace%20rev.pdf>

PACHECO, Tania. 2007. *Inequality, Environmental Injustice, and Racism in Brazil: Beyond the Question of Colour*. In: Development in Practice. Aug.2008, Vol.18(6).

PARKER, Laurence; ROBERTS, Lorna. *Teoria Crítica da Raça e seu uso na Pesquisa em Ciências Sociais*. IN: Teoria e Métodos de Pesquisa Social. Bridget Somekh, Cathy Lewin (orgs.). – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 121-130.

PASSOS, Isabel C. Friche. (Org.). *Poder, Normalização e Violência: Incursões Foucaultianas para a Atualidade*. 2ª Ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2013.

PAULA, Richard Negreiros de. *Semente de Favela: jornalistas e o espaço urbano da Capital Federal nos primeiros anos da República – o caso do Cabeça de Porco*. Revista Cantareira Ano II, Nº III, Vol I. 2004. ISSN 1677-7794. Disponível em: http://www.historia.uff.br/cantareira/edic_passadas/v3/sementedefavela.pdf. Acesso em 22.06.2016.

PERRY, Keisha-Khan Y. *Espaço urbano e memória coletiva: O conhecimento de mulheres negras em lutas políticas*. IN: Questões urbanas e racismo. Renato Emerson dos Santos (Org.). – Petrópolis, RJ : DP et Alii ; Brasília, DF : ABPN, 2012. 400p.

_____. *The Groundings with my Sisters: Toward a Black Diasporic Feminist Agenda in the Americas*. Rewriting Dispersal: Africana Gender Studies. Issue 7.2: Spring 2009. The Scholar and Feminist Online. Published by The Barnard Center for Research on Women. Disponível em: www.barnard.edu/sfonline. Acesso em: 09.08.2015.

PISCITELLI, Adriana. *Interseccionalidades, categorias de articulação e Experiências de migrantes brasileiras*. In: Sociedade e Cultura, v.11, N.2, Jul/Dez. 2008. P.263 a 274. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/viewFile/5247/4295>. Acesso em: 22.10. 2016.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Relatório da Comissão da Verdade do Rio*. Comissão da Verdade do Rio. – Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. 456 p. Disponível em: <http://www.cev-rio.org.br/site/arq/CEV-Rio-Relatorio-Final.pdf>. Acesso em 01.07.2016

ROLNIK, Raquel. *10 Anos do Estatuto da Cidade: Das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo*. 2011. Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/07/10-anos-do-estatuto-da-cidade.pdf>. Acesso em: 22.12.2015

_____. *Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro)*. Revista de Estudos Afro-Asiáticos 17. Centro de Estudos Afro Asiáticos – CEAA, Universidade Cândido Mendes, 1989. Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territc3b3rios-negros.pdf>. Acesso em: 22.12.2015

SALES JR, Ronaldo. *Racismo Institucional*. Trabalho preliminar apresentado ao Projeto Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras, FIG, 2011.

SANTOS, Carolina Câmara Pires dos. *A Raça do Gênero? As Guerreiras da Estradinha e a Luta pelo Direito à Moradia Adequada*. Monografia de graduação. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Por uma abordagem territorial*. In: _____; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.) *Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECS. *1904 - Revolta da Vacina. A maior batalha do Rio*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Caroline L; PIRES, Thula R. O. *Teoria Crítica da Raça como referencial teórico necessário para pensar a relação entre direito e racismo no Brasil*. IN: Direitos dos conhecimentos [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFS. I. Encontro Nacional do CONPEDI/UFS (24.: 2015 : Aracaju, SE). Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/xtuhk167/t9E747789rfGqqs4.pdf>. Acesso em 20.01.2016.

SILVA, Eduardo. *As Camélias do Leblon e a Abolição da Escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A Pequena África: um portal do Atlântico*. Rio de Janeiro: CEAP, 2011.

_____. *Porto de Memórias: Pequena África*. 1ª Ed. – Rio de Janeiro: Cultural Biz, 2014.

SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7 Letras, 2007.

SOIHET, Rachel. *Resenha do livro Cidade febril – Cortiços e epidemias na Corte Imperial, de Sidney Chalhoub*. IFCH – UNICAMP. CAMPINAS,1999. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/download/189/181>. Acesso em: 20.02.2016.

SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de. *Horto Florestal: um lugar de memória da cidade do Rio de Janeiro. A construção do Museu do Horto e seu correspondente projeto social de memória*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2012.

SOUSA JUNIOR, Vilson Caetano de. *Na palma da minha mão: temas afro-brasileiros*

e questões contemporâneas. Salvador : EDUFBA, 2011. 166 p. : il. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5372/1/Na%20palma%20da%20minha%20mao%20temas%20afro-brasileiros%20e%20questoes%20contemporaneas.pdf>. Acesso em: 20.05.2016.

TAILLE, Elizabeth Harkot-de-La; SANTOS Adriano Rodrigues dos. *Sobre Escravos e Escravizados: Percursos Discursivos da Conquista da Liberdade*. Artigo apresentado no III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS): Dilemas e Desafios na Contemporaneidade da UNICAMP. Campinas, 2012. Disponível em: http://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT_DE_LA_TAILLE_ELIZABETH.pdf. Acesso em: 01.07.2016.

TEIXEIRA, Manuel C. *A Habitação Popular no Século XIX — Características Morfológicas, a Transmissão de Modelos: As ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro*. *Análise Social*, vol. XXIX (127), 1994. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377114L3bQW0kz8Jm12CZ8.pdf>. Acesso em: 26.06.2016.

VALLADARES, Licia do Prado. *A Gênese da Favela Carioca: A Produção Anterior Às Ciências Sociais*. *Revista Brasileira De Ciências Sociais - Vol. 15 No 44*, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4145>. Acesso em: 02.06.2016.

VALLADARES, Licia do Prado (org.). *Habitação em Questão*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VARGAS, Maria Auxiliadora Ramos. *Construção social da moradia de risco: trajetórias de despossessão e resistência – a experiência de Juiz de Fora / MG*. Rio de Janeiro, 2006. 160p. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional – Universidade Federal do Rio de Janeiro,

VAZ, Lilian Fessler. *Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro*. *Análise Social*, vol. XXIX (127), p. 581-597, 1994. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377187I6iYL2uw3Xe43QN7.pdf>. Acesso em: 26.06.2016.

WERNECK, Jurema. *De Ialodês e Feministas: reflexões sobre a ação política das mulheres negras na América Latina e Caribe*. *Nouvelles Questions Féministes : revue internationale francophone*, vol. 24, n. 2, 2005.

YOUNG, Iris Marion. *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton Univ., 1990.

YUVAL-DAVIS, Nira. *Intersectionality and Feminist Politics*. *European Journal of Women's Studies*, 2006. p. 199. Disponível em: <http://ejw.sagepub.com/content/13/3/193>.

Sites da Internet:

1 - Armazém do Portal Geo-Rio. Bairros Cariocas. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/armazenzinho/web/BairrosCariocas/main_bairro.asp?area=027. Acesso em 10.02.2017

2 - Agência Patrícia Galvão. Matéria sobre a vinda de Judith Butler ao Brasil, no I Seminário Queer – Cultura e Subversões das Identidades. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho-2/judith-butler-o-queer-e-uma-alianca-de-pessoas-em-vidas-precarias/>. Acesso em: 26.02.2017.

3 - Jornal do Brasil. Caso Horto – A falta de humanidade e a violência. Disponível em: <http://www.jb.com.br/comunidade-em-pauta/noticias/2016/11/08/caso-horto-a-falta-de-humanidade-e-a-violencia/>

4 - Jornal O Globo Online. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/jardim-botanico-governo-dilma-ja-no-fim-tentou-manter-moradores-19326526>. Acesso em 07.01.2017

5 - _____. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/clube-caxinguele-deve-sair-imovel-sera-incorporado-ao-jardim-botanico-8246757>

6 - _____. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/quase-dois-anos-apos-anuncio-retirada-de-520-familias-do-jardim-botanico-esta-emperrada-14863135>

7 - Museu do Horto. Disponível em: www.museudohorto.org.br

8 – Portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/>